

MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

QUILOMBOS DO BRASIL CENTRAL: SÉCULOS XVIII E XIX (1719 - 1888).

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ESCRAVIDÃO.

MESTRADO EM HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

GOIÂNIA - 1998.

MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

QUILOMBOS DO BRASIL CENTRAL: SÉCULOS XVIII E XIX (1719 1888)-
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ESCRAVIDÃO.

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Ciências e Letras da
Universidade Federal de Goiás, para a
obtenção de Grau de Mestre.

Orientadora: Dr^a. Gilka Vasconcelos
Ferreira de Salles

GOIÂNIA - 1998.

"Nas minhas andanças, fui parar na África e lá conversei com aqueles homens da UNESCO, os bons, não os burocratas. Um deles me disse: `Cada vez que morre um velho africano é uma biblioteca que se incendia`".

Lígia Fagundes Telles, A Disciplina do Amor.

"Eu canto aos Palmares / sem inveja de Virgílio, de Homero / e de Camões / porque o meu canto / é o grito de uma raça / em plena luta pela liberdade"

Solano Trindade (1908-1974) Cantares ao Meu Povo.

"...se a aparência fosse igual a essência das coisas, a ciência seria desnecessária".

Karl Marx (1818-1883), em O Capital.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desse trabalho vai além de três anos, exigindo muitos estudos e exaustivas pesquisas, mais a colaboração de inúmeras pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram de modo firme e leal. A todas, registro o meu profundo agradecimento, especialmente:

À professora, Dra. Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, Orientadora e Presidente da Banca, pela humildade e sabedoria.

Aos professores, Drs. Holien Gonçalves Bezerra e Altair Sales Barbosa, ilustres membros da Banca Examinadora, pela inteligência e o zelo acadêmico.

À Francisca Rezende Silva, dona Chica, esposa e companheira, pela oração, paciência e carinho.

Aos filhos e noras, Vasco Rezende Silva e Ana Lúcia C. Luciano Silva, Rui Carlos Rezende Silva e Maria Ivaldete Carvalho Morais, e Kátia Rezende Silva, cuja bondade tocou-me o coração.

Aos netos queridos, Vasco Luís, Ana Lívia, Bruna, Caíque e Márcio Luís Carvalho Silva, pedindo perdão por não ter podido atendê-los em todas as suas bem-aventuradas e ruidosas reivindicações.

Às irmãs, Mariana e Maria Daglória, pelo estímulo.

Às primas Joana Pereira, Terezinha e afilhada Marília J. Silva, pela ajuda.

A Mineiros, onde vivo e tento realizar os meus sonhos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....007

1º Capítulo - QUILOMBO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

ORIGENS E SIGNIFICADOS DA PALAVRA QUILOMBO014

QUILOMBO: BUSCA E CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NEGRA030

OS QUILOMBOS EM UMA PERSPECTIVA AMERICANA045

TENTATIVA DE MAPEAMENTO DOS QUILOMBOS NO BRASIL057

2º Capítulo - PROCEDÊNCIA ESCRAVA

PROCEDÊNCIA HISTÓRICA: FLUXO DE ESCRAVOS068

PROCEDÊNCIA ÉTNICO-CULTURAL NA ÁFRICA096

3º Capítulo - POVOAMENTO E OCUPAÇÃO

AMERÍNDIOS PRIMEIROS.....121

PENETRAÇÃO DE RECONHECIMENTO: COBIÇA PELO OURO128

POVOAMENTO E ESCRAVIDÃO EM MATO GROSSO138

HISTÓRIA, ESCRAVIDÃO E POVOAMENTO DE GOIÁS152

DUREZA DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA CONTRA OS ESCRAVOS175

4º Capítulo - RESISTÊNCIA AO ESCRAVISMO

FUGAS E QUILOMBOS EM MATO GROSSO221

FUGAS E COMUNIDADES NEGRAS DE MATO GROSSO DO SUL	254
FUGAS E QUILOMBOS EM GOIÁS	282
RESISTÊNCIA DOS "PARDOS" DE VILA BOA DE GOIÁS	314
REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE CALUNGA	322
REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO CEDRO.....	343
FUGAS, QUILOMBOS E COMUNIDADES NEGRAS NO TOCANTINS	367
QUILOMBOS DO JULGADO DO DESEMBOQUE E SERTÃO DA FARINHA PODRE (TRIÂNGULO MINEIRO)	396
ANEXOS.....	429
ABREVIATURAS.....	440
JORNAIS.....	443
DISSERTAÇÕES.....	443
ENTREVISTAS.....	444
BIBLIOGRAFIA.....	446

INTRODUÇÃO

O tema, objeto de estudo, tem como espaço e unidade temporal o Brasil Central dos séculos XVIII e XIX, período de 1719-a-1888, no qual proponho contextualizar e descrever a chegada do escravismo colonial e seu longo processo de dominação dos territórios de Mato Grosso e Goiás, com quase 2.000.000 km² de área(1), tendo como contraponto a incessante resistência e rebeldia dos escravos de origem africana(2), principais trabalhadores na mineração e agropecuária.

O cenário é, pois, a região "core" do Brasil, também chamada "cumeeira" da América do Sul(3), ou ecossistema sub-úmido dos cerrados(4), com seus arbustos de galhos retorcidos e plantas rasteiras, fisionomicamente semelhantes às formações desse tipo existentes, também, nas terras africanas, ocupadas especialmente pelos negros bantos trazidos para essa região.

É nesse cenário que propomos analisar e demonstrar, através de dissertação dividida em quatro capítulos penosamente elaborados, a resistência negra, especialmente na sua forma de rebeldia mais específica, ou "unidade básica", que foi o quilombo.

Essa é a hipótese central do trabalho, já manifestada em "Origens e Significados da Palavra Quilombo" e textos seguintes, do primeiro capítulo; enriquecida pelos estudos do segundo e terceiro; e "concluída" com "Resistência ao Escravismo", do último, no qual propomos encadear o assunto, ao especificá-lo em cada unidade geográfica do "Brasil Central".

Em suma, pretendemos mostrar em "Quilombo: Evolução Histórica", a origem, significados e sua dinâmica no Brasil e nas Américas; em "Procedência Escrava", sua origem no Brasil e étnico-cultural na África; em "Povoamento e ocupação", aspectos informativos da ocupação e históricos da penetração e do caráter particularmente violento da escravidão; e no capítulo final, "Resistência ao Escravismo", a rebeldia escrava e suas formas de manifestação nas relações e no modo de produção escravista colonial.

O que imaginamos estar expondo, é mais do que nos inscrever numa corrente de revisão historiográfica; é elaborá-la, nela inserindo a **história do negro**, mais próxima da **história real**, sempre separada ou à margem da história do Brasil. Fazê-lo, porém, sem destacar apenas a sua condição rebelde e a visão romântica dessa rebeldia que, quase sempre,

o transforma em herói, como o de livros que enaltecem as grandes figuras negras do abolicionismo(5). É preciso inseri-lo no processo de produção e relação do escravismo colonial, onde, na realidade, exerceu o papel de agente catalisador na desagregação e transformação social da ordem escravista, construindo e buscando valores como o da liberdade. Pensamos, assim, estar dissertando da temática algo do que ainda não foi dito, começando por seu encadeamento na "história regional"; simultaneamente, revendo sob uma ótica diferente o que já se disse.

Na pesquisa feita, detectamos mais de 70 comunidades negras, das quais algumas ainda continuam, sendo que 50 delas podem ser definidas Quilombo ou seus remanescentes(6), predominantes em três regiões principais do Brasil Central:

Vale do Guaporé, no oeste e norte de Mato Grosso, onde o grande destaque foi o Quilombo do Piolho ou do Quariterê, também chamado, equivocadamente, "Quilombo da Carlota";

Sertão da Farinha Podre, ora Triângulo Mineiro, até 1816 no sul da Capitania de Goiás, onde o mais famoso e resistente foi o Quilombo do Ambrósio, também chamado "Quilombo Grande" e "Tengo-Tengo";

Nordeste e norte goiano, sul e sudeste do atual Tocantins, onde o grande destaque foram os quilombos do Vale do Paranã, figurando como o mais persistente e de

maior duração em Goiás, o de Calunga, encadeado e circundado por comunidades negras ainda existentes.

Note-se que eram verdadeiras confederações de escravos rebelados, localizados especialmente em áreas de fronteiras, inclusive de províncias estrangeiras onde também se refugiavam; enquanto outros permaneceram aparentemente isolados até os nossos dias, distinguindo-se como exemplo a comunidade negra de Calunga.

Finalmente, procurando as origens mais remotas desse trabalho, é preciso dizer da opção do autor pelo assunto, já demonstrada a mais tempo; ao participar assiduamente dos movimentos negros a partir de 1960; ao escrever e publicar inúmeros artigos em jornais e revistas desde a década anteriormente citada(7); ao editar os livros "Sombra dos Quilombos" em 1974 e "Racismo à Brasileira: raízes históricas" em 1985(8), já em 3ª edição, perfazendo seis mil exemplares; e ao continuá-la nessa dissertação, propondo a trazer esclarecimentos sobre a tão pouco estudada escravidão nessas terras, tendo a noção de que existe história diferente a ser escrita.

NOTAS

1 - Defino por Brasil Central, inicialmente chamado "Sertão Ocidental", "Maciço Central" e hodiernamente "Centro-Oeste", a região geopolítica mais tarde compreendida pelos territórios de Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, recentemente criados(1977 e 1988), e o Triângulo Mineiro, antigo Sertão da Farinha Podre que, por força de um Alvará real de 1816, ficou para Minas Gerais, desligando-se da Capitania de Goiás, assim definindo e adotando o último topônimo, Triângulo Mineiro. Mato Grosso, é um topônimo etimológica e historicamente derivado de "mato cerrado" ou floresta densa, localizada bem no centro da "América Latina". Goiás, segundo Teodoro Sampaio (cf. o Tupi na Geografia

Nacional), quer dizer "o indivíduo semelhante, o indivíduo parecido, gente da mesma raça".

2 - Ver, sobretudo, o capítulo "Resistência ao escravismo", e Moura, Clóvis: "Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas", Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 4ª edição, 1988.

3 - Os chapadões do Brasil Central formam o que se poderia chamar "cumeeira" da América do Sul. Ver: Silva, Martiniano J. da. "Parque das Emas: última pátria do cerrado(bioma ameaçado)", Goiânia, Editora Três Poderes, 1991, p. 40.

4 - No "bioma cerrado", além das águas declivadas para o norte e para o sul, estão as chapadas de campo limpo; a vereda úmida, de preservação permanente; o cerrado propriamente dito, de vegetação esparsa; o cerradão, desejando ser mato; e a mata ciliar, criadora de madeiras nobres. Ver: Lima, Binômio da Costa, "Meco" in "Consequências da destruição do Cerrado", Jataí, 1997, texto inédito. Silva, Martiniano. Op. cit. p. 65.

5 - Ver nesse particular, Lima, Lana Lage da Gama. Rebelia Negra e Abolicionismo, Rio de Janeiro, Achiamé, 1981, ps. 17, 21 e 22; Moura, op. cit. e Dialética Radical do Brasil Negro, São Paulo, Editora Anita Ltda., 1994.

6 - Clóvis Moura considera o quilombo como "fato normal dentro da sociedade escravista"(Rebeliões, op. cit. p. 73); Eugene Genovese, como um fenômeno presente em todas as sociedades escravocratas(Da Rebelião à Revolução, op.

cit. p. 63). Estes conceitos são os mais próximos das minhas considerações no presente trabalho.

7 - A publicação de textos abordando o assunto começa em junho de 1969, no Suplemento Literário do jornal "O Popular", de Goiânia, intitulados: "Mineiros, Lendas e Realidades: Cedro, Um Bairro Só de Negros", referenciados em "História, Escravidão e Povoamento de Goiás", do 3º capítulo.

8 - Temos como lícito dizer que "Sombra dos Quilombos", editado em Goiás em outubro de 1974, até que se prove o contrário, é o primeiro livro a abordar a temática em sua especificidade no "Brasil Central". Em Mato Grosso, somente em 1984, Lúcia Helena Gaeta Aleixo, publica um dos raros estudos sobre escravidão mato-grossense, intitulado, "Mato Grosso: trabalho escravo(1850-1888), Brasília: Min. Faz./Deptº Adm./Div. Documentação". Respeitados os esporádicos relatos da imprensa e da historiografia tradicional, só a partir de então, é que surgem outros relevantes trabalhos abordando a temática, alguns em âmbito específico dos quilombos, referenciados nessa dissertação.

ORIGENS E SIGNIFICADOS DA PALAVRA QUILOMBO

Através de denominações tais como: mocambo, mucambo e quilombo, no Brasil; hide-outs, nos Estados Unidos, mormente no sul; maroons, no Caribe inglês (Suriname e Guiana); "Busch Negrões", sobreviventes na Guiana Francesa; palenques, na Colômbia e México; cumbes na Venezuela e cimarrons (quilombolas de lá) em Cuba onde também chamou-se palenque(1); fica evidente que onde existiu o escravismo moderno, esses ajuntamentos de escravos negros proliferaram como sinal de resistência e de revolta contra as condições desumanas a que estavam sujeitos e, obviamente, buscando o sagrado direito de serem livres. Essa é, aliás, a tese do historiador Eugene Genovese, enfatizando que:

"Antes da Revolução Francesa os objetivos destas revoltas eram a restauração das comunidades

africanas e da autonomia local; depois, elas se fundiram com os movimentos nacionais e internacionais mais amplos e exerceram um efeito profundo na formação do mundo moderno”(2).

Toussaint L' Overture, que comandou a bem sucedida revolta de São Domingos constitui, para **Genovese**, um momento decisivo da história das revoltas de escravos e até mesmo do espírito humano.

Realmente, os negros escravizados procuraram resistir sempre que puderam à opressão a eles imposta no interior dos complexos mundos da escravidão. Nesse enfrentamento, efetivado de várias formas, as autoridades coloniais de diversas regiões escravistas das Américas chegaram a comparar a resistência quilombola com a indestrutível Hidra de Lerna da mitologia grega, aquele monstro de várias cabeças, que mesmo depois de cortadas renasciam. Os quilombos, palenques, cumbes, mocambos, mambises, maroons ou “ladeiras” eram como verdadeiras hidras(3), figurando Palmares como um bom exemplo.

Nas suas origens históricas e linguísticas, o quilombo vem de território africano, do Zaire e Angola, na África Central. Segundo o antropólogo Kabengele Munanga(4), é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu(kilombo aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, umbundu, kongo,

imbagala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire.

Embora o quilombo (kilombo) seja uma palavra de língua umbundu, de acordo com Joseph C. Miller, citado por Munanga(5), seu conteúdo enquanto instituição sócio-política e militar é resultado de uma longa história envolvendo regiões e povos já acima mencionados. É uma história de conflitos pelo poder, de cisão de grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios. Assim, fundada na tradição oral da história africana, a história do quilombo, como a dos povos bantu, é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre Zaire e Angola onde a instituição quilombola teria pertencido aos jaga aliados dos lunda que, na guerra, ficaram conhecidos como imbangala.

Ainda em âmbito de suas raízes mais remotas, esclarece o historiador Décio Freitas(6), que o termo quilombo foi introduzido naquele território(Angola-Zaire) através das hordas dos imbagalas, que os portugueses fizeram jagas, merecendo ressaltar-se que as origens deste povo são um enigma histórico ainda não cabalmente elucidado, hipótese, todavia, recentemente estudada e cientificamente explicada por Munanga(7).

Pela cultura africana banto, quilombo significa lugar cercado e fortificado que, em língua quibundo, quer dizer arraial ou acampamento(8), sendo por isso, possivelmente, que os escravos brasileiros, na articulação e

formação de quilombos, procuraram os locais mais afastados e de mais difícil acesso, inacessíveis aos ataques.

Pela língua africana quimbundo, com raízes na cultura banto e grande influência em todo o país, surgiu a palavra quilombo no Brasil, com seu substantivo calhambola, termo muito usado no Brasil nos tempos coloniais significando o negro fugido, o negro do mato, homiziado nos quilombos, prevalecendo na denominação de tais negros o nome quilombola com suas variantes de origem inclusive indígena: canhimbora, caiambora, canhembora e canibora, significando o índio fugido, manifestando a mesma "ânsia libertária" dos africanos. Aliás, assim estranhamente deformado em caiambola, caiambora, calhambola ou carambola, como se achava o termo indígena canhambora, foi melhor que ficasse prevalecendo o hibridismo quilombola, aproveitado na literatura mineira pelo romancista Bernardo Guimarães, na conhecida novela - Uma lenda de quilombolos(9). No seu livro magno, Os Sertões, Euclides da Cunha chega a escrever:

"Quilombola, negro foragido nos quilombos. Canhembora (canibora) índio fugido", acrescentando:

"É singular a identidade da forma, significação e som destas palavras que surgindo, a primeira na África e a segunda no Brasil, destinam-se a caracterizar a mesma desdita de duas raças de origens tão afastadas"(10).

Uma mesma desdita de duas raças que, na ingente busca da liberdade, aliaram-se na própria formação da palavra emblemática que mais justificou sua luta, Quilombo,

que nos finais do século XVI denominava-se mocambo, também do quimbundo, significando "união", de onde começa a tomar outros significados.

Propaga-se sobretudo a partir dos séculos XVIII e XIX, tendo como referencial histórico básico no Brasil o Quilombo dos Palmares e como fonte histórico-linguística, consoante demonstrado, a cultura africana (língua quibundo) e a indígena, formando assim o hibridismo áfrico-tupi quilombola, fusão do termo africano quilombo e do sufixo tupi - "pora" ou "bora" (alterado em bola), que significa "morador" (Nelson de Sena).

Ainda como mocambo, é chamado "couto de escravos fugidos, na floresta". Significa, ainda, no Nordeste, cerrado de mato, ou moita, onde o gado costuma às vezes esconder-se: "Aqui detinha-se num mocambo ou touceira de mato, onde floriam os arbustos dos muricis" (Afrânio Peixoto, Bugrinha, p. 258).

A semântica evoluiu o conceito de mocambo também para a habitação miserável, significando cabana, de setor urbano, especialmente do Nordeste(11), aplicado também à palhoça rural e que Gilberto Freyre define como "mucambo" em um alentado estudo(12).

Segundo a visão histórica tradicional, entretanto, quilombo seria mero esconderijo dos escravos negros fugitivos no mato; ou valhacouto de escravos fugidos; ainda o local no qual os escravos se escondiam porque seriam preguiçosos, conformados e até alienados. Ainda, comunidades

de escravos fugidos vivendo nas matas onde os seus habitantes eram chamados "quilombolas" ou "calhambolas", palavras angolanas derivadas de ngolo - "força"; mbula - "golpe"; o calhambola então é "o que fere violentamente, o valente, o destemido", segundo esclarece o historiador João Dornas Filho(13).

Quilombo era, aliás, segundo definição do rei de Portugal, em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles"(14), fato que revela a grande preocupação colonial portuguesa com a articulação dos escravos negros formando quilombos, justificando, portanto, sua destruição pela polícia.

Segundo Velarde, Moreno e Sagastume, citados por Beaurepaire-Rohan(15), na Bolívia, República Argentina e Estado Oriental do Uruguai, tem esse vocábulo a depreciativa significação de bordel, o que revela também um evidente preconceito contra a cultura negra nessa região.

Em sentido sociológico, foi uma forma de defesa da vida em comum, onde várias comunidades de negros interligados entre si por um sistema de comunicação tipo africano mantiveram estrutura social rígida baseada nos usos e costumes africanos trazidos para o Brasil. Os agrupamentos, ou arraiais situados a pouca distância uns dos outros mantinham os brancos à distância não permitindo a sua aproximação(16),

transformando-se, por isso, em uma sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial contra o qual se insurgia.

Vê-se, pois, que o quilombo não é apenas o refúgio (aldeamento) dos escravos fugidos. Nem somente uma forma de resistência ao sistema escravista evidenciando o desejo de um povo ser livre. Nos cultos afro-brasileiros, por exemplo, quilombo parece ter, antigamente, designado também o local de danças religiosas dos escravos⁽¹⁷⁾, provavelmente como forma de restauração das comunidades africanas e busca de autonomia local, sobretudo nos primeiros momentos daquelas revoltas.

O âmbito religioso, às vezes visto também como mero folclore ocorrendo qualquer época do ano até como entretenimento isolado, tem sido mais comum como parte de festividades religiosas: festas de padroeiros, festas de Natal, Santo reis, moçambiques, congadas, etc., onde o negro camufla internamente seus deuses contra a repressão oficial. O exemplo mais significativo dessa forma de autodefesa escrava chama-se, Auto do Quilombo ou Dança dos Quilombos. Trata-se de sobrevivência histórica dos Quilombos dos Palmares, ainda acontecendo anualmente na serra da Barriga e cidade de União dos Palmares, em Alagoas, através de dança guerreira entre negros e caboclos, assim narrada por Luís da Câmara Cascudo:

"Para a representação, que se realiza numa praça ou largo, arma-se uma palhoça - o Mocambo - onde se localizam os negros, e que é enfeitada de bandeirolas de papel

de seda e cercada pelo Sítio ou Jardim: bananeiras e mamoeiros transplantados para o local. A certa distância faz-se uma paliçada, através da qual se escondem os índios ou caboclos.

Estes trajam tangas, cocares, braceletes, perneiras de pena ou capim, tudo sobre colções e camisetas tinturados de vermelho, pintam-se de ocre e carregam arcos e flechas. Os negros vestem calças curtas de mescla azul e camiseta branca, sem mangas, chapéu de palha de ouricuri(cocos coronata), e pintam-se de fuligem e carregam foices de madeira como armas de guerra. Os Reis - um dos Negros e outros dos Caboclos - usam trajes semelhantes aos dos outros folguedos natalinos do ciclo dos Reisados (Reisados, Guerreiros, etc.); calções, manto, blusa de cetim azul ou vermelho, meias compridas, guarda-peito enfeitado de espelhos, coroa de ouropel, aljôfar e areia brilhante. Como armas os Reis empunham antigas espadas da Guarda Nacional. A Rainha, menina entre 5 e 10 anos, usa vestido branco, comprido, com guarda-peito de espelhos, capa de cetim enfeitada de espiguiilha e diadema de papelão pintado.

Há ainda como personagens importantes: a Catirina (homem vestido como escrava negra, carregando nos braços um boneco); o Papai Velho (Pai do Mato em Piaçabuçu), com cajado e foice nas mãos, às vezes com barbas brancas; o Espia dos Caboclos, num traje mais rico e vistoso de índio, e o Vigia dos Negros, com chapéu enfeitado de espelhos e uma espingarda a tiracolo.

O auto ou dança realiza-se em três etapas ou partes. Mas é a última - a luta e prisão dos Negros - desenvolvida à tarde, que constitui a parte espetacular do auto. Isto porque as duas primeiras partes - o Roubo e Batuque, realizados na noite da véspera da festa, e o Resgate, na manhã seguinte, são privativas dos brincantes ou apresentam menos o que se apreciar, sendo certas vezes eliminadas da apresentação.

O Roubo é chamado Roubo da Liberdade porque os negros obtêm a devida permissão das pessoas roubadas e das autoridades policiais da localidade para o saque, que demais fiscalizam e anotam todos os objetos, "roubados". Carregam, então, os negros para seu rancho de palha os mais variados objetos, que conservam em seu poder até o dia seguinte, quando serão resgatados.

Após o saque os Negros levam o resto da noite a batucar ao som do "Esquentá Mulher", orquestrinha típica composta de caixa, bombo, 2 pífanos e pratos, e que tem no interior também os nomes de zabumba, terno, terno de oreia ou banda de pifes. Cantam, então, as seguintes musiquetas muito conhecidas e características, a primeira dos Negros e a segunda dos Caboclos"(que no batuque, sem os efeitos de pena, folgam lado a lado com os Negros), acrescentando:

"Folga Negro

Branco não vem cá.

Se vinhé

Pau é de levá".

"Tiririca

Faca é de cortá.

Folga parente,

Caboco não é gente".

"Dá-lhe toré,

Dá-lhe toré,

Dá-lhe toré,

Dá-lhe, dá-lhe toré

Faca de ponta

Não mata muié"(18).

Na corografia e onomástica, quilombo já é nome de acidentes naturais e de outros lugares: Rios dos Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Ilha do Rio Grande do Sul, na foz do rio Jacuí. Serras dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro(19). Córrego em Santa Rita do Araguaia, sudoeste de Goiás e no sopé de serra do nordeste goiano onde se localiza Calunga.

Mas politicamente, não foi uma transplantação de formações sociais africanas. O quilombo foi uma criação dos escravos respondendo às condições peculiares do escravismo colonial no Brasil, noutros países sul-americanos, no Caribe e na própria América do Norte, conforme discorreremos em "Os Quilombos em Uma Perspectiva Americana",

desse capítulo, apresentando em cada região as suas peculiaridades e mesma singularidades, inclusive a de ser um "fenômeno presente em todas as sociedades escravocratas" do escravismo moderno(20). Assim como o suicídio e outras formas de resistência, é um fato histórico significativo, já reconhecido como **normal** por autores como Clóvis Moura(21), dentro dessa mesma sociedade na qual as rebeliões de escravos tinham vários objetivos além de sua especificidade: combater o regime e lutar pela liberdade onde, aliás, já era intrínseco o desejo de igualdade como segundo "estágio" na evolução histórica dos direitos humanos. Portanto, nem toda revolta visava objetivamente a destruição do regime escravocrata, ou mesmo a liberdade dos escravos nela envolvidos. Segundo o historiador João José Reis:

"Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos - às vezes a reconquista de ganhos perdidos - ou punindo feitores particularmente cruéis. Eram levantes que almejavam reformar a escravidão, não destruí-la. Nós vamos encontrar, ao longo da discussão que se segue, revolta de todos esses tipos"(22).

Pode-se dizer, assim, que os quilombolas, nas Américas, agiram dentro de uma visão mais ampla possível até alcançar o nível de agentes de mudança social, tendo como principal característica, a busca da liberdade, a que só existiria através de dois requisitos essenciais e complementares: o de conseguir escapar (fuga

individual) e o de não ser recapturado, justificando o segundo "estágio", que é luta coletiva pela liberdade étnica e política, formando quilombos, onde surge o terceiro "estágio", que é o processo quilombista ou a quilombagem onde o escravo é livre e passa a agir coletivamente contra o sistema(23).

Foi assim que a dureza do escravismo levou os escravos a usarem as mais diversas estratégias de autodefesa, variando apenas de época e de região, assim surgindo e irradiando outras fontes de se conceber a verdade além do "centro", da erudição e dos "progressos da Fé ou da Razão", nada justificando, portanto, mantê-los como os "excluídos da história"(24). Aliás, no caso particular do Brasil, Clóvis Moura, além de admitir a quilombagem como "fato normal" do escravismo moderno, ensina que:

"Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanentemente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território brasileiro. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis - econômico, social e militar - e influenciou poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre", acrescentando:

"A sua dinâmica expressava a contradição fundamental da época, isto é, aquela que existia entre os escravos e os seus senhores e aparecia, em consequência disso, em todas áreas e épocas em que o sistema

de produção escravista foi estabelecido", no final enfatizando:

"A quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes; de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia"(25).

O quilombo aparece, assim, como aquele módulo de resistência mais representativo(quer pela sua quantidade, quer pela sua continuidade histórica no Brasil e nas américas).

Enfim, para o grande anunciador da alma negra, Abdias do Nascimento(26), a quilombagem, em concepção contemporânea, é uma resposta teórica e criativa ao racismo que em nosso país tem mantido os negros, durante séculos, à margem do poder político e econômico, indo mesmo bem além desse âmbito reativo, como um interessante e ousado projeto de organização sócio-política oferecido a todo o povo brasileiro, obviamente "destinado a provocar intensas discussões, pró e contra".

NOTAS

1 - Moura, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo. Editora Ática, SP, 1987, ps. 11 e 12.

2 - Genovese, Eugene. Da Rebelião à Revolução. Global Editora, SP, tradução Carlos Eugênio M. Moura, p. 154.

3 - Santos, Flávio Gomes dos.. Em Torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia Colonial. Revista USP, SP, N. 28, Dezembro/Janeiro/Fevereiro 95-96, ps. 41 a 42.

4 - Munanga, Kapengele. Origem e Histórico do Quilombo na África. Revista USP, CIT. P. 58.

5 - Munanga, obra cit., p. 58.

6 - Freitas, Décio. O Escravismo Brasileiro. 2a. edição, Mercado Aberto, Porto Alegre, Rs, 1982, p. 30.

7 - Munanga, op. cit., ps. 57 e segs,
8 - Freitas, Décio. op. cit., p. 29.

8 - Freitas, Décio. Op. cit. p. 29.

9 - Souza, Bernardino José de. Dicionário da Terra e da Gente do Brasil. 5a. edição, Companhia Editora Nacional, SP, 1939, p. 71.

10 - Cunha, Euclides da. Os Sertões, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1963, p.91.

11 - Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 2a, edição, Ed. Nova Fronteira, Rio, 1986, p. 1.145.

12 - Freyre, Gilberto. Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcadismo rural e desenvolvimento do urbano, 4a. edição, Liv. J. Olympio Editora, Rio, 1.968.

13 - Dornas Filho, João. A Escravidão no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1.939, p. 106.

14 - Moura, Clovis. op. cit., p. 11.

15 - Rohan, Beaurepaire. Dicionário de Vocábulo Brasileiro. Liv. Progresso Editora, Salvador-Ba., 1956, p. 203.

16 - Santos, Washington dos. Vocabulário de Sociologia, Editora Rio, RJ, 1.978, p. 251.

17 - Cacciatore, Olga Gudolle. Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros. Forense Universitária, Rio, 1977, p. 218. Calunga, aliás, não é só um remanescente de quilombo de Goiás. É uma resistente religião afro-brasileira, presente no Brasil Central com a viva intenção de preservação de suas crenças; podendo ser também interpretada como uma língua onde se guardam mistérios da cultura africana inclusive religiosos (vide: Batinga, Gastão. Aspecto da Presença do Negro no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, citado; Filho, Aires da Mata Machado. Aires. O Negro e o Garimpo em Minas Gerais, Rio, Civilização Brasileira, 1.964).

18- Cascudo, Luís Câmara da. Dicionário do Folclore Brasileiro. Terceira edição, edição INL-MEC. Brasília. 1.972. ps. 736-738.

19 - Ver: Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, Tomo II, Rio de Janeiro, Direção prof. Álvaro Magalhães, Ed. Globo, 1960, p. 2.338.

20 - Genovês, Eugene. op. cit. p. 25.

21 - Moura, Clóvis. Op. citada.

22 - Reis, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Revista da USP, N. 28, dez., jan., fev., 1995-1996, p. 22.

23 - Moura, Clóvis. op. citada.

24 - O assunto pode ser aprofundado em Perrot, Michelle. "Os Excluídos da História", São Paulo, Tradução Denise Bottmann, Paz e Terra, 1992; e em J. Robsbawm, Eric. Rebeldes Primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX, Rio de Janeiro, tradução Waltensir Dutra, Zahar Editores, 1.978.

25 - Moura, Clóvis. História do Negro Brasileiro. Editora Ática, SP, 1989, p. 22-23.

26 - Nascimento, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra, Rio de Janeiro, p. 129 e segs.

QUILOMBO: BUSCA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A luta dos negros em busca de uma identidade no Brasil pode ter começado num sentimento de revolta denominado "fuga", do qual se origina o quilombo como

sociedade alternativa e a quilombagem como processo histórico contrapondo o escravismo colonial tendo como agente social o negro escravo inconformado. Esse sentimento ainda prossegue, sendo destaque no Brasil o que vem ocorrendo no Movimento Negro Unificado(MNU) e no recente conceito quilombista defendido por Abdias do Nascimento(1), Florestan Fernandes(2), Clóvis Moura e outros autores que, além de revelarem o real significado do protesto negro como busca de uma identidade, mostram que a maioria da população negra ainda é um bolsão de excluídos - da riqueza, da cultura e do poder(3). Aliás, nunca se falou tanto nas identidades dos povos e nos símbolos dessas identidades do que nas últimas décadas, com maior ênfase nos anos que se seguiram à Guerra Fria, surgindo assim, dentre outros conceitos: "estudo da identidade", "resgate da identidade", "busca da identidade", "construção da identidade", "identidade e etnia", etc., tornando-a uma realidade que todo mundo fala no Brasil afora, sem saber, porém, "no fundo, o que ela é"(4). O que realmente significa. Como seria buscada e construída.

Por que no Brasil, por exemplo, em cada "região" se tenta construir uma identidade? A "cuiabania" dos cuiabanos; o "gauchismo" dos gaúchos; a "baianidade" dos baianos; a "mineiridade" dos mineiros; a "goianidade" dos goianos; ainda a de América do Sul, espanhola; a de América do Sul, portuguesa, onde a brasileira é um enigma disfarçando a participação do negro. Que conceitos universais entraram "nelas"? Como se definir, portanto, o verdadeiro significado

do que se denomina identidade? Que elementos comporiam uma "identidade"?

Vê-se que é complexo e polêmico responder. Mas ela existe, objetiva, subjetiva, telúrica e imanente, pois todos temos e amamos o nosso burgo em algum ecossistema terráqueo ou mocambo por aí, onde nascemos e nos transformamos em história, testemunhando os tempos e "advertindo o porvir", começando ali, obviamente, essa outra, saudosa e emocionante, que chamam identidade que, segundo o historiador Cheikh Anta Diop(5), tem como componentes essenciais de sua personalidade coletiva, o fator histórico, o fator linguístico e o fator psicológico, enfatizando o antropólogo Kabengele Munanga como mais importante, o fator histórico,

"...na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo, através do sentimento de continuidade histórica vivida pelo conjunto de sua coletividade", acentuando:

"O essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que liga a seu passado ancestral, o mais longínquo possível. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz um esforço para conhecer e viver sua verdadeira história e transmiti-la às gerações futuras. Também é a razão pela qual o afastamento e a destruição da

consciência histórica eram uma das técnicas utilizadas pela escravidão e colonização”(6).

Apesar da repressão e dos mecanismos de barragem do escravismo colonial, a consciência histórica dos escravos negros nunca foi eliminada. Pelo contrário... Sempre houve um persistente e contínuo esforço dos negros em conhecer, viver e transmitir sua verdadeira história. É por isso, aliás, que, sem omitir os demais fatores, acreditamos ser realmente o aspecto histórico, no sentido já definido, o que mais influenciou e, que, mais profundamente, incentivou os africanos e os seus descendentes da diáspora a buscarem já num primeiro momento do escravismo as raízes da ancestralidade africana, sua identidade mais remota e a sua dignidade em quaisquer dessas terras americanas; merecendo ressaltar, também, a relevância dos fatores lingüístico e religioso, aliados ao psicológico, ideológica e politicamente desprezados mas já reconhecidos cientificamente(7).

Todavia, das inúmeras estratégias e lutas dos escravos negros, ao longo de cinco séculos, nenhuma oferece características histórico-culturais mais relevantes - buscando a construção de uma identidade -, do que a fuga, a articulação e a formação de quilombos. Nessa interação social-política, nos mais ermos e remotos sertões, houve um forte sentido de identidade e comunidade entre os escravos, fundado especialmente na cor como uma das principais bases desse processo de união e construção dessa identidade, fato assim enfatizado pelo historiador Herbert S. Klein:

"O crescimento de um sentido de identidade e comunidade entre os escravos africanos na América Latina foi essencial para sua sobrevivência como sociedade e grupo. As famílias foram estabelecidas, as crianças educadas, e desenvolveram-se as crenças que deram legitimidade a suas vidas "(8).

Não se pode negar, portanto, terem sido os quilombos - destacando como principais do Brasil Central, o do Ambrósio, o de Calunga e do Pilar, em Goiás, e o do Quariterê em Mato Grosso -, os locais onde os negros, mesmo perseguidos, reuniram melhor os fatores "componentes de uma identidade", tendo assim maior chance de preservar os seus valores e evocar o seu antepassado africano num sentido mais profundo. Lá demonstraram habilidade militar, política e o mais evidente inconformismo. Espírito associativo e de nacionalidade. Crenças de fundo holístico-ecológico-religioso e de liderança. Aliaram-se aos índios e a outros excluídos e marginalizados, englobando no quilombo outras tantas manifestações de resistência, evitando, inclusive, a alienação religiosa e a imposição de um Deus imposto pela cultura dominante(9).

No contexto dessa histórica rebelião negra, é que surge também o que se define como Pan-Africanismo na América do Sul(10), divergindo inclusive do clássico conceito dado à América Latina, trazendo no seu bojo o mais recente conceito de Quilombismo(11), já referenciado, como uma resposta teórica e criativa ao racismo, assim surgindo no

Brasil a data de "20 de novembro" como o "Dia da Consciência Negra", já reconhecido e oficializado, com a seguinte concepção quilombola:

"Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra dos Palmares, que existiu no Estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje(7-07-1978), após 283 anos, para declarar a todo o povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra! Dia da Morte do grande líder negro nacional, Zumbi, responsável pela primeira e única tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos - negros, índios e brancos - realizaram um grande avanço político, econômico e social. Tentativa esta que sempre esteve em todos os quilombos"(12).

Vale dizer, ainda, que a quilombagem no Brasil tem abrangência territorial em todas as capitanias e províncias e foi contínua num período superior a três séculos, onde, num primeiro momento, nasceu a idéia de resgate da ancestralidade africana e a de restauração de suas comunidades que, em âmbito de Américas, segundo Eugene Genovês(13), fundiram-se, posteriormente, com os movimentos nacionais e internacionais onde essas revoltas exerceram efeito profundo na formação de um mundo moderno.

Assim como em toda a diáspora americana, essa luta quilombola no Brasil sofreu séria repressão e os mais estranhos mecanismos de barragem da elite

dominante que quase sempre interpretou a resistência dos escravos ao regime servil como fenômeno secundário, chegando a descartar e até dissimular os valores culturais africanos forjadores de uma identidade afro-brasileira. De início, definiu a escravidão brasileira como benevolente e magnânima, fundada em fatores tais como: a experiência histórica dos portugueses que teriam tido facilidade de interação com os mouros; experiência legislativa sul-americana, menos "despótica"; aspecto religioso católico, abrandado(14); como se o povo negro não fosse e continuasse o mais rejeitado e discriminado racial, social e economicamente, tanto na órbita católica, quanto no cristianismo protestante, onde foi "catequisado" e "evangelizado" como se fora um animal selvagem, ou a ímpia imagem vinda de uma África povoada de monstros(15), como, aliás, já admitia a história grega desde os seus primórdios(16).

Esse disfarce historiográfico, por várias décadas, passou a idéia de que as interações culturais e biológicas entre negros e brancos e estes e os indígenas, no Brasil, teriam ocorrido de modo cordial e sem qualquer discriminação ou rejeição, justificando, inclusive, o mito da "democracia racial", amplamente difundido, no Brasil e no estrangeiro(17). É assim que se tenta esconder a luta de classes no sistema colonial escravista e os objetivos dos escravos. É assim também que se subestima os valores culturais africanos através da ideologia da mestiçagem fundada no ideal

do embranquecimento, apresentando o Brasil como a imagem exemplar de "paraíso racial" das Américas(18).

Essa estratégia "intelectual" defendida pela ideologia já mencionada, chegou a "teorizar" e definir o racismo no Brasil como se fosse somente um "preconceito de marca", de caráter, portanto, meramente estético, tendo como contraponto o "preconceito de origem"(19), dotado de desejo intrínseco da eliminação de um povo, exemplificado na historiografia comparada somente com os Estados Unidos, África do Sul e outros raros países do mundo. Por isso, em princípio, nem existiria racismo no Brasil. Vale dizer: mesmo ao ser teorizado, seria menos violento. Nada justificaria, pois, a revolta dos escravos e a busca e construção de uma identidade fundada em valores da ancestralidade africana.

Assim, vem-se tendo como inviável a "africanização" do negro brasileiro; muito difícil a diferença entre a aplicação do princípio da oralidade como recurso da memória histórica de nossos negros, em confronto com a escrita com que a registrou o branco brasileiro; alega-se, ainda, a carência de objetivos ou dificuldade de opção cultural e envolvimento político, como princípios de identidades, a partir de critérios como a negritude, a etnicidade, etc.

Note-se que só recentemente a historiografia, através de alguns autores(20), buscou uma visão na qual o negro passou a ser visto como sujeito do processo de transformação da sociedade brasileiro, tendo

havido mesmo um certo avanço; observando-se, no entanto, que disciplinas como História da África e Línguas Africanas nunca foram incluídas na obrigatoriedade dos currículos de nossas escolas, através das quais os negros e outros brasileiros poderiam alcançar conhecimentos mais profundos e mais objetivos de nossa ancestralidade africana, passando, assim, a conhecê-la como ela é.

Note-se, também, que o "Dia 20 de novembro", já definido como Dia Nacional da Consciência Negra, a Literatura Afro-Brasileira, a Dança, a Música e os Cultos Afro-Brasileiros, poderiam fazer parte do calendário cívico do País, fundamentando a revisão dos programas de História, não podendo, portanto, continuar à margem dela, vedando que se revele a outra face de nossa identidade.

Vê-se, assim, que o conceito de identidade, além de polêmico, é uma questão inconclusa, exigindo aprofundadas pesquisas e estudos, chegando a enfatizar Kabengele Munanga(21), que "o conceito de identidade recobre uma realidade muito mais complexa do que se pensa, envolvendo fatores históricos, psicológicos, lingüísticos, culturais, políticos, ideológicos e raciais", criando dificuldades até a nível metodológico, a que a história ainda não respondeu, embora continue tentando resgatá-la.

A Literatura, porém, vem tentando respondê-la e defini-la há mais tempo, mais do que coadjuvando a História, mesmo que o admirável Machado de Assis - que era mulato - tenha omitido o Negro na maior parte do admirável

conteúdo de sua obra, evitando assim a candente questão da escravidão; ao contrário de Castro Alves que evocou e saudou Palmares; do destemido Afonso Henriques de Lima Barreto que, como um Alejo Carpentier de Américas, por exemplo, só escreveu expressando gesto de amor e claro desprendimento à verdade histórica, buscando construir a outra face da identidade brasileira(22).

Note-se, por fim, que personalidades do nível de Octavio Paz, por exemplo, através do livro - Sor Juana Inês de la Cruz O Las Trampas de la Fe (1992), além de ressaltar a importância em se estudar as relações entre Literatura e História, revela a originalidade e algumas características muito específicas do "homem" latino-americano, forjadoras de sua identidade. O texto a seguir, analisado pela historiadora Olga Cabrera(23), é sintomático. Mostra, com certo realce, o que se tenta definir, justificando, portanto, que os esforços empreendidos pelo povo negro devem continuar objetivando recuperar sua história, sua cultura e sua dignidade humana:

"La expresión de una literatura latinoamerican- de lo real maravillo - ha revelado la originalidad. Gracias ao tradicionalismo del pueblo - argumenta Octavio Paz - no somos simples caricaturas de las naciones avanzadas. Entre algunas de las expresiones que revelan una identidad latinoamericana podemos considerar: La transculturación, en que los mitos occidentales más antiguos exteriores al hombre de Occidente y que siven sólo para

explicar sus orígenes, son recreados en nuestras tierras, formando parte de la vida del hombre latinoamericano. Se vive en el mito, el mito está interiorizado. Como ejemplos podemos ofrecer: el mito de los Reyes magos na Folia de los Reyes em el Centro-Oeste Brasileiro (los folhões reviven las ruta de los Reyes Magos en el pago de una promesa, para merecer la ayada del Dios que nace en cada Folia), el de las Amazonas y la puerta de los prodigios en Venezuela, Santa Bárbara y Changó en Cuba (sólo que aqui el devoto es hijo del Dios: Ochún. Changó, etc.); la relación con una naturaleza transcendente que desarrolla una maior espiritualidad en el autóctone, frente a la inmanencia del hombre occidental em que obtiene el fin mediante la experiencia; : Es mujer de la tierra. De la Mañana a la tarde y de la tarde a la noche se hacía más auténtica, más verdadera, más cabalmente diujada en un paisaje que fijaba sus constantes a medida que nos acercamos ao río. Entre sua carne y la tierra que pisaba se estabelecian relaciones inscritas en las pieles ensombrecidas por la luz, en la semejanza... una fatura común de obra salida de un mesmo torno. En nuestras pesquisas de campo em Goiás (Centro-Oeste brasileiro) hemos encontrado esas relaciones en que el hombre es solamente un elemento, y no orecisamente el más importante, de la naturaleza a la cual se considera ligado: así nombra y personaliza a la tierra, a los animales", etc.

NOTAS.

1 - Nascimento, Abdias do. O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista, Petrópolis-RJ, 1.980.

2 - Fernandes, Florestan. Significado do Protesto Negro, São Paulo, Cortez Editora, 1.989.

3 - Moura, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro, São Paulo, Editora Anita Ltda., 1.994.

4 - Munanga, Kabengele. Construção da Identidade Negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos, in Cadernos PUC, n. 33, São Paulo, Editora da PUC, org. Josildeth G. Consorte e Márcia R. da Costa, 1.988, p. 143.

5 - ANTA DIOP, Cheikh. l identité culturelle; In: Le Mutant d'Afrique. n. 1, Avril, 1982, p. 26-30.

6 - Munanga, Kapengele. Op. cit. P. 144.

7 - Mendonça, Renato. A Influência Africana no Português do Brasil. Cia. Editora Nacional, SP, 1935; Castro, Yeda Pessoa de. A Presença Negro-Africana no Brasil, mito e realidade. Salvador, CEAQ, 1981; Bastide, Roger. As Religiões Africanas no Brasil, São Paulo, Editora Pioneira, 1971. Ver no particular, a religião servindo como articuladora de uma ideologia cultural de resistência, todo o capítulo III do primeiro volume desse trabalho, intitulado: O protesto do escravo e a Religião, das pp. 113 a 140 e Moura, Clóvis, Dialética Radical, cit. pp. 177 a 181.

8 - S. KLEIN, HERBERT. A Escravidão Africana: América Latina e Caribe. Brasiliense, SP, 1987, p. 108.

9 - Silva, Martiniano J. da. Racismo à Brasileira, São Paulo, 3ª. edição, Anita Garibaldi, 1995, p. 169.

10 - Nascimento, Luíza Larkim. Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra, Petrópolis, Vozes, 1.981.

11 - Nascimento, Abdias do. Op. cit.

12 - O Movimento Negro Unificado(MNU) surgiu no Brasil na década de 1970. Mais precisamente, o 20 de Novembro, instituído em 7 de julho de 1978 em Salvador, pelo Movimento Negro Unificado, é o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia da Comunidade Afro-Brasileira. Dedicado a Zumbi, o 20 de Novembro procura ser uma contraposição ao 13 de Maio, data oficial da Abolição.

13 - Genovese, Eugene. Da Rebelião à Revolução. São Paulo, Global Editora, Trad. Carlos Eugênio M. Moura, 1983.

14 Freyre, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 28ª edição, Editora Record, 1992.

15 -Silva, Martiniano J. da. Racismo à Brasileira: raízes históricas, 3ª edição, Anita Garibaldi, SP, 1995, p. 191.

16 _____ . Op. cit., p. 27. Apud. História, de Heródotos, Ed. UNB, Brasília, 1988, tradução e notas de Mário da Gama Kury.

17 - O mito da "democracia racial" foi amplamente divulgado tendo como base teórica o livro "Casa Grande & Senzala", de Gilberto Freyre, seguido por vários autores.

18 - Silva, Martinano J. da. Op. cit. p. 160.

19 - Nogueira, Oracy. Tanto Preto Quanto Branco: estudos de relações raciais, T.A. Queiroz, Editor, SP, 1.985, p. 67 e segs.

20 - Dentre outros, Manoel Bomfim, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Jacob Gorender, Emília Viotti da Costa, José Alípio Goulart, Gilberto Freyre, Edison Carneiro, Arthur Ramos, João José Reis, Vicente Salles, Lana Lage da Gama Lima, Neusa Maria M. de Gusmão, Luiz Luna e Elisa Larkin Nascimento.

21 - Munanga, Kapengele. Op. citada, p.146.

22 - Machado de Assis, a nosso ver, omitiu o negro e fugiu do tema, notando-se que o negro como personagem central é praticamente desconhecido na nossa novelística. E ao aparecer, é sempre visto como boçal e de forma negativa. Um exemplo neste sentido, é o conto **Pai contra mãe**, do próprio Machado de Assis. Estranho: ao sê-lo, como em Moleque Ricardo de José Lins do Rego, do Jubiabá de Jorge

Amado e até em O Bom Crioulo de Adolfo Caminha, é transformado em anti-herói. Vide: Silva, Martiniano, op. cit. p. 98. Moura, op. cit. p. 204.

23 - Cabrera, Olga. América Latina: Historia y Literatura En La Búsqueda o/y En La Construcción De La Identidad: Los Pasos Perdidos De Alejo Carpentier. In América Platina e Historiografia: História Agrária, Imigração e Etnia, História Política e Mentalidades, de Heloísa Jachims Reichel Leda Gutfreind, Programa de Pós-Graduação em História UNISINOS, Rs, 1996. p. 145.

De certa forma, pelos textos precedentes, ficou afirmado que onde existiu o escravismo moderno, houve ajuntamentos e rebeliões de escravos negros insurgindo-se contra a desumanidade do sistema escravista colonial e duramente repressor. A bem dizer, esse movimento típico dos escravos nas Américas, pode ter se iniciado através do banzo e do suicídio que se sucediam nos porões de navios tumbeiros onde os africanos já se rebelavam mas eram reduzidos à escravidão até sob o pretexto de que ganhariam a salvação eterna ao serem batizados pela religião oficial(1).

Foi porém ao pisarem neste lado do Atlântico como escravos que conseguiram conspirar e ampliar sua luta contra os senhores e o sistema que os escravizava, deixando "marcas" profundas de sua presença e de sua cultura nesse "novo mundo" de que falam Arthur Ramos e Roger Bastide(2), ao articularem-se sobretudo em quilombos. Segundo o historiador João José Reis, a primeira grande rebelião escrava no Novo Mundo parece ter sido feita pelos cativos de Diego Colombo, filho do "descobridor" Cristóvão, no Natal de 1522", ainda acrescentando:

"No Brasil não se tem notícias de rebelião negra importante durante as primeiras décadas da civilização do açúcar"(3).

Nesse âmbito americano, aliás, o sociólogo e historiador Clóvis Moura não deixa dúvidas, acentuando que:

"Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, finalmente onde quer que a escravidão existisse, o negro marrom, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava. Em Cuba, eram os palenques, muitos deles famosos. Às vezes - escreve Fernando Ortiz -, os escravos fugitivos reuniam-se em locais ocultos, montanhosos e de difícil acesso, com o objetivo de se fazerem fortes e viverem livres e independentes, conseguindo, em alguns casos, o estabelecimento de culturas à maneira africana e constituir até colônias quando conseguiam unir-se a alguns negros forros cimarrones, o que era freqüente. Os escravos, em tal estado de rebeldia, diziam-se apalencados e os seus retiros, palenques"(4).

No Haiti, não foi diferente, onde, aliás, ocorreu a primeira rebelião escrava mais notável das Américas, em 1791, postulando uma República, realmente bem sucedida, só tendo como similares a série de rebeliões islâmicas na Bahia, no Brasil, ocorridas de 1808 a 1835, sem se omitir, evidentemente, a memorável República de Palmares.

A revolta escrava de São Domingos esteve intimamente ligada às figuras africanas do culto (religioso) vodu, assim como à cena política nacional e até internacional, como a Revolução Francesa. Os escravos negros daquela área da ilha do São Domingos, comandados pelo corajoso

quilombola Toussaint L Overture, transformaram os núcleos de negros refugiados nas florestas "no fermento mais importante das forças que iriam conquistar a sua independência", nenhum historiador podendo negar que desde a primeira revolta de Makantal, em 1758, "até a libertação do país, em 1808, os negros rebeldes são o contingente e militar mais importante dessa luta"(5), o mesmo tendo ocorrido na Venezuela, mesmo que em proporções bem menores.

Na Colômbia, como de certo modo ocorreu noutros países sul-americanos e da meso-américa, há uma sucessão de palenques, destacando-se como o mais famoso o San Basílio, no século XVII, liderado pôr Domingo Bioho, que se proclamou Rey Benkos.

No chamado México colonial e nas Guianas, o mesmo fato pode ser registrado, sendo que na Guiana Francesa, um conjunto de quilombos, os "Busch Negros", ainda sobrevive. No Panamá, temos o exemplo de Bayano, que liderou um quilombo com quilombolas dos mais "agressivos", colocando em pânico as autoridades coloniais espanholas até que foi capturado, morrendo em uma masmorra na Espanha(6).

Com relação aos Estados Unidos, os quilombolas também ofereceram uma contribuição vital à luta negra contra a escravidão, cujo destaque histórico só mais recentemente vem sendo reconhecido como realmente merece, consoante esclarece Haptaker, citado por Clóvis Moura(7), através de um inventário minucioso das revoltas escravas naquele país, sendo também elucidativas as coerentes

informações do historiador Eugene Genovese, esclarecendo a respeito o seguinte:

"Os quilombolas dos Estados Unidos escreveram páginas heróicas e ofereceram uma contribuição vital à luta negra contra a escravidão, mas, devido às circunstâncias, seu impacto teve de permanecer modesto. Até mesmo os núcleos indígenas que davam refúgio aos negros absorveram-nos de tal maneira que os separaram dos escravos, tanto no plano cultural quanto físico. No fim do século XVIII o perigo de que uma atividade quilombola em larga escala pudesse fomentar revoltas significativas de escravos havia passado, embora a atividade quilombola continuasse a alimentar os temores dos brancos"(8).

Mencionem-se como revoltas mais importantes nos estados norte-americanos de fala inglesa as que ocorreram na cidade de Nova Iorque, em 1712; em Stono, Carolina do Sul, em 1739; no sul de Lusiana, em 1811, e no condado de Southampton, Virgínia, sob o comando de Nat Turner, em 1831(9).

Na América Latina e no Caribe, a bibliografia básica de estudo da escravidão e de revoltas e rebeliões de escravos, até o ano de 1989, já arrola mais de 1.600 títulos de livros e artigos publicados, sem inclusão de teses universitárias e textos ou comunicações ainda inéditas, incluindo-se também nesse rico acervo áreas não-ibéricas do Caribe(10).

Além das várias formas de protesto e rebeldias dos escravos, a bibliografia básica, teve como temário, o tráfico de escravos, sobretudo no que diz respeito a seu impacto econômico e demográfico; os aspectos econômicos da escravidão, na sua diversidade regional, setorial, ocupacional e conjuntural; as estruturas demográficas da escravidão, com particular atenção à questão da família; os processos abolicionistas e de transição para outras formas de trabalho e, inclusive, embora não apareça de forma destacada na organização temática, a formação de culturas afro-americanas autônomas ou pelo menos claramente diferenciadas(11).

De fato, um dos elementos na reformulação analítica da escravidão, nas últimas décadas, tem sido a recuperação do escravo enquanto agente ativo no processo histórico, rejeitando-se ou redimensionando-se posturas anteriores que reduziam o escravo a "figurante mudo", vítima passiva ou, num outro extremo, revolucionário(12).

É assim que, sempre destacando a resistência dos escravos negros nas Américas, de forma geral ou específica em cada país, dentre outros títulos, podem ser enumerados(13): nos Estados Unidos, *American Negro slave revolst*, de Herbert Aptheker(1952); *O Poder Negro em Revolta*, de Claude M.Lightfoot(1969); *O Negro na Vida Americana*, de Mabel Morsbach(1969); *O Moroons Societies*, de Richard Prisce(1979); "Da Rebelião à Revolução, de Eugene Genovese(1983); Stanley Elkins - *Slavery, a problem in*

American institutional and intellectual life, 2. ed., Chicago Press, (1974).

Na América do Sul: América Latina: Males de Origem, de Manoel Bomfim(1.905); América do Sul, Escravidão Negra e História da Igreja na América Latina e no Caribe-CEHILA, Trad. Luiz C. Nishiura(1987); Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra, de Elisa Larkin Nascimento(1981); Manuel Moreno Fragnals - Aportes culturales y desculturación, in África en América Latina, dir. por M. Moreno Fragnals, México, (1977); Negres marrons et negres libres, de Roger Bastide(1965); Presencs y fuerza del esclavo africano em America: trata, mano de obra y cimarronaje, de Enriqueta Vilar Vila, 1986; referindo-se ao México, Rebeliones Cimarronas y esclavs en los territorios españoles, de José Luciano Franco(1981); Cuba, já com ricas fontes, Las Rebeliones de los afro-cubanos, de Fernando Ortiz(1921); Uruguai, Negros rebeldes y negros cimarrones: perfil afro en la historia del Nuevo Mundo durante el siglo XVI, de Carlos Federico Guillot(1.961).

Venezuela(14), já com rica listagem de informações, "Insurrección de los negros de la Serranía de Coro", de Manuel Pedro Arcaya(1949); "Las Insurrecciones de los esclavos negros em la sociedad colonial venezolano", de Federico Brito Figueroa(1961); Colômbia, que também já oferece rica listagem, "Palenque, primer pueblo libre de América", de Roberto Arrazola(1970); Paraguai, "La escavitud en el Paraguay: el rescate del esclavo", de Josefina Pla(1974);

Bolívia, "Esclavos negros en Bolívia", de Alberto Crespo Rodas(1977); Chile, "La presencia africana em Chile", de Virginia Vidal(1982); Argentina, onde os estudos de revoltas e rebeliões negros ainda exigem maior pesquisa, "Negros libres rioplatenses", de Ricardo E. Molas Rodriguez(1961); Peru, "Poder blanco y resistencia negra en el Perú", de Denys Cuche(1975); Equador, "El problema de las poblaciones negroides de Esmeraldas, Ecuador", de José Alcina Franch(1974).

No Caribe Francês(15), com razoável informação bibliográfica, "Los cimarrones de la frontera de Saint-Domingue: Maniel", de Yvan Debbasch(1981). Caribe Inglês, já com rica informação bibliográfica sobre resistência, rebeliões, fugas e quilombos, "Rebels without Heroes: Slave Politics in Seventeenth Centure", de McD Hilary Beckles(1983); "Black Rebellion in Barbados: The Struggle Against Slavery, 1627-1838", do mesmo autor. Caribe Holandês, com razovel informação bibliográfica sobre o tema enfocado, "Wolfert Simon van Hoogenheim in the Berbice Slave Revolt of 1763-64", de Bárbara Blair(1984).

Ilha do Caribe, Porto Rico(16), citem-se: "El Rey Miguel : Héroe puertorriqueño em la lucha por la libertad de los esclavos", de Ricardo Alegria(1978); "La primera Rebelión de esclavos negros libres en Puerto Rico y América", de Jalil Sued-Baillo.

República Dominicana(17),
 "Insurrección de los esclavos negros", de José Nuñez de

Caceres(1964); "La Rebelión de los esclavos de Boca Nigua", de Juan José Andreu Ocariz(1970); "La primera abolición de la esclavitud en Santo Domingo", de Frank Moya Pons(1974).

No Brasil, onde não existe estado federado sem a presença de quilombos, de fugas, rebeliões e outras formas do protesto negro, foram essencialmente estudadas nos seguintes livros: Brasil: as Raízes do Protesto Negro", Rebeliões da Senzala e Dialética Radical do Brasil Negro, de Clóvis Moura; Palmares: A Guerra dos Escravos", de Décio Freitas; Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês(1835), de João José Reis; Rebeldia Negra e abolicionismo, de Lana Lage da Gama Lima(1981); O Quilombo de Palmares, de Édson Carneiro(1947); O negro no Pará, de Vicente Salles(1971); Negros e Quilombos em Minas Gerais, de Waldemar Barbosa(1972); Uma Negação da Ordem Escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII, de Carlos Magno Guimarães(1983); Sombra dos Quilombos: introdução ao estudo do negro em Goiás, de Martiniano J. Silva(1974).

Como se vê, a bibliografia mostra que em todo o território formado por países americanos, foi acentuada a presença de escravos negros, articulando e efetivando suas revoltas e rebeliões contra o escravismo colonial que, segundo já destacamos através de Eugene Genovese(18), tinham dois objetivos básicos: antes da Revolução Francesa, a restauração das comunidades africanas e da autonomia local; segundo, fundir-se com os movimentos

nacionais e internacionais mais amplos, exercendo um efeito profundo na formação do mundo moderno.

Conforme o autor acima citado, nos finais do século XVIII, o conteúdo histórico das revoltas de escravos mudou radicalmente de configuração, deixando de lado as tentativas de assegurar a liberdade, para chegar a tentativas de eliminar a escravidão como sistema social(19). A revolução de São domingos, feita num momento crítico da época, possivelmente se destaque como um exemplo dessa tentativa; não se podendo omitir, evidentemente, a guerra de Palmares no Brasil que durou quase cem anos.

É necessário ressaltar-se que essas comunidades organizavam-se de diversas formas e como informa o historiador Clóvis Moura(20), "tinham proporções e duração muito diferentes. Havia os pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados ", acrescentando:

"No recesso das matas, fugindo do cativoiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos".

Criou-se para isso uma profissão específica: a de polícia visando combater a articulação e criação de quilombos. Em Cuba, eram os rancheadores; capitães-do-mato, no Brasil; coromangee, nas Guianas , todos usando as táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham por costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos.

Como se vê, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos, não se podendo negar, portanto, a ampla e contínua luta quilombola nas Américas.

NOTAS

1 - Maestri, Mário. O Escravismo no Brasil, 2ª edição, São Paulo, Editora Atual, 1995, p. 31.

2 - Ramos, Arthur. As Culturas Negras no Novo Mundo. Comp. Editora Nacional, 4ª, edição, Col. Brasiliana, vol. 249, 1979; Bastide, Roger. As Américas Negras. Difel-EDUSP, sp, 1974, Trad. Eduardo de Oliveira e Oliveira.

3 - Reis, João José. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil, São Paulo, in Revista USP, n. 28, coordenação Celso de Barros Gomes, Dez./Jan./Fev. 95-96, p. 22.

4 - Moura, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo, citada, p. 11.

5 - Moura, Clóvis. Obra citada, p. 12.

6 - Moura, Clóvis. Obra citada, p. 12.

7 - Moura, Clóvis Moura. Obra cit. p. 12.

8 - Genovese, Eugene. Da Revolução à Revolução. Trad. Carlos E.M. Moura. Global Editora, SP, 1.983, p. 85.

9 - Genovese, obra cit., p. 27.

10 - Gutiérrez, Horacio. M. Monteiro, John. Compiladores. A Escravidão na América Latina e no Caribe. Bibliografia Básica. edição UNESP, SP, 1990. p. 10-11.

11 - Gutiérrez e John, op., cit., p. 10-11.

12 - Gutiérrez e John, op., cit., p. 25

13 - Gutiérrez e John, op., cit., p. 33
e segs.

14 - Gutiérrez e John, op. cit., p. 80.

15 - Gutiérrez e John, op. cit., p. 49.

16 - Gutiérrez e John. Op. cit., p. 45.

17 - Gutiérrez e John, op. cit. p. 48.

18 - Genovese. Eugene. Op. cit. p. 153.

19 - Genovese, op. cit. p. 153.

20 - Moura, Clóvis. Quilombos, cit. p. 13.

TENTATIVA DE MAPEAMENTO DOS QUILOMBOS NO BRASIL

A expansão geográfica da quilombagem no Brasil é um dado histórico e político de relevância e abrangência como em nenhuma outra parte das américas. Não há um só Estado da Federação sem a sua questionadora e irrefutável presença. A bem dizer, onde quer que o trabalho escravo se estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando "em diversos níveis as forças produtivas escravistas", ora raptando escravos das fazendas, quer pela ação militar e outras formas de luta dos escravos brasileiros, como as guerrilhas e a sua participação noutros movimentos, chegando

ao extremo de agir pelo banditismo, como o caso de Lucas da Feira, tão conhecido na Bahia, de que fala Nina Rodrigues(1).

Assim, tentamos mostrar e enumerar pelo menos os principais quilombos mais conhecidos e estudados pela historiografia brasileira nos diversos locais nos quais eles existiram e se manifestaram. Eis a listagem(2):

Bahia

- 1 - Quilombo do rio Vermelho
- 2 - Quilombo do Urubu
- 3 - Quilombos de Jacuíbe
- 4 - Quilombo de Jaguaribe
- 5 - Quilombo de Maragogipe
- 6 - Quilombo de Muritiba
- 7 - Quilombos de Campos de Cachoeira
- 8 - Quilombos de Orobó, Tupim e

Andaraí

- 9 - Quilombos de Xiquexique
- 10 - Quilombo do Buraco do Tatu
- 11- Quilombo de Cachoeira
- 12- Quilombo de Nossa Senhora dos

Mares

- 13- Quilombo do Cabula
- 14- Quilombos de Jeremoabo
- 15- Quilombo do rio Salitre
- 16- Quilombo do rio Real
- 17- Quilombo de Inhambupe

18- Quilombos de Jacobina até o rio São Francisco(3).

Maranhão

- 1 - Quilombo da Lagoa Amarela (Preto Cosme)
- 2 - Quilombo do Turiaçu
- 3 - Quilombo de Maracaçumé
- 4 - Quilombo de São Benedito do Céu
- 5 - Quilombo do Jaraquariquera (4).

Minas Gerais

- 1 - Quilombo do Ambrósio (Quilombo Grande, até 1816, em território goiano)
- 2 - Quilombo do Campo Grande
- 3 - Quilombo do Bambuí
- 4 - Quilombo do Andaial
- 5 - Quilombo do Careca
- 6 - Quilombo do Sapucaí
- 7 - Quilombo do Morro de Angola
- 8 - Quilombo do Paraíba
- 9 - Quilombo do Ibituruna
- 10- Quilombo do Cabaça
- 11- Quilombo de Luanda ou Lapa do Quilombo
- 12- Quilombo do Guinda
- 13- Lapa do Isidoro

- 14- Quilombo do Brumado
- 15- Quilombo do Caraça
- 16- Quilombo do Inficionado
- 17- Quilombo de Suçuí e Paraopeba
- 18- Quilombos da Serra de São

Bartolomeu

- 19- Quilombo de Marcela
- 20- Quilombos da serra de

Marcília(5)

Pernambuco

- 1- Quilombo do Ibura
- 2- Quilombo de Nazareth
- 3- Quilombo de Catucá (extensão do

Cova da Onça)

- 4- Quilombo do Pau Picado
- 5- Quilombo do Malunguinho
- 6- Quilombo de Terra Dura
- 7- Quilombo do Japomim
- 8- Quilombo de Buenos Aires
- 9- Quilombo do Palmar
- 10- Quilombo de Olinda
- 11- Quilombo do subúrbio do engenho

Camorim

- 12- Quilombo de Goiana
- 13- Quilombo de Iguaraçu(6)

Quilombo dos Palmares-Alagoas

Embora haja quem admita a existência de "dezesseis cidades", formando o Quilombo dos Palmares, são mais estudados e conhecidos somente onze locais (mocambos), assim denominados(7):

- 1- Macaco (Capital)
- 2- Mocambo de Zumbi
- 3- Mocambo de Acotirene
- 4- Mocambo das Tabocas I
- 5- Mocambo das Tabocas II
- 6- Mocambo de Dambrabamba
- 7- Cerca (Fortaleza) de Subupira
- 8- Mocambo de Osenga
- 9- Cerca (fortaleza) de Amaro
- 10- Palmar (cidade agrícola) de Andalaquituche
- 11- **Mocambo de Aqualtune (mãe do rei)**

Paraíba

- 1- Quilombo do Cumbe
- 2- Quilombo da serra da Capuaba
- 3- Quilombo de Gramame (Paratuba)
- 4- Quilombo do Livramento(8).

Região Amazônica

- 1- Amapá: Oiapoque e Calçoene
- 2- Amapá: Mazagão
- 3- Pará: Alenquer (rio Curuá)
- 4- Pará: Óbidos (rio Trombetas e Cuminá)
- 5- Pará: Caxiu e Cupim
- 6- Alcobaca (hoje Tucuruí), Cametá (rio Tocantins)
- 7- Pará: Mocaiuba (litoral atlântico do Pará)
- 8- PARÁ: GURUPI(ATUAL DIVISA ENTRE o Pará e Maranhão)
- 9- Maranhão: Turiaçu (rio Maracaçumé)
- 10- Maranhão: Turiaçu (rio Turiaçu)
- 11- Pará: Anajás (lagoa Mocambo, ilha de Marajó)
- 12- Margem do baixo Tocantins: Quilombo de Felipa Maria Aranha(9).

Rio de Janeiro(10)

- 1- Quilombo de Manoel Congo
- 2- Quilombos às margens do rio Paraíba
- 3- Quilombos na serra dos Órgãos
- 4- Quilombos da região de Inhaúma

- 5- Quilombos dos Campos de
Goitacazes
- 6- Quilombos do Leblon
- 7- Quilombo do Morro do Desterro
- 8- Bastilhas de Campos (quilombos
organizados pelos abolicionistas daquela cidade)

Rio Grande do Sul(11)

- 1- Quilombo do negro Lúcio (ilha
dos Marinheiros)
- 2- Quilombo do Arroio
- 3- **Quilombo da serra dos Tapes**
- 4- Quilombo de Manoel Padeiro
- 5- Quilombo do município de Rio
Pardo
- 6- Quilombo na serra do Distrito do
Couto
- 7- Quilombo no município de
Montenegro(?)

Santa Catarina(12)

- 1- Quilombo da Lagoa(Lagoa)
- 2- Quilombo da Enseada do Brito
- 3- **Outros quilombos menores "que
devem ter dado muito trabalho"**

São Paulo(13)

- 1- Quilombos dos Campos de Araraquara
- 2- Quilombo da cachoeira de Tambau
- 3- Quilombos à margem do Tietê (caminho de Cuiabá)
- 4- Quilombo das cabeceiras do rio Corumateí
- 5- Quilombo de Mogi-Guaçu
- 6- Quilombos de Campinas
- 7- Quilombo de Atibaia
- 8- Quilombo de Santos
- 9- Quilombo da Aldeia Pinheiros
- 10- Quilombo de Jundiaí
- 11- Quilombo de Itapetinga
- 12- Quilombo da fazenda Monjolinho (São Carlos)
- 13- Quilombo de Água Fria
- 14- Quilombo de Piracicaba
- 15- Quilombo de Apiaí (de São José de Oliveiras)
- 16- Quilombo do Sítio do Forte
- 17- Quilombo do Canguçu
- 18- Quilombo do termo de Parnaíba
- 19- Quilombo da Freguesia de Nazaré
- 20- Quilombo de Sorocaba
- 21- Quilombo do Cururu

22- Quilombo do Pai Felipe

23- Quilombo de Jabaquara

Sergipe(14)

1- Quilombo de Capela

2- Quilombo de Itabaiana

3- Quilombo de Divina Pastora

4- Quilombo de Itaporanga

5- Quilombo do Rosário

6- Quilombo do Engenho do Brejo

7- Quilombo de Laranjeiras

8- Quilombo de Vila Nova

9- Quilombo de São Cristóvão

10- Quilombo de Moraim

11- Quilombo de Brejo Grande

12- Quilombo de Estância

13- Quilombo de Rosário

14- Quilombo de Santa Luíza

15- Quilombo de Socorro

16- Quilombos do rio Cotinguiba

17- Quilombo do rio Vaza-Barris

NOTAS.

1- Em casos extremos, o quilombola terminava bandoleiro, como Lucas da Feira, tão conhecido na Bahia, de que fala: Rodrigues, Nina. As Coletividades Anormais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939, p. 152 et seqs.

2- Moura, Clóvis. História do Negro Brasileiro. Ática, SP, 1.989, p. 25 e segs.

3- Fontes: diversas, coordenadas por Clóvis Moura. Especialmente: PEDREIRA, PEDRO TOMÁS.; STRAWHCS B. STUART, que conseguiu listar 35 quilombos na região da Bahia entre os séculos XVII, XVIII e XIX.

4- Moura, op. cit., p. 26, onde menciona outras fontes pelo mesmo coordenadas.

5- Carlos Magno Guimarães conseguiu listar 116 quilombos em Minas Geras no século XVIII, cf. "Os Quilombos do século do ouro; Minas Gerais. Estudos Econômicos, SP, 1988. 18(2). Ainda: Costa Filho, Miguel. Quilombos. Estudos Sociais, Rio, 1.960. nº 7, 9,10. Vasconcelos, Diogo. História Média de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial 1.918.

6- Fontes: diversas, além de Clóvis, especialmente: Melo, Josemir Camilo de. Quilombos em Pernambuco; século XIX. Revista do Arquivo Público. Recife, 1978.n. 31,32. Freyre, Gilberto. Nordeste, Rio. José Lympio, 1937.

7- Carneiro, Édison. O Quilombo de Palmares, Brasiliense, SP, 1947. Clóvis, op. cit., p. 63.

8- Além de Clóvis: Porto, Valdice Mendonça. Paraíba em preto e branco. João Pessoa, s.ed., 1976.

9- Salles, Vicente. O negro no Pará. Rio de Janeiro, FGV/UFPA, 1971.

10- Fontes diversas, coordenadas por Clóvis Moura.

11- Maestri, Mário. O escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/EDUCS, 1984.

12- Piazza, Walter. O escravo numa economia minifundiária. SP, Resenha Universitária/udesc, 1975.

13- Fontes: diversas, coordenadas por Clóvis Moura.

14- Figueiredo, Ariosvaldo. O negro e a violência do branco, Rio de Janeiro, José Álvares, 1977. Moura, Clóvis. Rebeliões da Senzala, 4ª edição, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988. Mott, Luís R.B. Pardos e pretos em Sergipe (1774-1851). Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, SP, 1976. Sampaio, Aluysio. Os quilombos do cotinguiba. Seiva, Salvador, 6(1).

PROCEDÊNCIA HISTÓRICA: FLUXO DE
ESCRAVOS

A procedência histórica do escravo negro para o Brasil Central mostra que o seu fluxo e refluxo nessa região pode ter acontecido de duas formas: sob guarda ou fortemente vigiado e "feitorizado", caso de que não há dúvidas; e fugido, perseguido, individual ou coletivamente, unindo-se em quilombos, suposição de que faremos ligeira referência ao abordar o caso particular de Goiás.

Na realidade, o escravo negro foi trazido à força para o Brasil Central. Já vinha da África desestruturado de sua tribo. A bem dizer, destribalizado(1). Partia, portanto, dos portos de São Paulo, da Bahia, do Rio de Janeiro, de Belém, assim como de Minas Gerais, mutilado e violentado, "cristianizado" pela Igreja(2) e às vezes até marcado a ferro e ainda sujeito a sofrer outras violências, especialmente físicas, durante as longas e temerárias viagens, forçado a acompanhar bandeiras(3); tanger tropas, a pé(4); fugir, sorrateiro para os matos ou enfrentar as perigosas

monções fluviais nos roteiros entre Tietê e Cuiabá, com mais de 3.000km onde muitos morriam(5); ainda na rota Madeira/Guaporé, entre Grão-Pará e Vila Bela em Mato Grosso, notando-se que, segundo o historiador Vicente Salles(6), a partir de 1755, havia muito interesse mercantil neste comércio fluvial de reexportação de escravos de Belém do Pará para Mato Grosso, acentuando:

"...certamente a única praça onde os mercadores do Pará poderiam ressarcir vantajosamente parte do capital empenhado. Ali, a descoberta de minas de ouro e de diamantes, que logo se mostraram muito produtivas, podia a praça de Belém capitalizar recursos e suprir suas necessidades de escravos com o lastro deixado por aquele negócio, acrescentando:

"De fato, o comércio de Mato Grosso para as portas do litoral era feito, e podia sustentar-se doravante, através de duas vias principais: Rio de Janeiro e Pará, sendo a do Pará facilitada "apenas se navegam os rios, desde o Guaporé, a entrar no Madeira", enquanto a do Rio de Janeiro procurava um longo caminho por terras de Goiás e Minas Gerais, que normalmente se cobria com a marcha de 5 meses(580 a 600 léguas), exigindo, esse transporte, "avultada tropa de bestas muares" para carregar as mercadorias. Para o transporte de mercadorias pesadas esse caminho se mostrava impraticável ou muito oneroso. "Pela carreira navegável do Pará não se encontra a mesma dificuldade no transporte de pesados e custosos volumes, que por preços racionáveis chegam a Mato

Grosso menos sujeitos a perigos, e mais aliviados de incômodos”(7).

Não há dúvida, portanto, que o escravo negro do Brasil Central, no povoamento inicial, foi trazido de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, e a partir de meados do século XVIII(1755), do Maranhão e do Norte, mormente do Pará, de onde passou a ser vendido pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que adquiria escravos de diferentes portos da África(8). Esses locais transformaram-se em entreposto de venda, redistribuição e irradiação de escravos, inclusive para os árduos trabalhos de mineração do século XVIII em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Segundo Arthur Ramos(9), a Capitania de Minas Gerais foi o principal ponto de redistribuição e irradiação desses escravos para Mato Grosso e Goiás nos trabalhos mineratórios, havendo mesmo fortes ligações entre essas regiões contíguas e de exploração econômica inicialmente “semelhante” na qual havia até furto de escravo uma da outra, mesmo no período de economia agropecuária do século XIX(10).

Foi assim que um grande fluxo de escravos chegou a Cuiabá, a partir de 1719, inicialmente pela rota das monções fluviais do rio Tietê; depois, através do caminho terrestre ligando Cuiabá a Goiás, aberto em 1736, alcançando Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e outras praças; e, posteriormente, do Grão-Pará, mormente a partir de 1750 em diante - quando a Capitania de Mato Grosso já tinha

como Capital Vila Bela da Santíssima Trindade, instalada no vale do Guaporé no intuito de impedir e barrar as incursões espanholas, surgindo assim a rota fluvial Madeira/Mamoré de que falamos, através da qual o escravo do Norte era colocado na praça de Vila Bela por preço bem menor do que aquele que se pagava ao escravo vindo pelo roteiro Tietê/Cuiabá ou pelo caminho terrestre através de Goiás(11).

Já nas primeiras décadas do século XVIII, os escravos procediam para Mato Grosso especialmente de Guaratinguetá, Taubaté, Porto Estrela, Angra dos Reis e mesmo São Vicente, desde quando já se aquilombavam ao norte das Novas Minas ou ajuntavam-se, indo pelos campos das salinas, às malocas dos chiquitos nas bandas castelhanas ou às aldeias das missões, assunto melhor abordado em "Fugas e Quilombos em Mato Grosso", do capítulo: "Resistência ao Escravismo".

Assim como em Minas Gerais e em Goiás, o processo mineratório de Mato Grosso possibilitou a formação de um mercado nacional, integrando o sul do país e outras regiões ao Brasil Central das minas. Esse comércio aconteceu através das tropas, os "comboeiros" e o "comboio" na terminologia do século XVIII, e o "tropeiro" e a "tropa", no século XIX. Eram os empresários do transporte da época; os mensageiros, transmissores de notícias e das novidades do litoral, que transportavam como mercadoria inclusive escravos de origem africana que chegaram aos arraiais e vilas de Mato Grosso também por esse meio. Ainda no início do século XIX, Saint-Hilaire encontrou uma numerosa tropa próxima de Corumbá,

procedente de São Paulo, que, além de outras mercadorias, levava uma dúzia de molecotes da Costa da África para Cuiabá, consoante mostra o texto:

"Pouca distância de Corumbá eu tinha encontrado uma numerosa tropa que se dirigia a Cuiabá, e à beira do rio uma outra aguardava a sua vez de passar. Conversei com o mercador a quem pertencia essa tropa e ele me disse que era composta de sessenta bestas de carga. Levava também uma dúzia de molecotes da Costa da África, e estava vindo de São Paulo com destino a Cuiabá. Achava que seria forçado a vender a longo prazo quase toda a sua mercadoria, não esperando poder retornar a São Paulo antes de dois anos. Negócios desse tipo São muito lucrativos, não há dúvidas, mas os proveitos que trazem são na verdade comprados muito caro. Os paulistas que empreendem essas intermináveis viagens através do sertão devem forçosamente ter conservado alguma coisa do espírito aventureiro e da perseverança de seus antepassados"(12).

Conforme tabela abaixo transcrita, referente ao período de 1720-a-1772, a entrada de escravos negros em Mato Grosso nos parece melhor esclarecida do que a de Goiás:

<u>ANO</u>	<u>QUANTIDADE</u>
1.720 A 1.750	10.775

1.750 a 1.764	3.051
1.765 a 1.768	843
<u>1.769 a 1.772</u>	<u>1.711</u>
Total	15.380

Fonte: Assis, Edvaldo de. Contribuição ao estudo do negro em Mato Grosso, op. cit. p. 40.

Vê-se que durante 52 anos(1720-1772), entraram em Mato Grosso 15.380 escravos. Vila Bela, em 1.769, com população de 3.819 pessoas, 2.343 eram escravos, sendo que em 1800, quando a população da Capitania de Mato Grosso já era de 25.821 pessoas, Vila Bela, com 7.105 indivíduos, 72,7% eram negros e 18,4% mulatos, restando apenas 7,1% para os brancos(13), notando-se que então a Capitania era constituída de negros, mulatos e brancos. Possivelmente não se incluía os caburés e os mamelucos; ou talvez estivessem entre os mulatos, pardos e suas variantes.

Até 1815, quando a Capitania apresentava uma população estimada de 30.000 pessoas, com crescimento populacional de 10,78%, de crescimento de pessoas negras e crescimento dos mulatos, os escravos ainda eram 9.319, enquanto, em 1864, não passavam de 5.000 indivíduos, aumentando uns 2.000 em 1874 mas logo retomando o processo de diminuição, em razão, sobretudo, das novas atividades mercantis desenvolvidas na região(14).

Nas tabelas apresentadas posteriormente, até o ano de 1876, sem inclusão evidentemente dos aquilombados, vê-se que o número de escravos prossegue diminuindo em Mato Grosso, só apresentando nas suas nove localidades - Cuiabá, Poconé, Cáceres, Mato Grosso (antiga Vila Bela), Diamantino, Rosário, Corumbá e Santana do Paranaíba - 7.051 escravos, com grande maioria concentrada em Cuiabá, absorvidos nas atividades canavieiras, produzindo açúcar e rapadura para abastecimento do mercado consumidor interno e externo, abrangendo a Bolívia e o Paraguai, comércio beneficiado após a abertura da navegação do rio Paraguai em 1872, havendo ainda escravos urbanos desenvolvendo atividades domésticas e ofícios mecânicos(15).

Assim, em 1876, Cuiabá tinha 5.089 escravos; Poconé, 434; Cáceres e Mato Grosso, 506; Diamantino e Rosário, 219; Corumbá, 208; Miranda, 207; Santana do Paranaíba, 388.

Com relação a Goiás, mais ao centro da Colônia, é possível que já no século XVII os escravos negros já fugissem do Maranhão, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, percorrendo a "rota do sertão", com destino ao norte e nordeste desse vasto território(16). Dizíamos, aliás, em 1974, ter-se refugiado no nordeste desse território o grupo tribal iurubano Queto(ketu), traficando para o Brasil em começos do século XIX:

"Em busca de sua liberdade, os negros Quetos da Bahia, durante o período colonial, sempre submissos

ao cativeiro(o mesmo não diríamos hoje), continuavam a fugir acostados aos tropeiros goianos que, conduzindo sal do litoral, demandavam ao planalto", acentuando:

"Com esse recurso, escapavam à caça impiedosa dos capitães-do-mato baianos, e chegaram a construir grupos ponderáveis, especialmente ao longo da margem direita do Tocantins, onde ainda subsistem traços étnicos característicos do povo Queto na população do nordeste goiano"(17).

Na realidade, o escravo foi trazido para Goiás sobretudo a pé, inicialmente, como já frisamos, acompanhando bandeiras "de penetração"(18); a seguir, pelas trilhas de transporte de tropas(19), distinguindo-se duas delas: a tropa de muares e, de certa forma, a tropa arreada ou cargueira, não aparecendo na documentação pesquisada a tropa "xucra"(20), variante da primeira, mais característica do sul do Brasil.

De início, havia um único "caminho", inteiramente terrestre, que acompanhava o "roteiro das monções", de que fala Luiz D Alincourt(21), que se transformou na estrada geral entre Goiás e São Paulo, proibindo a Coroa Portuguesa outros roteiros ou caminhos. Mas Várias estradas "de tropas" surgiram posteriormente em Goiás, com enormes distâncias e em diferentes direções, quantificadas e descritas por Silva e Souza e outros autores(22), como "Estradas do nascente, Estradas do sul, Estradas do norte, Estradas da Bahia", "picadas não permitidas" e outros caminhos(23), nos

quais, além de sal marinho em surrões, fumo, chumbo, sabão, prego e outras mercadorias, os comboios traziam cargas de escravos(24).

A proibição era severa. Um bando de 1732, por exemplo, restringia o caminho aos guayazes pela Vila de Jundiahy, Mogy do Campo e daí às Minas, estabelecendo para quem infringisse as ordens reais penalidades tão drásticas que certamente causaram danos irreparáveis aos primeiros comboeiros e mascates da região. Por se saber que havia entrado boiadas, fazendas secas e escravos, vindos dos currais da Bahia, São Francisco e Minas Gerais, através de picadas não permitidas, determinou-se o confisco de todas as mercadorias introduzidas antes do Bando, com prisão dos condutores, que seriam enviados a São Paulo, "à custa das fazendas confiscadas e levadas à praça para serem arrematadas"(25).

Para o historiador Zoroastro Artiaga(26), raramente vinha a Goiás um comboio negreiro para mercado. Algumas vezes que isto ocorreu não foi para mercado. Tratava-se de simples encomenda, e unicamente, de escravos decrepitos, comprados inicialmente em São Paulo, constantemente vitimados pela angústia, proveniente da expatriação, que nunca deixou de ser uma resistência. Para se obter escravos novos o pretendente teria que ir pessoalmente e trazê-los sob guarda, ou "feitorizado", até o local em que deveriam trabalhar. Segundo o autor citado, em "7 de setembro de 1752 chegou em Goiás o primeiro comboio negreiro",

acrescentando que por "ser uma novidade a cidade se engalanou para receber uma partida de domésticas e de peões para os serviços de ferramenta".

Note-se, aliás, que já no período de 1761-a-1799, chegaram a Goiás 8 tropas da Bahia, 3 do Rio de Janeiro e 2 de Minas Gerais, havendo também outras de São Paulo, sendo que no mesmo período, segundo a historiadora Maristela Porfírio da Paz Gumiero(27), saíram de Goiás para outras províncias, "ou de uma cidade goiana para outra, ou de um arraial goiano para outro, ou de uma fazenda para outra, o total de 147 tropas, sendo maior o movimento interno das tropas; figurando como principais produtos fornecidos pelo interior goiano: sebo, sabão, fumo, pano de algodão, peles de veado cortidas, sola, gado, marmelada, queijos, aguardente de cana, peixe seco, carnes secas, sal da terra, açúcar e rapadura.

Conforme a autora acima citada, das tropas procedentes de São Paulo, havia 6 cargas de escravos; da Bahia, 21 escravos novos e um crioulo; do Rio de Janeiro, 127 escravos; não aparecendo escravos nas tropas originárias de Minas Gerais no período referido; assinalando-se que no período de 1.788-a-1.818, movimentaram pelo território goiano 653 tropas(28), causando a entrada de imposto no valor de (22.743\$978)vinte e dois contos, setecentos e quarenta e três mil e novecentos e setenta e oito réis.

Quanto à participação de escravos negros tropeiros, embora existam, o assunto continua

desafiando os pesquisadores; o mesmo que o relacionado com a presença de mulheres tropeiras. Em que pese, a historiadora Maristela relaciona a presença de alguns escravos tropeiros na capital da Província goiana(Goiás, antiga Vila Boa), tais como: "Bernardo Crioulo, Ignácio Crioulo, João Crioulo, Raimundo e Bartolomeu", constando do livro de Registro de Entradas do Arquivo do Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás(29). Além disso, entrevistamos e as fotos registram velhos descendentes de negros tropeiros e carreiros do século XIX no sudoeste goiano, abridores de rotas e picadas entre Goiás, Mato Grosso, Minas Gerias e São Paulo, tendo como ponto final, sobretudo, Barretos.

Por volta de 1830 os mineradores ainda compravam escravos no Rio de Janeiro, que vinham em comboios, sempre resistindo ao cativo. A Preferência era pelos escravos jovens, que continuavam fugindo para os matos, consoante informa anúncio publicado no jornal Matutina Meiapontense(30), de Meia Ponte, ora Pirenópolis:

"De hum comboio de 30 moleques novos que do Rio de Janeiro vinha a Cidade de Goyaz, e pertencente a Sociedade - Mineralógica denominada Os Seis amigos - desencaminhou-se nas alturas do rio Corumbá, districto de S. Cruz, hum moleque da nação Nhombombe de idade de 14 anos pouco mais ou menos, cor fula, e olhos vesgos, e ha certeza de ter aparecido no Sítio de Luiz de tal no Emburuçu, Chapada de S. Marcos: quem o pegar, e der disso parte a Pedro Gomes Machado na Cidade de Goyaz receberá de alviçaras do mesmo Machado

20\$rs. e se o conduzir a dita Cidade receberá mais outros 20\$rs"(Matutina n. 117).

Sabe-se que a quantidade de escravos negros de Goiás foi maior do que a de Mato Grosso, trazidos grande parte deles já com os bandeirantes "paulistas". Com a bandeira de Anhanguera, por exemplo, havia um razoável número de escravos de origem africana. Vale dizer: os que não morreram ou fugiram, aportaram-se em Goiás, segundo informa o relato de Alferes Braga, integrante da bandeira:

"Seguiram-me três camaradas, escreve o Alferes, que foram José Alves, Francisco de Carvalho, seu irmão Manoel de Oliveira, paulista, e João da Mata, filha do Bahia, ainda rapaz José Alves com um negro e uma negra, seu irmão, com um só negro, eu com três, e um mulato que foram todas as peças que nos escaparam da viagem do Anhanguera, entrando eu com seis negros, e o mulato, o Alves com cinco e o irmão com três"(31).

Note-se mesmo, que não foram poucos os negros escravos que integraram as bandeiras paulistas. Arthur Ramos, valendo-se de Cassiano Ricardo, acentua:

"Está provado hoje que não poucos negros integraram as bandeiras paulistas. Parece que as "primeiras peças negras" que tomaram parte no bandeirismo foram as de Afonso Sardinha, o "patriarca do ouro", ainda no setecentos. De então em diante, era frequente a reunião de tapuiunas, pretos à tapuitingas, brancos, na epopéia do

desbravamento, como demonstrou Cassiano Ricardo em capítulos da sua *A Marcha para Oeste*"(32).

Prossegue o antropólogo Arthur Ramos:

"Negros tomaram parte na procura das esmeraldas, como nas buscas de prata e de ouro. Nas bandeiras de Pascoal Moreira e do Anhanguera, rumo das minas de Cuiabá e de Goiás, havia negros escravos. A mesma coisa, nas bandeiras de Bartolomeu Paes de Abreu e dos irmãos Leme. "O negro entra pelo interior", é ainda Cassiano Ricardo que escreve, "mas a bandeira é quem o leva em primeiro lugar. O que aconteceu por ocasião do ouro das Gerais repete-se nas descobertas de Mato Grosso e Goiás"(33).

Segundo Cunha Matos, seguido por Arthur Ramos, em meados do século XVIII, a população escrava atingira a 30.000 na Comarca de Goiás. No entanto, continua:

"...como o número de escravos negros do sexo feminino era diminuto, a população negra decaiu rapidamente", assim ainda dizendo com relação ao mau tratamento praticado contra os escravos:

"Povoada a província de Goiás por aventureiros, que não pretendiam formar estabelecimentos permanentes, e sempre tinham em vista regressar o mais cedo possível às suas terras, seguiram o inalterável costume de comprarem, para os seus rigorosos trabalhos, escravos pretos homens, e quase nunca mulheres. Os escravos assim desacompanhados, eram forçosamente celibatários, e, por conseguinte, estéreis. O peso do serviço, o mau tratamento e

sustentação, a falta de curativo, levava estes desgraçados prontamente à sepultura sem deixarem reproduzida a sua espécie. Aconteceu muitas vezes morrerem, no espaço de um ano, 100 escravos e alguns mineiros, coisa nunca sucedida aos agricultores. Esta mortandade pôs alguns dos proprietários em crise bem espinhosa, que ordinariamente acabavam em suicídio, em um sequestro geral, ou em uma fuga acelerada. Semelhantes acontecimentos repetiam-se muitas vezes e por degraus: a província foi ficando falta de escravos”(34).

Apesar de Arthur Ramos revelar a inegável violência e a constante rebeldia negra, exemplificadas pela morte, a fuga e o suicídio, repete dados confusos e equívocos do historiador Raimundo da Cunha Matos(35), incorrendo também em equívocos. Reitera que a população escrava de Goiás, no período mineratório, "...quase atingira a casa dos 100.000", admitindo, só na comarca do norte, ora Tocantins, quase 100.000 deles: Natividade, 40.000 negros escravos; Arraias, 16.000; Cavalcante, 9.000; Traíras, mais de 14.000; Cocal, 17.000; ainda surpreso ao admitir que nos "começos do século XIX", a Capitania goiana não alcançava nem 4.000 escravos.

Eschwege, por exemplo, diz o contrário de Cunha Matos. Admite uma população possível de 30.000 habitantes em Goiás na metade do século XVIII, dos quais só uns 10.000 trabalhavam na mineração(36). Ademais, já no primeiro recenseamento geral da Capitania goiana, realizado justamente em 1804, portanto nos finais da "decadência do

ouro", o equívoco acima mencionado também passa a ser esclarecido. Naquele recenseamento os escravos negros representavam 41% da população goiana que, segundo Silva e Souza(37), não passava de 50.365 habitantes, constituindo os mulatos, a bem dizer, a outra metade da população, em razão do estancamento da importação de negros e do acentuado processo de miscigenação ocorrendo em todo o território.

Já repetindo Calógeras e Veloso de Oliveira, mostra Arthur Ramos(38) que em 1819 as estatísticas indicavam 26.800 escravos em Goiás e ainda 36.368 negros "livres"; figurando como população negra de Mato Grosso, 14.396 escravos e 23.216 negros "livres"; representando, respectivamente, 42,5% e 38,6% da população negra do país, fato que revela o acentuado racismo "escravizador" existente á época no Brasil Central, sobretudo se compararmos ditos dados com os indicativos percentuais das demais províncias, nos quais Goiás e Mato Grosso só perdem para o Maranhão. Essa constatação pode ser melhor avaliada no quadro estatístico da população nacional da época, transcrito:

Províncias	Livres	Escravos	Total	% de escravos
Amazonas	13.310	6000	19.350	31,6
Pará	90.901	33000	123.901	26,6
Maranhão	66.668	133332	200.000	66,6
Piauí	48.321	12405	60.726	20,3

Ceará	145.731	55432	201.170	27,6
Rio Grande Norte	61.812	9109	70.921	12,8
Paraíba	79.725	16723	96.448	17,4
Pernambuco	273.832	97633	371.455	26,3
Alagoas	69.094	42879	111.973	38,3
Sergipe	88.783	26213	141.996	22,8
Bahia	330.649	147263	477.912	30,8
Espírito Santo	52.573	20272	72.845	27,7
Rio e Corte	363.940	146060	510.000	23,4
São Paulo	160.656	77667	238.323	32,6
Paraná	49.251	10191	59.442	17,2
Santa Catarina	34.859	9173	44.031	21,9
Rio Gde. do Sul	63.927	28253	92.180	30,7
Minas Gerais	463.342	168543	631.885	26,9
Goiás	36.368	26800	63.168	42,5
Mato Grosso	23.216	14.180	37.396	38,6_____

Fonte: Ramos, Artur, introdução à antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Casa do estudante do Brasil, 1.943.

Cunha Matos, já através de Saint-Hilaire(39), ainda apresentando dados obviamente confusos, informa que a Província goiana, em 1824, apresentava o seguinte quadro populacional:

- 10.535 brancos do sexo masculino e 5.144 do sexo feminino.

- 13.375 escravos, com 7.329 do sexo masculino e 6.046 do sexo feminino.

- 37.375 negros "libertos", somando-se seus descendentes, com 4.812 do sexo masculino, casados; e 13.413, do sexo masculino, solteiros; somando-se, ainda, 4.468 mulheres, descendentes de libertos, casadas; e, mais, 14.850 ditas, solteiras.

Já no principal censo demográfico do século XIX, feito em 1872(40), o vasto território goiano apresenta 160.395 habitantes: 42.000 brancos, 94.695 mestiços e 23.700 negros, onde menos de 5%, prováveis, ainda eram escravos; enquanto o historiador Gelmires Reis, secundado em Dr. L.R, Vieira Souto, já "calcula que a província conta em 1.885 com 5.000 escravos, inclusive 550 deles, de 60 a 100 anos"(41).

Finalmente, no intuito de tentar evitar mais equívocos em um tema quase sempre polêmico e sujeito a distorções, assim como visando encadear e preencher o tempo estudado, valho-me dos dados fornecidos pelos historiadores: Luís Palacin, Gilka Vasconcelos Ferreira Salles e Mary Karasch.

Tendo como primeira referência exata, encontrada sobre a população, os registros da cobrança da capitação em 1736, conclui Palacin que já no fim deste ano, os escravos chegavam a 10.265 em Goiás(42). Deles, 3.682 figuram no título de "adventícios" - escravos chegados durante o ano e que pagavam **pro rata** dos meses de trabalho. Os 6.583 restantes

dividem-se entre as minas de Santana - todas as minas do sul, 4.021, de Crixás, 1.366, e do Tocantins, 1.196.

Adotando, portanto, critérios mais confiáveis e dividindo o período da mineração em alguns "momentos", Palacin mostra que já no segundo deles (1738), "...os escravos de Santana (posterior Vila Boa e cidade de Goiás) sobem a 7.604 e os de Tocantins a 6.202", acrescentando:

"Em 1742, a Intendência de Vila Boa, que compreende as comissárias de Vila Boa, Meia Ponte e Crixás, termina o ano com 8.082 escravos - 4.461, 1.316 e 2.305, respectivamente - e a intendência do Tocantins, com as comissárias de Natividade, S. Felix e Arraias, com 6.248"(43).

Já numa visão de conjunto da economia goiana e fundada em rigorosa prova documental, a professora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles(44), descreve a população escrava da Capitania goiana, abrangendo o período de 1735-a-1832. Enfeixa o norte(ora Tocantins) e o sul da Capitania com maior riqueza de detalhes, assim descrevendo a seguinte população de escravos na Capitania goiana no período estudado:

ESCRAVOS - DISTRIBUIÇÃO EM GOIÁS

REGIÃO	1736	1737	1738	1740	1741	1742	1748	1749(1)	1783(2)	1804(3)	1808(4)	1824(5)	1832(6)
Região													
do Sul													
Vila Boa	-	-	-	2378	4252	4461	4836	4720	4689	4162	4432	-	3023
Meia Ponte	-	-	-	1334	1336	1316	1086	1086	1682	2281	2282	-	1800
Crixás	-	-	-	1076	2736	2559	1292	1432	1207	634	634	-	384
Pillar	-	-	-	-	-	-	-	2762	1567	1575	1845	-	1033

Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	-	206	723	997	704	-	1084
Sta. Luzia	-	-	-	-	-	-	-	262	899	1264	1264	-	741
Sertão	-	-	-	267	-	330	389	422	299	660	660	-	-
Bonfim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7330	7191	7370	5055	8324	8666	7603	1890	11066	11573	11821	-	8065

Região

Do

Norte

Tocantins	-	-	-	-	2666	3817	2936	3191	-	-	-	-	-
Traíras	-	-	-	-	-	-	-	-	3790	2807	2742	-	1441
São Félix	-	-	-	-	432	1165	926	1017	823	641	641	-	331
Natividade	-	-	-	-	730	1010	701	1827	648	1529	925	-	879
Cavalcante	-	-	-	-	-	-	-	-	923	1191	1209	-	474
Arraias	-	-	-	-	3169	970	293	229	363	569	419	-	792
Porto Real	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	844	-	-
Conceição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	684	584	-	210
Carmo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	840	-	-	156
TOTAL	2933	5960	5128	-	6997	6962	4856	6264	6547	8261	7364	-	4283

TOTAL

DE

CADA ANO	10263	13151	12498	-	15321	15628	12459	17154	17613	19834	19185	13375	12348
----------	-------	-------	-------	---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

FONTE - Salles, Gilka V.F. de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia, CEGRAF/-UFG - 1992, p. 275.

ESCRAVOS NA CAPITANIA

(1)1.735.....10.000

(2)1.736.....10.263

1.737.....13.151

1.738.....12.498

1.741.....15.321

1.742.....15.628

	1.748.....	12.459
	1.749.....	17.154
(3)	1.750.....	14.437
(4)	1.783.....	17.613
(5)	1.804.....	19.834
(6)	1.808.....	19.185
(7)	1.824.....	13.375
(8)	<u>1.832.....</u>	12.348

FONTES - Salles, Gilka V.F. de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia. CEGRAF/-UFG. 1.992, p. 276

Mary Karasch(45), já se preocupa com o assunto no século XIX, período de 1804-a-1885, onde consegue reciclar e ampliar a pesquisa, também deixando uma inegável e interessante contribuição que, certamente, como mostram os dados, preencherá uma lacuna da confusa e sempre carente história demográfica de Goiás e do próprio Brasil Central.

Escravas na Fronteira Brasileira: Século XIX

Escravos no Estado de Goiás - 1804 - 1885

Censo	População Escrava				Porcentagem	
	Ano	Pop. Total	Masc.	Fem.	total	Fem. Escravos
1804	50,365	12,094	7,933	20,027	39.6	39.8
1825	62,478	7,329	6,046	13,375	45.2	21.4
1832	68,497	7,220	6,041	13,261	45.6	19.4
1848	79,339	5,681	5,275	10,956	48.2	13.8

1856	121,992	6,416	5,918	12,334	48.0	10.1
1861	133,565	5,787	5,661	11,448	49.5	8.6
1872	158,920(b)	5,337	5,211	10,548	49.4	6.6
1885(c)		2,857	2,961	5,818	50.9	

a - Porcentagem total da população

b - Relatórios do Censo dá 158,920, mas meus cálculos mostram 158.929

c - A população escrava foi contada somente até 1885

Fonte - Karasch, Mary. Escravas na Fronteira Brasileira, Indiana Univerty Press, Bloomington and Indianapolis, 1966; in "Mais que Escravo": A Mulher Escrava nas Américas, Gaspar, David Barry Hine, Darlene Clark. Trad. Duane Roy, local e data citados.

Com os dados até aqui descritos, fica evidente que desde o início do século XVIII, os negros constituíam a maioria da população de Goiás, concentrados quase todos nas lavras de mineração onde já se rebelavam contra o sistema escravista colonial através de alternativas de que abordaremos particularmente no capítulo "Resistência ao Escravismo".

NOTAS

1 - Vários autores escreveram sobre o comércio negreiro da África ao Brasil, mostrando que o negro já vinha desestruturado de sua tribo e, portanto, destribalizado. Ver: Maestri, Mário. O Escravismo no Brasil, São Paulo, 2ª edição, Atual Editora, 1995, p. 31; Mira, João Manoel Lima,. A Evangelização do Negro no Período Colonial Brasileiro, São Paulo, Edições Loyola, 1983, p. 51.

2 - Ver sobretudo, Mira, João Manoel Lima (pe), Op. cit. p. 51.

3 - Ver, dentre outros, Ricardo, Cassiano. *Marcha Para Oeste*, Rio de Janeiro, 4ª edição, EDUSP-Livraria José Olympio Editora, 1970, 2 vols.

4 - Gumiero, Maristela Porfírio da Paz. *Os Tropeiros na História de Goiás: sécs. XVIII e XIX*, Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias defendida na UFG em 1991; Goulart, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1961.

5 - O assunto ainda não foi devidamente estudado. Ver, todavia, Taunay, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*, vol VI, Tomo III, *Relatos Monçoeiros*, 2ª edição, São Paulo, Edições Melhoramentos, s/d; idem, Tomo II, Editora citada.

6 - Salles, Vicente. *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas-UF-Pará, 1971, p. 61.

7 - Salles, Vicente, op. cit; Assis, Edvaldo de. *Contribuição ao Estudo do Negro em Mato Grosso*, Cuiabá, edições UFMT Proed, 1988, p. 13.

8 - Assis, Edvaldo de. Op. cit. p. 13.

9 - Ramos, Arthur, *Introdução à Antropologia Brasileira: as culturas negras*, vol. III, Liv. e Editora da C.E,B., Rio, s,d., p. 47.

10 - Havia muitas fugas, roubos e furtos de escravos de Mato Grosso para Goiás, de Goiás para Minas Gerais e outras regiões. Cartórios criminais e o Arquivo

Público de Uberaba, ora no Triângulo Mineiro, revelam que vários crimes envolvendo escravos no período de 1837-a-1890, têm origem no furto de outros escravos, conforme, aliás, abordamos em "Quilombos de Desemboque e o Sertão da Farinha Podre", do capítulo: Resistência ao Escravismo.

11 - Assis, Edvaldo de. Op., cit. p. 13.

12 - SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Goiás. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975. p. 120.

13 - Assis, Edvaldo de. Op. cit. p. 40.

14 - Assis, Edvaldo de. Op. cit., 47.

15 - Assis, Edvaldo de. Op. cit., p. 48.

16 - Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Editoras Barão de Itararé e Cultura Goiana, 1974, p. 27. Em "Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás", citado, a historiadora Mary Karasch, também admite que já no século XVII os africanos fugidos do nordeste brasileiro percorreram a "rota do sertão" com destino ao norte e nordeste de Goiás.

17 - Silva, Martiniano J. da. Op. cit. p. 27.

18 - É incontestável a presença do negro escravo nas bandeiras, visível na Bandeira de Anhanguera, cf. relatório do Alferes Braga, feito em 1734 ao

Padre Diogo Soares, integrante da mesma. Ainda: Ricardo, Cassiano. Op. citada.

19 - Gumiero, Maristela Porfírio da Paz. Os Tropeiros na História de Goiás: Secs. XVII e XIX, Dissertação de Mestrado em História das Sociedades Agrárias defendida na UFG em 1991, ps. 38-39.

20 - Silva, Martiniano J. da. Os Meios de Transporte como Fatores de Ocupação e Dominação Econômica de Goiás, monografia, Fevereiro de 1996, p. 17. Na pesquisa feita, não conseguimos detectar a "tropa xucra" no território goiano, estando presente em território Paulista ("O Tropeirismo e a Formação do Brasil", Piracicaba, ed. Academia Sorocabana de Letras e Fundação Ubaldino do Amaral, 1984, p. 13).

21 - Ver: D`Alincourt, Luiz. Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte, Ed. Itatiaias-EDUSP, 1975.

22 - Silva e Souza, "apud" - Vida e Obra de Silva e Souza, Teles, José Mendonça. Oriente, Goiânia, 1978. Em quantidade e qualidade, o assunto foi estudado por Chaul, Nasr Fayad. em "Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade", Goiânia, Ed. UFG, 1997.

23 - Chaul, Nasr Fayad. Op. citada.

24 - Gumiero, Maristela da Paz Porfírio. op. citada.

25 - Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás. Ed. UFG, 1992, Goiânia, Col. Docs. Goianos n. 24, p. 103.

26 - Artiaga, Zoroastro. História de Goiás, São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1959, p. 230-234.

27 - Gumiero, Maristela da Paz Porfírio. Op. cit, ps. 38-39.

28 - Bertran, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal, do indígena ao colonizador, Brasília, Solo Editores, 1994, p. 194.

29 - Gumiero, Maristela da Paz Porfírio. op. cit. p. 38-39.

30 - Matutina Meiapontense, Meia Ponte, Pirenópolis, de 23 de dezembro de 1830.

31 - Relatório do Alferes Braga, feito em 1734 ao padre Diogo Soares, integrante da Bandeira, citado.

32 - Ramos, Arthur. Antropologia do Planalto Central: notas e perspectivas; In - Uma Nova Fronteira Humana. IBGE, 1969, ps. 163-77.

33 - Ramos, Arthur. Op. cit., p. 163-77; Ricardo, Cassiano. Marcha Para Oeste, 4a, edição, Liv. J. Olympio Editora -Rio, EDUSP, 1970, V. I, 305.

34 - Ricardo, Cassiano. Marcha Para Oeste. Rio de Janeiro, 4a. edição, 1º vol., EDUSP e Liv. J. Olympio Editora, 1970, p. 306.

35 - Ramos, Arthur. Op. cit., p. 163-77.

36 - Eschwege, W. L. von. **Pluto brasiliensis. São Paulo.** Trad. Domício de Figueiredo Murta. Ed. Nacional, s.d., p. 72(Col. Brasiliana, 257).

37 - Silva e Souza, Luiz A. da. Pe. O descobrimento da Capitania de Goyaz; governo, populações e coisas mais notáveis(1.812). Teles, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia, Oriente, 1978.

38 - Ramos, Arthur. Introdução à Antropologia Brasileira: As Culturas Negras. Vol. III, Liv. e Editora da C.E.B., Casa do Estudante, Rio, 1943, p. 46.

39 - Saint-Hilaire, Auguste de. - Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz, Editora Nacional, Col. Brasiliana, Tomo 1, Rio de Janeiro, 1937, ps. 96, 295 e ss. Trad. Claro Ribeiro de Lessa. Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Cultura Goiana-Itararé, Goiânia, 1974, p. 23.

40 - Ver: IBGE e Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, cit. p. 25.

41 - Reis, Gelmires. Efemérides Goianas. Luziânia, Goiás, Gráficas Luzianas, vol.1, p. 2, 1942; Silva, Martiniano J. da. Op. cit., p. 23-4.

42 - Palacin, Luís. O Século do Ouro em Goiás, Goiânia, 4ª edição. UCG-Editora, 1994. p. 30.

43 - Palacin, Luís. O Século do Ouro em Goiás. 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas, Goiânia, op. cit. p. 28 e ss.

44 - Salles, Gilka V.F. de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás. Col, Docs, Goianos, n. 24. Editora UFG, Goiânia, 1.992, ps. 274-276. Algumas fontes em que se fundamentou a autora:

- CARTA de Dom Luiz de Mascarenhas ao Dr. Sebastião Mendes de Carvalho, Ouvidor de Goyaz, Goiânia, S.D.E.G., Cod. 1.129, p. 8.

- MAPPAS das matrículas e Capitação. Lisboa, A.H.U., Goiás, Maços 1 a 5.

- CORRESPONDÊNCIA de Dom Marcos de Noronha, Capitão General de Goyaz, Goiânia, S.D.E.G., Cod. 1,129, p. 142.

- NOTÍCIA Geral da Capitania de Goyaz. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Cod. 8.3.36, Passim.

- ESTUDO da População da Capitania de Goyaz no ano de 1.804. Cod. 164.

- CENSO da População da Província de Goyaz. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Cod. 808, vol.I.fl. 96.

- CUNHA MATTOS, P.J. da, apud SAINT-HILAIRE, op. cit., t. 1.p. 297.

45 - Gaspar, David Barry. Hine, Darlene Clark, Mais que Escravos, In Mulheres Negras e

Escravidão nas Américas, Karasch, Mary, Bloomington and
Indianápolis - 1996, pág. 79

PROCEDÊNCIA ÉTNICO-CULTURAL NA ÁFRICA

Questão polêmica tem sido a de se saber a real procedência étnico-linguístico-africana dos escravos negros brasileiros. Torna-se ainda mais confusa, ao serem retirados do litoral brasileiro no início do século XVIII para o Brasil Central onde, além de outros mecanismos de autodefesa, aliam-se aos indígenas, organizam-se em quilombos e fogem até para o estrangeiro, deixando nessa vasta região o indelével exemplo de sua luta, o sangue do seu sofrimento e a rica sobrevivência de sua cultura(1).

Que grupos étnico-linguísticos, portanto, teriam vindo para o Brasil Central? Por que se vem demorando tanto no esclarecimento dessa questão? Que causas vêm justificando tanta demora em se estudar e pesquisar sobre a procedência africana, a origem étnica, as fugas, os quilombos? afinal, os assuntos afro-brasileiros?

Acreditamos que dependendo de cada autor, os motivos e justificativas, podem ser diversos. A nosso ver, no entanto, o principal, sempre postergado e só

raramente pesquisado e estudado, é o disfarçado mas acentuado racismo existente nas próprias elites brasileiras, arraigado inclusive nos mais proeminentes intelectuais(2), contra os negros e a sua cultura. Por isso, a História africana não tem sido estudada no Brasil, como realmente merece, país onde quase 50% da população é negra ou sua descendente. Por isso, também, só depois de mais de três séculos de inglória existência escravista colonialista, é que se começam alguns estudos e pesquisas abordando temas como procedência africana e origem étnica dos negros brasileiros. Essa desatenção chegou ao ponto do escritor Sílvio Romero, seguidor de uma tese de Spix e Martius, em 1879, enfatizar o seguinte:

“É uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e das religiões africanas. Quando vemos homens, como Bleek, refugiar-se dezenas e dezenas de anos nos centros da África somente para estudar uma língua e coligir uns mitos, nós que temos o material em casa, que temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas **selvas** e a Europa em nossos salões, nada havemos produzido nesse sentido! É uma desgraça. Bem como os portugueses estanciaram dois séculos na Índia e nada ali descobriram de extraordinário para a ciência, deixando aos ingleses a glória da revelação do sânscrito e dos livros bramínicos, tal nós vamos levemente deixando morrer os nossos negros da Costa como inúteis, e iremos deixar a outros o estudo de tantos dialetos africanos, que se falam em nossas senzalas! O negro não é só uma máquina

econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência. Apressem-se os especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçanges... vão morrendo. O melhor ensejo, pode-se dizer, está com a benéfica extinção do tráfico. Apressem-se, porém, senão terão de perdê-lo de todo. E todavia, que manancial para o estudo do pensamento primitivo! Este mesmo anelo já foi feito quanto aos índios. É tempo de continuá-lo e repeti-lo quanto aos pretos"(3).

Foi assim que se começou, nos finais do século XIX, uma primeira fase de estudos sobre a procedência e as origens étnicas do negro no Brasil, chamada por Renato Mendonça de fase "pré-Nina Rodrigues"(4). Lembrou-se de estudar toda uma contribuição esparsa de cronistas do período colonial, que nos traçaram páginas de colorido e interesse sobre a vida do Negro escravo. "Debret, Rugendas, Maria Graham, Koster, Erobank, Fletcher e Kidder..."

Foi nesse contexto que se descobriu a primeira tentativa antropológica de um esboço de **classificação** étnica e tribal dos povos negros entrados no Brasil, escrita por Spix e Martius no início do século XIX (1817-1820), defendendo a tese de predominância da cultura banto, passando a se ter a seguir, as contribuições linguísticas de Macedo Soares e folclóricas de Sílvio Romero e João Ribeiro (História da Literatura Brasileira, 1.882-1980). É com Spix e Martius, portanto, que surge a crença, que passou a dominar a maioria dos cientistas brasileiros, inclusive os historiadores da

época em sua quase maioria, admitindo que foram **bantos** os povos negros que colonizaram o Brasil(5), tendo entrado no País dois grupos gerais deles: os Angolas, Cabindas e Congos da Costa Ocidental e os Macuas e Angicos da Contra Costa.

Mas discordando de Spix e Martius, a quem seguiam João Ribeiro e outros autores, surge no início do século XX a notável figura de Nina Rodrigues, autor da obra clássica, *Africanos no Brasil*, com méritos considerada pioneira nos estudos africanos no Brasil(6). Nina Rodrigues não desconhece e até destaca a vasta presença do grupo étnico de língua banto no Brasil. Porém, com ênfase, contradita Spix e Martius com a tese da supremacia Sudanesa(7), especialmente na Bahia, povos negros subestimados pelos cientistas alemães quando estiveram na naquela província, também com razoável presença noutras partes do Brasil e origens na região intertropical africana, entre o deserto do Saara e o Atlântico.

Assim cai por terra o exclusivismo banto no Brasil. Mas a polêmica só foi melhor esclarecida através do eficiente trabalho do antropólogo Arthur Ramos(8), que, após seguir e aprofundar a pesquisa de Nina Rodrigues, cuja obra - *Os Africanos no Brasil* - exerceu fecunda influência sobre o mesmo, concluiu por estar a questão posta nos seus devidos lugares. Para Arthur Ramos, no Brasil, entraram em grandes proporções, não só **bantos** como **sudaneses**, admitindo e reconstituindo, inclusive, outras culturas negro-africanas no Brasil, chegando a enfatizar que o problema

principal "não está nas reconstituições históricas, de pontos de procedência e números respectivos do tráfico, visto que as fontes documentárias são insuficientes; mas nos paralelos das sobrevivências culturais existentes no Brasil com as culturas africanas originárias"(9). O autor mencionado chega a apresentar o seguinte quadro dos padrões de culturas negras sobreviventes no País, originárias, naturalmente, de Angola, Congo, Guiné portuguesa, Luanda, Benguela, Moçambique, Costa do Ouro, Bissau, Cachéu, etc.

A) - Culturas sudanesas, representadas principalmente pelos povos Yoruba, da Nigéria (Nagô, Ijêchá, Eubá ou Egbá, Ketu, Ibadam, Yebu ou Ijebu e grupos menores; pelos Daomeianos (grupos Gêge: Ewe, Fon ou Ean, e grupos menores); pelos Fanti-Ashanti, da Costa do Ouro (Grupo Mina propriamente dito: Fanti e Ashanti); por grupos menores da Gâmbia, da Serra Leoa, da Libéria, da costa da Malagueta, da Costa do Marfim... (Krumano, Agni, Zema, Timini...).

B) - Culturas guineano-sudanesas islamizadas, representadas em primeiro lugar pelos a) Peuhl, Fula, etc.); b) Mandinga (Solinke, Bambara...) e c) Haussá do norte da Nigéria; e por grupos menores como os Tapa, Bornu, Gurunsi, e outros.

C) - Culturas bantos, constituídas pelas inúmeras tribos do grupo Angola-Congolês e do grupo da Contra-Costa(10), valendo ressaltar-se já haver novos estudos a respeito do assunto(11).

Não é correto, portanto, supor que os Negros brasileiros foram todos bantos ou todos sudaneses. O autor já citado, preocupado em indicar e mostrar a larga área geográfica de procedência do povo Negro brasileiro, resume o assunto no seguinte quadro(12):

Culturas sudanesas

- Iurubas
- Gêges
- Fanti
- Ashanti

Culturas sudanesas islamizadas

- Haussás
- Tapas
- Mandingas
- Fulas

Culturas bantos

- Angola
- Congo
- Moçambique

A grosso modo, portanto, poder-se-ia dizer que todos estes grupos étnico-culturais africanos fizeram parte do processo do tráfico de escravos para o Brasil Central, sendo importante frisar que já no "escravismo

tardio"(13), pelo menos uma minoria expressiva de escravos brasileiros aprisionados foi transferida para a região do Rio da Prata onde esse comércio, após o fechamento do tráfico pelo Atlântico(1850), sobretudo a partir de 1880, foi desenvolvido, passando a ser um tráfico escravo interno muito ativo, realizado em grande parte pelos mares(13), tendo possivelmente beneficiado sobretudo Mato Grosso através da navegação fluvial do Rio Paraguai.

Porém, que grupos ou tribos étnico-culturais pertenceriam estes escravos e quais teriam predominado? Quais as suas sobrevivências culturais, existentes? E os mais experientes nas fugas e formações de quilombos? Seriam os sudaneses ou os bantos?

Tentar responder a essas indagações, implica dizer que a origem étnico-linguística desses povos na região, em âmbito de procedência africana, ainda é uma questão inconclusa, exigindo complementação de pesquisa, desafiando, portanto, os estudiosos. Começa, aliás, pela seguinte dúvida histórica: quem podia ser chamado "negro" na região nas primeiras décadas do século XVIII? Ao indígena nativo e cativo da terra, também transformado em escravo; ou ao "negro", originário da África? Saliente-se, aliás, a título de ilustrar, que este último, desde o povoamento inicial dos córregos e ribeirões auríferos, na primeira fase de colonização de Mato Grosso e Goiás, já era a principal mão-de-obra da mineração.

Embora tenha havido distinção posterior, "negros", para os antigos portugueses, eram todos os aborígenes da África e os ameríndios da América, ou brasis do Brasil, como eram chamados, nos primeiros tempos, os nativos, só recentemente estudados como "negros da terra"(15), embora continue esse lado meio oculto da historiografia brasileira, caracterizado pela escravidão do índio ou o "cativeiro indígena", também violento e ignóbil, acentuado em São Paulo entre 1630-1680 e estendido na imensidão dos territórios de Mato Grosso e de Goiás no período seguinte. Nele, em princípio, o termo "negro" encontrado na documentação nas primeiras décadas de colonização de Mato Grosso e Goiás é usado para o índio, designação que só foi proibida em Mato Grosso em 1757(16) e em Goiás provavelmente em 1.760, quando o escravo de origem africana era muito mais discriminado do que o de origem americana com o qual nem podia ser comparado (17).

Curiosamente, a dificuldade prossegue na população, de difícil quantificação, constituída de brancos, mestiços, índios, pardos e negros; ou na própria classificação de cores: branca, parda, cabocla, preta, etc., ainda comuns nos finais do século XIX(18); ou mesmo entre os escravos de origem africana, principalmente quando se procura as origens tribais dos negros importados. Como em outras partes da Colônia, no Brasil Central (leia-se Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Goiás, Tocantins e Triângulo Mineiro), já no início da colonização eram comuns as

designações populares de Nagô, Mina, Angola, Moçambique, indicando vagamente os pontos de onde procediam os negros, sendo ainda mais comuns as designações gerais: "peça da índia", "preto da Guiné", "negro da Costa"; havendo ainda, o "nagô de angola", o "nagô de Daomé", o "preto mina", o "negro retinto", o de "cor de carvão" e os fulas, de "cor mais clara", de que fala Arthur Ramos(19).

É comum, aliás, encontrar-se em cartórios de velhas cidades de Mato Grosso do Sul, antigamente pertencentes a Mato Grosso(Corumbá, Santana de Paranaíba, Camapuã, Coxim e outras), no período de 1838-a-1888, por exemplo(19), os designativos: escravo Antônio, nação congo; escrava Maria, nação moçambique; escrava Joana, nação banguela; escravo José, nação cabra; cores, como "cabra", "caburé", "fula", "parda", etc., predominando os nomes de escravos "crioulos" e uma grande porcentagem de africanos, procedentes de Minas Gerais, Goiás e outras regiões(21).

Se o documento, por exemplo, é a escritura, jornais, cartas de alforria de Pirenópolis, velhos inventários do Sudoeste goiano, de Cuiabá, do Mato Grosso do Sul ou do Triângulo Mineiro(22), a classificação pelas tribos ou "nações" de onde procediam os escravos na África também sempre aparece. Assim, sempre arrolados depois dos trastes caseiros e dos semoventes no caso dos inventários, são frequentes as denominações: "crioulo" e "africano", revelando o de origem nativa e o procedente da África; mais os descendentes das seguintes tribos africanas: "cabra",

"angolas", "benguelas", "cassanges", ou "caçanges", "congos", "minas", "rebolos" ou "ribolos", etc.

Apesar da acentuada mistura de cores, de designações e da polêmica procedência étnico-linguística já demonstrada, as fontes documentais e, sobretudo, as sobrevivências culturais existentes, somadas ao respeitável entendimento de Arthur Ramos(23), indicam a existência de uma predominância de culturas bantos no Brasil Central, seguramente ensejadora de pelo menos a maioria dos negros que articularam e fundaram quilombos na região. Aliás, entre as culturas bantos, com relação à "nagô", por exemplo, formando as duas que tiveram mais acentuada influência em todo o Brasil, as primeiras foram as que mais se estenderam por todo o país, sendo que as culturas sudanesas e as sudanesas islamizadas, predominaram principalmente na Bahia. Note-se, aliás, que a influência dos povos de língua banto na região é acentuada no próprio léxico, onde a língua quibundo, de origem banto, é facilmente detectada na terminologia angola, congo, cacimba, malungo, calunga, quilombo e outras tantas fundadas nas culturas bantos. Justificando mesmo o fato de terem sido as culturas bantos as que mais se estenderam por todo o Brasil, escreve Yeda Pessoa de Castro o seguinte:

...no que concerne à influência dos povos de língua banto, ela foi mais extensa e penetrante por também mais antiga no Brasil. Isto se revela pelo número de empréstimos léxicos de base banto que são correntes no português do Brasil - uma média de 71% - e pelo número de

derivados portugueses formado de uma mesma raiz banto, inclusive os de conotação especificamente religiosa, sem que o falante brasileiro tenha consciência de que essas palavras são de origem banto”(24), ainda afirmando em um outro interessante trabalho:

“os empréstimos léxicos africanos no português do Brasil, associados ao regime da escravatura, são em geral étimos bantos(quilombo, senzala, mucama, por exemplo); depois Zumbi, Ganga-Zumba, nomes dos líderes de Palmares, são títulos tradicionalmente atribuídos a chefes locais do domínio banto. Sobre outro plano, os folguedos tradicionais brasileiros que portam nomes denunciando influência banto, tais como quilombos, congos, moçambiques, são atestados em diferentes zonas rurais do Brasil”(25).

Nesse particular, Arthur Ramos chega a ser conclusivo:

“os negros que subiram as elevações do Brasil Central, para as tarefas do garimpo e da mineração, foram, em sua grande maioria, negros bântus”(26).

Também a historiadora Maria de Lourdes Bandeira(27), valendo-se de eminentes autores que se dedicaram ao estudo de traços culturais de origem africana, preocupada, principalmente, com a área de Mato Grosso, chega à conclusão de que no Centro-Oeste e Sudeste do Brasil dominam os traços culturais de procedência banto, a cuja etnia pertencia os pretos de Angola, Guiné e Congo vindos em contingente expressivo para as minas do Mato Grosso.

Essa predominância de traços da cultura banto na região, quase sempre tratada somente a nível folclórico, ainda pode ser evidenciada em várias localidades. É o caso das sobreviventes e cultuadas congadas, por exemplo, ainda frequentes em Araxá, Uberlândia, Uberaba e outras cidades do Triângulo Mineiro; em Cuiabá e Diamantino, em Mato Grosso; em Campo Grande e Santana do Paranaíba, em Mato Grosso do Sul; Porto Nacional, Monte do Carmo, Pedro Afonso, Filadélfia e outros locais, no Tocantins; Cidade de Goiás, Catalão, Pirenópolis e outras, em Goiás.

No caso particular de Goiás, o próprio Arthur Ramos, é taxativo esclarecendo a procedência em maioria dos angolanos e dos congos:

"No caso do negro do planalto goiano, os documentos históricos acessíveis são infelizmente em número reduzido, ou não oferecem elementos de convicção. No entanto, alguma coisa pode ser tentada, com relação à história do bandeirismo. O negro que chegou ao planalto de Piratininga proveio, em sua maioria, da Angola e do Congo. Afonso Sardinha importara diretamente negros de Angola para São Vicente, chegando a possuir um "navio de carreira, para tal fim"(28).

Vê-se que o antropólogo Arthur Ramos defende a tese de predominância da cultura banto, admitindo, evidentemente, a existência em nível menor de outras culturas negro-africanas no Brasil Central, especialmente em Goiás. Nesse particular, após consultar as velhas escrituras dos cartórios, o segundo autor a tratar dessa temática em Goiás é

o historiador Zoroastro Artiaga(29), no capítulo terceiro de sua "História de Goiás", onde, além dos remanescentes bantos, descreve outros sobreviventes culturais africanos na região, que não podem ser olvidados. Os mandingas, por exemplo, com origem nas culturas sudanesas islamizadas, abriram uma escola de feitiço em Pilar e Crixás, que teve renome em Goiás, tais os prodígios que conseguiram na arte da magia negra. Crixás ficou com a alcunha de capital da mandinga, merecendo transcrição o que o autor acima citado escreveu:

"Em Goiás aportaram as seguintes sub-raças de negros: 1) Quússâmas; 2) Congos; 3) Egbanos; 4) Cacimbas; 5) Angolas; 6) Benguelas; 7) Bambas; 8) Dahomeanos; 9) Guinês; 10) Gingas; 11) Balantos; 12) Sudaneses; 13) Nagôs; 14) Mussucongos; 15) Minas; 16) Cabindas; 17) Benins; 18) Quibundas; 19) Vrumanos; Ainda outros tipos que não conseguimos identificar", ainda acrescentando o seguinte:

"Além das raças, e sub-raças que já mencionamos dos cativos que viveram, tivemos notícias dos **Auzacos**, dos **Tempas**, já mesclados", enfatizando que os congos trouxeram a alegria de suas danças folclóricas, destacando-se as congadas, os moçambiques e as cavalhadas, criteriosamente estudadas pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão(30); enquanto "os moçambiques são de cor retinta e as mulheres gostam de música e são negros cheios de balangandãs".

Enfim, foram observadas as seguintes etnias em Goiás: os bantos, que predominam, representados pelos negros do Congo, do Moçambique e de Angola; os

sudaneses, constituídos pelos grupos nagôs (iurubas), os gêges (daomeanos), os fantashantis, os haussas, os tapas, os mandingas, os fulas e, com mais frequência, os negros da Costa da Minas(31).

Também o poeta e escritor Gilberto Mendonça Teles(32), fez uma boa pesquisa na área histórico-literária de Goiás mostrando a inegável sobrevivência de culturas negras nesse território. Ao fazê-la, na década de 60, as informações bibliográficas eram realmente muito falhas, existindo em Goiás somente dois trabalhos abordando o assunto, o do professor Zoroastro Artiaga e o do antropólogo Arthur Ramos, já mencionados. O professor Gilberto buscou outras duas fontes: a Literatura e o Folclore, através das quais, de certa forma, ampliou a pesquisa e aprofundou a temática que, mesmo sem esse objetivo, deixa clara uma certa predominância de sobrevivências culturais bantas nos interessantes versos de quase todas as obras a seguir relacionadas:

José Aparecido Teixeira(Folclore Goiano-1941); Hugo de Carvalho Ramos(Tropas e Boiadas-1917); Regina Lacerda(Vila Boa-1957); Pedro Gomes(Na Cidade e na Roça-1924); Americano do Brasil(Cancioneiro de Trovas do Brasil Central-1925); Derval de Castro(Páginas do meu Sertão-1930); Bernardo Élis(Ermos e Gerais-1954); Basileu Toledo França(Pioneiros-1954); Eli Brasiliense(Chão Vermelho-1956); Leo Godoy Otero (O Caminho das Boiadas-1958) e Ada Curado(Morena-1958).

Ao se aperceber da falha de informações bibliográficas, chega a afirmar:

"...é que as manifestações do negro no folclore goiano se limitam às congadas, moçambiques e a outras expressões das festas de N. S. do Rosário, padroeira das confrarias dos negros, como a "Dança dos Tapuias", famosa em Jaraguá, e que não passa de uma mistura de formas indígenas e negras, proveniente por certo do contato das duas culturas, na época da mineração"(33).

Essa limitação, entretanto, como reconhece, aliás, o próprio escritor Mendonça Teles, é o nosso grande desafio nessa terra onde ninguém pode viver sem a consistente e abnegada cultura negra, especialmente banto, ainda pouco estudada; onde os quilombos foram a principal forma de luta dos negros contra o escravismo colonial; onde os fazendeiros não podem criar gado sem a presença de um boi "malungo"; sem referenciá-lo e relacioná-lo com o seu homônimo da fazenda vizinha; onde os "angicos" e "mulungus", de várias espécies, enriquecem a flora dos cerrados; onde a presença das valentes abelhas africanas (*Apis melífera Adamsoni* Latrt.), é amplamente difundida; em suma, onde não se vive sem a história, a dança, a música, a magnífica culinária e a mágica filosofia primitiva dos cultos afro-brasileiras ainda revelando a rica sobrevivência dessas culturas, com inegável predomínio banto.

A presença de grande número de africanos foi mesmo a responsável pela introdução e fixação,

em Goiás, de muitos rituais e crenças trazidos da África, às vezes praticados às escondidas ou escamoteados sob a aparência cristã, durante situações graves e até dramáticas, como a da morte. Por exemplo, o animismo do negro camponês de então. As suas íntimas relações com os bosques, com a natureza, estratégias às vezes passadas despercebidas pelos brancos; assim como o "silêncio", essa velha forma de disfarçar e preservar as religiões africanas. Ou certas práticas iniciáticas, mais das vezes exercidas de forma incrivelmente hábeis pelos oficiantes.

Um documento de 1.783, governando a Capitania D. Luiz da Cunha Meneses, é revelador, de modo raro apontando a popularidade das práticas e dos advinhos africanos junto à população de Vila Boa, em Goiás, especialmente junto às mulheres, mostrando ainda a repressão empreendida contra eles pelo governador já mencionado, que os "mandou prender a todos os que usavam desta ridicularia, mandando-lhe fazer um castigo público, os mandou meter em calcetas e trabalhar nas obras públicas", assim dizendo o texto:

"Estava esta Vila com um relaxamento a respeito dos feitiços. Já havia bonecos que falavam e tinham a particularidade de adivinhar. Estimavam muito as mulheres do fado aos pretos que davam fortuna. Com a certeza desta superstição, mandou prender a todos os que usavam desta ridicularia, mandando-lhes fazer um castigo público, os mandou meter em calcetes e trabalhar nas obras públicas, e é

felicidade de quem governa serem as suas ações a satisfação do povo"(34).

Do início do século XIX, os cientistas alemães Spix e Martius trazem um registro contundente da presença das religiões africanas em Goiás, fixando convivências e diferenças religiosas entre brancos e negros mas estes mantendo suas tradições animistas provavelmente bantas. Afirmam o seguinte:

"Não achamos viva alma, nem no pátio, nem na espaçosa habitação, e admirados, já queríamos retirar-nos, quando prantos lamentosos nos chamaram para uma afastada palhoça. Ali encontramos a família e a numerosa criadagem preta, chorando em volta de um corpo que estava costurado num lençol de algodão como as múmias do Egito. Explicaram-nos que a morte de uma escrava era o motivo dessa lúgubre solenidade, pois os africanos não se deixam demover de prestar, segundo os costumes pátrios, os últimos deveres aos mortos. As lamentações são feitas pelos negros com tanto fervor e vivacidade, que os fazendeiros consideraram pouco prudente negar para isso o consentimento. Esta cerimônia religiosa, chamada de entame pelos negros, é celebrada, na Guiné, de portas fechadas e degenera frequentemente na mais licenciosa extravagância, razão por que o Sr. Frota só com a sua presença receava poder contê-los"(35).

Ainda a historiadora Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, em pesquisa mais recente, descrevendo a

presença dessas culturas, admite a predominância dos bantos em Goiás, asseverando:

"Nos registros de batismo na paróquia de Meia Ponte (Pirenópolis), em Goiás, e de outras localidades adjacentes, podem ser encontrados os epítetos de Minas, Angola, Guiné e Congo, designativos relacionados com maior frequência"(36).

Com relação à presença dos "Minas", por exemplo, é frequente na mineração possivelmente por experiência histórica, assim como pode ser notada através dos primeiros registros de batizados de crianças e alguns adultos negros feitos em 1747 na Capela de Santa Luzia do povoado homônimo, ora cidade de Luziânia, constando no segundo livro de batismos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, atual cidade de Pirenópolis, onde dos 26 escravos batizados, 13 são descritos como da nação Mina(37)

Segundo o historiador Paulo Bertran(38), em Niquelândia, antiga São José do Tocantins, no nordeste goiano, predominou na mineração a nação cabra, vinda provavelmente da Bahia, que teria origem no litoral das ilhas do Cabo Verde, no Atlântico Sul e que se notabilizou pela fidelidade, pela inteligência, pela astúcia e pela ferocidade, havendo até hoje expressões que vencendo os séculos designam qualidades da Nação Cabra: Cabra-macho, cabra-safado, cabra-ladino, cabra-a-toa, cabra-cega, etc... Lampião e outros cangaceiros do nordeste apelidavam de "cabra" aos seus comandados.

Os dois casos mencionados acima revelam, certamente, que alguns grupos étnicos poderiam estar mais acentuados em algumas localidades, com ênfase na fase da mineração, o que não significa tirar a predominância das culturas bantos.

Assim, os negros do Brasil Central, segregados pela escravidão ou não, pelo menos em grande maioria, podem ser definidos como segmentos sociais de cultura banto, o que significa, evidentemente, vários povos e realidades culturais diversas. Ou diferentes povos, com origem étnico-linguística e histórica na Guiné, no Congo, em Angola e no Moçambique, o que não significa, como já mostramos, que na região, não existam povos negros com origem noutras culturas, como a Sudanesa, Iurubas e Nagôs, da Nigéria; Gêges, de Daomé; Minas da Costa do Ouro e mesmo os bravos Malês, com origem no Sudão; não se podendo mesmo, à guisa de mais justa interpretação histórica, estigmatizar ou censurar "falares" como: banguelas, ribolos, cassagens, cassimbas, cabindas, congos, minas, rebolos e outros, que não são nenhuma degenerescência racista ou linguística, sem força criadora, mas formas culturais mais próximas da ancestralidade africana.

Mas o que parece incontestável, na procedência étnico-linguística dos escravos africanos bantos e sudaneses na região, é que entre os bantos, predominam os "angolas" e os "banguelas", enquanto entre os sudaneses, o predomínio fica entre os "minas" e os "nagôs", deixando na

região desde o século XVIII as seguintes denominações dadas aos escravos: crioulo, cabra, mulato e mestiço.

Enfim, os bantos, aqui predominantes, são povos negros que entraram no Brasil, desde os primeiros tempos da escravidão, provavelmente já no começo do século XVI. Procedem da África Central, do Zaire, de Angola, do Congo, da Contra Costa, região do Moçambique, em suma, dos portos de São Felipe de Benguela, Novo Redondo e São Paulo de Loanda, o ponto principal desses povos(39); notando-se que no Brasil a língua africana de maior significação é o quibundo, da qual se origina o próprio termo "quilombo".

NOTAS

1 - Além do que consta no texto mostrando o âmbito cultural, o inconformismo negro está melhor desenvolvido no capítulo, "Resistência ao Escravismo".

2 - Silva, Martiniano J. da. Racismo à Brasileira: raízes históricas, São Paulo, 3ª edição, Anita Garibaldi, SP, 1995, sobretudo nos capítulos: "racismo mentalizado do brasileiro", "uma literatura rica em racismos" e "Machado de Assis omitiu o negro fugindo do tema"; Moura, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro, SP, Ática, 1988, e As Injustiças de Clio: O Negro na Historiografia Brasileira, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

3 - Romero, Sílvio. A poesia popular no Brasil. in Revista Brasileira, 1879, tomo I, p. 99. Apud. Os Africanos no Brasil, de Nina Rodrigues, 4ª edição, Cia. Editora Nacional, SP, 1976, ps. 16-17.

4 - Mendonça, Renato. in Arthur Ramos e o Negro Brasileiro, prefaciando o livro: Introdução à Antropologia Brasileira: as culturas negras, 2ª edição, vol. III, de Arthur Ramos, Liv. Editora da C.E.B., Rio, p. 9.

5 - Spix, Johann Baptiste von. Martius, Carl Friedrich Phillipp von. Viagem Pelo Brasil, em 3 vls., 1817-1820, Itatiaia-Edusp, SP, trad. Lúcia Furquim, 1981.

6 - Rodrigues, Nina. Os Africanos no Brasil, 4ª edição, Col. brasiliana vol. 9, Cia. Editora Nacional, SP, 1976, ps. 18-19.

7 - Ramos, Arthur, op. cit., p. 173.

8 - Idem, p. 50.

9 - Ibidem, p. 173.

10 - Ibidem. p. 173.

11 - Verger, Pierre. Fluxo e Refluxo; do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos, Editora Corrupio, SP, 1987.

12 - Ramos, Arthur. O Negro na Civilização Brasileira. Liv. Editora da C.E.B., Rio, vol. I, p.38.

13 - Moura, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*, São Paulo, Editora Anita Ltda., 1994, p. 35-52

14 - *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*, 2ª edição, Rio, IBGE, 1990, P. 56. coordenação: Ronaldo Serôa da Mota, IBGE; Flávio Rabelo Versiani, UNB; e Wilson Suzigan, UNICAMP. Apud Studer, E.F.S. de. *La trata de negros en el Rio de la Plata durante el Siglo XVIII*. Buenos Aires, Editorial de la Universidade de Buenos Aires, 1958.

15 - Monteiro, John Manoel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, SP, Companhia das Letras, 1994.

16 - Silva, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores*, Cuiabá, ED-UFMT, 1995, p. 222.

17 - Ver: Carta do governador da Capitania de Goiás, João Manoel de Melo, de 1760, in *Livro de Cartas Régias 1758-1775*, p. 41; AHG, Goiânia.

18 - *Jornal Correio Oficial*, de 30-08-1873; 7-09-1873 e 13-09-1873, onde consta os recenseamento das paróquias de Corumbá, Anicuns, Santana e outras, sempre destacando as pessoas de cores branca, parda, cabocla e preta; Arquivo Histórico de Goiás, AHG., Goiânia.

19 - Ramos, Arthur. *Op. cit.*, p. 48. Do mesmo autor: *A Aculturação Negra no Brasil*, p. 216.

20 - O assunto é o principal tema do livro: "Como se de ventre livre fosse", Campo Grande, MS,

coordenação, Yara Penteado; pesquisa, Darlene Batista Antônio, Helena Lacerda, Henrique de Melo Spengler, Kátia Cristina N. Figueira, Lira Dequech e Sílvia Andrade Brito; edição Arquivo Público de Mato Grosso do Sul-Fundação Palmares, D. Federal, 1994

21 - Ramos, Arthur. Antropologia do Planalto Central; notas e perspectivas. In: - Goiás, uma nova fronteira humana. 1969, p. 163-77.

22 - Franco, Gabriel Junqueira e Luiz Alberto. Família Franco: genealogia e história. Escola Profissional Dom Bosco, Poços de Caldas, MG., 1983, p. 588. obs.: falta as fontes dos inventários do sudoeste e de Ms.

23 - Ramos, Arthur. Op. cit. p. 163.

24 - CASTRO, Yeda Pessoa de. A presença cultural negra no Brasil, mito e realidade, Salvador, CEAO, 1981.

25 - Idem. Os Falares africanos na interação do Brasil Colônia, apud. Moura, Clóvis, Resistência ao Escravismo, op. cit. p. 45, admitindo, inclusive, a existência de um dialeto das senzalas, para facilitar a comunicação entre povos linguisticamente diferentes. Apud - Moura, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo, SP, Editora Ática, 1987, p. 45.

26- Ramos, Arthur. Op. cit., p. 164.

27 - Bandeira, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Negro. Editora Brasiliense, SP, 1988. p. 116.

28 - Ramos, Arthur. Op. cit., p. 165.

29 - Artiaga, Zoroastro. História de Goiás. 2ª edição, SP, Rev. dos Tribunais, 1959, p. 227.

30 - Brandão, Carlos Rodrigues. Cavalhadas de Pirenópolis. Oriente, Goiânia, 1974. Peões Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás. UNB-Oriente, 1977.

31 - Ramos, Arthur. Op. cit., p. 161.

32 - Teles, Gilberto Mendonça. A Poesia em Goiás: estudo antologia, Imprensa da UFG, Goiânia, 1964, ps. 248 e segs.

33 - Teles, Gilberto Mendonça. Op. cit., p. 25 e segs.

34 - Notícia geral da Capitania de Goiás. 1783. Rio de Janeiro, Arquivo da Biblioteca Nacional, secção de Manuscritos, Cod. 16.3.2. Apud. História de Goiás Em documentos I Colônia, Palacin, Luiz. Garcia Franco, Ledonias. Amado, Janaína. Col. Docs. Goianos 29. Editora UFG, Goiânia, 1995, ps. 194-199.

35 - SPIX; MARTIUS. Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. v. 2, p. 112. Palacin, Ledonias e Janaína, op. cit. p. 199-200.

36 - Salles, Gilka V.F. de. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás. Col. Docs. Goianos n. 24. Editora UFG, Goiânia, 1992, p. 103.

37 - Bertan, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco história do Distrito

Federal do indígena o colonizador. Brasília, DF, Solo Editores, 1994, p. 279-281.

38 - Bertran, Paulo. Memória de Niquelândia. SPHAN, Brasília-DF, 1985. p. 46.

39 - Ramos, Arthur. Introdução Antropologia Brasileira, vol. III, cit. p. 173 e Dic. Antropológico de André Akoun, Retz-C E.L., Paris, 1972, n. Ed. 1459, versão portuguesa de Geminiano Cascais Franco. Impressão na Tipografia Guerra/Viseu, julho de 1983, Editorial Verbo. p. 56

AMERÍNDIOS PRIMEIROS

O povoamento humano do Brasil Central é muito mais velho do que se possa imaginar. Em geral, os estudos a respeito até o presente se restringem ao período da colonização portuguesa, efetivada no início do século XVIII. É

preciso, portanto, analisá-lo e interpretá-lo de modo diferente. Já se tem consciência da existência de povos bem mais antigos ocupando esses sertões do ecossistema dos cerrados. A arqueologia histórica, sobretudo, o vem revelando. Por isso, "a priori", é indispensável dividi-lo em duas etapas principais e cruciais de sua história: a indígena ou das tribos indígenas, segundo os estudos de arqueologia histórica, com 11 mil anos de posse(1); e a de dominação e colonização européia, iniciada pelos portugueses na segunda e terceira décadas do século XVIII (1719 e 1722).

Conforme o período em que viveram e os sítios arqueológicos em que foram estudados, particularmente no Município de Serranópolis, no Sudoeste de Goiás, região "core" dos cerrados, esses povos primeiros se distinguem pelo menos por quatro contingentes ocupacionais: caçadores antigos, caçadores e coletores do ótimo climático, coletores com cerâmica e horticultores(2).

A prova de existência desses povos pode ser conhecida por documentos que em geral só os arqueólogos sabem ler: pedras primitivamente talhadas, restos de refeições milenares, pinturas em rochas e vestígios de rituais de sepultamento, de fogueiras há muito apagadas, de acampamentos quase imperceptíveis. Os abrigos que foram habitados, notadamente no município de Serranópolis, sudoeste de Goiás, estão decorados com pinturas e gravuras, revelando a base ambiental de um horizonte cultural velhíssimo, denominado pelos arqueólogos "tradição Itaparica", onde as marcas e

manifestações culturais desses povos primeiros continuam como fontes indiscutíveis.

Pode se dizer, assim, que os vários sítios arqueológicos devidamente estudados em Serranópolis, são o ponto de referência e, portanto, de maior atração das populações pré-históricas vindas da Cordilheira dos Andes, principalmente da costa da Colômbia, Venezuela e Equador, há cerca de 11 mil anos. Por isso, mais especificamente, Serranópolis foi o local do interior da América do Sul no qual aquelas populações permaneceram mais demoradamente tendo como razão básica a vasta riqueza faunística e florística dos cerrados, oferecendo ainda - além disso -, as vantagens das facilidades climáticas e geomorfológicas.

Vale se dizer, pois, que a "fartura dos cerrados", suas belas planícies e as inegáveis facilidades climáticas foram os grandes responsáveis pelas primeiras ocupações desses chapadões brasileiros formadores do que se pode chamar de "cumeeira" da América do Sul. Além disso, a fauna amazonense, cujo cerrado desaparecia dando lugar às florestas, passou a migrar para os chapadões centrais, tendo as populações acompanhado essa rota de deslocamento. Por isso, o interior do País foi o primeiro grande núcleo populacional da América do Sul, já sendo, então, o Sudoeste goiano a área mais típica e característica dos chapadões. Enfatizam, aliás, os especialistas:

"No Sudoeste de Goiás, num quadrilátero formado pelos paralelos de 17 e 19, latitude sul;

e 51 35, longitude oeste de GR., abrangendo afluentes da margem direita do rio Paranaíba, encontra-se uma região de abrigos rochosos, ocupados pelo homem desde 11.000 mil anos atrás", acrescentando:

"A região está no centro do planalto brasileiro, variando as altitudes da cota de 300 m no baixo curso dos rios, à cota dos 1.000 m nos pontos mais elevados do alto curso e no divisor de águas com a bacia do rio Araguaia", ainda enfatizando ser Serranópolis um caso especial desses primitivos habitantes:

"No Município de Serranópolis, estão concentrados, num espaço de 25 km, aproximadamente 40 abrigos, dos quais ao menos oito apresentam ocupações humanas antigas, cujas datas vão de 11.000 a 8.400 anos, e que denominamos fase Paranaíba, da tradição Itaparica. Nos mesmos abrigos, em camadas menos profundas, temos a fase Serranópolis, depois a fase Jataí e, na superfície, a Iporá"(3).

Uma série de razões, porém, torna extremamente difícil se poder afirmar se os indígenas encontrados pelos bandeirantes dos séculos XVII e XVIII nessa região seriam descendentes daqueles povos primeiros. Por isso, seria interessante se saber a origem mais remota dos Paiaguás, do alto rio Paraguai, exímios canoeiros; dos "pés-largos" e bravos Caiapós; dos numerosos e valentes Xavantes; dos também valentes Crixás; da numerosa tribo Borora, das margens do rio São Lourenço, já reduzida a menos de 1.000 indivíduos; da nação dos Goyazes, a mais branca de terras goianas, das

cercanias da Cidade de Goiás e vizinhanças da Serra Dourada; da nação Araés, do baixo rio das Mortes; dos extraordinários Avá-Canoeiros, do vale do Paranã e Tocantins, que se teriam aliado e misturado aos escravos negros em fuga; dos Capepuxis, dos Apinagés, etc., etc. Mas o assunto foge ao nosso objetivo principal, embora se revele um interessante desafio aos pesquisadores, especialmente antropólogos e arqueólogos.

Mas o que é real, é que somente em Goiás, à época do "descobrimento", essas nações indígenas eram mais de duas dezenas, sempre tratadas de modo negativo nos velhos documentos, sobretudo dos séculos XVIII e XIX, consoante relatos de cronistas, registros deixados pelos documentos oficiais, obras científicas e literárias: "bárbaros", "selvagens", "infiéis", "bestiais", "ferozes", "incultos", "hereges" e "inferiores" foram algumas das denominações que **receberam**(4).

Com relação a Mato Grosso, a discriminação e o tratamento dados aos indígenas não foi diferente. Na história, foi sempre um elemento relegado a segundo plano, em detrimento das análises que privilegiam os segmentos branco e negro. Apesar de terem se tornado os verdadeiros **guias das monções**, com sua grandiosa experiência cultural, facilitando a chegada e ocupação de Mato Grosso pelos bandeirantes, desde o início foram ali comprimidos por três frentes que ainda os vem dizimando:

- **de Oeste para Leste:** os espanhóis que, tradicionalmente utilizavam os índios nos trabalhos agrícolas e minerais;

- **de Leste para Oeste:** os portugueses, através dos bandeirantes, ávidos na busca de índios e descoberta de minérios;

- **de Sul para Norte:** os jesuítas que, obstinadamente, perseguiram os índios para aldeá-los, através de Missões ou Reduções, locais onde os índios sofriam um forte processo de desaculturação, pois era-lhes ensinada a religião católica, os usos e costumes ocidentais e a língua portuguesa. Aos índios cabia todo processo de produção que, em parte, era consumida nestes aldeamentos e o excedente, comercializado pelos inacianos. A bem dizer, os jesuítas constituíam o terceiro império dentro das Américas(5).

NOTAS

1 - Schmitz, Pedro Ignácio; Barbosa, Altair Sales. Jacobus, André Luiz; Barberi Ribeiro, Maira.

Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central: Serranópolis I, Instituto Anchietano de Pesquisas, São Leopoldo, RS, 1989, p. 18 e segs. Este trabalho teve a colaboração essencial de Binômio da Costa Lima, "Meco", também membro do Instituto de Antropologia e Arqueologia da UCG.

2 - Schmitz, Pedro Ignácio e autores citados. Op. cit., p. 18 e segs. Cf. ainda: Folhetim Pré-história de Serranópolis, ed. de 1984, de Altair Sales.

3 - Schmitz, Pedro Ignácio e et ali, Op, cit., p. 19. Ainda: Silva, Martiniano J. da. Parque das Emas: última pátria do cerrado(bioma ameaçado), Goiânia, Ed. Três Poderes, 1991, p. 40, cap. "O Parque e os povos antigos: Mar dos Xaraiés".

4 - Silva e Souza, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás. Goiânia: Ed. Oriente, 1978, p. 126-127.

5 - Siqueira, Elizabeth Madureira; Lourenço Alves da Costa e Cathia Maria Coelho Carvalho, Cathia. O Processo Histórico de Mato Grosso, Cuiabá, 2a. edição, Ed. UFMT, 1990.

PENETRAÇÃO DE RECONHECIMENTO: COBIÇA PELO OURO

O escravismo colonial, antes de se efetivar no Brasil Central no início do século XVIII, enviou seus representantes de São Paulo e de outras partes da Colônia à região visando estudá-la e conhecê-la previamente através do que denominamos "penetração de reconhecimento: cobiça pelo ouro", acontecida especialmente no século XVII, já com três objetivos principais: prender e escravizar ameríndios; encontrar minas de ouro e outros minerais; e possear e garantir o território português da penetração espanhola.

Trata-se de um movimento contínuo e estruturado em longa duração, remontando ao século XVI quando já havia reduções de bugres controlados pelos padres jesuítas e o estabelecimento de alguns povoados castelhanos notadamente no sul de Mato Grosso(1).

Note-se, mesmo, que são muitas as expedições, missões religiosas e sobretudo bandeiras em todo o decorrer do século XVII, conjuntamente conhecidas como as do "ciclo da vacaria", em direção do sul mato-grossense que, aliás, teve sua penetração facilitada pelas bacias fluviais do Rio da Prata, notadamente os rios Tietê, Paraná e Paraguai; do mesmo modo que as de penetração e reconhecimento de território goiano, possivelmente menos acentuadas, mas passando de vinte entre expedições e bandeiras, em grande parte organizadas por jesuítas, iniciadas, até que se prove o contrário, pela expedição de Sebastião Marinho em 1592(2), que teria chegado até a uma zona situada a noroeste do sítio da futura Vila Boa de Goiás, capturando índios.

Realmente, as andanças preliminares e a posterior ocupação dessa enorme área do Brasil decorre de um movimento de expansão geográfica que só tem sido analisada e estudada sob a concepção da história oficial litorânea, particularmente do sudeste que, na realidade, não tem discutido velhos estigmas, como o "da decadência" e o "do atraso", a quase duzentos anos passados para esse maciço central(3); não vincula a formação histórica do Brasil Central, no período estudado, à de outras partes do Brasil, como a do Norte, que teve sede no Grão-Pará(4); à do Nordeste que, segundo discorremos em "Fugas, Quilombos e Comunidades Negras no Tocantins" e "Remanescentes de Quilombos de Calunga", está profundamente vinculada a essa região através do Vale do São Francisco, particularmente da Bahia; afinal, não narra ou revela as ações violentas cometidas através do tempo, começadas no trabalho forçado e no comércio de gente: escravos ameríndios do Centro-sul-americano e escravos negros oriundos da África.

É certo, pois, que já no fim do século XVI e início do XVII, os então ilimitados territórios de Mato Grosso e Goiás começaram a ser percorridas por sertanistas com suas várias organizações, fundadas em diversos interesses; já anunciando, porém, que a conquista da região aconteceria através de um movimento conjugado e entrelaçado que, embora por etapas mais ou menos distintas, segundo Nelson Werneck Sodré(5), se reduzem a duas:

- ciclo das bandeiras

- ciclo das monções.

Efetivamente, até a contemporânea expansão capitalista da indústria e da agricultura mecanizada, trazendo Brasília e o conseqüente "ciclo da soja"(6), o capitalismo vem ocupando e dominando a região não só através dos fundamentos teóricos forjadores da teoria dos ciclos econômicos de fase colonial, mas, sobretudo, do que neles restou de mais profundo e permanente, intrinsecamente fazendo parte das próprias instituições brasileiras(7), cujo intuito tem sido atender aos interesses do mercado externo, com sua clássica e necessária dependência do trabalho escravo, estranhamente ainda persistindo através de anacronismos e tradições que retardam o pleno desenvolvimento regional, sempre mantendo o negro como classe social de segunda categoria(8).

Vale se dizer que o escravismo colonialista, na sua penetração prévia e expansão no Brasil Central, manteve como meta a mesma de outras regiões: até a Independência de 1822, dominar e produzir para o comércio exterior tendo por base as regras da teoria dos ciclos econômicos; a partir de então, fundamentado na própria estrutura exportadora da economia colonial de que fala Caio Prado júnior(9), já não tomando, portanto, os ciclos dos produtos de exportação como épocas ou sistemas econômicos admitidos pela teoria dos ciclos da fase colonial. Ou como toda a série histórica articulada em períodos pelos ciclos do pau-brasil, açúcar, ouro, algodão e café, referenciada por

Jacob Gorender(10), nos quais o colonialismo manteve a produção escravista de distribuição mercantil completamente escorada nas largas costas dos escravos feitorizados.

A dominação ficou mais fácil, uma vez que se tornou intrínseca e ideologicamente mais sutil, portanto mais íntima dos interesses colonialistas do passado, estrategicamente reciclados no início do século XIX, desde quando a sociedade tem sido condicionada a repeti-los e a viver sob a sua égide, sempre ligada e assimilada a períodos nos quais os produtos não têm objetivos de consumo interno, sendo, pois, para exportação: ouro, diamante, gado, soja, etc.

Essa tem sido a estratégia de explicação historiográfica, na penetração prévia, na expansão e na dominação colonialista do Brasil central onde o escravismo moderno fez "morada" por quase duzentos anos, recebendo como herança na Independência o mesmo pensamento, que se eterniza, destro e reciclado. Caio Prado júnior enfatiza:

"Nele se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade - instituições fundamentais e energias - organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam. Entra-se então na fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base"(11).

Desse modo, não importa o número de ciclos econômicos que justificaram a antecipada expansão

geográfica, a ocupação e a dominação do Brasil Central, começando pelo de ouro de lavagem, o da caça ao índio, o de contratar bandeirante para debelar rebelião indígena e destruir quilombos ou o grande ciclo do ouro(12). Nem motivos geográficos, fome, formação racial, intrepidez paulista, capturação de índio, vitória ou derrota em "guerra de emboabas", rivalidades paulistas, heróis, bandidos e outros motivos fundamentando a expansão das bandeiras paulistas(13).

Acreditamos que o que importa é se compreender que a "penetração de reconhecimento" e a conseqüente irradiação das bandeiras paulistas, de que se refere Affonso de Taunay(14), transpondo ou não os limites de Mato Grosso e Goiás, visava quase sempre implantar na região o sentido profundo e permanente de colonização e subjugação, tendo como prioridade, evidentemente, o interesse econômico. Daí a incessável cobiça pelo ouro e o constante temor com a invasão do território, fatores que mais explicam o astucioso processo de penetração e reconhecimento da área e de sua posterior dominação.

A cobiça por riquezas minerais é mesmo parte intrínseca da expansão do capital mercantil mantido no bojo do escravismo colonial nas descobertas marítimas, nas quais dominou os negros escravos nos mais diversos níveis, sendo que há séculos os portugueses já sabiam que o ouro e a prata eram objetos de cobiça internacional e que a riqueza e prestígio de uma nação eram determinados pela cumulação de metais preciosos(15).

Os aliados dos portugueses no Brasil também já sabiam da descoberta das minas de Potosí no Alto Peru(atual Bolívia) em 1545 pelos espanhóis, despertando grande interesse da Coroa. Sabiam que no século precedente(XVII), possivelmente cinquenta anos da "descoberta" de Mato Grosso e Goiás(1719-1722), esses sertões tinham sido varados por bandeirantes, procurando as cobiçadas minas de ouro, alguns com a mira nas riquezas do Peru. O que relata a respeito Basílio de Magalhães, comprova o que foi anteriormente descrito, merecendo reprodução:

"Sabiam que, no século precedente, várias bandeiras, com a mira nas riquezas do Peru, - Antônio Castanho da Silva em 1622, Antônio Raposo Tavares em 1648 e Luís Pedroso de Barros em 1660, perlustraram a região ocidental, onde o segundo atravessara Mato Grosso e a cordilheira andina, realizando a mais longa e a mais pasmosa jornada de quantas se perpetuariam nas crônicas da epopéia bandeirante. Sabiam também que duas bandeiras, ambas saídas de São Paulo em 1673, - uma dirigida por Manoel de Campos Bicudo, que levara um filho "de escassos 14 anos", Antônio Pires de Campos, e a outra capitaneada por Bartolomeu Bueno da Silva ("o Anhanguera"), o qual se fizera acompanhar o filho homônimo, então com 12 anos, - revelaram não só a existência do ouro nos chapadões goianos (onde fortuitamente se encontraram), como ainda criou a segunda lenda dos tesouros dos martírios, uma serra resplendente de ouro e cristais (qual nova Sabaraçu), a que deram aquela denominação, porque ela

"tinha por obra da natureza umas semelhanças da coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo"(16).

Como enfatiza, aliás, Antonil:

"Foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata"(17).

Com essa penetração de reconhecimento, os imaginários limites estabelecidos no Tratado de Tordesilhas de 1494, entre Espanha e Portugal, são completamente desobedecidos pelos portugueses, assim também resultando a total indecisão daqueles limites entre a América Espanhola e a Portuguesa nesse longe ocidente da Colônia; limites, aliás, para os quais se refugiavam os escravos fugidos das minas de ouro, especialmente de Mato Grosso, onde chegaram a organizar quilombos de que discorremos em "Fugas e Quilombos em Mato Grosso" e em "Fugas e Comunidades Negras de Mato Grosso do Sul", do último capítulo.

Note-se, por fim, que na fase anterior ao século XVIII somente a parcela de aproximadamente 2.600.000 km² pertencia a Portugal, incluindo a maior parte do litoral e representando menos de 1/3 do atual território brasileiro(18).

1 - Bruno, Ernani Silva. História do Brasil: geral e regional, vol. VI, s.d., Grande Oeste, Cultrix, SP, p. 17-18.

2 - Moraes, Maria Augusta Santana. in "Origens de Goiás", Goiânia, Supl. Literário do jornal "O Popular", edição de 13-05-1973.

3 - Ver: Chaul, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia, Editora UFG, 1997.

4 - Ver: Souza, Márcio de. Entrevista ao jornal "O Popular", Goiânia, Caderno 2, edição de 21-07-1997, mostrando uma visão particular sobre a história brasileira, até recentemente estudada como "história de litoral".

5 - Ver: Sodré, Nelson Werneck. Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril, Liv. J. Olympio Editora, Rio de Janeiro, Col. Docs. Brasileiros n. 31, 1941, p. 50.

6 - O sentido de colonização persistiu na forjação e implantação de Brasília, assim como logo a seguir, na expansão do "ciclo da soja"; notando-se que a ideologia colonialista foi imediatamente passada ao trabalhador nordestino, cognominado "candango" que, pela língua quimbundo africana, quer dizer pessoa ruim e ordinária,

sendo essa a designação que os escravos davam aos portugueses na escravidão.

7 - Ver: Prado Jr. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo, SP, Ed. Brasiliense, 1986, p. 19 e segs.

8 - Ver: Sutton, Alison. Trabalho Escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje, publicação por entidades co-editoras no Brasil, 1995. Em inglês: Slavery in Brasil. A link in the chain modernisation. The case of Amazônia, Londres, Editora Anne-Marie Sharman, 1994.

9 - Ver: Prado Júnior, Caio. Op. cit.

10 - Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial, SP, Ática, 1978, p. 16.

11 - Ver: Prado Júnior, Caio. Op. cit. p. 9.

12 - Enciclopédia Delta Universal, vol. 1, Rio de Janeiro, Editora Delta, 1981, p. 1.130.

13 - Ver: Magalhães, Basílio. Expansão Geográfica do Brasil Colonial, Rio, Col. brasileira, vol. 45, Cia. e Editora Nacional, 1978; Sodré, Nelson Werneck. Oeste, Rio de Janeiro, ensaio sobre a grande propriedade pastoril, Liv. Olympio Editora, Col. Docs., Brasileiros n. 31, 1941, p. 50.

14 - Taunay, Affonso E. História das Bandeiras Paulistas, vol. VI, Edições Melhoramentos, SP, Tomo III.

15 - Magalhães, Basílio de. Op. cit.

16 - Magalhães, Basílio, op. cit. p.
166.

17 - Antonil, André João (João Antônio
Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil, SP, Cia Ed.
Nacional, 1967, p. 303.

18 - Enciclopédia Delta Universal,
vol. 14, Rio de Janeiro, Editora Delta, p. 7.717.

POVOAMENTO E ESCRAVIDÃO EM MATO GROSSO

A escravidão contra o escravo negro de origem africana é imposta em 1719 no território que veio a se chamar Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Conforme discorreremos em "Fugas e Quilombos em Mato Grosso", do último capítulo, o tema tem sido pouco abordado pela historiografia regional, mesmo que se distinga como realidade incrivelmente nociva, implantada em um ponto de bifurcação do rio Coxipó desde a data acima mencionada, no qual Pascoal Moreira Cabral fundou o arraial da "Forquilha", elevado a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá a 1º de janeiro de 1727(1), cidade onde a resistência político-cultural dos negros continua presente, inclusive, na toponímica de um dos seus bairros mais antigos, denominado quilombo.

Assim mandou lavrar a ata de fundação do novo povoado, transcrita nos Anexos, na qual se vê que entre os muitos mortos no longo trajeto entre São Paulo e Mato Grosso, só se quantificava os brancos, estando estampado na expressão: "fora negros", a visível omissão, comprovando que até quando morriam defendendo interesses econômicos da coroa portuguesa eram vistos com incrível indiferença. Não eram sujeitos da história nem no quadro estatístico dos mortos.

O cronista Barbosa de Sá, ao narrar a construção da Capela de São Benedito em 1722, pela devoção dos

negros, revela a presença do escravo africano em Mato Grosso concomitante com a entrada dos bandeirantes:

"Conseqüentemente levantarão os pretos huma Capelinha a Sam Benedito junto ao lugar chamado depois rua do Cebo, que dahy a poucos annos cahio e não se levantou mais"(2).

Havia, na realidade, grande dificuldade na aquisição de escravos de origem africana. Os obstáculos são inúmeros, visíveis na enorme distância entre o litoral da Colônia e Mato Grosso, não se podendo, portanto, admitir tráfico normal e regular. Em março de 1723, por exemplo, Rodrigo César de Meneses comunicava ao Vice-Rei que nas minas de Cuiabá havia falta de escravos negros para o serviço de mineração, e que os que voltavam a São Paulo vinham em busca de negros. Em 11 de abril do ano citado, publicou bando exigindo que os que trouxessem escravos negros para as minas, exhibissem guias passadas pela Secretaria de Governo e que aqueles pegos sem esses estavam sujeitos a "400 mil réis de multa e seis meses de calabouço"(3).

Aliás, as perdas materiais e humanas no trajeto das monções eram enormes, por diversos motivos, perdendo-se muitos escravos antes da chegada às minas. Assim, além de fonte historiográfica como a do historiador Affonso de E. Taunay(História das Bandeiras Paulistas, vols. VI, VII e VIII, tomos I, II e III, 1961) temos o exemplo do que aconteceu na monção de João Antônio Cabral Camello, que em 1727, partiu de Sorocaba, em São Paulo:

"...quatorze negros e três canoas minhas, perdi duas no caminho, e cheguei com uma, e com setecentas oitavas de empréstimos, e gastos de mantimentos que comprei pelo caminho; dos negros vendi seis meus, que tinha comprado fiado no Sorocaba, quatro de uns oito que tinha dado meu tio, e todos dez para pagamento de dívidas. Dos mais que me ficaram morreram três, e só me ficou um único, e o mesmo sucedeu ma todos os que fomos ao Cuyabá"(4).

Fica evidente que desde a primeira década de existência do arraial da Forquilha, aparecem negros de origem africana trabalhando na mineração mato-grossense. Em alguns aspectos, porém, a escravidão com essa origem em Mato Grosso é um tanto diferenciada da que, seis anos depois, implantar-se-ia em Goiás. É que o processo colonizador sempre defendia os interesses da Coroa portuguesa que, entretanto, para serem efetivados dependia de se conhecer as características localizadas no espaço de sua expansão e ocupação. Em Mato Grosso, a expansão colonizadora escravista foi implantada com base em fatores estratégicos, econômicos, políticos, históricos e até geográficos bem específicos, alguns inexistentes e outros menos acentuados em Goiás, destacando-se, dentre outros:

- Antes de tudo, a ocupação da Capitania de Mato Grosso partia de um plano maior envolvendo outras capitanias, descaracterizando uma ocupação casual, a pretexto de minas de ouro, por exemplo.

- A chegada a Mato Grosso através da navegação fluvial de rios formadores da Bacia do Prata, iniciada pelo Tietê, deve ter sido menos complicada do que a verificada em Goiás, apesar de percurso farto de corredeiras e cachoeiras, exigindo inúmeros desvios por terra.

- Mato Grosso é Zona de Fronteira com áreas de terras que pelo Tratado de Tordesilhas pertenciam à Espanha, impondo, portanto, rápida ocupação pelos portugueses, responsáveis pelo povoamento, ampliação e defesa do território luso na fronteira mencionada.

- Ainda por ser zona de fronteira, Mato Grosso estava sujeito a possíveis avanços espanhóis, merecendo ressaltar-se também que os escravos não foram alocados apenas nos rigorosos trabalhos da mineração, da pecuária, das lides domésticas, etc., mas também em obras públicas, sobretudo de cunho militar, notando-se que já durante as primeiras décadas de existência do governo colonial em Mato Grosso, foram construídos fortes, fortalezas e núcleos de povoamento fortificados, chegando uma historiadora a dizer:

"Tanto as guarnições militares como os edifícios que passaram a sediar as diversas representações do governo colonial foram construídos por mão-de-obra escrava"(5).

- A criação e instalação da capitania sediada em Vila Bela da Santíssima Trindade em meados do século(XVIII) liberou a navegação dos rios da bacia Amazônica, permitindo a inserção na área de atuação da Companhia Geral do

Grão-Pará e Maranhão, facilitando a comercialização e o tráfico de parte dos escravos que entraram em Mato Grosso em especial os que se destinavam a Vila Bela pelo rio Guaporé no período de 1752-a-1778.

- Maior o número de rios de planalto, em áreas de planícies, facilitando a locomoção humana, inclusive a incessante fuga de escravos para as matas, como as do rio Galera, constituindo arraiais na formação dos quilombos e para as terras da Espanha e das Guianas.

- O medo e o receio dos escravistas de Mato Grosso de possíveis levantes de escravos durante a Guerra do Paraguai(1865-1870), foram obviamente mais acentuados do que em Goiás. Além da proximidade e das propriedades se tornarem mais vulneráveis aos seus movimentos e ataques, aumentando o receio dos senhores e seus militares, desertores e fugitivos da guerra se aliavam aos escravos rebeldes. O texto abaixo transcrito, revela a preocupação do chefe de polícia da Província ao relatar uma suspeita de sublevação de escravos em 1865:

"Constando-me que no Distrito do Livramento os escravos do Capitão José Maria de Figueiredo tem tentado sublevar-se, sucedendo até que um deles ultimamente atracara-se com seu senhor; apresso-me em levar esta notícia ao conhecimento de V. Exa. e em pedir providência a fim de se poder conservar a tranquilidade, fazendo V. Exa. com que seja também criado ali um destacamento de Guardas Nacionais, como se tem feito nos demais Districtos"(6).

- Maior o espaço geográfico, possibilitando a evasão dos escravos, fugindo das senzalas, num território em que a produção de ouro foi menor do que a de Goiás onde, em 1761, por exemplo, já havia, além das vilas, 39 arraiais, alguns opulentos; enquanto Mato Grosso, na mesma época, "somente possuía duas vilas e uns três arraiais pequenos" (7).

Se somarmos o aparecimento de vilas, lavras, arraiais, fortalezas, em Mato Grosso, com início em 1719 até o ano de 1750, por exemplo, concluimos que não passam de vinte quatro(8), muitos sem maior expressão econômica, sempre desaparecendo em período muito curto. Assim:

1719 - Forquilha ou Arraial de N.S. da Penha de França.

1722 - Lavras do Sutil (antigo tanguê do Arnesto), riacho prainha.

1724 - Arraial de N. Senhora da Conceição(uma légua de Cuiabá).

Arraial do Ribeirão(meia légua de Cuiabá).

Arraial do Jocey (3 a 4 léguas do Coxipó).

Lavra do Motuca (córrego Motuca, acimado Jacey).

Porto Geral (meia égua da vila).

Porto do Borrvalho (rio Cuiabá acima).

1725 - Fazenda de Camapoã (varadouro entre os rios Pardo e Taquari - às margens de um ribeirão homônimo).

1728 - Minas do Alto Paraguai (atual Diamantino).

1730 - Arraial dos Cocaes (atual Livramento).

1734 - Lavras do Brumado (ribeirão do mesmo nome - início das Minas de Mato Grosso - rios Galera e Sararé, afluentes do Guaporé).

1736 - Arraial de São Francisco Xavier (próximo ao rio Sararé).

1731 a 1740(?) - Arraial de Santa Anna, São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Ouro Fino, Lavrinhas(entre os rios Alegre, Sararé e Galera, afluentes do rio Guaporé).

1744 - Arraial de Santa Izabel.

1745 - Minas do rio Arinos.

Minas de Corumbiara (em 1776 passa a ser conhecida como lavras do Vizeu).

1747 - Arraial de N.S. do Parto(no alto Paraguai).

1750 - Minas do Araés ou Amarante (no rio das Mortes).

Arraial de Santo Antônio (atual Leverger).

Vê-se que certas peculiaridades regionais se afiguravam propícias ao escravo gizar planos de escapula, fugir dos rigores da disciplina e da dureza do trabalho, iniciados em Cuiabá e outras regiões próximas mas continuados especialmente em Vila Bela da Santíssima Trindade, construída "canga sobre canga, taipa sobre taipa e telha sobre telha" pelos escravos sob a propriedade e domínio dos senhores. Eram coisa social, mercadoria, podendo deles dispor como bem quisessem, inclusive maltratá-los e até matá-los. Estavam, pois, privados de todos os direitos e sem representação alguma, embora o seu primeiro ato humano fosse o crime, do qual eram sujeito ou agente, pessoa ou ente humano, portanto responsáveis; enfim, em âmbito penal, iguais pela natureza aos outros homens livres seus semelhantes(9).

É assim que o escravismo colonial expansionista prossegue definindo e tratando os seus escravos de origem africana em Mato Grosso. A escravidão é o seu elemento básico e o trabalho do escravo trazido da África o pressuposto de sua efetivação após a escravização e quase eliminação do indígena nativo, inclusive pelo processo de afugentação; estando, todavia, no mais íntimo desse contexto histórico a defesa da região Amazônica e o interesse econômico nas minas de ouro e na possível ocupação portuguesa de terras espanholas, numa zona de fronteira ainda de limites confusos e incertos, exigindo, portanto, cuidados especiais da Coroa, especialmente em âmbito legal.

Dessa forma, Cuiabá, com seus arraiais auríferos de "Forquilha", "Lavras do Sutil" e outros sem maior expressão, é transformada no primeiro ponto de irradiação do povoamento de Mato Grosso na expansão colonialista. Ali começa a comercialização dos escravos africanos trazidos para as minas, seguindo-se, posteriormente, em Vila Bela da Santíssima Trindade, onde se organiza a rota amazônica do tráfico africano para o norte pelos rios Guaporé, Madeira e outros da Bacia Amazônica até Belém do Pará. Insere-se, assim, no processo mercantil, pondo o ouro no mercado europeu num momento em que a economia se redimensiona pelo mundo. É onde também se instala uma primeira representação formal do governo português sob a égide de legislação especial em razão da proximidade das terras espanholas.

Com a mineração surge ainda a configuração urbana em Mato Grosso, iniciada em Cuiabá, de onde o povoamento descontínuo e desordenado, se dispersa em busca de novas lavras de minerais, como as acima descritas, até que se instala a Capitania criada em 1748 e sua capital em 1751, às margens do rio Guaporé, na Vila Bela da Santíssima Trindade. Cria-se, assim, o segundo núcleo populacional mais importante da economia do ouro em Mato Grosso de onde o Capitão-General Rolim de Moura, primeiro governador da Capitania, passou a "vigiar e barrar as incursões dos espanhóis"; desde logo enfrentando também a incessante resistência negra naquela vasta área de fronteira; pondo, porém, o povoamento luso em plena floresta Amazônica, a mata

densa que lhes sugeriu o topônimo, destinado a perdurar - Mato Grosso.

Pela lógica do escravismo colonial mantenedor do capital mercantil, o intuito único dos donos de escravos era forçá-los a trabalhar e produzir ao máximo nas minas de ouro então descobertas, substituindo o escravo indígena autóctone, então já escasseando, uma vez que já faz mais de século que os colonos penetravam léguas e léguas sertão adentro capturando-os, escravizando-os, matando-os, no mínimo, afugentando-os dessas terras dos cerrados.

Parece-nos, entretanto, que a permuta não ocorria porque o negro fosse um ser dócil, resistente, sem iniciativa ou adaptado ao trabalho duro e penoso imposto pelo escravismo, como se tem apregoado. Nem porque o índio fosse um imbecil, selvagem, frágil, incapaz para o trabalho contínuo. Esse discurso não explica que o principal motivo dessa permuta foi a extinção das populações nativas, segundo o historiador Mário Maestri(10), determinada pela ocupação colonial da costa e escravização de seus habitantes, havendo ainda outros motivos secundários, nesse processo, tais como:

- A venda de africanos para os colonos interessava à Coroa e aos comerciantes europeu. Os navios partiam da Europa carregados de mercadorias baratas. Elas eram trocadas, nas costas africanas, por multidões de cativos.

- Nas Américas, os africanos eram trocados por grandes quantidades de produtos coloniais. Os negreiros - traficantes de negros - pagavam pouco pelos

cativos, na África, e os vendiam por preços elevados, no Novo Mundo.

Muitos, aliás, são os fatos deixados pelos escravos africanos mostrando sua dignidade, incompatível com a concepção forjada de que seriam povos dóceis e sem iniciativa, vocacionados ao sofrimento. Na verdade, jamais se deram por vencidos, reagindo dentro do que foi possível, notando-se que chegaram a por em xeque o escravismo, inquietando os seus representantes.

Rodrigues César de Meneses, governador de São Paulo, ao visitar Cuiabá em 1727, alarmou-se com o desembaraço dos escravos, praticando o "comércio paralelo" na mineração, a que a versão oficial chamou "ardilosas negociações". Por isso, instituiu então normas de bem viver, como penalidade, que às vezes recaiam em seus donos(11). Por quê? Porque os escravos, embora intensamente vigiados por feitores na escavação do cascalho, ou fazendo pequenos furtos, segundo a fonte de que nos valem, conseguiam se armar com diferentes tipos de armas, às vezes encobertas debaixo dos capotes. Arrumavam tabuleiros e com rara habilidade, iam às lavras auríferas vender suas quitandas, mesmo que às vezes fossem presos e açoitados pelas ruas. Consequiam outras vezes frequentar os ranchos e as tabernas onde chegavam a "entreter" e facilitar o comércio clandestino, proveniente de furtos; enquanto outras vezes conseguiam levar o tabuleiro para fora da Vila, onde mercanciavam.

Mas as minas da Vila Real de Cuiabá chegam a um momento de esgotamento já em 1727, causando a falta de alimentação e outros tipos de misérias, obrigando a população a se dispersar, sobretudo para os sertões dos Paresi e inclusive para Goiás onde a "corrida do ouro" já se acentuava atraindo os mais estranhos tipos humanos. Foi, porém, com a lenta mas inegável dispersão para o vale do Guaporé e, sobretudo, a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade, que restou melhor caracterizado o conflito social e político entre senhores e escravos, que, aliás, uniam-se a outros segmentos sociais, às vezes aos próprios indígenas; e aqueles representados pela pequena classe dominante da mineração em Mato Grosso, formada por burocratas civis e militares, proprietários de lavras, comerciantes, senhores de engenho e pelo clero(12), a que "controlava" a maior parte da população, constituída especialmente por escravos negros que, por qualquer ameaça aos princípios norteadores da política administrativa, sofriam as mais severas penalidades; sem emudecê-los, contudo, do direito de sonhar. Até porque, "O sonho é o alívio das misérias dos que as têm acordados" (Cervantes, 1547-1616, Dom Quixote, parte segunda, cap. LXVIII).

NOTAS

1 - Póvoas, Lenine, História de Mato Grosso, Cuiabá, São Paulo, Editora resenha Tributária Ltda., 1985, p. 16.

2 - Sá, Joseph Barbosa de. Relação das povoaçoéns do Cuyabá e Mato Grosso de Seos princípios thé os presentes tempos. Cuiabá, UFMT. 1975, p. 15.

3 - TAUNAY, Affonso de E. História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo décimo, Ed. Museu Paulista, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, SP, 1949, p. 71.

4 - CAMELO, João Antônio Cabral. Notícias Práticas das Minas do Cuiabá. Edições UFMT/ 1975/SEC. Cuiabá- p. 16.

5 - Volpato, Luíza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira, in Liberdade Por um Fio, organização de João José

Reis e Flávio dos Santos Gomes, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 215.

6 -Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-APEMT, Ofício do Chefe de Polícia Firmo José de Matos ao Presidente da Província Barão de Melgaço, Cuiabá, 26/1/1865.

7 - Carta do Capitão Mor da Conquista "João de Godoy Pinto da Silveira" em 7 de setembro de 1761 - in **Documentos Oficiais n. 1** - RIHGB, vo. 7 - 221. Ibid -,p. 226. Apud - Chain, Marivone Matos. A Sociedade Colonial Goiana, Goiânia, Oriente, 1978, p. 42.

8 - Revista do **Instituto Histórico de Mato Grosso, anos XXV e XXVII, 1943, tomos XLI e LII**; Corrêa Filho, Virgílio. **História de Mato Grosso. INL, RJ. 1969**; **Revista do Arquivo Público de Mato Grosso**, n. 02, p. 55 a 63; Sá Joseph Barbosa de. Op. cit.: **Documentação do Arquivo Histórico Ultramarino** - Lisboa, UFMT/NDIHR - secção de microfichas e microfilmes(Correspondência dos Governadores).

9 - Ver: Malheiro, Perdigão. A Escavidão no Brasil; ensaio histórico, jurídico, social, Petrópolis, Rio, Vol. I, terceira edição, Vozes, 1976, p. 49; Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial, São Paulo, Ed. Ática, 1978, p. 65.

10 - Maestri, Mário. O Escravismo no Brasil, 2ª edição, São Paulo, Atual Editora Ltda., 1994, ps. 28-29.

11 - Bando de 14 de dezembro de 1726; idem, de 22 de janeiro de 1727; ibidem, de 18 de setembro de 1727; autoria de Rodrigo César de Meneses, Governador de São Paulo.

12 - Assis, Edvaldo. Op. cit. p. 13.

HISTÓRIA, ESCRAVIDÃO E POVOAMENTO DE GOIÁS

A historiografia goiana, até recentemente, dava pouca atenção à pesquisa e ao estudo da escravidão, especialmente com relação ao escravo de origem africana, formador de quilombos, tendo sido mesmo um assunto esporádico e secundário, verdadeiro coadjuvante na descrição ou relato de outros aspectos de nossa realidade(1).

No século XVIII, essa realidade pode ser vista nos relatos dos conquistadores, através de Peixoto da Silva Braga e Urbano do Couto em 1722; na "Notícia Geral da Capitania de Goiás", de 1783, só oportuna e recentemente publicada por Paulo Bertran, revelando os maiores

proprietários de escravos; na "História das Bandeiras Paulistas", em 3 volumes, de Affonso de Taunay; na "Nobiliarquia Paulistana e Genealógica", em 3 volumes, do historiador Pedro Taques Paes Leme; em "Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, 1500-1800", de Capistrano de Abreu, referindo-se às entradas para o Centro-Oeste; e em alguns códices onde se inserem "Cartas Régias", Provisões, Alvarás, Cartas de governadores, de Secretários de Estado, etc., etc.

No século XIX, essa lacuna já pode ser notada nas obras dos clássicos da historiografia goiana: "O Descobrimento da Capitânia de Goyaz", de Silva e Souza, de 1812, considerado o "Pai da História de Goiás"; "Corografia Histórica da Província de Goiás" e "Itinerário", de Raimundo da Cunha Matos, escrito em 1824 e publicado em 1874; e "Anais da Província de Goiás", de José Martins Pereira de Alencastre, de 1864.

Nas crônicas dos viajantes, presentes na região no início do século XIX, que, apesar do seu inequívoco valor historiográfico, são a base principal construtora da concepção de decadência e do atraso, definindo a historiografia "goiana" por quase 200 anos(2), através de "Viagem à Província de Goiás", de Auguste de Saint-Hilaire; "Viagem no Interior do Brasil", de Johan Emanuel Pohl; "Viagem Pelo Brasil", de Spix e Martius; "Pluto Brasiliensis", do Barão W.L. Eschwege; "Viagem de Goiás ao Pará", de Rufino Teotônio Segurado e "Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá", de Luiz D Alincourt.

Nas últimas décadas do século XIX, em "Viagem ao Araguaia e o "Selvagem", de Couto Magalhães; Viagem a Goiás", de Virgílio de Mello Franco; e em "Viagem às Terras Goianas", de Oscar Leal.

Ainda dos finais do século XIX, a campanha abolicionista feita em Goiás, sobretudo nos últimos anos da década de 1870, foi pouco referenciada na historiografia goiana(3), notando-se que já por volta de 1866 e 1869, o poeta Antônio Félix de Bulhões e José Inácio de Azevedo fizeram circular o jornal Monitor Goyano, que muito se bateu pela abolição da escravatura, dizendo a historiadora Maria Augusta de Santana Moraes(4), que eram peregrinos, vozes isoladas que se levantavam para despertar a opinião pública, mas que, aos poucos, viriam germinar na insignificante classe média goiana os seus ideais.

Mesmo não tendo a estrutura da que se verificou no Ceará e Amazônia, a campanha abolicionista em Goiás deixou aspectos bem significativos, como o de estimular os escravos a continuar adquirindo a liberdade, mediante pagamento, uma vez que era rara a concessão de carta de alforria com a liberdade imediata. Nas demais formas, onde às vezes a concessão beneficiava até mais de um escravo, os senhores, ao documentar o ato, sempre exigiam várias condições, como a da morte do proprietário do escravo, por exemplo(5), fato que revela que a concessão ocorria muito mais por interesse e conveniência econômica do que por reconhecimento e respeito aos bons préstimos do escravo.

Um outro aspecto significativo da campanha abolicionista, vinculado à resistência dos escravos ao escravismo de Goiás, ocorreu na última fase abolicionista. Mais precisamente em 1887, quando a campanha já tomava até sentido de rebeldia. Eis que a Força Pública de São Paulo se pôs ao encalço de 400 escravos foragidos, o jornal A Redação (São Paulo) aconselhou-os a procurarem refúgio nas Províncias de Goiás e Mato Grosso. O órgão democrata Goyaz - não só transcreveu a notícia, como traçou comentários favoráveis às fugas de escravos.

"Que venham. Aqui estarão em paz. Os soldados da Guarnição de Goyaz não prendem negros fugidos"(6)

No século XX, só em 1949 e 1959 se tem duas fontes para uma introdução ao estudo do negro em Goiás, a do antropólogo Arthur Ramos e a do professor Zoroastro Artiaga, já objeto de abordagem em "Procedência Étnico-Cultural na África". Arthur Ramos, num agradável e experiente estudo, escreve sobre os nossos indígenas e a respeito dos negros que "vieram" para Goiás, estendendo a abordagem ao Estado de Mato Grosso, através do que chamou de "Antropologia do Planalto Central"(7); sem se impressionar, contudo, com a resistência e rebeldia dos escravos ao sistema servil na região.

Zoroastro Artiaga, por sua vez, põe o tema escravidão como um capítulo de sua História de Goiás, intitulado: "História da Extinção da Escravatura", enfatizando a procedência étnica dos escravos, também objeto de descrição

em texto à parte. Embora sem a dimensão do texto de Arthur Ramos, é um oportuno e diligente trabalho expondo a importância do negro na formação do povo goiano, tornando-se, por isso, uma fonte obrigatória aos que pesquisam e estudam o assunto, notando-se que, além do mais, narra fatos históricos da violência cometida contra os escravos na região, como o já conhecido e incessantemente repetido, decorrente da resistência quilombola ao escravismo, assim:

"Quando os negros fugidos juntaram-se aos índios para darem caça aos tranzeutes da estrada de S. Paulo organizou-se em São Paulo um sindicato da morte, dirigido por Bartolomeu Bueno do Prado, que foi convocado oficialmente para o extermínio dos pretos do Triângulo Mineiro, quando cortaram as orelhas a 3.000 índios e pretos, levando-as de presente ao capitão-general de São Paulo"(8).

Embora ainda vista com certa reserva, a partir de 1960, década "de todas as contestações", a temática já surge com maior frequência na imprensa, inclusive realçando a existência de remanescentes de quilombos no Estado(9). Com a obra imprescindível do historiador Luís Palacin(10) e os minuciosos trabalhos de outros professores das duas universidades goianas, a Católica e a Federal, o assunto passou a ser elaborado e aperfeiçoado sob modernos métodos historiográficos, através de dissertações de Mestrado, teses de Doutorado e comunicações acadêmicas, surgindo assim o que se denomina "Historiografia do escravo africano em

Goiás"(11), que, entretanto, não aborda a especificidade da resistência e da formação de quilombos.

Curiosamente, esse descuido e injustiça de Clio contra os negros rebeldes não representam uma novidade regional. Não têm origem, portanto, nos que escreveram a historiografia goiana ou do Brasil Central. São apenas o reflexo de um velho paradigma nacional, originário da Europa, o racismo, aqui aportado, com base no qual a questão foi negligenciada e até silenciada por um longo período(12), só recentemente começando a despertar os pesquisadores(13).

Note-se, aliás, que no Brasil não faltaram intelectuais orgânicos do sistema escravista, mesmo entre os mais notáveis, sempre descrevendo ou simbolizando o negro negativamente: Frei Vicente do Salvador viu "o negro na penumbra"; Rocha Pita, "Palmares pelo avesso"; Southey, o "negro com lunetas inglesas"; Varnhagen, com a visão aristocrática da história "sem passaporte para o negro escravo"; Armitage, como "bárbaro e sanguinário" e o brasileiro indolente; Handelman, como "raça inferior" e um projeto de arianização do Brasil; pasmem, o admirável Euclides da Cunha, com o "racismo científicista", e o mais colonialista deles, Oliveira Viana, defendendo a "arianização como solução para o problema étnico e social"(14).

Após a penetração de reconhecimento no século XVII, escravizando ameríndios, o escravismo colonial impôs sobre a sociedade goiana, no início do século XVIII, justamente a concepção historiográfica contra os negros acima

descrita, passando a assimilar e influenciar, inclusive, os historiadores, particularmente do século XIX que, por sua vez, passaram a repetir no que escreviam a mesma "carga ideológica", omitindo, por isso, a participação do negro escravo como agente histórico coletivo. Foi como se o modo de produção escravista colonial pudesse se impor nesse território sem gerar suas inegáveis contradições. Ou como se não houvesse conflitos entre as duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos, sem se poder olvidar os índios e outros segmentos étnicos aliados aos escravos de origem africana.

É com essa concepção que o escravismo colonial alcança o vale do rio Vermelho, no sopé da serra Dourada, onde o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II, cognominado o "diabo que foi" ou o "diabólico", com seus sócios, cartógrafos do rei e escravos, entre 1722 e 1725, funda e faz crescer o arraial de Santana, evoluído para Vila Boa, cidade de Goiás e capital por um longo período, ali surgindo vários outros arraiais margeando córregos e rios(15), onde se instala a sociedade colonial dos livres e dos escravos com sua característica estamental. Amplia, assim, a Capitania de São Paulo; passa, a seguir, a superintendente das minas(1726), tendo sob sua competência "toda a jurisdição ordinária, civil e criminal" sobre esse confuso e vastíssimo território, então entrando na história da Colônia como as "Minas dos Goyazes", nome dos ameríndios mortos ou no mínimo, afugentados. Estabelece, assim, o modo de produção escravista colonial de relações mercantis conflituosas onde a atividade

mineratória começa a impor o seu povoamento de configuração urbana, de forma descontínua e ocasional, caracterizado pela vida irregular, instável, fervilhante, tumultuada e precária, tendo como principal habitante o escravo negro trabalhador das minas, conforme, aliás, determinavam antigos documentos(16)

É o início do povoamento desordenado, determinado pela mineração do ouro em diversas regiões do território. Anhanguera Superintendente e sabedor das rotas e da descoberta de alguns córregos auríferos, passa a comandar as minas, assim colocando Goiás no que se poderia chamar "pacto colonial" luso-brasileiro no qual a escravidão, segundo Gorender(17), é categoria social que, por si mesma, não indica um modo de produção, tendo como característica essencial do ser escravo, a sua condição de propriedade de outro ser humano, estando assim definido por séculos e séculos em âmbito político, econômico e cultural, a partir, aliás, de teorias e conceitos aristotélicos(18). Ademais, o escravismo colonial tinha a experiência de domínio e conquista de terras na África, na Ásia e de vasta área do litoral do Brasil, tendo ainda a experiência de Minas Gerais, de Mato Grosso e, mesmo, de alguns "achados auríferos" em São Paulo.

Era nessa condição que se distribuía e reimportava os escravos para cada região e cada atividade econômica, no Brasil Colônia, assim também acontecendo com os "aportados" para Goiás, proporcionando a continuidade da escravidão, sua longa duração e a conseqüente consolidação do escravismo colonial impondo como princípio ético-moral para os

escravos: humildade, resignação e pobreza(19), contrapondo-se à moral dos senhores, exaltada e fundada no orgulho, na vontade de poder e no culto da força(20).

Foi assim, portanto, que a sociedade escravista aportou-se em Goiás, exprimindo a sua ótica indubitavelmente eurocêntrica, na qual o escravo, que já é coisa, continua a ser definido propriedade de outro. Já está incluído no direito das coisas embora, ironicamente, submetido à legislação penal, onde lhe impuseram o duplo reconhecimento de sujeito e objeto de delito(21), o que implica o reconhecimento de que se processava, punia ou absolvía um ser humano, fato realmente estranho que levaria Gorender a formular a seguinte indagação(22): perderia ele o ser humano ao se tornar propriedade, ao se coisificar?

Continua, portanto, tratado como animal de trabalho e igualado a qualquer bem semovente, surpreendentemente sujeito e objeto do crime!... - podendo, por isso, ser negociado, inclusive através de instrumento público, escritura de compra e venda; podendo ainda ser hipotecado, alugado, doado, penhorado e até figurar como objeto de atos de última vontade, como o testamento e outras garantias legais, sendo, pois, considerado mercadoria que circulava como qualquer outra, inclusive aquelas por ele produzidas(23), assunto assim enfatizado por Karl Marx:

"A força de trabalho nem sempre foi uma mercadoria. O trabalho nem sempre foi assalariado, isto é, o trabalho livre. O escravo não perdia a sua força de trabalho

ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho de uma vez para sempre a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria”(24).

Vê-se que a sociedade escravista colonial tinha ainda, como essencial, o controle político, econômico e jurídico do escravo negro, então reduzido à condição de coisa social e subjetiva, ou seja, era mercadoria mas também responsável por ato definido como crime, contradição, aliás, manifestada pelos próprios escravos que, segundo Gorender(25), antes que os costumes, a moral, o direito e a filosofia reconhecessem a contradição e se preocupassem com resolvê-la de modo positivo, em favor da legitimação da instituição servil, conciliando os termos coisa e pessoa, antes disso (...) exteriorizaram sua condição antagônica, na medida em que reagiram ao tratamento de coisas.

Sujeito ao domínio ou propriedade de outro, é ainda havido por morto, privado de todos os direitos, não tendo representação alguma, impondo o Direito, com raízes em Roma(26), inclusive que a transmissão da condição servil se desse pela linha materna, segundo o princípio: *partus sequitur ventrem*, o que significa nascer na condição “escrava” da mãe.

Como se vê, no escravismo colonial aportado em Goiás, o primeiro “ato humano” do escravo continua sendo “o crime”, desde o atentado contra seu senhor à fuga do

cativeiro. Essa incrível contradição tinha, aliás, um alto preço, pois os escravos sempre sofreram as penas mais pesadas e infamantes(27), sem jamais prescindir da condição indiscutivelmente humana de suas vidas, na medida em que conflitavam e reagiam, de diversas formas, ao tratamento de coisas. Em Goiás, como discorreremos no capítulo "Resistência ao Escravismo", esse comportamento profundamente humano, não foi diferente. Se a ocupação já expressava contradição, a exploração das minas de ouro processou-se de forma impetuosa e violenta, causando a incessante rebeldia dos escravos e o evidente conflito social com o sistema(28).

É assim que se descobre e se ocupa, definitivamente, "este continente", denominado Goiás, onde o colonialismo impõe sua tônica ideológico-econômica de cunho escravista e a sua lógica comercial mercantil, tipo exportação, trazendo migrações em massa de todos os lados para esse interior então denominado "sertão", assim inaugurando a "corrida do ouro" no mais centralizado interior da Colônia, para satisfação da Capitania Paulista e da Metrópole portuguesa, já havendo, portanto, certa estrutura legal e o necessário arcabouço tributário sem os quais a produção das minas não alcançaria os objetivos coloniais.

Consolida, ainda, o processo histórico-ideológico mais antigo de ocupação e dominação de espaços já posseados e a milhares de anos conhecidos dos povos ameríndios, donos naturais dessas terras até então "sem males", nas quais a civilização euro-ocidental-cristã,

emergente do capitalismo mercantil, já indiferente aos lamentáveis "desastres ambientais" da época, além de tratar o negro e o índio como seres desprezíveis e desumanos, passa a desrespeitar também o ecossistema dos cerrados, ali começando a discriminação ao "meio ambiente".

Provavelmente supondo que a natureza se subordina ao "ser humano", passa então a tratar os recursos naturais como a água, o vento e os ricos solos do ecossistema dos cerrados como se fossem bens inesgotáveis, inaugurando em pleno "coração do Brasil" as primeiras alterações no curso dos rios, no regime dos ventos e na estrutura dos solos(29). Começa, por exemplo, a utilizar o mercúrio como o principal agente químico a poluir e corromper as águas cristalinas dos rios, dos córregos e ribeirões(30).

Sempre houve, aliás, desprezo contra o ecossistema dos cerrados, mormente a sua vegetação, até pior do que o existente contra outros sistemas ecológicos ou domínios fitogeográficos, como as caatingas nordestinas, os pantanais, as coxilhas gaúchas, etc. Seus solos, teriam aparência agressiva e seriam quimicamente pobres e inadequados à exploração agrícola, concepção só recentemente modificada(31). Os bichos, também apossados ou afugentados, passaram a ser tratados na velha concepção de feras.

Assim, o ecossistema dos cerrados, embora cheio de sol e rara beleza cênica, deixa à primeira vista do colonizador pasmo e racista, a sensação de uma vegetação atrasada, sem valor e feia, causada certamente por

suas árvores aparentemente chulas, retorcidas e dispersas, podendo-se, mesmo, comparar o "campo de morunduns", por exemplo, à desolação dos cemitérios de "cidades mortas" ou pré-históricas(33); sendo, porém, sob essa égide, que antigos "preconceitos históricos" são assimilados e que surge a sede insaciável da riqueza do ouro, arrancado pelos escravos, surgindo também em alguns "descobertos", a idéia de cultura da opulência na região(34).

Bartolomeu Bueno da Silva filho, em 1726, encontrou ouro na região que se chamou Ferreiro, antes visto por seu pai. Mas o método predatório de ocupar e explorar oficialmente as minas de ouro começa mesmo é no "descoberto " denominado Santana já referenciado, segundo o historiador Luiz Palacin:

"Localizado entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação - que deveria converte-se doze anos depois em Vila e tornar-se capital ", onde, o que bastava, era o ouro e a água, ali encontrando-se os mais ricos " veios de ouro"(35).

Para isso, além da indispensável presença dos " mineiros " e seus escravos, chegam à região os mais estranhos tipos humanos de que já fizemos ligeira referência, uma característica, aliás, da atividade econômica das minas, revelando uma fonte histórica da época o seguinte:

"Cada ano, vêm nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das

idades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e negros, e muitos índios, de que os paulista se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens, mulheres, moços e velhos, pobres e plebeus, seculares e clérigos, religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não tem no Brasil convento nem casa"(36).

Já eram conhecidos pelo menos dois tipos fundamentais de lavras, que Sant-Hilaire denominou de: "mineração de cascalho" e "mineração do morro"(37), predominando, contudo, em Goiás a mineração do cascalho, consistente na extração do ouro de aluvião depositado nas correntes de água dos rios, córregos e ribeirões. A mineração de morro é mais complexa, exigindo maiores conhecimentos técnicos; visava a extração de ouro que Eschewege chama "rocha matriz"(38). Duas eram suas modalidades: mineração de mina e talho aberto. Segundo Marivone Matos Chain, citando Palacin:

"A mineração de mina, com perfuração da montanha através de longas galerias, foi bastante praticada em Minas Gerais, mas, em Goiás, apenas foi encontrada, como esboço rudimentar, em algumas catas mais ou menos organizadas", acrescentando:

"Quanto ao talho aberto, consistia em cortar perpendicularmente a montanha, para facilitar a exploração dos veios. Foram encontrados referências a este tipo de mineração em Cocal e Natividade"(39).

Em torno de Santana, às margens de rios ricos de ouro de aluvião, conforme informa Palacin: "multiplicam-se rapidamente os centros de garimpo: Barra, Ferreiro, Anta, Ouro Fino, Santa Rita :. Meio isolado, no caminho de São Paulo, em 1729, surge o arraial de Santa Cruz. Em 1731, são as jazidas dos " contrafortes da serra dos Pirineus", justificando, junto ao rio das Almas, o arraial de Meia Ponte, ora Pirenópolis que, confluindo os melhores caminhos, passou a rivalizar-se com o arraial de Santana(40).

Quase ao mesmo tempo, ao norte, surgem as minas do atual Tocantins, consideradas ainda mais ricas ao ponto de terem sido taxadas com imposto (capitação) muito mais alto incidindo sobre escravos. Foi mesmo a região de maior densidade "mineira", até 1736 tendo surgido os seguintes arraiais: Maranhão, água Quente, Trairás, São José e Cachoeira; surgindo também São Luiz, mais tarde Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, atual Porto Nacional, Arraias, Cavalcante e Pilar, onde se organizou o quilombo mais ativo e combatido de Goiás, único, por sinal, referenciado na historiografia brasileira(41).

Antes de 1750, quando Goiás já se distinguiu como Capitania(1748), ainda ocorreram três importantes "descobertos: Carmo, atual Monte do Carmo, Santa Luzia, ora Luziânia, e Cocal, verificando-se nesta década(1753), o "apogeu do ouro", fenômeno que alcançaria o ano de 1778(42), quando se declinaria a produção aurífera, iniciando-se o período de transição entre a mineração e a

agropecuária, no qual o escravo de origem africana foi também o grande produtor da riqueza e o vilão da história.

Embora de forma lenta, a partir de 1745, surgem Conceição, Crixás, Guarino, Desemboque(Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro), Bonfim, Caldas Novas e Anicuns, último dos arraiais auríferos a ser criado (1809), cujas minas eram conhecidas desde 1753. Segundo Silva e Souza(43), em 1804, além dos julgados de Vila Boa, de Meia Ponte, de Santa Luzia, de Santa Cruz, do Desemboque, do Pilar, de Crixás, de Trairás, de Cavalcante, de São Félix, de Arraias, da Barra do Palma, da Natividade e de Porto Real, a capitania goiana já estava pontilhada de 40 arraiais, quase todos com origem na mineração e dependentes de mão-de-obra escrava.

NOTAS

1 - Creio ser Sombra dos Quilombos, edição de 1974, o primeiro livro a abordar o assunto no Brasil Central. Em 1969, fora da Universidade, começamos a publicar em várias edições do jornal O Popular, de Goiânia, textos referentes ao assunto: "Mineiros, Lendas e Realidades: Cedro, Um Bairro Só de Negros", (18-04-1969, 10-06-1969 e outras). Portanto, só a partir dos anos 60 e particularmente 1970, é que se começa a pesquisar e a estudar de modo mais consistente a temática da escravidão em Goiás, sobretudo nas universidades. Em 28-11-95, 03-12-95 e 11-12-95,

continuávamos, em âmbito específico no jornal referenciado, através de estudo denominado "Resistência dos Quilombos no Brasil Central". Antes disso, a temática foi tratada de forma esporádica e tangencial.

2 - Parece não haver dúvidas se poder afirmar serem os viajantes estrangeiros os principais responsáveis pela construção e criação da concepção da decadência e do atraso, repassados para a historiografia goiana por quase 200 anos, estendida ao Tocantins e outras regiões, só recentemente sendo desmisticada. Vide: Chaul, Nasr Fayad. "Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade", Goiânia, UFG, 1997.

3 - Os jornais Correio Oficial, O Comércio, Província de Goyaz, O Publicador Goiano e sobretudo Tribuna Livre, com circulação em Vila Boa nas décadas de 1870 e 1880, mostram um pouco do que foi a campanha abolicionista em Goiás.

4 - Jornal Goyaz, 11 de nov. de 1887, n.87, p. 1, ano II, cidade de Goiás. Maria Augusta de Santana Moraes, em 9 de setembro de 1971, apresentou comunicação acadêmica na USP, intitulada "O Abolicionismo em Goiás", abordando o tema de modo minucioso.

5 - De modo geral, as Cartas de Alforria ou "de Liberdade", existentes nos cartórios de Goiás, de Pirenópolis e outras cidades antigas do Estado, estão registradas em livros nos mesmos termos das escrituras. Na sua maior parte, exigem a vinculação do vigoramento da liberdade à

morte do dono do escravo. Em comunicação acadêmica apresentada na USP em 18 de julho de 1977, intitulada, "Fontes Primárias Relativas à Escravidão em Pirenópolis", a professora Dalísia E. Martins Doles escreveu minucioso trabalho a respeito.

6 - Jornal Goiaz, cidade de Goiás, 11-11-1887, n. 87, p. 1, Ano II, Augusta de Santana Moraes, Maria, op. cit. p. 692.

7 - Segundo Gilberto M. Teles (A Poesia em Goiás, 1964, p.253), Arthur Ramos escreveu especialmente para o capítulo "Relações Entre o Homem e a Terra em Goiás", organizado por João Gonçalves de Souza, publicado em: A.C. Ferreira Reis, in "Goiás - Uma Nova Fronteira Humana", Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Ouvidor, 1949, cap. I, p. 16.

8 - Artiaga, Zoroastro. História de Goiás, São Paulo, Rev. dos Tribunais, Cap. "História da Extinção da Escravatura", 1959, p. 234.

9 - Silva, Martiniano J. da. Artigos publicados no jornal O Popular, Goiânia, intitulados: "Mineiros, Lendas e Realidades, Cedro, um bairro só de negros", edições de 13 abril, 10 de junho e publicações dos meses seguintes de 1969, época na qual pesquisávamos e escrevíamos o livro, "Sombra dos Quilombos", referido.

10 - Palacin, Luís. Trabalho Escravo: Produção e Produtividade nas Minas de Goiás, apresentação Acadêmica na USP, em 9-09-1971; "Goiás, 1722-1822, Estrutura e Conjuntura de uma Capitania de Minas, Goiânia, 1972. Como já

admitiu a professora Gilka V.F. de Salles, podemos considerar Palacin o moderno Pai da Historiografia Goiana.

11 - O início da década de 1970, foi rico em publicações alusivas à escravidão em Goiás, além da obra de Palacin: Moraes, Maria Augusta Santana. O Abolicionismo em Goiás, 1971; Salles, Gilka V.F.; Escravidão Negra na Província de Goiás, 1973; Moreira, Sérgio Paulo. Arrolamento de Fontes: Livros de Receita e de Siza de Escravos Ladinos da Capitania de Goiás, 1973; Jayme, Jarbas. Famílias Pirenopolinas: ensaios genealógicos, vol. V, 1973, incluindo famílias de origem africana; Doles Elizabeth Martins, Dalísia. Fontes Primárias Relativas à Escravidão em Pirenópolis, 1977; Rodrigues Brandão, Carlos. Peões Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás, 1977.

12 - A tendência em não se abordar o tema, ou fazê-lo com preterições, é antiga no Brasil. Vide: Injustiças de Clio, O Negro na Historiografia Brasileira, Belo Horizonte, 1990; Silva, Martiniano J. da. Racismo à Brasileira: raízes históricas, 3ª edição, SP, Ed. Anita Garibaldi, 1995.

13 - Citem-se, além da obra de Palacin, as já referenciadas no n. 11 e "Sombra dos Quilombos".

14 - Moura, Clóvis. Op. cit. ps. 41, 49, 61, 93, 129, 141, 183 e 197.

15 - Palacin, Luís. O Século Ouro, Goiânia, 4ª edição, Editora UCG, 1994, p. 13.

16 - Pádua, Ciro T. de. O Negro no Planalto(Do século XVI ao Século XIX). Separata do volume XLI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 224. in "Documentos Interessantes", volume XLIX, de 1929.

17 - Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial, São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 60.

18 - Gorender, op. cit., p. 61, citando a Política de Aristóteles.

19 - A Literatura jesuítica, na realidade, alienou mais do que humanizou o escravo negro. Os livros de Antonil e Bencci(Cultura e Opulência do Brasil e Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos), por exemplo, não condenam a escravidão. Como Vieira e outros, impõem a pedagogia escravista vinculada ao próprio colonialismo, a de que "saber sofrer, é uma forma de ser feliz"; ou a que o "castigo dos escravos não deve passar de açoites e prisões moderadas".

20 - Santos, Washington. Vocabulário de Sociologia, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1978, p. 117.

21 - Gorender, Jacob. Op. cit. p. 64.

22 - Gorender, Jacob. Op. cit. p. 64.

23 - Moura, Clóvis. Rebeliões da Senzala, Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 4ª. edição, 1988, p. 17.

24 - Marx, Karl. "Trabalho assalariado e capital", in Marx e Engels, Friedrich. Obras Escolhidas. São Paulo, Alfa Ômega, s.d. v. 1. p. 63.

25 - Gorender, Jacob. Op. ct. p. 63.

26 - Malheiro, Perdigão. A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social, vol. I, terceira edição, Petrópolis, Editora Vozes, p. 35.

27 - Gorender, Jacob. Op. cit. p.65.

28 - Documentos oficiais, já várias vezes citados e referenciados, como parte da correspondência de Dom Marcos de Noronha(1750) e de João Manoel de Mello(década de 1760), revelam constantes atritos e conflitos entre as autoridades do Rei e os escravos.

29 - Silva, Martiniano J. da. Parque das Emas: última pátria dos cerrados(bioma ameaçado), Goiânia, Ed. Três Poderes, 1991, p. 101.

30 - Silva, Martiniano J. da. Op. cit. p. 123.

31 - Silva, Martiniano J. da. Op. cit. p. 66-67.

32 - Silva, Martiniano J. da. Op. cit. p. 68.

33 - Silva. Martiniano J. da. Op. cit. p. 68.

34 - A idéia de opulência existente em Goiás, como de resto, no Brasil Central, após a pesquisa feita na documentação do período da mineração, deixa a impressão de

ser uma característica mais específica de Minas Gerais(cf. Antonil), ocorrente em Goiás só por exceção.

35 - Palacin, Luís. O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas, Goiânia, 4ª edição, UCG Editora, 1994, p. 13 e segs.

36 - Antonil, André João(João Antônio Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas, São Paulo, 2ª edição, Cia. Ed. Nacional, 1967.

37 - Saint-Hilaire, Auguste. Viagem à Província de Goiás, São Paulo, EDUSP, 1975, Trad. Regina R. Junqueira.

38 - Eschwege, W.L. von. Pluto Brasiliensis, 2 vols. São Paulo, Ed. EDUSP, 1979, Trad. Domício de F. Murta.

39 - Chain, Marivone Matos. A Sociedade Colonial Goiana, Goiânia, Ed. Oriente, 1978.

40 - Luís, Palacin. Op. cit. p. 25.

41 - Pela pesquisa e leitura feitas, constatamos ter sido o Quilombo do Pilar, à exceção do de Ambrósio, a partir de 1816 em território de Minas Gerais, o único de Goiás a figurar na historiografia brasileira, em obras de Pedro Taques Paes Leme, Affonso de Taunay e outras.

42 - Parece não haver mais dúvidas na historiografia goiana de que o apogeu da mineração na Capitania aconteceu mesmo entre 1750-a-1770.

43 - Silva e Souza, L. A. da. O descobrimento da capitania de Goyaz, Goiânia, UFG, 1967.

A DUREZA DO TRABALHO E A VIOLÊNCIA CONTRA OS
ESCRAVOS

Assim como outras ignomínias e maus-tratos contra os escravos, a dureza imposta ao seu trabalho na mineração foi muito cruel e mais das vezes, um verdadeiro suplício. Trata-se de fato realmente atroz que não pode ser dissertado e analisado sem que se inclua, possivelmente o mais

brutal dos sentimentos do "ser humano", que é o da violência, sobretudo na sua forma institucionalizada pelo Estado e existente na sociedade escravista colonial que ocupou e dominou o imenso território do Brasil Central já no início do século XVIII.

Seja subjetiva, objetiva, institucionalizada, física, potencial, pública, privada, moral, social, revolucionária ou "silenciada", a violência é um atributo característico dos humanos, provavelmente para distinguí-los dos outros animais, cuja ação ou reação não pode ser definida violenta ou cruel, sendo por isso, certamente, que esse traço obsessivo e truculento, definido como "capacidade de produzir violência"(1), seria a característica mais primitiva dos humanos, desconhecida pelos outros animais, enfatizando Karl Marx a respeito o seguinte:

"A violência é a parteira de toda sociedade velha que leva em suas entranhas outra nova"(2).

Assim, sem fazer apologia, "a violência é a parteira da história", dela não se podendo prescindir, no passado e no presente, na África ou no Brasil, na revolução francesa, na Inglesa de século anterior, podendo ser mais acentuada entre classes antagônicas; possivelmente figurando como das piores a que surge no bojo do sistema capitalista onde, além de outras funções, é quem garante e afiança a reprodução da riqueza, nem sempre de modo evidente. Não é, todavia, uma característica específica de sistemas ou modos de produção como o escravismo colonial, por exemplo,

onde teria sido apenas mais acentuada e ampliada em suas funções, a respeito acentuando a historiadora Lana Lage da Gama Lima:

"Em qualquer tipo de organização social, sobretudo no sistema capitalista, a violência aparece como meio de garantir a reprodução das formas aí assumidas pelas relações de produção, e, conseqüentemente, a situação das diferentes classes sociais em relação à apropriação do excedente produzido". Mas, no sistema escravista, a violência tem suas funções ampliadas, pois, em vez de atuar apenas quando esta reprodução parece ameaçada, vai intervir diretamente nas próprias relações de produção - como fator de coerção ao trabalho - já que a apropriação do excedente implica, aí, o estabelecimento de relações de dominação, nas quais a violência é elemento essencial"(3).

Trata-se, pois, de questão fundada num amplo contexto histórico, onde é mais comum nas sociedades escravistas do colonialismo moderno, no qual figura como elemento intrínseco, com suas funções realmente aumentadas e ampliadas pelo Estado mantenedor do "estamento burocrático" de que se refere Raymundo Faoro(4). Quer dizer: mora e se recicla nesse Estado, onde é transformada em mecanismo de repressão exercendo vários papéis, chegando a ser deslocada para setores privados da sociedade onde sua práxis é acentuada.

Essa violência tem mesmo uma raiz ético-histórica curiosa, porque se erige de um Estado autoritário repressor; de instituições consagradas como a

Igreja, que se intromete em tudo com indiscutível participação histórica no assunto; como a Família, de formação patriarcal ou matriarcal, regida por normas hierárquicas na base do "pai tirano", da "mãe submissa", dos "filhos apavorados"; como o sistema educacional, que de tão racista, omite os valores culturais africanos, a todos iludindo e levando a erro; educando de forma hipócrita as crianças, ensinando-lhes errôneas versões de sua herança preconceituosa(5); como a Propriedade, irmã trigêmea de formação do Estado Nacional repressor, da Família patriarcal e fonte permanente de privilégios e de violências contra a pessoa e os recursos naturais dos ecossistemas ecológica e geopoliticamente formadores desse mesmo Estado.

O Brasil Central é uma das vítimas e um dos principais focos dessa violência, iniciada no século XVIII, continuada no XIX, com inegáveis sequelas em nossos dias, mantidas pelo ranço escravista. Realmente são muitos os casos relatados, alguns fiéis à linguagem com que estão registrados em arquivos de Mato Grosso e de Goiás; outros já descritos em livros, jornais e outras fontes, mostrando o grau de impunidade e de insegurança vivido pela população daquele período colonial e regencial diante da tirania de delegados, capitães, governadores, ouvidores, feitores e outras "autoridades", especialmente contra índios e escravos negros que se rebelavam. Havia mesmo casos repugnantes, impondo a mais pura dizimação de índios, por exemplo, como o que revela um regimento de 1742, assinado por Dom Luiz Mascarenhas,

governador da Capitania de São Paulo, determinando que matassem todos os caiapós, sem distinção de diferença alguma de sexo, só excetuando da pena de morte os meninos e meninas de dez anos para baixo", que deveriam ser vendidos para a extração do quinto à Coroa Portuguesa(6).

Esse fato, entretanto, não é novidade diante do que acontecia anteriormente, com fundamento em leis como o Regimento dos capitães-do-mato em vigor desde 1722. Em 1725, por exemplo, a violência nas minas de Cuiabá já é intolerável, podendo ser definida como atroz contra desafetos políticos. É o caso ocorrido contra os "Irmãos Leme", João e Lourenço, que, com Pascoal Moreira Cabral, lideravam a hegemonia política das minas na região. No entanto, numa briga política pelos poderes locais com o então governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, João e Lourenço são considerados desobedientes e insolentes, sendo, por isso, simplesmente exterminados. Segundo uma fonte histórica:

"O primeiro Leme foi preso e enviado a fortaleza de Santos, posteriormente remetido para a Bahia, onde foi decapitado, tendo seu corpo sido esquartejado, salgado e exposto em lugares públicos, em franca demonstração que dava a Coroa Portuguesa, de que a desobediência e insolência não seriam toleradas e que o caso semelhante servisse de exemplo à população"(7).

Esse é o início da violência perpetrada apenas nessa enorme área de um dos primeiros países

americanos a conhecer a escravidão e o último a "aboli-la". Fazê-lo, porém, depois de 350 anos de união da resistência escrava, no trabalho duro, sem direito a casamento, ter filhos, os amos decidindo o que comer, o que vestir, a religião a seguir, onde e quando trabalhar, forçando os escravos a reagir diante das miseráveis condições de trabalho, inclusive mantendo a "morte natural", em geral recebendo como resposta mais violência. José Alípio Goulart escreveu:

"No primeiro quartel do século XVIII, época de grande concurso de escravos na sub-região das minas, não menos avultada era o número de calhambolas, cada vez mais audaciosos nas suas tropelias, fruto das miseráveis condições de trabalho e de trato ali implantadas", acrescentando:

"...a 21 de novembro de 1719, o Conde de Assumar, então governante daquelas partes, viu-se na contingência de expedir Bando determinando a execução de "morte natural" a todo negro fugido, considerando necessário, à guisa de processo, apenas os depoimentos de quatro testemunhas e o julgamento dos ouvidores. A medida extrema visava, por igual passo, a diminuir os prejuízos decorrentes das constantes e numerosas evasões de escravos, cujos reflexos se faziam sentir, et pour cause, nos trabalhos de exploração das jazidas, a que a Coroa dedicava especial atenção e inusitado carinho"(8).

Complementando essas duras exigências legais, revoltando os escravos, já por volta de 1739, o governador da Capitania de São Paulo, dom Luiz de Mascarenha,

erigia o pelourinho, a famosa "justiça do suplício", em Vila Boa de Goiás(9), onde o "bacalhau" e a vergasta passaram a ser frequentes, tendo como principais vítimas os escravos negros que já se rebelavam, aliás desde 1729, organizando-se em quilombos em Goiás e Mato Grosso(10), contra os suplícios e as durezas do trabalho das minas nas quais eram cruelmente castigados e maltratados, muitas vezes na presença dos brancos ou diante de outros escravos, perplexos, obrigados a assistir à cena como sinal de castigo, depois de uma terrível jornada de trabalho sem direito à pausa ou "distração", de horas sem fim.. Esse terror foi se acentuando nas décadas e governos seguintes, à medida em que aumentavam os "descobertos", exigindo maior fiscalização da produção aurífera e mais trabalhadores escravos que continuaram a se opôr sem cessar ao cativo, começando pela resistência ao duro trabalho feitorizado, interrompendo o trabalho, dedicando-se o menos possível às tarefas, fazendo "corpo mole", etc., protegendo, mesmo inconscientemente, sua vida biológica(11).

Essa reação dos escravos, além de forçar o governo português a elaborar lei definindo, em 2 de dezembro de 1740, o significado de quilombo, facilitando a repressão policial, forçava os representantes da Coroa no Brasil a exigir a promulgação e aplicação de leis de teor muito violento contra os escravos. Esse foi o caso do alvará de 3 de março de 1741, com penas determinando marcas de ferro em brasa, torturas e mutilações, só teoricamente abolidas pela

Constituição do Império de 1824. Embora longo, o texto justifica transcrição:

"Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará em forma de lei virem, que sendo-me presente, os insultos que no Brasil cometem os escravos fugidos, a que vulgarmente chamam calhambolas, passando a fazer o excesso de se juntar em quilombos e sendo preciso acudir com os remédios que evitem esta desordem, hei por bem que a todos os negros, que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha uma marca em uma espádua com a letra F - que para este efeito haverá nas câmaras, e se quando se for executar esta pena for achado já com a mesma marcasse lhe cortará uma orelha; tudo por simples mandado do Juiz de Fora, ou Ordinário da Terra, ou do Ouvidor da Comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido antes de entrar para a Cadeia"; Pelo que mando ao Vice-Rei, e Capitão-General de mar e terra do Estado do Brasil, Governador e Capitão-General do Brasil, Governadores e Capitães-Generais, Desembargadores de Relação, Ouvidores e Justiça do dito Estado, cumpram e guardem ,e façam cumprir e guardar este meu alvará em forma de lei, que valerá posto que seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo da ordenação do livro 2. parágrafo 4º e em contrário que será publicado nas comarcas do Estado do Brasil, e se registrará na Relação e Secretaria dos Governos, Ouvidoria, e Câmaras do mesmo Estado para que venha a notícia a todos. Dado em Lisboa

ocidental a três de março de mil setecentos e quarenta e um.
a) Rei"(12).

A importância econômica de um escravo, justificava a existência de leis desse nível. A relevância do domínio sobre o escravo, com raízes no Direito Romano antigo, que conferia ao senhor, além do direito do domínio(jus dominii), a faculdade de dispor do escravo como bem lhe aprouvesse(jus potestatis), podendo, portanto, maltratá-lo e até matá-lo impunemente(jus vitae et necis), do mesmo modo que poderia fazer com um animal que lhe pertencesse, ou outro qualquer objeto do seu domínio(13).

Esse incrível poder legal foi aplicado sem reservas contra escravos negros no "ciclo" da mineração(1719-1822) e na fase provincial(1822-1889) de Mato Grosso e Goiás, deixando sinais de sua crueldade até os nossos dias. No município de Mineiros, sudoeste de Goiás, continua no imaginário dos mais velhos o tipo popular de "Mateus Ferrado", ex-escravo e avô de um negro sanfoneiro do lugar, apelidado "Venturinha", e que, até a década de 30, conduzia no corpo, além de outros sinais da tortura, uma inconfundível marca "F"(fujão), advindo por isso o seu jocoso apelido.

Note-se, aliás, que havia leis proibindo que se defendesse os escravos e outros discriminados. Em Goiás, somente no governo de Dom Marcos de Noronha, iniciado em 8 de dezembro de 1748, foi **revogada a Lei de 23 de janeiro de 1736**, que "vedava o direito de defender-se aos negros, mulatos, bastardos, mamelucos, cafuzos, caribocas

e outros mestiços", esclarecendo o historiador Zoroastro Artiaga, que essa lei vinha do tempo de Anhanguera e referia-se "ao uso de armas de fogo, facas, facões, porretes, pau-de-bico, "estoques", zagaias, lanchas, chuços, fueiros, arpões, rabos de tatu, relho, pirais, estoques de ferro"(14).

Em Mato Grosso as leis com penalidades duras contra os escravos foram instituídas por Rodrigo César de Meneses, governador de São Paulo, já em 1727, com aplicação imediata em Cuiabá, vedando-lhes o uso de "armas, facas, catanas", encobertas debaixo dos capotes, sob pena de açoites, incluindo-se, inclusive, multa aos senhores. Nas mesmas sanções incorreria o escravo de tabuleiro, que fosse às lavras auríferas vender as suas quitandas; ou frequentasse as tavernas e ranchos - salvo em companhia dos seus senhores - para não entreterem o comércio clandestino, proveniente de furtos; ou o que levasse tabuleiro fora da Vila, para a mercancia. O infrator, mesmo se gozasse as regalias de forro, além do açoite, seria degradado para São Paulo. Se pilhado em flagrante, seria preso e açoitado pelas ruas públicas(15).

Na fase de Dom Marcos de Noronha, primeiro governador da Capitania de Goiás(1750), os castigos foram os mais severos contra a rebeldia escrava; assim como nos dez anos do Dom João Manoel de Mello(1760-1770) que, além de impor outros maus-tratos e violências policiais contra os escravos e os índios sublevados que os acolhiam, instalou e pôs em prática a força em Vila Boa de Goiás, a que fez funcionar de dois em dois meses(16).

Antonil, observador da época da mineração, descreveu as péssimas condições sob as quais o escravo negro trabalhava e era tratado:

"No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três pês, a saber: pão, pau e pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau; contudo provera a Deus, que tão abundante fosse o comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer cousa pouco provada ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos; de que se não usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos; pois o cavalo é servido, e tem quem busque capim, tem pano para o suor e freio dourado"(17).

O texto revela que o castigo, na prática, não tinha limites indo bem além do que a lei mandava; notando-se que na segunda e terceira décadas do século XVIII já se encontravam na região os principais instrumentos de tortura, de suplício, de captura, de aviltamento ou disciplina de trabalho, ainda constatáveis em arquivos históricos e em Museus como o das Bandeiras da cidade de Goiás, por exemplo.

Dom Antônio Rolim de Moura, governador e capitão-general das capitanias de Cuiabá e Mato Grosso, recebeu por carta régia de 26 de agosto de 1758, a faculdade de sentenciar negros à morte , "em processos simplesmente verbais, e sumaríssimos, pelos quais conste de mero fato da verdade da culpa, observando somente os termos de

Direito natural, que consistem no auto de corpo de delito, na inquirição, e escrita das testemunhas, que provarem a culpa, na vista que de tudo se deva dar ao réu, em o termo competente para apegar, e provar sua defesa”(18).

Na dura jornada de trabalho na mineração do Brasil Central, os castigos e seus instrumentos já mencionados eram “normais” mesmo entre religiosos, não sendo novidade padres donos de escravos, com origem na Costa da Mina, Angola ou crioulos, mantendo troncos de pescoço e de pé, para discipliná-los(19), não sendo novidades: correntes, gonilha ou golilha, gargalheira, tronco, vira-mundo, algemas, machos, cepo, corrente e peia. Ou máscaras, anjinhos, bacalhau(chicote), palmatória. ainda: gonilha, libambo, ferro para marcar, placas de ferro com inscrições infamantes, dentre outros, sendo que muitas vezes a humilhação, segundo velhos descendentes de escravos(20), chegava ao requinte do escravo ser obrigado a submeter-se ao castigo emitindo “ruídos musicais” diante dos seus algozes, que passavam a se revezar, com um bacalhau em punho, ordenando:

“Canta negro”- a que ele, num gemido fúnebre, “musicava”:

“Um, um, um...”

“Um, um, um...”

“Cum, um, um...”

“Rei na cacunda...”

A riqueza do ouro, impetuosamente explorada pelos escravos em Mato Grosso e Goiás, especialmente na "mineração de cascalho"(21), enriqueceu na verdade as elites européias, especialmente portuguesas, nada ficando na região onde os quilombolas chegavam a praticar a mineração clandestina, nos "descobertos" que só eles sabiam, onde muitas vezes eram presos.

A mineração era feita, sobretudo, de abril a setembro, durante a estação da seca, tendo como principais instrumentos de trabalho, um pequeno saco de couro, a pá, a enxada e a bateia. Ou seja, uma gamela de madeira ou de metal na qual se separavam, com a ajuda da água, ou por decantação, as areias e os seixos do pó e pepitas de ouro, mais pesados(22), sendo mais comuns em Mato Grosso, a alavanca, a bateia, o carumbé e a marreta.

A bem dizer, na mineração do Brasil Central, realçada em Goiás, o escravo negro foi a maior vítima de trabalho extenuante e alienador, num período de quase cem anos(1719-1822), onde foram alocados inclusive nos trabalhos de construções de obras públicas, principalmente de cunho militar em zona de fronteira, de que abordamos em "Fugas e Comunidades Negras de Mato Grosso do Sul"; destacando-se também como o principal trabalhador noutras atividades no século XIX, de que já discorreremos, em todas figurando o castigo como elemento integrante do sistema, fosse ou não de caráter "normal", "incontestado" e decorrente de fugas; ou na sua forma "exemplar", que atemorizava.

Castigo também pela falta de liberdade, desabamentos de galerias, possivelmente 7 anos de "vida útil"; vida realmente melancólica, mais das vezes os escravos só se sustentavam no trabalho a poder de largos goles de cachaça. É o que informa o historiador Luís Palacin, descrevendo o desumano tratamento dispensado aos escravos negros de Goiás, na mineração:

"...com os pés metidos na água fria, durante horas e horas, dobrados sobre a cintura enquanto o sol caía implacável sobre suas costas, os escravos sustentam-se no trabalho a poder de largos goles de cachaça. Daí se seguiam as gripes, pneumonia, pleurites, desvios de espinha e outras enfermidades próprias do garimpo. Quando o trabalho era nos túneis abertos na montanha, além dos desmoronamentos, tão frequentes em obras feitas às pressas sem nenhum cálculo técnico, que endividavam os mineiros pela mortandade dos escravos, a falta de ventilação acelerava o processo de envenenamento e a petrificação dos pulmões em virtude da silicose", acrescentando:

"A essas acrescentam-se as doenças tão espelhadas pelo Brasil de então, como a disenteria bacilar - "mal de bicho" -, os vermes intestinais e as doenças venéreas. E em regiões pantanosas, como muitas de Goiás, a malária que provocava verdadeiras hecatombes, como a do rio Maranhão em 1732, onde, no dizer de Silva e Souza, houve dias de cinquenta mortes entre os que trabalhavam na construção de um dique para desviar o rio"(23).

Cunha Matos também descreve o mau tratamento dispensado aos escravos, enfatizando que em um ano poderiam morrer "cem escravos" na mineração, naturalmente de Goiás:

"O peso do serviço , o mau tratamento e sustentação, a falta de curativo levavam estes desgraçados prontamente à sepultura, sem deixarem reproduzida a sua espécie. Aconteceu muitas vezes morrerem no espaço de um ano cem escravos a alguns mineiros; coisa nunca sucedida aos agricultores. Esta mortandade pôs a alguns proprietários em crises bem espinhosas, que ordinariamente acabavam em um suicídio, em um sequestro geral ou em uma fuga desordenada"(24).

Também Affonso de Taunay, refere-se ao desumano tratamento dispensado aos negros no serviço da mineração do Brasil Central, dando destaque ao caso goiano:

"Esta ânsia de enriquecer, em breve tempo, fazia com que os senhores dos míseros negros apenas vissem os instrumentos muito transitórios da fortuna. Que valia a vida de um escravo, desde que em alguns meses excelentes proventos dera ao dono, altíssimos "jornais de oitavas". (...) "Encurralados como animais, viviam os escravos nos miseráveis alojamentos, onde dormiam na mais sórdida promiscuidade, para as lavras e vice-versa, pois os implacáveis aventureiros seguiram sempre o inalterável costume de comprarem para seus rigorosos trabalhos escravos homens, e quase nunca mulheres. Ao calor da atmosfera ajunta-se o

rescaldo das galerias asfixiantes; das falhas do terreno ou da ruptura de toscas barragens, desviadoras dos rios, súbitas torrentes irrompiam que afogavam os desgraçados mineiros; engoliam os desmoronamentos frequentes do "ouro podre", vítimas sobre vítimas. Nem era raro obrigassem um negro a que penetrasse como explorador, verdadeiro "enfant-perdu", num poço ou galeria empestada de gases letais. Transido de horror recusava-se o desventurado ao serviço, "comio-o então o feitor a bacalhau", segundo a frase cruel e consagrada, em frente aos parceiros aterrorizados. Lá ia o rebelde procurar no suicídio, quase inevitável, o lenitivo à crueldade dos brancos ferozes. Assim, pois, o arraial goiano, votado à misericórdia intercessão da Mãe dos Homens, realizava a reprodução de um canto do inferno à superfície da terra, exatamente como em outros lugares onde o ouro surgiu para o desencadeamento de misérias sem conta"(25).

O suicídio, é o lenitivo extremo. Uma autodefesa, entre outras, abordada no capítulo "Resistência ao Escravismo". Por mais esse texto, também se vê a falsa idéia da benevolência da escravidão Brasileira, sobretudo em sua parte mais central onde o sistema escravista só não foi o pior e o mais desumano da expansão colonialista porque toda a práxis escravista brasileira foi muito violenta, não se devendo perpetuar essa farsa ainda exigindo revisão ideológica e desmistificação historiográfica(26).

Assim, trabalho árduo, castigos perversos e "rebeldia negra" na mineração são, pois, fatos

comuns e inquestionáveis desde o início dessa atividade na região. Acentua, aliás, Eschwege, ainda dando destaque ao mau tratamento dado ao escravo na mineração, particularmente de Goiás:

"É possível que o primeiro trabalho de extração tenha sido feito com os próprios utensílios domésticos das expedições, como o prato de alimentação, e a bacia. Os mineiros já deviam trazer experiências das catas auríferas das Gerais. O escravo faiscador, às margens dos Rio Vermelho e das Almas, extraia, de sol a sol, ouro misturado aos seixos e areia. Com a bateia de madeira, movimentava a mistura heterogênea de rochas, fazendo acumular os grãos de ouro no fundo, sendo as impurezas extras lavadas pela água que afluía, aos poucos, na superfície da vasilha. Trabalhava, inclinado e seminu, os pés n'água, o corpo exposto ao calor do sol "(27).

Além dessa indiscutível comprovação, a dureza do trabalho poderia piorar quando o tipo de mineração não exigia atividade de simples faiscador ou não era somente "de cascalho", mas a que dependia de grandes desmontes, abertura de calhas ou sulcos, galerias, etc., em serras, morros ou montanhas. Mesmo figurando como tipo "mineratório" de menor frequência no Brasil Central, a mineração em serras e morros, assim como a de "grupiaras", deixou marcas bem profundas do seu rigor e da sua crueldade, a respeito, aliás, esclarecendo o autor acima citado:

"A medida em que os dias corriam, as primeiras construções de alvenaria eram erigidas. Ao lado do rio do ouro, o escravo amassava o barro do adobe, transportava-o, fazia a argamassa, cortava a madeira, colocava-a a prumo, amarrava-a e dava contorno à construção que se erigia...", ainda acrescentando, taxativo:

"Quando a extração do metal exigia outras técnicas além da faiscagem, como a construção de canal para a passagem de água que é represada para a lavagem dos seixos, colocados em fila, o mancípio revolvi-os com almocafres, encurvando sobre a correnteza, realizando manobras especiais para que dos fragmentos se extraísse o ouro depositado nas cavidades das rochas. Com uma tábua, objeto auxiliar, removia os cascalhos maiores. Nas grupiaras, muitas vezes o processo era penoso e demandava muito esforço pessoal e avultado capital. Em Santa Cruz, o capitão General José de Almeida Vasconcelos fez construir uma calha de 9 léguas de comprimento, para levar água até a rocha aurífera no morro do Clemente. Trezentos africanos foram empregados no labor. Os resultados não foram satisfatórios, em virtude da morte do empresário. Com outras variantes, o serviço prosseguia nas encostas, em camadas de rochas e filões. Não raro, escavações eram feitas em profundidade, pelo interior de monte, onde o preto trabalhava à luz de tochas, perfurando, extraíndo, carregando, lavando, acumulando seixos"(28).

É curioso como não se quantificava o número de escravos mortos no "tráfico interno" para as minas,

inicialmente no "ciclo das monções", em direção a Mato Grosso; ou entre os que eram trazidos nos comboios ou nas tropas, mormente para Goiás; nem dos que morreram, envenenados e com os pulmões petrificados, na dureza do trabalho das minas. Por exemplo, quantos teriam morrido na abertura dessa calha inusitada de 9 léguas de comprimento de que fala Eschwege, já então somando seis quilômetros cada, só em um momento da mineração do século XVIII em Goiás? ou somente na fundação das minas de Cuiabá?

Note-se, ainda, que os maiores depósitos de metal das minas do Pilar em Goiás, local de grande rebeldia escrava, também se localizavam num morro próximo ao povoado, "riquíssimo, porém sem água", dependendo, portanto, do fatigante trabalho do escravo.

O historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme, seguido por Saint-Hilaire e Affonso de Taunay, também não teve como omitir a violência praticada contra os escravos da região:

"Os almocafres e carumbés, as enxadas e bateias, continuamente trabalhavam, nos veios, nos taboleiros e nas grupiaras, revolvendo o cascalho até a piçarra, abrindo poços e galerias. Continuamente, também, silvavam as longas tiras de couro dos azorragues nos magros e cicatrizados dorsos dos míseros africanos. Porque se no Brasil jamais houve inexoráveis senhores e desalmados traficantes foram os mineradores, os implacáveis aventureiros escavadores do solo aurífero e réus de hediondas barbaridades. "Senhores

de lavras havia que, em menos de um ano, perdiam cem e mais escravos, mortos pelos maus tratos e pela péssima alimentação”(29).

Como característica do sistema, essa violência não pode ser vista como novidade historiográfica. Os negros eram mesmo considerados a pior camada da população, embora fossem a maioria estatístico-demográfica dela no período da mineração (1725-1822) na região, indo muito além do tratamento dispensado ao próprio indígena. Nem com este, aliás, podiam ser comparados. Nem assim chamados, pois, desde a concepção de Aristóteles, passando por outros filósofos, teólogos, historiadores, etc., da qual falamos no capítulo, “História, Escravidão e Povoamento de Goiás”, os negros estariam entre os humanos que seriam escravos por natureza. A natureza os teria destinado para escravos dos brancos, estando toda essa vileza escrita e solenemente documentada inclusive em correspondência oficial(27), obedecida e seguida por governos e os proprietários das minas de Goiás, transcrita em Anexos.

A condição humilhante a que os negros foram relegados no Brasil Central foi ainda agravada, com o processo de decadência das minas, a carência de trabalhadores no sudeste, para aonde passaram a ser vendidos, a articulação quilombola no Nordeste, especialmente na Bahia e o aumento de atentados e crimes entre senhores e escravos, além de alguns outros fatores, pouco importando, portanto, a derrogação do Alvará de 1741 e de outras leis truculentas pela Constituição

de 1824. Por isso, em 10 de junho de 1835, o governo da Regência fez promulgar uma lei excepcional, mandando aplicar a pena de morte e de açoites justamente contra os escravos que se rebelassem e cometessem crimes de homicídio e outros delitos contra seus senhores ou seus parentes. Dizia o artigo 1º:

"Serão punidos com pena de morte os escravos, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem qualquer outra grave ofensa física, a seu senhor, a sua mulher, a descendentes ou ascendentes que em sua companhia morarem, a administrador, feitor, e as suas mulheres que com eles viverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias, mais ou menos agravantes".

A violência do poder de que fala Michel Foucault(30), não é, pois, novidade na mineração. Foi efetivada através de métodos e meios coercitivos e punitivos os mais brutais, que vão da terrivelmente macabra violência física, o suplício do corpo, tendo como motivação legal a salvação da alma do condenado, ao uso dos institutos penitenciários modernos. É a violência institucionalizada e aplicada de forma bem cruel, figurando como mais comum, a pena de açoites. A de morte que, desde o Alvará de 26 de fevereiro de 1834, repetindo o Decreto de 11-04-1829, foi aplicada ao escravo sem qualquer recurso, mais das vezes nem mesmo o da graça, mostra que o ódio do escravo não se

restringia apenas ao "amo", ao senhor e ao feitor, alcançando também às suas famílias; havendo ainda os excessos dos que, diretamente, não tinham os escravos como coisa ou força de trabalho, valendo-se, porém, da violência instituída para a prática de toda a ostentação dos suplícios, com frequência aplicados na região.

Aliás, a pena de morte não era novidade nem no Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos; nem na Bíblia e na legislação, começada na portuguesa, através do Código Filipino, V, Tít.XLI, dispendo: "morra morte natural na forca para sempre".

Assim, em um país onde continua sendo efetivada através de grupos de extermínio, de "justiceiros" e de outras categorias, admití-la contra escravos negros na escravidão do Brasil Central não causa estranhesa; salientando-se que, ironicamente, na Colônia afora, era mais das vezes praticada por negros criminosos, condenados à morte, "mas poupados a fim de servirem de algozes"(31).

Na década de 1830, estando em vigor o Código Criminal (1831) e a terrível lei nº 4, de 10 de junho de 1835, não foram tão poucos os escravos condenados e executados à pena de morte, cruel ou atroz, bem como à prisão perpétua com trabalho na região, sobretudo em Goiás: Manoel Crioulo, procedente de Araxá(32); Camila cabra, do arraial de Cinta(33); João Cardoso Batista, pardo, da vila de Conceição(34); sendo que no relatório de 30 de janeiro de 1839, feito pelo ministro da Justiça Eusébio Coutinho Matoso

da Câmara, referindo-se ao ano anterior, consta na relação dos escravos executados no Brasil, dois do Brasil Central, um de Mato Grosso, por ter morto seu senhor, e o outro, de Goiás, por ter "morto sua senhora"(35). Em 9 de julho de 1839, o despacho de execução foi contra o escravo Miguel Cabra, por ter morto seu senhor Francisco de Paula Guimarães(Ofício 90, de julho de 1839). Em 8 de julho de 1841, a pena de morte foi contra a ré escrava Leonarda, presa na cadeia de Bonfim, atual cidade de Silvânia, execução e aplicação de pena com as quais gastou-se 3.320, com o sustento de carcereiro, aquisição de corda de barbante, algumas mantas de carne e mais garrafas de azeite(36); enquanto em 10 de abril de 1844, a execução já ocorria contra o escravo Francisco de Angola, na cidade de Goiás, capital da Província(37).

Como em Goiás, no Mato Grosso, conforme já discorremos, a repressão às vezes se tornava pública, intimidando a população negra. José Borges Barreto, tendo dois escravos sentenciados a morte um deles foi obrigado a dar três voltas em torno da forca e levou 200 chicotadas, nas ruas(38).

Mas a crueldade escravista "regional" não ficava no rigor acima descrito. Existiam tendências e práticas criminais às vezes sádicas e masoquistas. Houve sadismo entre senhores, entre as senhoras, objeto de abordagem ainda nesse texto, como houve masoquismo, comprováveis já nos pequenos anúncios de jornais, mostrando toda a tragédia de casos terríveis de uma época de triste memória. Mutilados e

alquebrados é a condição física e emocional dos negros fugidos, eventualmente encontrados. É que mais das vezes fugiam com os sinais da tortura e da mutilação praticados pelos donos: a marca "F" significando fugido, dedos tortos ou cortados, pés decepados, marcas de surra na bunda, cegos de olho, nariz e beiços feridos de bouba, orelhas furadas, falhos de dente, verilhas quebradas, calos crônicos, etc., é o que revelam apenas alguns dos anúncios publicados em a Matutina Meiapontense, primeiro jornal goiano, de Meia Ponte, atual Pirenópolis, que servia também a Mato Grosso no início da década de 1830. Eis o que revelam, merecendo transcrição:

"A Antônio Joaquim Giz. de Mattos, morador no Alegre, distrito da vila de Paracatu, fugiu, desde janeiro corrente ano(1830), um escravo de nome João, barbado, com uma pinta de cabelo branco no queixo interior da parte esquerda, falta de um dente no queixo superior e na parte direita; com a cicatriz de uma brecha na cabeça da mesma parte; bem fechado de cabelos no peito, e com idade de 30 anos. O anunciante promete 20\$000 a quem o pegar"(Matutina n.331).

"Ao Sr. Tenente Félix de Amorim fugiu um seu escravo de nome Nazário, crioulo, delgado de corpo, rosto comprido, desdentado, pouca barba, e de idade pouco mais ou menos 50 anos: fugiu-lhe há 3 anos, e consta ter aparecido em Mato Grosso e subúrbios do Córrego do Jaraguá. A quem o prender, entregarão seu Sr. promete ele 12 mil réis"(Matutina n. 153).

"Fugiu de Catalão um escravo de Antônio Joaquim da Silva, morador na mesma vila do Catalão; os seus sinais são os seguintes: um crioulo baixo, magro, desdentado em cima, e com duas cicatrizes na cabeça logo acima da testa, pés pequenos, canelas finas, de idade 28 anos pouco mais ou menos, chama-se Brás. Foi visto na cidade de Goiás, e depois no Ouro Fino. Dá-se 12\$800 de prêmio a quem o pegar, além de se pagar todas as despesas que se fizer"(Matutina n. 427).

"Ao Alferes Joaquim Gomes de Siqueira, morador na cidade de Goiás, fugiram no dia 20 de janeiro de 1834 dois escravos: um por nome Joaquim, cabra, idade de 30 anos mais ou menos, estatura mais que ordinária, cheio de corpo, com uma cicatriz no rosto, bem barbado, bons dentes, cabeludo, e outro por nome Valentim idade de 18 anos mais ou menos, nação Congo, porém passa por crioulo, estatura ordinária, corpo ordinário, sem cabelo algum na barba, bons dentes. Quem os levar ao dito seu Senhor, ou deles der notícias certas, receberá generosamente uma boa gratificação"(Matutina n. 437).

Por fim, comprovando que as fugas se davam de forma coletiva ou individual e que o jornal atendia também aos interesses dos donos de escravos de Mato Grosso, de onde, igualmente, eram comuns as muitas fugas de escravos, eis o que anunciavam:

"Da cidade de Cuiabá fugiram um caburé, de nome Quintino, com 38 anos, estatura ordinária,

olhos grandes e amortecidos, nariz grande. Uma dita de nome Eva, rosto comprido, peitos caídos, corpo delgado, de 25 anos, com uma filhinha de 4 anos, bem morena, de nome Felicidade, batizada em casa, e ainda sem Santos Oleos, por ter nascido na fazenda do Jauru. E dois filhos mais da mesma Eva, ambos também caburés, um de nome Cândido, outro Serinoi, e ambos libertos, o 1º com 12 anos, e o 2º, com 8 e quebrado de uma virilha. Um crioulo de nome Bento, de idade 30 anos, alto, e de bom corpo, largo de peitos, olhos redondos, rosto comprido, cabeça bem redonda. Este crioulo e o caburé quintino são irmãos de Eva. Com todos estes fugiu também um índio bororó, chamado Domingos, de 15 anos de idade, com uma "velida" num olho e orelhas furadas", prosseguindo o texto:

"O Cap. Antônio Roriz da Costa dá 100\$00 réis de prêmio a quem os fizer capturar e lhe participar quer seja na Província de Mato Grosso, quer nesta de Goiás"(Matutina n. 340).

"A Zeferino de Freitas Neves, morador na Vila da Franca, fugiu a 20 de fevereiro de 1832 um escravo por nome Antônio, nação banguela, estatura ordinária, bem preto, rosto carregado, boa dentadura, e o melhor sinal é o dito escravo ter os dedos grandes dos pés tortos para dentro, um mais que outro, e pouca barba"(Matutina n. 455).

"Acha-se na cadeia da cidade de Cuiabá, Província de Mato Grosso, um homem pardo de nome Venâncio, estatura ordinária, e com alguma barba: o qual sendo preso pela Patrulha, a 22 de dezembro de 1832, declarou ser

escravo de Joaquim Tomaz de Aquino, morador no Rio Grande nas lavras do Funil da Província de Minas Gerais. Por tanto, faz-se o presente anúncio para que, chegando a notícia ao seu legítimo senhor, este o mande receber apresentando documentos que o habilitem"(Matutina n. 427), ainda anunciando o mesmo exemplar de jornal:

"No dia 22 de abril deste ano(1832), fugiu da cidade de Cuiabá, Província de Mato Grosso, um crioulo por nome Félix, pertencente ao alferes Francisco Vieira de Barros, cujos sinais são os seguintes: magro de corpo, beíçudo, pouca barba, e tem suíças, pés grandes, com um sinal pequeno na testa. Roga-se a todos os Srs. Juizes de Paz, e Inspetores de Quarteirões, assim como a qualquer Senhor, que tenha notícia do dito escravo, o queira prender; e dá-se 20\$000 de alvíçaras, a quem o denunciar aos Srs. Juizes de Paz. Pensa-se que este crioulo fugiu para a Província de Goiás, por isso que foi encontrado na estrada da dita Província. O Sr. José Joaquim Cuiabano, morador na cidade de Goiás, assistirá com 20\$ a quem a ele tiver alquerido juz, assim como a ele Senhor poderá ser entregue o dito escravo. Adverte-se que o dito escravo é um bonito oficial de alfaiate"(Matutina n. 427).

"Pedro Gomes Machado Bernardo, de nação crioulo, escravo de Bernardo da Costa Santos, foi preso pelo oficial do Quarteirão de Mato Grosso, e recolhido às cadeias de Arraial há perto de um ano, e foi avisado o seu Sr. que é morador no Ouro Fino ao pé da Capital. Até o presente

não tem o procurado, recomenda-se venha por ele quanto antes, aliás far-se-há dele entrega ao Juízo de ausentes"(Matutina n. 117).

Com estes anúncios, lidos e ouvidos com grande atenção nos locais onde circulavam os jornais, vê-se que muitos escravos, já nas primeiras décadas do século XIX, eram presos na própria jurisdição goiana; outras vezes, em Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, etc., de onde também fugiam muito; outras tantas vezes eram presos e recambiados para os locais de origem dos donos. Presos, a bem dizer, na terrível "Casa Forte"; ou nas enxovias; ou mesmo nas casas alugadas para esse fim, nas quais os negros eram submetidos a terríveis maus-tratos nos cárceres privados, térreos ou subterrâneos, escuros, úmidos e sujos; situação na qual às vezes eram mortos ainda nas "estradas", especialmente quando presos por morte de seus senhores ou seus familiares, como ocorreu com um preto, morto a facadas, à noite, porque havia matado um filho do seu senhor na Vila da Palma, estando "a ferro" em uma dessas casas que serve de prisão, não declinando a fonte nem o seu nome(39).

A historiadora Maria Auxiliadora Azevedo Coutinho Gomes(40), numa minuciosa pesquisa analisando processos crimes envolvendo escravos no período de 1800 a 1880, em Cuiabá, além de mostrar que o escravo negro não pode continuar sendo visto pela história como "uma mula de carga libertado pelos bons sentimentos da princesa Izabel", em um universo de 250 processos, duzentos de inventários e o

restante de âmbito criminal, deixa límpida a violência praticada pelo sistema escravista contra os escravos de Mato Grosso. Mostra também que a causa principal dos "ilícitos penais" cometidos ou envolvendo escravos, é a sua insurgência contra feitores e policiais; contra senhores que mataram e maltrataram de forma desumana seus escravos; furtos praticados de forma extrema e os processos instaurados a partir de queixas contra fugas e rebeliões organizadas.

José Barnabé de Mesquita, descrevendo os crimes acontecidos em Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX, salienta alguns, em que foram vítima, negros escravos ou livres:

"Em 1844 Vitorino, escravo de Antônio de Moraes Delgado Delegado, atentando contra uma criança (...) 3.500 açoites e durante 14 anos a levar uma argola de gancho, além de pagar um dote, à menor de 40\$000"(41).

Em 1870, na Fazenda São José do Rio São Lourenço, o escravo Jerônimo, foi cruelmente mutilado por seu senhor, o boiadeiro João Ferreira Junqueira(42).

A violência não cessou. O uso dos troncos, açoites, etc., continuou no período de 1850-a-1888. Um anúncio de jornal de Mato Grosso, sobre captura de escravo, mostra:

"Paga-se a quantia acima(25\$00) a quem levar a casa do abaixo assinado (Manoel Nunes Ribeiro)a rua 7 de setembro, n. 14, o escravo Antônio, pardo, tem um

sinal(sic) de cicatriz no lado direito da cara e 40 anos de idade"(Província de Mato Grosso, de 25-04-1.880).

O depoimento do escravo Manoel, um dos raros a conseguir processar seu senhor por excesso de maus-trato em Cuiabá, é também taxativo revelando o incrível nível de violência praticada na região:

"(...) fôra atado a uma corda, pelos pés, pelas mãos e pelas cadeiras, que neste estado fôra por sete dias consecutivos de manhã e a tarde açoitado; que mais dos castigos mandavão-lhe aplicar todos os dias como sendo preparação composta de sal, ourina e fumo"(43).

Em Cuiabá, aliás, a resposta mais frequente que os escravos davam aos castigos abusivos eram as fugas e o suicídio. Figurava, entretanto, como o mais comum que encontraram para dar fim a própria vida atirar-se às cisternas que existiam em quase todas as casas, sendo mesmo comum a ocorrência desse fato no período de 1850-a-1888 que, em alguns casos, foram considerados suicídios e em outros acidentes(44).

Entretanto, interpretação bem diversa teve o jornal acima descrito, já na década de 1880, ao notificar o suicídio de uma escrava: imputa a culpa do episódio a senhora da escrava que, pelos maus-tratos infligidos a seus negros, já seria a causadora de mais quatro suicídios ocorridos anteriormente entre seus cativos(45).

No caso de suplícios praticados contra escravos em Mato Grosso e Goiás, ou de delimitação do seu

espaço social, a repressão e a violência estavam previstas nos próprios Códigos de Posturas das Vilas, como o da Vila de Corumbá em Goiás, aprovado em 3 de agosto de 1853, mandando castigar com vinte palmatoadas os escravos que, na forma do artigo 16 das ditas posturas, não despejassem "sobre a terra, para que jamais alguém se possa, dela servir", a água em que lavassem roupas de enfermos de doenças contagiosas. Uma dúzia de bolos mandava o artigo 32 se aplicasse a escravos "encontrados bêbados em tavernas ou em qualquer parte", na reincidência, sendo o castigo aplicado na cadeia local; enquanto isso, na Vila Formosa da Imperatriz, também em Goiás, pela mesma infração do despejo das águas contagiantes, a pena era igualmente de vinte palmatoadas(46). Posturas de Rio Bonito(Caiapônia), através de Resolução nº 135, de 2 de agosto de 1875, onde pupilo ou escravo estava impedido de estampar nas paredes dos edifícios quaisquer dísticos ou figuras "desonestas", o que fosse encontrado bêbado ou jogando em taberna ou qualquer outra parte, era preso e entregue ao seu senhor; na Vila de Jaraguá, ainda em Goiás, o escravo jogador ou bêbado recebia uma dúzia de bolos, por ordem do Juiz de Paz; enquanto em Rio Verde, sudoeste goiano, ainda com 875 escravos e 66 filhos livres em 1874, havia senhores enérgicos que castigavam e puniam severamente seus escravos. Os negros eram fustigados no pelourinho, localizado bem no centro da Praça da Matriz(hoje Ricardo Campos), e seu dorso era descoberto por chibatadas que estalavam no lombo nu, como lição para os demais(47).

Na Capitania de Mato Grosso, o código de postura de Poconé, antigo São Pedro d El Rey, proibia ao escravo o jogo. O infrator seria preso e entregue ao seu dono para ser castigado e o dono da taverna ou da casa em que se realizasse o jogo seria multado em dinheiro ou em três dias de prisão(48). O escravo não podia ainda usar armas ou paus durante o dia ou a noite. Quem infringisse a lei, pagaria de 50 a 150 açoites na cadeia, só não ocorrendo se conduzisse bilhete do seu senhor.

Em 1831, o vereador da Câmara de Cuiabá, José Joaquim Vaz Guimarães apresentou em sessão ordinária realizada em 14 de setembro, uma proposta, que incluía no artigo 3 do código de postura, a regulamentação do uso de armas, sendo que nenhuma pessoa livre ou escrava poderia fazer uso de arma de qualquer natureza, inclusive do uso de paus, salvo os homens bons que poderiam usar sua bengala(49). Ainda em 1831, o comércio ambulante de Cuiabá foi também "disciplinado" através de código de postura, prejudicando especialmente os escravos ou seus descendentes:

"Nenhuma pessoa livre ou escrava que tenha de vender suas quitandas poderá correr as ruas da cidade sem que vá primeiramente elas (sic) na Praça da Câmara, onde se conservará até as 9 horas da manhã"(Matutina n. 151, de 21-03-1831, p. 4).

Também em Goiás o processo de mutilação contra escravos prosseguiu pelo século XIX afora. O jornal Província de Goyaz, da cidade Goiás, além de circular

anunciando e dando preferência à compra de escravos de 12 a 25 anos(7-11-1870), anunciava fugas de escravos mutilados:

"No dia 3 do corrente fugiu do engenho da Europa, pertencente a Francisco Antônio de Azeredo, um escravo cabra, de nome Martinho, maior de 40 anos, estatura mediana, grosso de corpo, defeituoso de um olho, quebrado nas verilhas, e placa dos pés: Levou sua roupa em um saco, e uma patrona coberta de couro de raposa.

Promete-se boa gratificação a quem apreender, ou der notícia d este escravo, dirigindo-se nesta capital ao professor José Ignacio de Azevedo, e no engenho ao dito proprietário"(Província de Goyaz, 14-11-1870).

"Fugiu no dia 16 do corrente mez a parda Rosa, de 30 annos mais, ou menos, nariz rombo, rosto comprido, tem uma verruga no pescoço, e nas costas cicatrizes velhas e bem salientes; natural da villa S. José do Tocantins d este Província, d onde tinha sido vendida ha dous annos.

Quem a prender, e levar ao baixo assinado na rua D ouro nº 21 será gratificado.

Protesta-se contra quem lhe der couto"(Província de Goyaz, 28-11-1870).

Ainda em Goiás, o ofício do delegado de polícia de Formosa, Sr. João Maria Berquó, de 28 de outubro de 1883, encaminhado ao chefe de Polícia da Província, Dr. Coriolano Augusto de Loyola, em Vila Boa, é revelador: mostra várias estratégias bem interessantes, contínua e dinamicamente praticadas pelos escravos inconformados:

"Tenho a honra de comunicar a Vossa Senhoria, que a 20 dias pouco mais ou menos fugiu um escravo do Senhor Major José Rodrigues Chaves, de nome João, cor preta, gordo, estatura regular, bons dentes, fala mansa, risonho, com 16 anos de idade, o dignal mais visível, tem um dedo de uma das mãos cortado ao meio, o qual foi encontrado em caminho desta cidade para a de Santa Luzia, pelo Senhor João Felemon Bernardo, e disse que ia para a Capital pedir para assentar praça e que era a meu mandado, por isso rogo a Vossa Excelência para mandar prender", acrescentando:

Outrossim, o escravo do Senhor Doutor Vander também foi por aí dizendo que seguia para a Capital a meu mandado e do Senhor Tenente-Coronel Dutra, pois algumas pessoas estão acreditando, está claro, que eles disseram para evitarem de ser presos"(50).

Nesse contexto é que também tentamos explicar e comprovar a hipótese da crueldade e mesmo execuções praticadas pelas mulheres dessa região no tratamento de seus escravos, especialmente contra crianças negras. Essa tendência, aliás, já foi descrita e denunciada em vários textos contemporâneos à escravidão no Brasil e vem sendo confirmada pela tradição oral e pelo folclore, onde, segundo a historiadora Lana Lage da Gama Lima(51), são comuns as referências a casos em que escravas tinham olhos, dentes, seios, unhas ou orelhas arrancados por ordem de suas senhoras. Um autor chega a afirmar:

"As mulheres foram mais cruéis do que os homens, em muitos casos, por incrível que pareça" (52). Informa, aliás, Gilberto Freyre que a "maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas" e garante que foram " muito os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravas inermes "(53).

Senhoras que " espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou que mandavam-lhes cortar os peitos ".

Esse exemplo de maldade, crueldade, ausência de qualquer sentimento menos odioso, ocorreu realmente em todo o Brasil, no ciclo econômico do açúcar, na mineração, no ciclo do café e no escravismo que se prosseguiu, não ficando como exceção o Brasil Central. A crônica histórica e o imaginário popular registram fatos verdadeiramente diabólicos, quase sempre silenciados ou minimizados pela historiografia regional, de que falaremos a seguir e nos quais não escaparam nem as crianças negras. Começemos pelo que consta de um relatório apresentado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, José Miranda da Silva Reis, na 1ª sessão da 20ª. Legislativa da Assembléia Provincial(54). Uma escrava de 12 anos, foi morta pela sua senhora, em Santo Antônio do Rio Abaixo (atual Santo Antônio de Leverger).

Silva e Souza, por exemplo, vê um desses fatos como objeto de "pé de página", ao descrever os desmandos e a turbulência das minas à época de Anhanguera,

especialmente os crimes mais brutais do período. No entanto, termina revelando toda a maldade e crueldade de uma mulher paulista, proprietária de minas em Goiás, que, além de sufocar e matar duas filhas, colérica de ciúmes matou uma criança filha de uma escrava e a assou num espeto:

"Na aluvião dos homens, que concorreram ao descobrimento de Goyaz, vieram pessoas de toda qualidade, e até estrangeiros e entre estes muitos sem costumes, que cometeram crimes horrorosos; verbi causa: uma mulher paulista, que sufocou em uma toalha e sepultou nas suas lavras do Ouro Fino e duas filhas, só por serem vistas e louvadas a sua formosura: a mesma, frenética de zelos, matou o filhinho de uma escrava, julgando ser obra do marido, e lhe apresentou assado em um espeto a horas da comida " (55).

Johann Emanuel Pohl, viajante e cientista que esteve em Goiás entre 1.817 e 1.821, referindo-se aos "maus elementos e criminosos" das minas, a bem dizer repete a versão de Silva e Souza sobre a mulher paulista que estrangulou duas filhas e assou num espeto uma criança escrava. Sem referenciá-lo, porém. De qualquer modo, é um sinal de que o fato, sendo o mesmo ou não, tem relevância histórica, como mais um procedimento ignóbil do escravismo na região. Eis o que afirma:

"Uma paulista notou que a beleza de suas duas jovens filhas despertava a atenção e rivalizava com a sua própria. Estrangulou as duas infelizes com uma toalha e enterrou, ela mesma, os cadáveres em sua mina de ouro, perto

de Ouro Fino. Esse mesmo monstro matou o filhinho de uma de suas escravas e apresentou ao marido, que ela suspeitava de infidelidade com uma escrava, o cadáver da criança, assado, enfiado no espeto"(56).

O autor acima citado, ainda narrando sua visita a Goiás, descreve a ação brutal de um feitor e vários inspetores dirigindo o trabalho de uma mineração que visitou. É nas mãos destes últimos que nosso informante coloca "um bastão de uma braça de comprimento, que tem na ponta uma longa correia de duas polegadas de largura. Com esse instrumento - explica Pohl - castigam os trabalhadores preguiçosos ou os que praticam infidelidade"(57).

Em Monte do Carmo, atual Tocantins, ainda no século XVIII, segundo narra a professora e escritora Nazaré Gomes Alves, a senhora dona Dina, irada de ciúmes do marido, costurou a roupa da escrava Ana Marina no próprio corpo, dando destaque na parte decotada, usando uma agulha grossa e linha "de fiar". A escrava ainda teve que ir buscar lenha nos fundos do quintal, de onde não retornou. Foi encontrada morta com uma pedra amarrada no pescoço, num poço de natação muito fundo, à beira do rio "Água Suja". Os estudantes de natação que a encontraram, encarregaram-se de enterrá-la(58).

Tal violência revela uma espécie de "inquisição africana", que, ao que nos parece, infelizmente, não ficou como caso único no processo de regionalização econômica das minas e na história da violência e dos crimes

mais brutais do Brasil Central, especialmente de Goiás. O historiador Sérgio D. T. Macedo registra um outro caso dotado de requinte de violência ainda pior. Pelo que consta, o fato ocorreu no século XIX, possivelmente entre 1850 e 1888, período do chamado escravismo "tardio" onde a mão-de-obra escrava já se efetivava, essencialmente, nas fazendas e nas lides domésticas urbanas. A assassina foi Ana Paes, "fazendeira goiana", definida como "o diabo transformado em mulher":

"Descobrimo ou desconfiando que o marido, Manuel, era o pai da criança que uma escrava esperava, ela não disse coisa alguma, nada deixou transparecer do que lhe ia no íntimo.

Limitou-se a esperar, cozinhando o seu ódio, acompanhando interessado a marcha da gravidez da escrava até o desfecho.

Uma tarde, ao regressar da lavoura, Manuel teve grande surpresa: a mesa estava posta como nos grandes dias de festa; a melhor toalha de linha, as pratas, os castiçais brilhando, a louça fina. Estranhou aquilo. Mas não disse coisa alguma, aguardando a explicação da mulher.

Dona Ana Paes bateu palmas. Lá de dentro, da cozinha, a mucama trouxe uma travessa coberta por pano de linho, que colocou no centro da mesa.

Trinchante na Mão, Ana Paes ergueu-se da cadeira e destampou a travessa, revelando o seu conteúdo. Ali estava, assado, o filho que a escrava tivera.

Explodiu, então, o furor histérico da mulher. Partindo pedaços do pequeno corpo, os atirou à face do marido, enquanto gritava como louca:

- Anda, bandalho! "Come o teu filho!"(59).

Aliás, segundo o historiador Zoroastro Artiaga(60), a História da Escravatura em Goiás se resume em três episódios: "suor, lágrimas e sangue".

1 - Vide: Odália, Nilo. O que é Violência, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985; Mattoso, Glauco. O que é Tortura, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984. Ainda: Vazquez Sánchez, Adolfo. Filosofia da Práxis, São Paulo, 3ª, edição, Paz e Terra, 1986, cap. "Práxis e Violência".

2 - Marx, Karl. O Capital, Crítica da Economia Política, Trad. de W. Roces, 3ª edição em esp. Fondo de Cultura Econômica, t.1, México-Buenos Aires, 1964, p. 639. Ver: Vazquez, Adolfo Sánchez, op. cit.

3 - Lima, Lana Lage da Gama. Rebeldia Negra & Abolicionismo, Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

4 - Faoro, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro, Porto Alegre, Ed. Globo, 1976.

5- Silva, Martiniano J. da. Racismo à Brasileira: raízes históricas, 3ª edição, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1995, p. 113.

6 - Arquivo Histórico de Goiás, AHE, Goiânia, correspondência de Dom Luiz Mascarenha, governador da Capitania de São Paulo a Superintendência das Minas, caixa nº 2.

7 - Madureira Siqueira, Elizabeth. Costa Alves da, Lourença. Maria Coelho Carvalho, Cathia. O

Processo Histórico de Mato Grosso, Cuiabá, 2ª edição, Ed. UFMT, 1990, p. 43.

8 - Goulart, J. Alípio. Da Palmatória ao Patíbulo(Castigos de Escravos no Brasil), Rio de Janeiro. Ed. Conquista, Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 151.

9 - Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Editoras Cultura Goiana e Barão de Itararé, 1974, p. 36.

10 - Salles, Gilka, V. F. Economia e escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1992, p. 227.

11- Maestri, Mário. O Escravismo no Brasil, 2a. edição, São Paulo, Atual Editora, 1994, p. 76.

12 - Moura, Clóvis. Quilombos: resistência ao escravismo, São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 20.

13 - Malheiro, Perdigão. A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. Vol. I, Petrópolis-Rio, Ed. Vozes-INL, 1976. p. 37.

14 - Artiaga, Zoroastro. Como Nasceu Goiás, período 1749-1755, Goiânia, in jornal "Cinco de Março", edição de 28-02-1972.

15 - Bandos de 14 de dezembro de 1726; de 22 de janeiro de 1727; e de 18 de setembro de 1727. Mais: Corrêa Filho, Virgílio. História de Mato Grosso, Cuiabá, Fundação Júlio Campos, 1994, p. 119.

16 - Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Eds. Barão de Itararé e Cultura Goiana, 1974, p. 36.

17 - Antonil, André João (João Antônio Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil, 2ª edição, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

18 - Goulart, J. Alípio. Op. cit. p. 92.

19 - Mott, Luiz. A Inquisição em Goiás: fontes e pistas, Goiânia, Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 13, 1993, ps. 43/49.

20 - Fato narrado ao autor pelos descendentes de Chico Moleque, líder da comunidade negra do "Cedro", de Mineiros. Dentre eles, com idade superior a 90 anos: Rufina Cândida de Jesus, Geraldo Francisco de Moraes, Maria Caetano, José Caetano, Antônio Jerônimo Simão e João Antônio Simão, o "João Raposa" (20-04-1970 e 5-08-1971).

21 - SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad. Clato Ribeiro de Lessa, São Paulo: Nacional, 1937. t, 1, p. 209 (Col. Brasiliana). Eschewege, E.L. Von. Pluto Brassiliensis. Trad. Domício de Figueiredo Murta., São Paulo, Ed. Nacional, s.d. 2 vols.

22 - Maestri, Mário. O Escravismo no Brasil, 2ª edição, São Paulo, Atual Editora, 1994, p. 74-75.

23 - Palacin, Luís. O Século do Ouro, 4ª edição, Goiânia, Editora UCG, 1994, p. 57-58.

24 - Mattos, Raymundo José da Cunha. "Corografia Histórica da Província de Goiás". RIHGB, T. XXXVII 1 parte, 1874, p. 302-303.

25 - Taunay, Affonso de E. "Pedro Taques e Seu Tempo, in Anais do Museu Paulista, I, p. 48. in Goulart, J. Alípio. Da Palmatória ao Patíbulo (Castigos de Escravos no Brasil), Rio de Janeiro, Ed. Conquista, Inst. Nac. do Livro, 1971, p. 35.

26 - A idéia de escravidão brasileira benevolente resulta sobretudo da obra "Casa Grande & Senzala"(1933), do sociólogo e historiador Gilberto Freyre, ainda defendida por vários autores.

27 - Eschwege, E.L. Von. Pluto Brasiliensis, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1944.

28 - Eschwege. Op. cit.,

29 - Paes Leme, Pedro Taques de Almeida. História da capitania de São Vicente, São Paulo, sem data, p. 24.

30 - Foucault, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões, Petrópolis-Rio, Ed. Vozes, 1989.

31 - Lima, Lana Lage da Gama. Rebelia negra e abolicionismo. Rio de Janeiro: Achimé, 1981, p. 38.

32 - Arquivo Histórico de Goiás, Goiânia, AHG, cx. n.

33 - Arquivo Histórico de Goiás, AHG, Goiânia, cx. n. 1.

- 34 - Arquivo Histórico de Goiás, AHG, Goiânia, cx. n. 2.
- 35 - Goulart, J. Alípio, op. cit. p. 147.
- 36 - Arquivo Histórico de Goiás, AHG, Goiânia, cx. n.1
- 37 - Arquivo Histórico de Goiás, AHG, Goiânia, cx. 2, Escravos.
- 38 - Assis, Edvaldo de. Contribuição Para o Estudo do Negro em Mato Grosso, Cuiabá, edições UFMT/PROED, 1988, P. 59.
- 39 - Arquivo Histórico de Goiás, AHG, Goiânia, cx.2, Escravos.
- 40 - Gomes, Maria Auxiliadora de Azevedo Coutinho. O Negro e a Violência, Cuiabá, Revista do Arquivo Público de Mato Grosso, RAPMT, V. 1, N. 4, SET/87 - MAR./88, P. 11-12. Ainda: Dias de Alencar, Adauto. O Ser Humano e a desumanidade, Cuiabá, Rev. cit. p. 8.
- 41 - MESQUITA, José Barnabé de. Crimes Célebres, Cuiabá, **RIHMT**- XVIII, 33/34/1935, p. 110.
- 42 - Assis, Edvaldo de, op. c it, p. 59.
- 43 - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT, Tribunal da relação, Processo 140, Caixa 18. Apud. Volpato, Luíza Rios Ricci, op. cit. p. 128.
- 44 - Volpato, Luíza Rios Ricci. Op. cit. p. 128.

45 - jornal Província de Mato Grosso, Cuiabá, 14/8/1887, Ano X, n. 449. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso-APEMT.

46 - Goulart. J. Alípio, op, cit. p. 58.

47 - Livro da Lei Goiana, Séc. XIX, 1853, pg. 21 e 23. Idem I, 1a. parte, 1835, p. 77; Campos, Onaldo. Rio Verde Histórico, São Paulo, Edigraf, 1971, ps. 81/82. Consta que a notícia da libertação dos escravos só chegou em Rio Verde em junho(1888), tendo a grande maioria dos fazendeiros "abafado" a notícia. O primeiro a dar a liberdade aos pretos foi Joaquim Valeriano da Silveira Leão, figurando como o que mais relutou em libertá-los, José Caetano Leão, fazendeiro de Douradinho; enquanto os escravos das fazendas só vieram a saber do acontecimento posteriormente, ao chegarem até a cidade, ocasião em que fizeram festas e alvoroçaram muito, com o "maior ruído".

48 - Assis, Edvaldo de. Op. cit. p. 57.

49 - Assis, Edvaldo de. Op. cit., p. 57.

50 - Revista do Arquivo Histórico Estadual, n. 01, Goiânia, abril de 1980, Anexos.

51 - Lima, Lana Lage da Gama. Rebeldia Negra e Abolicionismo, Rio de Janeiro, Achimé, 1981, p. 15.

52 - Freyre, Gilberto. Casa Grande & Senzala, Rio de Janeiro, Editora Record, 1992.

53 - Freyre, Gilberto. Op. cit.

54 - Assis, Edvaldo de. op. cit. p.
57.

55 - SILVA e Souza, Luiz Antônio da. O Descobrimento da Capitania de Goiás(Governo, População e casos mais notáveis , 30 de setembro de 1812, Goiânia, UFG, 1967.

56 - Pohl, Emanuel J. Viagem no Interior do Brasil, Belo Horizonte, Trad. Milton Amado, Itatiaia, 1976, p. 129. Ao tratar dos crimes e escândalos, em "Anais da Província de Goiás"(1863), p. 110, no período de 1750-a-1756, Alencastre repete o assunto, assim: "Ali uma mulher de índole feroz que mata o filho da sua escrava, por julgá-lo fruto de ilícitas relações de seu marido, e, não contente desse crime, requinta de ferocidade, apresentando o corpo da inocente vítima assado ao suposto adúltero à hora do jantar".

57 - Pohl, Emanuel J. Op. cit.

58 - Entrevista com a professora e escritora Nazaré Gomes Alves, de Monte do Carmo, Tocantins, em 10-03-97.

59 - Macedo, Sérgio D.T. Crônica do Negro no Brasil, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, p. 55.

60 - Artiaga, Zoroastro. História de Goiás, São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1959, p. 227.

FUGAS E QUILOMBOS EM MATO GROSSO

Assim como outras questões relativas à escravidão, a resistência dos escravos de origem africana em Mato Grosso, especialmente na sua articulação e formação de quilombos, mesmo já tendo sido mais referenciada pela historiografia nacional do que a que ocorreu em Goiás(1), tem merecido pouca atenção dos estudiosos da História(2), fenômeno, aliás, comum na Historiografia Brasileira, fortemente assimilada de velho paradigma eurocêntrico, racista, consoante já evidenciamos em "História, Escravidão e Povoamento de Goiás"(3). Não obstante, por método comparativo, revelador de semelhanças e diferenças(4), acreditamos já ter sido melhor estudada pela "história regional" mato-grossense, sobretudo no âmbito acadêmico, do que as revoltas e rebeliões escravas de Goiás.

O que é certo, entretanto, é que o tema continua exigindo maior pesquisa e mais aprofundado estudo, sobretudo quando tratado como matéria de resistência cultural e sócio-política dos escravos e outros segmentos étnicos contra o sistema escravista colonial, frisando-se que

também a historiografia tradicional de Mato Grosso só tratou desse assunto de forma esporádica e tangencial(5).

É preciso, portanto, tentarmos ir mais a fundo nessa questão, valendo-nos, evidentemente, do bom trabalho dos que nos antecederam, em aspecto acadêmico ou não, não se podendo desprezar nenhuma fonte já que todas podem nos ensinar alguma coisa.

Note-se, aliás, que já a partir de velhos documentos ibéricos, é inegável a firme posição assumida pelo escravo negro resistindo ao regime servil em Mato Grosso(6), diante do qual só tinha duas opções: ser escravo ou rebelde, lutando pela liberdade individual e, coletivamente, formando quilombos, duas formas de luta através das quais já se começa a desfazer o anacrônico e obsoleto mito da "convivência harmônica" entre senhores e escravos na região; revela, também, as inegáveis contradições internas de uma sociedade claramente dividida em classes sociais, em permanente conflito e dinâmica luta por um longo período.

Assim, a reconstituição mais antiga desse processo de luta dos escravos em Mato Grosso, aliada a crimes bárbaros e à própria força contra eles, pode ser vista realmente nos velhos documentos oficiais, tais como a carta do Ouvidor das Minas de Cuiabá, Jorge de Burgos Villas Boas, à Majestade Portuguesa, de 25 de fevereiro de 1731, na qual a história social de que fala March Boch(7), pode ser detectada na rebeldia dos criminosos, dos presos, dos vadios e de outros

"delinquentes" do sistema que se uniam aos quilombolas, fugiam "para o gentio", insultavam e assaltavam viajantes, roubavam, destruíaam canoas, passando experiências uns aos outros, inclusive de guerra, opondo-se como podiam às durezas do sistema(8), consoante revela o texto fazendo parte dos Anexos.

É certo que não são fáceis os documentos que mostram a ação quilombola ou os incidentes envolvendo disputas de autoridades coloniais em Mato Grosso e os escravos de origem africana. A documentação escrita, como é óbvio, foi feita e deixada pelos que traficaram e maltrataram os escravos e os ameríndios. Em que pese e conforme se vem demonstrando, há notícias e relatos nos próprios documentos oficiais, irrefutáveis; através dos quais se constata as estratégias e os mecanismos utilizados pelos escravos contra a opressão escravista. Os relatos do cronista José Barbosa de Sá, por exemplo, mostram incidentes verificados já em 1727, envolvendo um assassinato de Tomé Anes, cometido por um negro de nome José, escravo de João Antunes Maciel, nas lavras do Ribeirão em Cuiabá; sendo o mesmo autor, baseado na mesma fonte, que quatro anos depois(1731), mostra as preocupações das autoridades sediadas em Cuiabá com invasões indígenas e espanholas, bem como de famílias, em meio àquela confusão, também com medo de "levantes", inclusive dos escravos, consoante revela o texto transcrito:

"Arvorou-se o povo atônito confuso e atemorizado perguntando uns aos outros o que aquilo era. Diziam uns que estávamos cercados de castelhanos, outros que

era invasão de gentio, **outros que era levante de negros.** Absolutamente ninguém sabia o que era e nenhum sabia o que dizia, pasmos, aturdidos com o obscuro da noite e susto da novidade”(9).

Um outro documento, agora do Grão-Pará, datado de 25 de outubro de 1749, mostra a resistência de escravos de Mato Grosso através da fuga, já por via fluvial, aliados a ameríndios e religiosos, encontrados na fortaleza de Pauxis, no Pará, alegando que conduziam cartas para Sua Majestade portuguesa, provavelmente contrabandeando ouro. A relevância histórica do texto também justifica sua transcrição:

“Carta de Francisco Pedro de M. Gorjão, da Secretaria do Estado da Repartição da Marinha do Pará, a S.M., sobre uma expedição à fortaleza dos Pauxis. Ao chegarem a esta fortaleza encontraram homens seculares, um religioso capucho e treze pretos e dois índios, que vinham navegando das minas de Mato Grosso alegando que traziam cartas para S.M. da Câmara e moradores de Mato Grosso que deviam entregar em mãos. Pede a S.M. que determine se deva conceder licença para se recolherem às ditas minas”(10).

Não se pode duvidar, portanto, serem frequentes as sublevações dos escravos em Mato Grosso, muito temidas pelas autoridades coloniais, assim como as invasões espanholas e os ataques dos ameríndios, merecendo frisar-se, à guisa de ilustrar, que em Goiás - território mais ao centro

da Colônia -, também eram frequentes essas sublevações e preocupações, só sendo um pouco diferente as fugas para Bolívia, Paraguai, Argentina e as invasões dos espanhóis, de que ainda falaremos, "protegidas", aliás, pelo próprio território mato-grossense, já então com forte influência militar, cujas fronteiras com terras da Espanha estavam a mais de mil quilômetros de Vila Boa de Goiás.

É interessante notar-se que mesmo antes de Vila Bela ser a Capital da Capitania, os escravos trazidos de Guaratinguetá, Taubaté e outros locais de São Paulo e Rio de Janeiro, não-dizimados pela malária e outras doenças, já aquilombavam-se ao norte das Novas Minas ou "ajuntavam-se, indo pelos campos das salinas, às malocas dos chiquitos nas bandas castelhanas ou às aldeias das missões", onde, segundo diz a fonte de que nos valemos:

" As margens de um rio dominado pelos índios Capixis, se aquilombaram cerca de 300 escravos. O quilombo foi fundado por José Piolho, escravo fugitivo, que havia sido morto pelos índios Cabixia e sua mulher comandava o quilombo e diz-se ter sido conhecida por rainha Tereza. O quilombo do Piolho (que é o mesmo do Quariterê ou da Carlota, de que ainda falaremos) foi devassado mais tarde por uma bandeira em maio de 1770. Foram recambiados a Vila Bela"(11).

Mas o que é mais curioso nessa disputa de fronteiras, é que autoridades espanholas e portuguesas, no intuito de atrair trabalhadores e

de enfraquecer a atividade mineratória, chegavam a chantagear e a convidar escravos uma da outra para seus territórios sob o pretexto de que ficariam livres. É o que revela o texto a seguir transcrito:

"Fato notório é que os castelhanos que nos faziam fronteira, com intuito de enfraquecer as atividades da mineração convidam os "negritos" para se mudarem para lá e ficarem livres. Os portugueses com a mesma moeda os "cuiquitos" escravos nas minas de prata de Potosi, para se mudarem para cá e serem livres"(12).

Vê-se que, se pudermos comparar as sublevações dos escravos de Mato Grosso com as verificadas em Goiás, certamente que alguns fatores das de Mato Grosso nem existiriam nas de Goiás; outros, seriam provavelmente menos acentuados nesse território, o que significa que em Mato Grosso chegaram a adquirir características mais específicas, podendo ser exemplo o que acontecia nos seguintes casos: o escravo na questão de fronteiras, na Guerra do Paraguai, no "receio de invasão espanhola", na alternativa de fugas para o estrangeiro, na relação com indígenas e na maior facilidade de navegação fluvial. A historiadora Luiza Rios Ricci Volpato que, ao lado da historiadora Maria de Lourdes Bandeira, nos parece ser quem melhor estudou a "questão quilombola" em Mato Grosso, chega a afirmar que:

"...as fugas de escravos em Mato Grosso adquiriram algumas feições próprias, uma delas a

fronteira como uma alternativa. Outra era a densidade da população indígena. Os índios podiam se tornar aliados dos escravos fugidos, transmitindo-lhes técnicas de sobrevivência na floresta, no cerrado, no pantanal. Mas podiam também se tornar mais um perigo para os fugitivos, como no caso dos escravos de Miguel Antônio Soberal”(13).

Suponho que ainda não se fez estudo específico no Brasil Central referente as estratégias e as alianças feitas pelos escravos de origem africana com os povos ameríndios, articulando-se contra o sistema e o inditoso modo de produção escravista colonial. Essa alternativa, aliás, foi também pouco estudada pelo país afora. Assim, mesmo que eventualmente possa ter sido “um perigo” para os escravos fugitivos, além do que já se demonstrou com o documento transcrito, sabe-se que essa alternativa foi praticada em todo o Brasil, no quilombo dos Palmares e antes dele, não podendo, portanto, ser vista como nenhuma novidade historiográfica contemporânea. O próprio cientista von Martius, numa generalização que tem muito de verdadeira, afirmou ser rara a tribo indígena brasileira que escapou de ter contatos com os africanos(14), não sendo mesmo poucas às vezes em que os quilombolas se aliaram aos ameríndios criando e causando sérios embaraços às entradas e bandeiras, inclusive no Brasil Central, pondo em xeque o sistema escravista da Colônia e contrapondo a infundada tese segundo a qual “os índios rangeriam os dentes” aos escravos de origem africana.

É, pois, incontestável mais essa alternativa dos escravos negros, ainda não se sabendo, no entanto, se teria sido mais acentuada ou facilitada em Mato Grosso do que em Goiás, uma vez que em ambos territórios havia milhares de ameríndios dos quais muitos sempre se juntavam aos escravos de origem africana para praticarem as mais diversas "desordens", causando muito conflito e muito medo às autoridades(15).

Em Mato Grosso, aliás, possivelmente nenhum fato histórico evidenciaria melhor a hipótese de alianças entre escravos de origem africana e os ameríndios americanos do que o que ocorreu no "Quilombo do Piolho", também chamado Quariterê ou Quaritetê, atacado de madrugada, nas matas do rio Galera, no vale do rio Guaporé e destruído em 1.770 após várias décadas de existência a mando do Capitão-General Luís Pinto de Souza, através de expedição comandada pelo sargento-mor João Leme do Prado(16).

A bandeira que o destruiu retornou a Vila Bela conduzindo os escravos capturados, trazendo grandes jacás recheados de mantimentos, peneiras confeccionadas com talas de taquaritinga, balaios repletos de bolos de polvilho e de milho e ainda panelas de barro contendo mel e melado(17), o que mostra o elevado nível de organização em que já se encontrava o quilombo.

Note-se que João Leme do Prado, acompanhado de muitas pessoas fortemente armadas, só depois de

enfrentar a dura resistência quilombola, matando nove pessoas, entre as quais "José Piolho", conselheiro da rainha do Quilombo, a "Tereza da nação benguela", também presa, é que conseguiu aprisionar 44 dos 79 escravos, que lá viviam, **com 30 índios**(18).

É inegável, pois, a presença do ameríndio aliado aos escravos negros nas suas sublevações.

Vale dizer também, que se atribui a "José Piolho" a chefia desse quilombo, antecedendo, portanto, à "Tereza Rainha", provavelmente a única mulher escrava a comandar um quilombo no Brasil Central que, ao perder o marido e ao ser presa, de tão humilhada e sentindo iminente o injusto retorno ao "status" de escrava, caiu em profunda depressão, morrendo em poucos dias, antes mesmo do retorno da bandeira a Vila Bela, a respeito acentuando o historiador Virgílio Corrêa Filho:

"Presa, a viúva destronada não lhe sobreviveu senão por dias, enfurecida pela humilhação de retornar de rainha a escrava"(19), constando, ademais, que nessa ocasião, o grupo sobrevivente de escravos fez questão de realizar um funeral com danças, músicas e orações. Mesmo frente a uma situação vexatória, os aquilombados fizeram questão de demonstrar respeito à rainha do quilombo e à cultura do seu grupo.

Após um mês de caminhada, a bandeira chega a Vila Bela. O governador da Capitania, Capitão-General

Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, após passar em revista as tropas, convidou os proprietários para fazerem o reconhecimento público de seus escravos. Os que não foram reconhecidos, "passaram à cadeia pública"(20).

Logo após essa cena de reconhecimento, surgem outras, de grande violência, pois os quilombolas presos foram surrados junto ao pelourinho, "marcados com ferro em brasa com a letra "F", que significava FUGIDOS e, finalmente, parte de suas orelhas foram cortadas"(21), cenas de pavor e de extrema violência, que tinham como objetivo demonstrar à população o peso e o poder do capitão-General e dos proprietários de escravos; gestos, entretanto, que jamais intimidaram os escravos, que continuaram fugindo, ainda mais revoltados.

Embora tenha sido destruído, restando poucos negros, como, aliás, já era comum nesses casos na Colônia afora, os sobreviventes, protegidos pela mata na serra dos Parecis, não desistiram de formar um novo quilombo, em local ainda mais distante, constituído de vários arraiais, onde se passou a plantar cereais e também algodão; dispunham de teares e pelo menos duas tendas de ferreiro, com as quais se consertavam as peças e ferramentas obtidas pelos fugitivos, os que nem se arrependem podiam, uma vez que, se tentassem regressar, "correriam o risco da forca, ou de serem enterrados com vida"; eram governados por um rei, conselheiro da rainha de que já falamos, atuando como em uma espécie de República parlamentar diante da rígida disciplina interna do quilombo.

Para destruir essa nova comunidade quilombola, a 7 de maio de 1795, o Capitão-General João de Albuquerque enviou a bandeira chefiada por Francisco Pedro de Melo, com mais "39 pessoas armadas". Deixou o porto de Vila Bela, descendo pelo rio Guaporé, em uma viagem de 15 dias, quando largaram as canoas e internaram-se nos matos a leste da capital da Capitania. Segundo o historiador Corrêa Filho(22), somente em 19 de julho de 1795, a bandeira chefiada por Francisco Pedro de Melo conseguiu surpreender três índios e um negro, assim alcançando o Quilombo, constituído por maioria ameríndia, onde 54 pessoas foram presas, a saber:

- Negros.....06
- índios.....08
- índias.....19
- caborés.....10
- Caborés fêmeas....11

54

Com essa segunda "destruição" do quilombo e a violenta prisão das pessoas que o constituíam, fica também evidente a participação do povo ameríndio aliado aos escravos negros fugidos, formando quilombos.

Uma outra forma de luta encontrada pelos escravos negros de Mato Grosso, em geral unindo-se também aos ameríndios e a outros segmentos sociais, foi a alternativa de fugas para territórios dos domínios da Espanha. Assim, os escravos de Mato Grosso tiveram ainda como opção a fuga para a Argentina, Paraguai, Peru(Bolívia) e

possivelmente a Guiana Francesa, fato que sempre representou "bom negócio" tanto para os que fugiam que perdiam a condição de escravo como para as localidades "acolhedoras", que os adotavam como mão-de-obra(23). Trata-se de caso que também ocorreu em províncias como São Pedro(ora Rio Grande do Sul), Amazonas e Pará das quais os escravos também fugiam, alcançando países vizinhos e às vezes as próprias Guianas, como a Francesa, por exemplo.

Segundo a fonte já citada, nessas fugas para fora do território brasileiro sempre envolviam questões diplomáticas, uma vez que o governo brasileiro, a pedido dos proprietários de escravos, desejava resgatar os elementos fugidos. Nas correspondências entre capitães gerais de Mato Grosso e governadores das províncias de Chiquitos e de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, por exemplo, são muitos os apelos feitos no sentido de devolução de escravos fugitivos(24).

Em geral, nessas fugas para regiões de domínio espanhol havia o contrabando de ouro e a boa acolhida dos que chegavam em fuga. Nesse particular, a historiadora Maria de Lourdes Bandeira, além de aprofundar o tema em outros aspectos, informa que as missões espanholas, na área de influência da fronteira, facilitavam o contrabando de ouro, acolhiam escravos fugidos de Vila Bela, davam-lhes asilo e facilidades para chegarem, como livres, de Moxos e Chiquitos a Santa Cruz de La Sierra(25).

Não se duvida, portanto, que a fuga de escravos para formar quilombos e ou passarem para as terras da Espanha foi uma constante durante todo o século XVIII. Rolim de Moura, em carta de 05-09-1754, fala a respeito da fuga de escravos, os quais acabaram caindo muitas vezes nas mãos dos índios Paiaguá, que os iam vender em Assunção e ou atingiam as missões religiosas espanholas de Moxos e Chiquitos, chegando a sugerir ao Rei:

"Não é somente em tudo necessário a extinção do gentio Paiaguá para se atalhar as fugidas dos escravos, mas também se faz precisa alguma convenção com a Espanha em que se determine o modo de se restituírem os ditos escravos, e a parte de onde se há de isso de fazer, porque a ser pelo Rio Grande será necessário passar tempo muito considerável (...) que tornem a mão de seus senhores"(26).

Uma das grandes dificuldades dos governadores em propôr a devolução dos escravos fugidos para territórios da Espanha, era quantificá-los na enorme Capitania mato-grossense onde, embora intensamente fiscalizados, era muito difícil controlá-los e evitar as fugas. Por esses e alguns outros fatores, a devolução dos escravos fugidos, mesmo tendo alcançado alguns resultados(segundo o governador Luiz de Albuquerque, em 1783, foram devolvidos 58 escravos, em um universo de 200, provavelmente), chegou a causar estremecimentos nas relações entre as autoridades espanholas e portuguesas, havendo mesmo muita dificuldade na solução do caso, possivelmente recaindo mais na vontade e nos artifícios

das autoridades espanholas que passaram a exigir da Colônia portuguesa e especialmente de autoridades mato-grossenses a comprovação de domínio e posse dos escravos determinada no capítulo 19 do tratado de paz firmado entre as coroas ibéricas(27).

São mesmo vários os documentos de governadores, inclusive de províncias da Espanha, atravessando todo o século XVIII, nos quais se vê que os escravos, demonstrando capacidade organizativa e criativa, indignando-se contra a hegemonia escravista colonial, fugiram e alcançaram Moxos e Chiquitos na Bolívia, Assunção e outros locais no Paraguai e outros territórios da Espanha. De resto, nessa contenda, houve até casos curiosos, como o verificado em 31-05-1769, época na qual Luiz Pinto, governador de Mato Grosso, correspondendo com Juan Victorino, deixou clara sua indignação com a proposta do representante espanhol em devolver os negros fugidos em troca dos índios das missões que haviam passado para as terras mato-grossenses:

"Nao deixo porém de surprehenderem de que atendendo V. Exa. tão (...) as justas razões de minha súplica, haja de propor me paralelos com a restituição dos ditos Escravos a entrega daqueles Índios que nos Domínios d El Rei meu Amo tem procurado um natural asilo V. Exa. sabe melhor que ninguém que tanto pelas leis de Castela, como de Portugal, há muito tempo que estas Nações são declaradas livre"(28).

Já na segunda metade do século XIX, época em que ainda existiam vários quilombos causando sérias apreensões as autoridades regionais de Mato Grosso, essas comunidades tiveram um imediato crescimento, tendo como causa básica a Guerra do Paraguai, iniciada em 1864. A historiadora Luíza Volpato chega a afirmar:

"A guerra promoveu o imediato crescimento dos quilombos de Mato Grosso, em especial dos quilombos do rio Manso, situado nas proximidades da capital da Província, e do Rio Sepotuba, já antigo e consolidado e, além disso, situado no município de Vila Maria, na fronteira com a República da Bolívia, área que teve que ser armada. Portanto, era fartamente ocupada por soldados que, engajados à força, viam com bons olhos a oportunidade de fugir das fileiras militares e engrossar o contingente do quilombo"(29).

Era necessário, evidentemente, a ampliação do recrutamento militar da Província, exigindo o alistamento militar de modo especial em Cuiabá, onde os jovens convocados e suas famílias lançaram mão de todos os artifícios de que dispunham para escapar ao recrutamento, surgindo como uma das alternativas a fuga para os quilombos, tornando esses arranchamentos ainda mais heterogêneos ao receberem ex-soldados com experiência militar, que chegavam armados, escravos alistados no lugar de pessoas mais abastadas, soldados engajados à força, escravos fugitivos, criminosos, negros forros e outros desertores fortalecendo cada dia mais

os dois principais quilombos de então: o do rio Manso e o do Sepotuba.

Vale dizer-se: com a Guerra do Paraguai; o iminente risco de um tratado desse país com a Bolívia; a epidemia de varíola na população cuiabana, de que os quilombolas se livraram com rara habilidade; a invasão da parte sul do território e alguns outros fatores, a Província mato-grossense entra em profunda crise, tornando-se cada dia mais abatida.

Note-se, entretanto, que foi justamente dentro desse contexto de difícil "conflito bélico" que principalmente os quilombolas de Rio Manso e de Sepotuba mais se valeram em proveito próprio: inicialmente sabendo receber e atrair para seus arraiais os desertores; em segundo lugar, tornando-se ainda mais ousados e até menos preocupados com a segurança, fato que facilitou o rapto de mulheres e os constantes ataques às fazendas, sítios e a escoltas militares que caçavam desertores, inclusive mais próximos de Cuiabá(30).

Os quilombos foram posteriormente destruídos. Restou, porém, a experiência: seus quilombolas, apesar do "espírito do tempo", tinham iniciativa e senso de organização. A Guerra engendrou mais uma alternativa.

Além do famoso quilombo do Piolho, nos estudos feitos até esta data, durante os séculos XVIII e XIX, várias outras comunidades de escravos fugitivos surgiram no amplo território mato-grossense. Algumas, de vida tão efêmera, que é possível que nem tenham chamado a atenção de

autoridades, dificultando, por isso, se saber os locais de sua existência histórica.

Outras, no entanto, às duras penas, conseguiram estruturar-se e organizar-se de modo duradouro, tais como o do Piolho, com origem provável em 1740(31); o do Sepotuba e o do Rio Manso, também do século XVIII, que se prolongaram até a segunda metade do século XIX(32), período no qual foram também detectados os do Roncador, da Jangada, da Serra Dourada e o do Diamantino; período onde também, desde 1839, já era destaque o quilombo de Piraputanga, situado na barra do rio com esse nome, constituído de dezesseis casas de dois ou três lanços e duas ou três de sobrado, esclarecendo a fonte de que nos valemos que uma bandeira que o foi destruir, só o conseguiu após a indelével resistência dos sublevados(33).

Vê-se, pois, não ser fácil detectar e quantificar o verdadeiro número de aldeamentos de escravos negros que se indignaram e se sublevaram nos séculos XVIII e XIX nos ínvios sertões mato-grossenses, na mineração, na agropecuária ou produzindo açúcar, podendo ou não ser definidos como quilombos. Tem havido mesmo certa confusão entre historiadores(34), às vezes confundindo a comunidade da Carlota, por exemplo - constituída por iniciativa oficial nos finais do século XVIII com o objetivo de defender o território lusitano - com o quilombo do Piolho, Quariterê, ou ainda Quaritetê, com provável origem na presença de dois rios com esses nomes, afluentes do Guaporé, ali realmente existentes,

região na qual, aliás, mais existiram quilombos em Mato Grosso, especialmente durante o período em que Vila Bela foi a capital da Capitania(1748/1821). Afinal, quilombo do Piolho, do Quariterê, do Quaritetê, ou da Carlota? Seriam uma única comunidade? Quem teria existido primeiro?

Apesar da dúvida, os relatos historiográficos de Felipe José Nogueira Coelho(35), por exemplo, afirmam que a comunidade do Quariterê existiria desde os primeiros tempos de exploração das minas da região do Guaporé, tendo no momento em que foi destruída, em 1770, no dizer da historiadora Luíza Volpato(36), três décadas de existência, então governada pela quilombola "Tereza Rainha", "bem assistida de índias e negras", no exercício de suas nobres funções, contando com um Parlamento, presidido pelo "Capitão-Mor" José Cavalo e ainda a atuação do conselheiro José Piolho. Assim, por lógica histórica, Quariterê ou Quaritetê, deve ser a primeira denominação do Quilombo, devendo ser por isso que o historiador Edvaldo de Assis(37), ao elaborar uma listagem de quilombos em Mato Grosso, já coloca o do Quariterê em Primeiro lugar. Esse autor, aliás, detectou 10 quilombos em Mato Grosso, alguns de grande proporção e outros pequenos cuja população não ultrapassava de 30 indivíduos, incluindo negros, índios e caburés. O período estudado foi entre 1770-1879, concluindo nos seguintes:

Quilombo Quariterê

Quilombo do Piolho

Quilombo do rio Manso

Entre os rios Jaguari Paraguai e
Sepotuba

Entre o rio Cabaçal e Sepotuba

Na cabeceira do rio Manso Sul

Na cabeceira do rio São Lourenço

Na cabeceira do rio Pindaituba

No córrego da Mutuca

Na Barra do Piraputanga.

As historiadoras Elizabeth Madureira Siqueira, Lourença Alves da Costa e Cáthia Maria Coelho Carvalho(38), afirmam já terem sido registrados 11 quilombos em Mato Grosso durante os séculos XVIII e XIX, sendo que o último a ser destruído foi o do rio Manso, em 1873, a mando do Presidente da Província, José de Miranda Reis. Em que pese, só listam os seguintes:

- Do Piolho ou Quariterê, no vale do Guaporé;
- Mutuca, situado na Chapada dos Guimarães;
- Pindaituba, também na Chapada dos Guimarães;
- Rio Manso, na região de Cáceres;
- do "Joaquim Félix", no trajeto entre o rio Pindaituba e o rio Guaporé, região também do "Mutuca". Estes quilombos foram destruídos e neles capturados cerca de 200 escravos homens, além de muitas mulheres e crianças.

Segundo as autoras citadas(39), em Mato Grosso os quilombos proliferaram, na exata medida do aumento da violência sobre os escravos, principalmente, a partir de 1775, época em que a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão deixou de abastecer a capitania de Mato Grosso com escravos, os maus tratos e as fugas passaram a ser uma constante; ocasião em que também a atividade dos escravos já se diversificava em uma boa produção de açúcar nas regiões mais ricas da Capitania: Poconé, Cáceres, Diamantino e Cuiabá.

Para as mesmas autoras(40), que se preocuparam com a vida cotidiana do quilombo do Piolho, nessa comunidade conviviam índios, negros, crioulos e caburés, dividindo o trabalho por sexo: aos homens cabia a caçar, lenhar, melar e cuidar dos animais domésticos (patos selvagens, galinhas, mutuns, jacus e jacumins); às mulheres, confeccionar a alimentação, utensílios domésticos e vestuário. Assim, o quilombo era auto-suficiente, mantendo seus habitantes no local, mesmo porque não poderiam, regularmente, manter relações comerciais com os arraiais ou vilas, por estarem sendo vítimas de captura, por parte de seus senhores. Por fim, arrematam:

“Por conviverem índios, negros, crioulos e caburés, os hábitos e costumes indígenas, mesclados aos africanos, proporcionaram o surgimento de uma vida social bastante interessante, uma vez que todos os hábitos e costumes

de seus habitantes eram colocados em prática em sua convivência comunitária”(41).

Clóvis Moura(42), por sua vez, mesmo admitindo a existência de mais aldeamentos negros à margem do rio Piolho, no Guaporé, lista apenas 6 quilombos em Mato Grosso, tendo como fonte, inclusive, a correspondência do Conselho Ultramarino:

Quilombo nas vizinhanças do Guaporé

Quilombo da Carlota (denominado posteriormente do Piolho

Quilombo à margem do rio Piolho

Quilombo de Pintaiatuba

Quilombo da Mutuca

Quilombo de Teresa do Quariterê, valendo explicar-se que este último é o mesmo quilombo do Piolho, cuja chefia inicial pertencia a “José Piolho”, antecedendo à “Teresa Rainha”.

Enfim, pela pesquisa e documentos até aqui demonstrados, acreditamos poderem ser listados, com segurança, nos séculos XVIII e XIX, as seguintes comunidades quilombolas em Mato Grosso:

- Quilombo de Cuiabá, comunidade que se transformou em um bairro da cidade, ainda na lembrança dos mais idosos, exigindo, porém, maior estudo.
- Quilombo do Quariterê, também chamado do Quaritetê, do Piolho e, no final, denominado Carlota, local onde o rio

Piolho, passou a ser designado também São João, no vale do Guaporé.

- Quilombo do rio Sepotuba, afluente rio Paraguai, na linha de fronteira com a Bolívia.
- Quilombo do Rio Manso, na serra azul, nas proximidades de Cuiabá e da freguesia de Chapada dos Guimarães, constituído por quatro arranchamentos, dois às margens do rio Manso, afluente do Cuiabá, e outros dois às margens do rio que corre para o norte, próximo ao caminho terrestre para Goiás, mantendo, aproximadamente, catorze léguas de distância entre os arranchamentos.
- Quilombo do Piraputanga, na barra do rio do mesmo nome, com dezesseis casas, umas perto das outras, onde havia várias roças e muito mantimento armazenado.
- Quilombo do Roncador.
- Quilombo da Jangada.
- Quilombo da Serra Dourada.
- Quilombo do Mutuca, a seis léguas do rio Pindaituba, com dois arranchamentos.
- Quilombo da Pindaituba, situado na Chapada dos Guimarães.
- Quilombo "Joaquim Félix", situado no trajeto do rio Pindaituba ao rio Guaporé.
- Quilombo do Diamantino, em município homônimo, próximo das nascentes do rio Paraguai.

- Outras pequenas comunidades na Chapada dos Parecis e proximidades dos rios Galera, Sararé e Pindaituba.
- Comunidade de "Mata-Cavalos", surgida em 1883, no Município de Livramento, no qual, até 1986, numa população de 11.365 habitantes, 65% da mesma constituía-se de negros, habitando a grande maioria em área rural, na qual, além de Mata-Cavalos, desde muito tempo, formaram-se várias outras(43), já tendo sido identificadas as seguintes: Mutuca, Rondon, Faval, Macaco, Campina, Jacaré de Cima, Fugido e Tatu. Mas Mata-Cavalos se distingue das demais pela propriedade legal da terra e, como esclarece a fonte de que nos valemos:

"...pela sua localização na parte central do município, nas proximidades da estrada que liga Poconé-Livramento-Cuiabá, facilitando a comunicação e o escoamento da produção"(44).

Não conseguimos detectar os nomes de pelo menos algumas pessoas, formadores da comunidade de Mata-Cavalos, a não ser o de Antônio Mulato, com quase noventa anos, que descende da mesma. O que é certo, todavia, é que os beneficiários da doação, feita pela "meeira de Ricardo Tavares" em uma área da Sesmaria Boa Vida(1883), até os anos trinta formava uma sólida organização comunitária, segundo a historiadora citada:

"integrada por cerca de 30 famílias numerosas, de acordo com seus descendentes ainda vivos", acrescentando:

"Nos anos trinta era uma comunidade próspera, produzindo excedentes comercializados na sede do município. Além das grandes roças, possuíam engenhos, alambique e criavam gado"(45).

Apesar da Lei n. 601, de 1850, dificultar o acesso de negros à propriedade de terras, os "Mata-Cavalos" conseguiram!... A rigor, não poderiam ser definidos quilombolas.

- **Comunidade da Carlota.** Em princípio, Carlota, em razão de sua origem histórica, nem pode mais ser definida como um quilombo. Trata-se de comunidade planejada e criada por interesse da coroa portuguesa. Ao ser destruído, em 1795, o quilombo do Quariterê ou do Piolho, o capitão-general, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, houve por bem "transferir oficialmente" para aquele local, objetivando garantir a fronteira Oeste e evitar o avanço espanhol, seus ex-escravos, então alforriados, em razão da idade, extremamente avançada. Foi assim que o que era quilombo do Piolho, passou a chamar-se Carlota, em homenagem à dona Carlota Joaquina, princesa de Portugal e esposa do príncipe Dom João(futuro Dom João VI).

O governador de Mato Grosso sabia que pelos Tratados de Limite", o princípio adotado nas

demarcações, era o do "UTI POSSIDETIS", qual seja, a posse pela utilização, pelo uso direto de quem ali está. Assim, apesar de não ter sido um núcleo dinâmico e produtivo como fora o quilombo do Piolho, houve investimento e até ato festivo de embarque dos amolambados e velhos escravos, registrando Elizabeth Madureira:

"O embarque dos primeiros moradores foi objeto de regozijo e festa. A eles foram entregues sementes, ferramentas, peças de panos de algodão e casais de animais domésticos. O governador escolheu como chefe dos aldeões ao escravo mais velho. Os moradores se comprometiam de cultivar a terra, defendê-la, assim como deveriam atrair para lá, índios que desejassem ali residir, obrigando-se ainda a procurar metais preciosos, especialmente, ouro"(46).

A historiografia brasileira descreveu e definiu "Carlota" como um quilombo. No entanto, seus habitantes não eram livres. Estavam a serviço da coroa portuguesa, não podendo ser definidos quilombolas.

NOTAS

1 - Roquete Pinto, Nina Rodrigues, Luiz Luna, José Alípio Goulart, João Dornas Filho, Clóvis Moura, etc., estão entre os historiadores nacionais que, mesmo esporadicamente, notaram e fizeram pequenos registros nos seus livros a respeito da rebelião escrava de Mato Grosso, em geral tendo como objeto o "Quilombo do Piolho", posteriormente chamado "da Carlota" que, conforme versão historiográfica mais recente, nem poderia ser definido quilombo. Em Goiás, até que se prove o contrário, somente o Quilombo do Pilar, foi alvo de referência, esporádica, na historiografia nacional: Pedro Almeida Taques Paes Leme, Affonso de Taunay e Nina Rodrigues, provavelmente porque os quilombolas do Pilar, aliados a outros segmentos sociais urbanos, queriam matar todos os brancos do arraial em uma festa religiosa.

2 - Assim como em Goiás, em Mato Grosso, até recentemente, havia pouca preocupação com o estudo da escravidão dos negros de origem africana e, especialmente, com o tema quilombo.

3 - Ver: Moura, Clóvis. As Injustiças de Clio, O Negro na Historiografia Brasileira, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

4 - Bloch, March. "Comparaison", na Revue de Synthèse Historique, t. LXIX, 1930, boletim anexo, p. 31-39. Apud - Flamarion S. Cardoso, Ciro. Os Métodos da História, Rio de Janeiro, 4ª edição, Trad. João Maia, Edições Graal, 1983, p. 409. Ver: Aleixo, Lúcia Helena Gaeta. **Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)**, Brasília, Ministério da Fazenda, Divisão de Documentação, 1983; Assis, Edvaldo de. Contribuição para o Estudo do Negro em Mato Grosso, Cuiabá, 1988; Bandeira, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco, São Pulo, 1988; Volpato, Luiza Rios Ricci. Cativos do Sertão e Quilombos em Mato Grosso; Madureira Siqueira, Elizabeth; Alves Costa da; Coelho Carvalho, Cathia Maria. O Processo Histórico de Mato Grosso; Silva, Jovam Vilela da. Mistura de Cores. Em Goiás, além de Silva, Martiniano J. da. com artigos na imprensa(1969), Sombra dos Quilombos(1974) e "Quilombos do Brasil Central"(jornal O Popular de), o tema só foi tratado de modo específico por Karasch, Mary: Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás(1996). Baiocchi, Mari, publicou Negros de Cedro(1983), tratando a comunidade como objeto de estudo antropológico de tese acadêmica, representando um "Bairro Rural de Negros em Goiás", sem vê-la, porém, como resistência sócio-política ao escravismo colonial, nem como remanescente de quilombos.

5 - Sá, Joseph Barboza de. "Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos"(775); Mendonça, Rubens de. História de

Mato Grosso; Corrêa Filho, Virgílio. História de Mato Grosso e Fazendas de Gado do Pantanal Mato-Grossense; Póvoa, Lenine. História de mato Grosso; Barão de Melgaço, "Apontamentos Cronológicos da Província de Mato Grosso"; e outros que, embora se destaquem na historiografia "regional", quase nunca registraram a ação cotidiana dos quilombos como fato característico da História.

6 - As fugas e as formações de quilombos nas áreas mineradoras, tornaram-se frequentes durante o século XVIII. Na Capitania de Mato Grosso não foi diferente. "Estes delinquentes, unidos aos quilombos, fazendo maiores insultos e assaltando os viajantes e outros fugindo para o gentio fazendo-lhe companhia as suas gentilidades..." Ver: CARTA do Ouvidor Geral das Minas de Cuiabá para a Coroa Portuguesa(1731). Arquivo Histórico Ultramarino. In Núcleo de Documentação Histórica de Mato Grosso. MF: 04. doc. 58. Ainda: Docs. Ibéricos, NDIHR/UFMT.

7 - Para March Bloch, "O historiador deve estar onde estiver a carne humana", referindo-se, naturalmente, aos sentidos da expressão "História Social", in Flamarion S. Cardoso, *Ciro*, op. cit. p. 349.

8 - MF.: Doc. 04.: 58, NDIHR/UFMT.

9 - Sá, José Barbosa de, "Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos", Cuiabá, UFMT, 1985, p. 37.

10 - Souza, Maria Cecília Guerreiro de. Inventários de Documentos históricos sobre o Centro-Oeste, Cuiabá, VOL. III, FUFMT, 1979, p. 45.

11 - Revista Histórica "O Policial", Cuiabá, ano 1, n. 2, maio de 1980, in "Vila Bela da Santíssima Trindade: o berço do Estado", p. 69-a-72, Diretor responsável Aldenor Leite Ramalho, colaboração do historiador Rubens de Mendonça.

12 - Revista citada no item "11", p. 69.

13 - Volpato, Luíza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: Resistência negra em área de fronteira. São Paulo, in "Liberdade por um Fio", org. de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, Cia. das Letras, 1996, p. 226.

14 - Moura, Clóvis (Rebeliões da Senzala, Porto Alegre, Mercado Aberto, 4a, edição, 1988, p. 126-226)cita von Martius, Affonso de Taunay e outros autores, afirmando que os escravos negros se juntavam aos ameríndios inclusive com o objetivo de destruir a força existente contra os mesmos: "Várias vezes as autoridades verberaram as atividades dos "negros da terra e de Guiné" que repetidamente destruíram aquele instrumento de morte".

15 - Em Goiás, assim como em Mato Grosso, existe documentos que mostram a união, inclusive pelo casamento, de escravos negros com os ameríndios, às vezes pondo em polvorosa as autoridades coloniais, como ocorreu com

o governador João Manoel de Mello, cf. carta de 1765, já transcrita em texto no qual o assunto é abordado em território goiano.

16 - Pinto, Roquete. Rondônia, Rio, 1944, in Doc. Arquivo Ultramarino, transcrição do Diário de Diligência escrito pelo Alferes de Dragões, Francisco Pedro de Melo, comandante da expedição que destruiu o quilombo, p. 33 e segs.

17 - Pinto, Roquete. op. cit. p. 33.
Corrêa Filho, Virgílio. História de Mato Grosso, Cuiabá, edição Fundação Júlio Campos, 1994, p. 106.

18 - Pinto, Roquete. op. cit. p. 70.

19 - Corrêa Filho, Virgílio. História de Mato Grosso, edição Fundação Júlio Campos, Várzea Grande-MT, 1994, 107.

20 - Siqueira Madureira, Elizabeth; Alves da Costa, Lourença; Maria Coelho Carvalho, Cathia. O Processo Histórico de Mato Grosso, 2a. edição, Cuiabá, ED-UFMT 1990, p. 69.

21 - Siqueira Madureira et ali... op. cit. p. 70.

22 - Corrêa Filho, Virgílio. Op. cit. 107.

23 - Assis, Edvaldo de. Contribuição para o Estudo do Negro em Mato Grosso, Cuiabá, edições UFMT/PROED, 1988, p. 60.

24 - Assis, Edvaldo de. Op. cit. p. 60.

25 - Bandeira, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço de Branco - estudo antropológico de Vila Bela, SP, Brasiliense/CNPq, 1988, p. 123(verificar).

26 - Moura, Antônio Rolim de. Correspondências: Apud - Vilela Silva da, Jovam. Mistura de Cores, Cuiabá, EDUFMT, 1995, P. 229.

27 - Silva, Jovam Vilela da. Op. cit. ps. 228 e segs.

28 - MF - 311 doc. 3621. Carta de Luiz Pinto de Souza Coutinho a Juan Victorino Martines da Pineo. AHU/NDIHR/UFMT.

29 - Volpato, Luíza Rios Ricci. Cativos do Sertão, Cuiabá, Editora Marco Zero e EDITORA UFMT, 1993, p. 187.

30 - Volpato, Luíza Rios Ricci. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira, cit. p. 220.

31 - "Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo presidente da província de Mato Grosso o Excmº e escmº snr. conselheiro Herculano Ferreira Penna em 3 de maio de 1863", Cuiabá, Typ. Mato Grosso, 1964, p. 29.

32 - Recentemente, a comunidade "Carlota", em âmbito acadêmico, não vem sendo definida como um quilombo, uma vez que é uma criação oficial do governador e

capitão general Luiz Albuquerque de Melo Pereira Cáceres, visando proteger a fronteira Oeste da Capitania, "sempre fora do controle político lusitano". Por isso, após a última destruição do quilombo Quariterê, em 1795, enviou uma minoria de escravos negros, já de idade avançada, para a mesma região. Carlota surgiu em homenagem à dona Carlota Joaquina, princesa de Portugal e esposa do príncipe D. João (futuro D. João VI). Em que pese, por um longo período, foi definida como um quilombo:

O historiador E. Roquete Pinto, no livro - Rondônia -, trata-o como referencial histórico; o etnólogo Nina Rodrigues disse: "Em 1770, o quilombo da Carlota em Mato Grosso foi destruído após brilhante defesa" (Os Africanos no Brasil, 1976); José Alípio Goulart, após dizer que se chamou Zumbi, o considera dos maiores quilombos "de que se teve notícia", no Mato Grosso (Da Fuga ao Suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil, 1972); Clovis Moura, por sua vez, o inclui na listagem dos quilombos de Mato Grosso, admitindo ter tomado outros nomes (História do Negro Brasileiro, 1989).

33 - Coelho, Filipe José Nogueira. "Memórias Cronológicas da capitania de Mato Grosso" in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro (2º trimestre 1850).

34 - Volpato, Luíza Rios Ricci. Op. cit. p. 222.

- 35 - Coelho, Felipe José Nogueira.
Felipe. Op. cit.
- 36 - Volpato, Luíza Rios Ricci. op.
cit. p. 222.
- 37 - Assis, Edvaldo de. Op. cit. p.
64.
- 38 - Elizabeth Madureira de Siqueira
et alii, O Processo histórico de Mato Grosso, Op.cit., p. 71.
- 39 - Idem, op. cit. p. 71.
- 40 - Ibidem, op. cit., p. 71.
- 41 - Ibidem, op. cit. p. 69.
- 42 - Moura, Clóvis. História do Negro
Brasileiro, São Paulo, Ática, 1989, p. 26.
- 43 - Bandeira, Maria de Lourdes. O
Estado Novo, a reorganização espacial de Mato Grosso e a
expropriação de terras de negros: o caso de Mata-Cavalos,
Cuiabá, in Cadernos do Neru, n. 2, de. 1993, Ed-UFMT, p. 96.
- 44 - Idem, op. cit., p. 97.
- 45 - Ibidem, op. cit. p. 98/99.
- 46 - Elizabeth Madureira de Siqueira,
et alii. Op. cit. p. 71.

FUGAS E COMUNIDADES NEGRAS EM MATO GROSSO DO SUL

No sul da Capitania de Mato Grosso, região recentemente transformada em Estado de Mato Grosso do Sul(1), com a área provável de 350.548km², a escravidão do negro de origem africana só foi mais acentuada a partir do século XIX, período no qual já se tinha como atividade econômica essencial a agropecuária extensiva em pastagem natural e mercado consumidor nas grandes propriedades, só mais tarde passando a tipo exportação. Nos séculos XVII e XVIII, esse território foi mais uma rota de passagens de bandeirantes e aventureiros visando prear índios, garantir o território português e, sobretudo, descobrir as decantadas minas de Cuiabá e outras mais ao oeste e ao norte de Mato Grosso, deixando assim a região no "isolamento geográfico", conforme, aliás, assegura o historiador Hildebrando Campestrini:

"...ninguém se preocupava em se fixar no sul do território, que hoje é Mato Grosso do Sul, servindo apenas como caminho para as minas", acrescentando:

"Esclareça-se que os governadores da capitania de Mato Grosso se voltaram para a conquista do norte e do oeste(onde os espanhóis ameaçavam); as terras do sul eram, inicialmente, vigiadas pela capitania de São Paulo"(2).

É inegável, portanto, a preocupação das autoridades lusitanas em ocupar e povoar primeiro a parte norte e oeste da capitania, evitando assim a invasão espanhola; fato que não significa a ausência de escravos negros na região sul já nos seus primeiros núcleos de povoamento nos séculos XVIII e XIX, construídos, aliás, pelos próprios escravos no intuito de garantir a segurança da capitania e da própria Colônia.

Dentre eles, alguns de cunho militar, destacam-se: a Fazenda Camapuã, de 1719; o arraial do "Vácuo", posterior Herculânea e Coxim, que pertencera a Goiás; o Forte de Coimbra, de 1.725, que afugentou os bravos índios paiaguás facilitando a entrada de fazendeiros; os dois povoados de Albuquerque de 1778 e o Presídio de Miranda de 1797. Em seguida, no pós-1800, os núcleos de Piquiri; o Sertão dos Garcias(1829), povoado especialmente por mineiros com muitos escravos, onde se instala Santana da Paranaíba, elevada a freguesia em 1838; Vacaria em 1839; Taboco em 1840; Forquilha do Nioaque, em 1840; vale do Taguaruçu, ainda em 1840; Água Fria, em 1844; Vale do Apa, em 1844; Bracinho, em 1848; Desbarrancado e outros, também em 1848.

Vê-se que foi a partir da década de 1820, que começou de fato o povoamento das terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul, exigindo maior número de escravos negros. Em 1826, por exemplo, já eram muitos os escravos na região de Camapuã, colocados em senzalas onde dormiam "debaixo de chaves", sofrendo os mais estranhos

maus-tratos. Registra o fato, em 9-10-1826, o desenhista francês Hércules Florence, que esteve no local acompanhando a Expedição do cientista alemão Langsdorff:

"Contam-se 300 habitantes, se tanto. Um terço deles, mais ou menos não passa de escravos. Aos livres, dá-se o nome de "agregados", que moram do outro lado do rio. Os escravos ocupam os casinholos da senzala, no pátio, postos, todas as noites, debaixo de chaves"(3).

De Cuiabá e da estrada à Vila Bela, irradiou-se a onda povoadora, acompanhando os cursos d'água. Assim, o vale do Aricá, tributário do Cuiabá, acolhe entre os sesmeiros, desde, pelo menos, 1780, a Francisco Corrêa da Costa, pai de Antônio Corrêa da Costa, cujas propriedades se dilatavam até o São Lourenço e o rosário de baías, do Félix, das Pombas, dos Pássaros, que se abrem de um a outro rio"(4).

Já na Independência, surgem pela esquerda do rio São Lourenço as sesmarias do Pindaival e Piquiri, pertencentes ao português Jerônimo Joaquim Nunes. A seguir, mais ao norte e oeste do Pantanal, são os portugueses André Alves da Cunha, José Gomes da Silva, Leonardo Soares de Souza e João Pereira Leite que, entrelaçados a novos elos de famílias, se infiltram e fundam famosos estabelecimentos agropastoris no vale do Paraguai, entre Cuiabá e Santa Maria, atual Cáceres, onde um deles foi a Fazenda Jacobina, localizada à esquerda do São Lourenço, na qual pastariam mais de 60.000 cabeças bovinas, dispondo, em 1825, de 200 escravos

dos dois sexos, para o custeio de tão numeroso rebanho e trabalhos rurais, "cuja energia se aplicava igualmente nas roças, que abrangiam canaviais, plantações de mandioca, feijão, cereais, café, para abastecimento dos núcleos circunjacentes" (5), inclusive para o Forte de Coimbra para aonde iam vários batelões repletos de víveres, às vezes destinados gratuitamente àquela guarnição em razão de sua abundância e falta de destinação.

O fazendeiro que possuísse 200 escravos da "raça mina", em 1.827, valendo então 80 oitavas de ouro por unidade, compraria mais de 380 sesmarias de terras, o que corresponde a (4.965,840)quatro milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta hectares, uma vez que uma sesmaria de terra correspondia cerca de 13.068 hectares, podendo ser comprada por apenas 42 oitavas de ouro, o que significa que um escravo "mina" valia mais de 25.000 hectares de terras. Exemplos desse expressivo valor econômico do escravo podem ser vistos em diversos documentos, sendo um deles a escritura da fazenda Sertãozinho, lavrada em 14 de dezembro de 1.827(6). Nela estão índices expressivos, ao se avaliar cada escravo por quantia superior ao custo do imóvel, a saber:

1 sesmaria de terra (cerca de 13.068 hectares) - 42 oitavas;

575 reses e 11 ½ oitavas - 862 oitavas;

29 éguas e 11 $\frac{1}{2}$ oitavas - 43 $\frac{1}{2}$
oitavas;

24 cavalos e quatro pastores - 112
oitavas;

utensílios de cobre e ferro - 91 $\frac{1}{2}$
oitavas;

escravo Francisco, mina - 80 oitavas;

escravo João, benguela - 50 oitavas.

Foi através desse expressivo valor de um escravo que famílias vindas de Cuiabá, como os Alves Ribeiro; os Barbosa, Garcia, Gonçalves, Costa Lima, Rodrigues da Costa e os Silva Pereira, de Minas Gerais; os Pereira da Rosa, de Faxina, hoje Itapeva, em São Paulo; os sulinos da fronteira meridional mato-grossense, em sucessivas ondas povoadoras; "forasteiros" uruguaios, argentinos, franceses, italianos; os Lopes, os Botelho, os Oliveira, os Ribeiro da Cunha; missionários e militares; os nativos, como os prestimosos índios terenos do vale do miranda, misturando-se aos pioneiros, preponderando, entretanto, o caboclo regional, descendente de bororó, de pareci, de guarani, de guató e de outros tantos contingentes raciais de outras origens, quase sempre fazendeiros, conduzindo escravos -, atiraram-se sertão a dentro, ocupando as "firmes" e as pantanosas terras do sul mato-grossense, podendo se concluir, segundo o historiador Campestrini, que:

"...em torno de 1850, já contavam com povoadores as seguintes áreas: os arredores do presídio de Miranda, alcançando os campos pantaneiros; os campos do rio Negro, no Pantanal, junto à serra; os campos firmes da foz do Nioaque até o cair da serra do Maracaju; os campos ao cair da mesma serra no vale do Apa; os campos junto à cabeceira do rio Brilhante; os campos entre os rios Vacaria e Brilhantes; os campos do sertão dos Garcias e, finalmente, ao longo do baixo Taquari; sem contar os índios brasileiros, missionários e militares que ocupavam a região de Albuquerque e o Forte de Coimbra"(7).

Antes da construção do Forte de Coimbra, além de outros obstáculos, a maior porção da região do sul, mormente do Pantanal, era dominada pelos índios paiaguás, não podendo ser ocupada pelos brancos e seus escravos, trazidos inicialmente de São Paulo ainda no "ciclo das monções". Por isso, a própria concessão e utilização de sesmarias na região foi mais difícil. A utilização de quatro sesmarias concedidas, em 1725, por exemplo, tornou-se inexecutável no vale do Taquari. Como se não bastasse a valente nação do gentio Guaicuru ou Cavaleiro, habitante dos terrenos à margem oriental do Paraguai, os bororós do São Lourenço, os caiapós e xavantes do alto Paranaíba, os paiaguás atacavam, preavam e matavam quaisquer dos que se aproximassem do seu velho habitat, o imenso Pantanal, ou fascinante "mar de água doce", onde eram ágeis canoieiros especialmente nas águas

calmas do rio Paraguai. O historiador Virgílio Corrêa Filho descreve uma dessas tragédias, ocorrida ainda em 1725, na qual morreram mais de 600 homens, só escapando com vida um branco e um negro:

"Seguia tranquilamente Diogo de Souza em 1.725, pelo Paraguai acima, quando, ao aproximar-se da boca do xané, caiu-lhe em cima a fúria dos ágeis canoeiros nus, que, aos urros e manejando destramente o remo e a lança, destruíram as vinte canoas paulistas, que transportavam valiosa mercadoria e escravatura. Só escaparam com vida, para contar a tragédia, em que pereceram mais de 600 homens, um branco e um negro"(8).

Como se vê, mesmo nas tragédias onde não se quantificava o escravo morto, era constante a sua presença no processo histórico-econômico e social de ocupação dos solos sul-mato-grossenses; às vezes já habituado nos sítios alagadiços do fascinante Pantanal; ou ainda recém-chegado da África; aumentando, porém, a densidade demográfica regional e com ela as rupturas e conflitos de uma sociedade onde já apresenta as mais diversas formas de reação contra o cativo e a ordem hegemônica estabelecida, objeto de nossa abordagem.

Esse conflito, aliás, foi estruturado em uma longa e dinâmica duração, notando-se que até os finais do século XIX, conforme os censos de 1.872 e de 1.890, era acentuada a presença do negro no território sul-mato-

grossense, ainda mantendo grande número de escravos, alguns nascidos na África. Os historiadores Joaquim Francisco de Matos e Hildebrando Campestrini(9), esclarecem:

"Em agosto de 1872, foi realizado o censo nacional, que apurou, no sul de Mato Grosso. 10.447 habitantes: 3.852, em Miranda; 3.361, em Corumbá; 3.234, em Santana do Paranaíba, estes constituídos de 838 brancos, 692 negros, 1.610 mulatos, 94 caboclos; a população livre era de 2.880 pessoas e a escrava, de 354; havia 100 estrangeiros(todos africanos, dentre eles 34 escravos)", sendo que 18 anos depois, pelo censo de 1890, em Santana do Paranaíba, por exemplo, somando-se negros, mulatos e caboclos, ainda era forte a presença do contingente de origem africana, a saber:

Em 4.947 habitantes (seis estrangeiros), divididos em 2.586 brancos, 526 negros, 1.660 mulatos e 175 caboclos(10).

Quase tudo nesse território é encharcado, pantanoso e, apesar das ilhas salgadas, insalubre, tornando precários e lentos todos os ramos da atividade humana. O escravo negro, crioulo ou africano, não teve como evitar esse viés da geografia pantaneira, onde era um dos mais necessários componentes de uma sociedade na qual era também o principal trabalhador de todos os serviços e atividades econômicas, no cotidiano-familiar, construindo presídios militares, amanhando pecuária extensiva, cultivando

agricultura destinada à subsistência, guerreando no Paraguai, onde foi "bucha de canhão"(11), mantendo o folclore e as manifestações de cunho afro-brasileiras, como a devoção a São Benedito e Santa Efigênia, a festa de Iemanjá, de evidente crença espiritualista africana, Cosme e Damião, dedicada aos santos gêmeos, sem se poder omitir o credo umbandista espalhado nos mais variados terreiros e tendas(12); na matança de bois e na incipiente indústria do charque, manteando e secando a carne, fabricando o arreame e corroborando no cortume de couros, já profundamente assimilado da perícia dos paraguaios.

Acreditamos já ter ficado patente que também nessa parte sul-mato-grossense, esquecida pela "história de litoral", nem todo escravo era conservador, conformado e objeto de glorificação no trabalho, deixando a impressão de ter havido "convivência harmônica" entre senhores e escravos. É óbvio que como fator positivo, havia o escravo que negava o regime existente, ao qual outros se uniam, como elementos dinâmicos da sociedade brasileira em toda a passagem da escravidão para o trabalho livre, de que fala o historiador Clóvis Moura(13), fato não ocorrido diferentemente nessa região. Além disso, a maior ou menor densidade demográfica de escravos em Mato Grosso do Sul, nos séculos XVIII e XIX, poderia ter "suavisado", mas jamais conseguiu impedir os mais diferentes e constantes matizes de violência cometidos contra eles. A própria documentação referente à escravidão do negro de cidades como: Corumbá, Miranda, Nioaque e Paranaíba, por

exemplo(14), mostra que os maus-tratos e ignomínias cometidos contra os escravos daquela região não foram diferentes dos que ocorreram no restante do Brasil, fato que não quer dizer que todo tipo de violência tenha se efetivado de forma igual em todos os lugares.

Nas cartas de alforria, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, já levantadas de 1.838-a-1.888(15), além de atingi-lo em outros aspectos, causando a fuga para a Bolívia, por exemplo, o principal desrespeito à dignidade do escravo como "ser humano" pode ser detectado nas espúrias transações mercantis fundadas no princípio unilateral da vontade no qual era tratado como mercadoria, podendo ser hipotecado, seqüestrado e transformado em peça de embargos, arrestos, penhoras, etc. Nas leis penais da Colônia e do Império, estava sujeito à pena de morte e podia ser "emparedado" e marcado com ferro em brasa, como se ferra gado, além de outros castigos e suplícios. Nos inventários é coisa social, bem de raiz, descrito ao lado dos semoventes. Nos ofícios policiais e apelações criminais, era criminoso ou "negro fujão". Em geral, sua defesa tinha caráter meramente formal, apesar da abnegação e o empenho de alguns advogados. Nos relatórios e cartas de governos, a principal preocupação oficial exprime maior repressão, inclusive maior eficiência do capitão-do-mato(16).

Por isso, o conflito e a violência se acirraram, justificando as revoltas e rebeliões dos escravos, insurgindo-se contra a ordem hegemônica que os oprimia e

humilhava. Segundo o historiador e sociólogo Clóvis Moura(17), as formas principais de protesto do escravo, ao serem desdobradas em detalhes, poderão ser enumeradas da seguinte maneira:

a) - Formas passivas: 1) o suicídio, a depressão psicológica (banzo); 2) o assassinio dos próprios filhos ou de outros elementos escravos; 3) a fuga individual; 4) a fuga coletiva; 5) a organização de quilombos longe das cidades.

b) - Formas ativas: 1) as revoltas citadinas pela tomada do poder político; 2) as guerrilhas nas matas e estradas; 3) a participação em movimentos não-escravos; 4) a resistência armada dos quilombos às invasões repressoras; 5) a violência pessoal ou coletiva contra os senhores ou feitores.

Das formas descritas, predominou na região a **fuga**, individual e coletiva; interna e externa; esta, com as características da região de fronteira, como ocorreu em Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pará e Amazonas. A interna, provavelmente formando quilombos; e comunidades ainda existentes de que abordaremos; configurando, porém, o que se denomina a territorialidade negra, ou o "espaço dos seus iguais"(17).

Assim como a fuga interna, a externa tinha várias origens, inclusive no crime. Não foram poucas, para o Paraguai e a Bolívia, registradas pelos cronistas,

expressivas em 1.771, por exemplo, acentuando A. Leverger, ao relembra-las:

"Foi assassinado na noite de 12 de novembro Manoel José Pinto, no sítio de Itapera, no rio Cuiabá abaixo, por seus escravos que fugiram para a província do Paraguai"(18).

Dezessete anos depois (1.788), a fuga coletiva já ocorreu para território boliviano, onde, embora fossem também açoitados, eram orientados em processos novos de agricultura, como na cultura da cana de açúcar, por exemplo, cultivada em Santa Cruz de la Sierra, assinalando o governador Francisco de Viedma em memória datada de Cochabamba, aos 15 de janeiro de 1788:

"De pocos años a esta parte se ha experimentado que los terrenos mas fertiles y ventajosos para los plantios de cana son dende se cria el monte, o bosque mas espeso de tal suerte, que aun después de trece años de cortes siguo el cañaverl com mas fertilidad y sazon; 1º, que non acaece en la campaña, que à los tres e cuatro años tienen que volver à hacerlos de nuevo, y la caña no cresce, ni aun metad, que en los otros parajes.

"Este descubrimiento se lo debe a unos **negros** que desertaram de los dominios de los portugueses, y desde entonces han dejado los chacos de la campaña y se han ido al monte en mas de tres partesà los años anteriores"(19).

Como demonstrado com relação a Mato Grosso, as fugas para territórios espanhóis chegaram a causar desentendimentos diplomáticos entre autoridades espanholas e portuguesas, tendo como motivo básico a devolução dos escravos, que exigia provas de domínio. Os espanhóis alegavam que havia um acordo sobre a devolução de escravos que só dizia respeito aos considerados legítimos, por isso procuravam ganhar tempo e acostrar os portugueses. Durante o governo de Luiz de Albuquerque, por volta de 1.781, uma troca de correspondência com o Capitão-General espanhol das Províncias de Santa Cruz de la Sierra, D. Thomaz de Lezo Pacheco e Solis, demonstrou como as relações de fronteira entre as partes vinham desgastadas nesse particular:

"En concideracion a la apreciable de Vossa Excelencia de los tratados de septiembre del an proximo pasado com incercion del Capitulo desinueve de los Tratados Preliminares de Paz entre Nuestras Cortes, cujo Capitulo trata de la devolucion, de los Esclavos de esos e estos Domínios"(20).

Mesmo depois das operações relativas às demarcações de limites(meados do séc. XVIII), era o assunto que de contínuo surgia nas cartas dos capitães-generais:

"Também a V. Exa. direi, como de passagem, explicava Luis de Albuquerque a D. Tomás Pacheco, em 1782, que a restituição de todos os ditos escravos que fugissem para os domínios estranhos com o fim perniciosíssimo

de se livrarem do cativo de seus legítimos senhores, qual agora pretendo por mais poderosos motivos, já no ano de 1.770 havia parecido tão justa" que assim o declarou o capitão-general do Rio da Prata(21).

Outras vezes eram roubados e levados para o estrangeiro, como a escrava Maria, parda de 22 anos, que tinha até carta de liberdade provisória concedida por Salvador Augusto Moreira. Foi encontrada no povoado da "Pedra Branca"(22), na Bolívia, causando grande transtorno no Juízo Geral da Polícia daquela Província.

O induzimento de companheiros para fugir, a fuga individual e o assassinio de senhores ou seus parentes, muitas vezes levavam os senhores a revogar cartas de liberdade, escritas ou não sob condições. É o caso dos donos de escravos, Janoário Garcia Leal e Joaquim Garcia Leal(23), da Freguesia de Santana da Paranaíba, atual Paranaíba. No primeiro caso, ocorrido em 1844, o escravo Camilo, além de tentativas de homicídio e tratar com pouco respeito o seu senhor, evadiu-se "induzindo a mais escravos da caza para lho a acompanhar e como de fato assim o fizeram..."

No segundo, os escravos Antônio crioulo em 1.847 tentou contra a vida do seu senhor Joaquim Garcia Leal, e Jeraldo crioulo e Luzia crioulo, em 1.854, evadiram-se da companhia do mesmo, tendo como represália a revogação das cartas de liberdade.

O levantamento, arrolamento e catalogação de documentos do Arquivo do Fórum de Corumbá, referente ao período pós-guerra com o Paraguai, pacientemente feitos pelas professoras Lúcia Salsa Corrêa e Maria do Carmo Brazil Gomes da Silva(24), descrevem com clareza as relações de violência ocorridas na sociedade escravista da época na região, assim como os conflitos e formas de resistências dos escravos, num contexto em que o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre assalariado já se encontrava em franco andamento. Trata-se de desagregação que ocorria também nas regiões mais distantes do litoral, como o Brasil Central, a que denominamos: "periferia da periferia", no particular, a região sul-mato-grossense onde a grande propriedade não teve as dimensões e a importância das lavouras paulistas. Como, aliás, pontificam as autoras citadas:

"Tal é o exemplo de Corumbá, região da província mato-grossense que sofreu a invasão dos paraguaios na guerra de 1.864 a 1.870, e nos anos seguintes reorganizou-se tendo por base um comércio exportador-importador, destacando-se como centro urbano e entreposto de mercadorias da província. A guerra evidentemente afetou as atividades agropecuárias da região, desorganizando as poucas fazendas anteriormente dedicadas às atividades criatória extensiva e à agricultura de subsistência"(25).

Nesse contexto, o grau de reação negra à condição de escravo cresceu ainda mais, tendo destaque

na década de 80 do século XIX, quando o movimento abolicionista já interferia significativamente no processo. A resistência foi acentuada com a formação de quilombos mais ao norte da Província mato-grossense, já objeto de abordagem. As fugas, negando o caráter passivo do escravo e outras sublevações, contrapondo à idéia maniqueísta da produção historiográfica tradicional.

Vários crimes e fugas de escravos ocorridos no município da portuária cidade de Corumbá, então já mantendo contato direto com centros de maior importância nos países latinos, colocam em contradição a conservadora sociedade local. Os processos de crimes individuais ou coletivos, como o de estupro e assassinato cometidos pelo escravo Benedito contra D. Eliza Dorothea Carstens e o ancião Jurgem Christian Carstens e o que tem como vítima o fazendeiro e proprietário de escravos Firmiano Firmino Ferreira Cândido e autores os seus escravos e camaradas, mostram as relações de violência inseridas na própria essência do trabalho escravo e manifestadas pelos crimes individuais ou coletivos, e em fugas e rebeliões, mesmo se mantendo mão-de-obra escrava urbana em pequena escala, onde a maioria dos senhores, em geral comerciantes, possuía um ou dois escravos, que se ocupavam de atividades diversas.

Os tiros fatais contra Firmiano foram dados pelos escravos José e Benedito e pelo camarada José Inácio, mostrando o processo que:

"...ao fugirem, foram acompanhados por todos os escravos, camaradas mulheres e crianças que viviam e trabalhavam nas propriedades da vítima, carregando armas, roubando víveres, destruindo canoas, espantando os animais e ainda assassinando o capataz da fazenda Ipiranga(outra das propriedades de Firmiano, distante apenas três léguas do Chané)", mostrando a denúncia que doze pessoas estavam envolvidas no crime, dentre as quais dez eram escravos e dois eram camaradas, merecendo transcrição:

"(...)Francisco Agostinho Ribeiro, promotor público ad hoc, usando do direito que lhe confere a lei, vem perante V.S. denunciar a José crioulo, Benedito mulato, Julião idem, Modesto idem, José crioulo(50 anos mais ou menos), Laurindo crioulo, Francisco crioulo, Adão crioulo, José mulato e Jose crioulo de 15 annos mais ou menos, escravos, e João Inácio e André(boliviano), camaradas, pelos fatos que passa a referir(...)"(26).

É assim que a luta dos escravos consegue corroborar, inclusive, com a emergência de entidades emancipadoras de escravos, cuja iniciativa não poderia partir somente da elite escravista, tais como a "Sociedade Abolicionista de Mato Grosso", de 1.883, e a "Galdino Pimentel", três anos depois, em Cuiabá; enquanto o "Clube Emancipador Mirandense", do sul, em 12 de fevereiro de 1885, antecipando, portanto, a questionável "Lei Áurea",

festivamente já declarava "completamente livres os escravos da vila de Miranda"(27).

A resistência ao escravismo ocorria também através da estratégia da "quartata", ou seja, a compra da liberdade paga em parcelas, verificada no período aurífero e da agropecuária de Mato Grosso e Goiás. É o caso da escrava Vicência, que comprou a liberdade através de duas parcelas de trezentos e quarenta mil réis e seiscentos mil réis, pagas a José Simão de Lara Pinto, deixando a primeira em depósito com o dono José Simão de Lara Pinto, consoante texto de carta de 23 de fevereiro de 1872:

"Recebi de minha escrava Vicência a quantia de trezentos mil réis(reproduzido em algarismos) que fica em meu poder, depositada para quando a mesma entrar com mais seiscentos e sessenta mil réis receber a sua liberdade"(28).

Assim, fugas para o estrangeiro, assassinatos, estupros, compra da liberdade e outras estratégias de autodefesa envolvendo escravos são questões que não podem ser entendidas e interpretadas isoladamente e sem causas mais profundas vinculadas a um contínuo característico dos quilombos. Na verdade, são conflitos sociais dialeticamente dinamizados na sociedade escravista regional que nem esgotam as alternativas dos escravos no seu cotidiano. Os anúncios de jornais, por exemplo(29), mostram que havia também fugas de escravos para Goiás e outras províncias; ao

mesmo tempo em que outras, aliadas a escravos fugidos de Goiás, de Minas e outras regiões, incluindo-se o "núcleo indígena" Guató(30), formaram comunidades negras no próprio território sul-mato-grossense, como a pequena comunidade de negros aquilombados, denominada, "Corredor dos Escravos", que até 1840 existia nas proximidades do arraial de Camapuã; e, ainda, preservando as diversas formas de existir da cultura e da história negra na diáspora, as seguintes:

Comunidade, "Furna do Dionísio", situada no município de Jaraguari, com provavelmente 150 anos de existência. Lá vivem 150 famílias, formando provavelmente 500 pessoas, que, até anos passados adotavam o regime tribal e comunitário, tendo como atividade básica a agricultura de subsistência e liderança principal o lavrador Nilton.

Comunidade, "Furna de "Boa Sorte", no município de Corquinho, constituída por 28 famílias negras, ainda residindo em casas de pau-a-pique. A atividade econômica básica é a agricultura de subsistência da qual vivem. É liderada pelo lavrador Eufrásio, o "Sucupira".

Comunidade, "Furna do Malaquias", no município de Camapuã, formado por 25 famílias, também chamada "Santa Teresa". Lideram o grupo os lavradores: Aauto, Domingos e Sabino.

Comunidade, "Vista Alegre", no município de Maracaju, já transformada em Distrito, no qual os

negros sempre tiveram como atividade econômica essencial a roça de subsistência.

Finalmente, a comunidade negra de "São Benedito", existente no centro-urbano de Campo Grande, com aproximadamente 1.000 pessoas, quase todas descendentes da escrava Eva ou "Tia Eva", sendo, pois, todos parentes entre si, tendo todos um tronco comum e uma memória que os remete à história de Eva Maria de Jesus, ex-escrava e conhecida, simplesmente, por **Tia Eva**.

Constituída por famílias negras procedentes especialmente de Goiás(31), a comunidade de São Benedito, é mais um território negro no "espaço dos seus iguais" que, mesmo após a "Lei Áurea", insurge-se contra a ordem hegemônica estabelecida. Tudo começa na dificuldade em requerer a posse do terreno em 1.910, no local onde já viviam os fundadores, desde 1.905, Tia Eva e Adão, que não são os do mito bíblico de uma das teorias da origem humana.

Eva fez promessa para o santo de devoção, São Benedito, de quem sempre conduziu a pequena imagem esculpida em madeira. Queria comprar um terreno e construir nele uma igreja para o santo de devoção. Com a promessa, teve sarada uma ferida na perna, o domínio e posse do terreno, a construção da igreja e o aumento da territorialidade negra preservadora da sua história e da sua memória. Fez tudo isso, como ex-escrava, parteira, benzedeira e conhecedora dos segredos da "medicina caseira", tendo visto

nascer muitos herdeiros de famílias com as quais conviveu; curado muita gente com suas rezas, benzimentos e remédios à base de raízes das quais era grande conhecedora.

Em grande parte, a micro-história do cotidiano dessa singular comunidade já foi contada pela historiadora Ana Lúcia E.P. Valente, merecendo transcrição os seguintes tópicos:

"Segundo contam "os mais antigos", por volta de 1.905, Tia Eva, ex-escrava, chegou a Campo Grande (fundada em 1.889) proveniente de uma fazenda ou alguma cidade do Estado de Goiás. Com ela, suas três filhas e seu companheiro de quem pouco se sabe. Não se sabe ao menos se dele era a paternidade das meninas Sebastiana, Lazinha e Joana, embora haja dúvidas também se as filhas de Tia Eva já eram crescidas no momento da chegada. O nome do companheiro de Tia Eva, segunda conta "seu Michel" - Sérgio de batismo -, bisneto de Tia Eva, líder natural da comunidade pelo parentesco "mais próximo" com a fundadora, "parece que era Adão". Como que revivendo o mito bíblico dos primeiros seres humanos criados por Deus, Tia Eva (com certeza) e Tio Adão (sem certeza) foram os primeiros a chegar e provavelmente (pelas dúvidas quanto à paternidade) o casal original da comunidade", acrescentando:

"Se a promessa virou tradição "nas palavras de seu Michel", outras características da comunidade original parecem estar pouco a pouco sendo esquecidas. O

progresso e o desenvolvimento de Campo Grande vão trazendo para perto as inovações dos grandes centros urbanos. Pressões sobre a comunidade também vêm sendo exercidas pela Igreja local que se recusa a prestar serviços religiosos caso a "igrejinha" de São Benedito não seja doada para a diocese. A comunidade tendo à frente o "Seu Michel" resiste como uma maneira de continuar mantendo a memória e a tradição, através da devoção ao santo, como, "à nossa maneira"(32).

NOTAS

1 - Desmembrado de área do Estado de Mato Grosso, o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1.977. Sua linha demarcatória de Limites com Mato Grosso e Goiás começa nas nascentes do rio Araguaia, "epicentro" dos três Estados do Brasil Central.

2 - Campestrini, Hildebrando; Guimarães, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, edição histórica, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1.991, p. 21-22.

3 - Florence (Hércules) "Esboço da Viagem feita pelo Cônsul Langsdorfs ao interior do Brasil", publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ou Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas (São Paulo, Masp, 1.977).

4 - Corrêa Filho, Virgílio. Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1955, p. 18.

5 - Corrêa Filho. Virgílio. Op. cit. p. 58.

6 - Cartório do Primeiro Tabelionato de Notas de Miranda, Mato Grosso do Sul, Livro 3, fls. 73, 14-12-1.827.

7 - Campestrini, Hildebrando et alii. Guimarães, Alcyr Vaz. Op. cit. p. 38.

8 - Corrêa Filho, Virgílio. Op. cit. p. 16.

9 - Matos, Joaquim Francisco de. A Guerra do Paraguai, Brasília, 1990, que faz interessante análise dos censos de 1.872 e 1.890.

10 - Campestrini, Hildebrando. Santana do Paranaíba: dos caiapós à atualidade, Paranaíba, edição da Prefeitura Municipal, 1.994, p. 101.

11- A Guerra do Paraguai, como um dos processos de arianização do Brasil, onde o escravo negro foi quem mais sofreu morrendo de cólera ou das balas e lanças paraguaias, matou mais de 60 mil negros, só tendo retornado 20 mil deles depois de cinco anos de lutas (cf. Chiavenato, Júlio José. O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai, SP, Brasiliense, 1.980).

12 - A informação se encontra no Guia Turístico Histórico e Cultural de Curumbá, MS, de Francisco Filho, Porto Alegre, edições Caravela, Núcleo Cultural Português e Mato Grosso do Sul, 1.988.

13 - Moura, Clóvis. Rebeliões da Senzala, cit. p. 273.

14 - A documentação foi "levantada" nos cartórios do 1º e 2º Ofícios de Corumbá; 1º Ofício de Miranda; Cartório de Paz e do Registro Civil de Nioaque e o 1º Ofício de Paranaíba. O assunto é o principal tema do livro: "Como se de ventre livre nascido fosse", Campo Grande, MS, coordenação: Yara Penteado; pesquisa: Darlene Batista Antônio, Helena Lacerda, Henrique de Melo Spengler, Kátia Cristina N. Figueira, Lira Dequech e Sílvia Helena Andrade Brito; edição Arquivo Público de Mato Grosso do Sul-Fundação Palmares, D. Federal, 1.994.

15 - "Como se de ventre livre nascido fosse", citado.

16 - verificar cartas e relatórios de governos e o texto de Lúcia Salsa.

17 - Bandeira, Maria de Lourdes. Território negro em espaço branco, SP, brasiliense, 1.988; Neuza Maria Mendes Gusmão. Terras de uso comum: oralidade e escrita em confronto, Rio de Janeiro, Afro-Ásia, nº 16, 1995, p. 116.

18 - Corrêa Filho, Virgílio. As Raias de Mato Grosso - vol. IV, p. 103.

19 - Leverger, A. Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso (de 1.719-a-1.856) Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, out./dez. 1.949.

20 - RAMPMT, VOL. 1, N. 3, ob. cit., p. 42 (correspondência de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e

Cáceres a Thomaz de Lezo e Solis). Apud Vilela da Silva, Javam. Mistura de Cores, Cuiabá, Ed UFMT, 1.995, P.233.

21 - Carta de 26 de outubro de 1.782. Apud, Corrêa Filho, Virgílio. História de mato Grosso, cit. p. 107.

22 - Cf. Cartório do 2º Ofício, Corumbá, Livro de Notas n. 5, ano 1880, p. 115 v. - 6.

23 - Cartório do 1º Ofício de Paranaíba, Livro P. de Notas n. 1, Docs. 15, p. 141 v-2 e 26, p. 184. Ainda: Carta de compra da liberdade, Cartório do 2º Ofício de Corumbá, Livro de Notas n. 3, ano 1877, fls. 12.

24 - Salsa Corrêa, Lúcia; Brazil Gomes da Silva, Maria do Carmo. Escravos: conflito e violência em Corumbá, São Paulo, Rev. de História N. 10, UNESP, ASSIS, 1991, ps. 141 e segs.

25 - Salsa Corrêa, Lúcia et eli Brazil Gomes da Silva. Op. cit. p. 145.

26 - Apelações criminais dos escravos Benedicto e André Vasques, de 24-01-1878 e 11-06-1.879, Cartório do Crime de Corumbá, Arquivo, caixa 1.431. Ainda: Salsa Corrêa, Lúcia et eli, op. cit. p. 147.

27 - Corrêa Filho. Op. cit., p. 110, notando que Estevão de Mendonça, em "Datas Mato-Grossenses", transcreve as informações referentes à abolição em Mato Grosso, repetindo o aviso do Ministro João Alfredo ao governador da Província mato-grossense, F.R. Melo Rego,

chegado a Cuiabá através do "paquete" Coxipó: "Rio de Janeiro, 14 de maio - Ao Presidente da Província de Mato Grosso. Já é lei do Estado, contra nove votas na Câmara, e cinco no Senado a resolução que extinguiu a escravidão - Entusiásticas manifestações à Princesa Imperial Regente. A cidade em festas. João Alfredo".

28 - Cartório do 2º Ofício de Corumbá. Livro de Notas n. 3, de 1.877, Doc. 01, p. 12 f. Carta de Liberdade de 17 de março do ano acima citado.

29 - Jornal Matutina Meiapontense, de Meia Ponte, atual Pirenópolis, Goiás, 1.830, que servia às autoridades goianas e mato-grossenses, ns. 117, 340, 427 e 455).

30 - A comunidade indígena Guatós, localiza-se no município de Corumbá, à margem esquerda do rio Paraguai, nas baías Uberaba, Guaíba e Mandioré, onde estão exímios índios canoieiros dotados de características antropológicas e mesmo esportivas parecidas às dos negros. Cabe uma indagação: Não seria essa comunidade, um remanescente de quilombo, derivado de articulações feitas entre os escravos negros e os índios? Lá, ademais, o cacique é casado com uma mulher negra, sendo possível ter havido a "união" de escravos negros com os indígenas à época da escravidão, desfazendo o mito da historiografia clássica brasileira segundo o qual os índios hostilizariam os africanos ou seus descendentes. O processo unificador de índios e negros no quilombismo, na verdade, é mais um pedaço que falta na História do Brasil.

31 - Josías Cândido de Moraes, Antônio Miguel de Moraes(Mantena), Belmiro Cristóvão de Moraes, Euclides Cristóvão de Moraes, Leopoldino Ludugero de Moraes e Lucinda Ana Damasceno de Moraes, descendentes de "Chico Muleque", líder negro do Quilombo do Cedro em Mineiros, Goiás, todos com idade superior a 85 anos, informam que muitos escravos das fazendas do Sudoeste goiano se embrenharam nas terras de Mato Grosso do Sul onde formaram comunidades negras. Cf. ainda: Lúcia E.P. Valente, Ana. Tia Eva: Vila de São Benedito, Campo Grande, Rev. dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia, Cadernos de Campo, Ano I, n. I, FFLCH - USP, 1.991, P. 28.

32 - Valente, Ana Lúcia E.P. Op. cit. P. 28.

Como ocorreu na parte sul de Mato Grosso, durante o século XVII, até as duas primeiras décadas do XVIII, as terras goianas foram mais uma rota de passagens de bandeirantes e aventureiros objetivando prear índios, descobrir as minas de Cuiabá e, sobretudo, garantir o território português da invasão espanhola, deixando essa área mais centralizada da Colônia num verdadeiro "isolamento geográfico", facilitando assim a vinda de escravos fugitivos de outras regiões e a conseqüente formação de quilombos, embora, em sua grande maioria, só se possa identificá-los por meio de documentos e da história oral, a partir do século XVIII, havendo os que existiram no século XIX e até os seus remanescentes ainda existentes(1).

Note-se, no entanto, que a historiografia brasileira, muito impregnada de antigo paradigma racista, deixou o assunto à margem(2). A historiografia goiana por sua vez, em âmbito acadêmico ou não, foi também vitimada por esse repugnável estigma(3), sendo por isso, essencialmente, que até esta data, deu pouca atenção aos estudos da escravidão dos negros de origem africana(4); menos ainda com relação à luta dos escravos contra o escravismo colonial verificada por um longo período, iniciado na terceira década do século XVIII; assinalando-se que só esporadicamente a temática têm sido abordada, sempre como objeto secundário de outras realidades pesquisadas e escritas sobre Goiás(5), só passando a abordá-la com maior intensidade a partir de 1970,

consoante evidenciamos em "História, Escravidão e Povoamento de Goiás", do capítulo Ocupação e Povoamento.

Possivelmente, só através do "entrelaçamento de dados", ou da pesquisa interdisciplinar, poder-se-á escrever a história definitiva dos quilombos da Capitania e Província Imperial de Goiás. Detectá-los, catalogá-los e enumerá-los, portanto, não é fácil; ainda mais na sua dispersa e variável dimensão, às vezes ainda sem registro histórico do local onde puderam atuar. O que é certo, entretanto, é que os maus-tratos e a brutalidade nas minas e nos engenhos levavam os escravos à revolta e, se bem sucedidos, a formar quilombos nas montanhas vizinhas, como se não bastassem os esconderijos naturais do ecossistema dos cerrados e a falta de um número maior de feitores armados nas lavras mais distantes, também facilitando a fuga e a formação de quilombos no mais centralizado território da Colônia(6). A fuga, fundada nos mais variados motivos, inclusive o de "simples prazer de namoro com a liberdade", como nas demais áreas da região, ocorria de forma "interna", "externa", individual e coletiva, sendo também frequente nesse território, até a "de canoa ou jangada", facilitada por três grandes rios - o Araguaia a oeste, o Tocantins a leste e o Paranaíba ao sul; estando bastante evidenciada no século XIX nos anúncios de jornais(7).

Não se pode, portanto, continuar reduzindo a participação do escravo negro de Goiás, a de um mero "figurante mudo" ou "agente passivo" e romântico do

processo histórico. A perspectiva, é a de um escravo não reificado nem mitificado, resistindo na negociação, no conflito e até no silêncio, de que se referem João José Reis e Eduardo Silva(8). Sua revolta e inconformismo ao sistema escravista imposto no Goiás Colônia são preocupações contínuas, às vezes lentas mas permanentes, iniciadas no primeiro sentimento libertário, ou "estágio" da fuga, até a sua abrangência coletiva nos quilombos, onde alcança o "estágio" da quilombagem, trazendo a ruptura, ou o antagonismo entre o quilombo de escravo livre e o escravismo repressor. Isso, aliás, pode ser detectado nos próprios documentos oficiais das primeiras décadas do século XVIII(9).

Assim, a história oficial dos quilombos de Goiás pode ter começado com fundamento nas mais variadas formas de sentimentos dos escravos diante da pressão do sistema, por exemplo, a publicação e vigência de um bando de 1727 que, segundo alguns historiadores(10), ameaçava punir com açoites "os africanos que em fuga se abrigavam junto a outros moradores e intimidava com multa a quem não lhes denunciasse a fuga"; assinalando-se que já no século XVII, além dos escravos indígenas, é provável que escravos negros já fugissem do Maranhão, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais, percorrendo a "rota do sertão", com destino ao norte e nordeste de Goiás(11), deixando suas tradições locais, embora, como já mencionado, os quilombos só possam ser identificados, em grande parte, a partir do século XVIII.

Na realidade, no século XVIII, mormente nas décadas de 1750-a-1760, toda comunidade mineira de Goiás, vivia "na sombra dos quilombos"(12). Como noutras partes da Colônia, também nesse grande território de amplas fronteiras, o escravo negro fazia micro-história ao procurar as mais diversas alternativas, como por exemplo, empreender fugas, passando a viver de acordo com os costumes africanos, continuando "seu ofício escondido em montanhas remotas" de onde o ouro encontrado era provavelmente trocado pôr mercadorias, como cachaça e tecidos(11).

Não se sabe quantos que conseguiram, com grande sacrifício, comprar de seus senhores a liberdade, direta ou de forma condicional, às vezes num feliz resultado de uma negociação com o mesmo(14), relativizando assim o clássico conceito humanitário da concessão das cartas de alforria da história oficial. Isto aconteceu com o escravo Manoel Conde em Corumbá de Goiás. Em 1769 ele pagou 32 oitavas de ouro ao seu dono para libertar sua filhinha Maria(15).

Não fizemos um estudo comparativo preciso, mas verificando as cartas de liberdade dos cartórios e arquivos de Goiás, Pirenópolis e Goiânia, por exemplo, constatamos que grande parte dos escravos obtiveram a alforria pela compra da liberdade, inclusive sob condição, como a da "Quartada", ou seja, uma forma de os escravos conseguirem a liberdade adquirindo-a "a crédito", por um determinado preço. Trata-se de fenômeno também constatável no Tocantins, Mato

Grosso, inclusive do Sul, e atual Triângulo Mineiro, conforme abordagens sobre essas regiões.

Vale dizer-se que usou a estratégia da negociação, fez horas-extras e trocou o ouro por cartas de alforria, chegando a fazer pequenos furtos com o mesmo objetivo, enfatizando Mary Karasch, que "a procura do ouro necessário para comprar a liberdade levou alguns deles a descobrir importantes veios auríferos, dos quais os lusos brasileiros depois se apropriaram"(16), fato ocorrido na área do Quilombo de Papuão, por exemplo, na região de Muquem.

A estratégia religiosa, é também bastante sintomática como forma de disfarçar a resistência e manter as religiões africanas. São várias as irmandades, como a de Nossa Senhora do Rosário, existente em Pirenópolis, por exemplo, que, com seu ritual de origem africana, na visão dos negros não significa folclore ou um mero sincretismo religioso dominado pela religião oficial. Além de ser uma das formas do escravo conseguir preservar as religiões de origem africana, a inclusão de congadas, reisados, reis, rainhas, evocações, canções, etc., representavam um mundo distinto do de seus senhores, pouco importando o ritual branco e as manipulações do sistema. Nesse contexto estava a "ânsia da liberdade" dos escravos, inclusive por suas raízes africanas, enfatizando a respeito o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão:

"...essas festas eram formas simbólicas de representação de identidades africanas ou do mundo africano reconstruído no Brasil"(17).

A iniciativa libertária dos escravos revela-se, ainda, quando, estafados pela repressão do sistema, recorrem à chamada resistência do "dia-a-dia" - roubos, sarcasmos, sabotagens, suicídios, abortos, sendo melhor testemunho histórico, ainda pouco estudado em Goiás, o crime de homicídio e sua tentativa envolvendo escravos, seus senhores e outros segmentos étnico-sociais(18). Essa corrente da história social fundada na violência cristalizada no "crime", acreditamos estar demonstrada, especialmente em "Dureza do Trabalho e a Violência contra os Escravos"; sendo também defendida por ilustres autores(19), podendo, portanto, fundamentar os anseios e estratégias de autodefesa dos escravos, assim como de quaisquer excluídos, havendo casos em Goiás nos quais o motivo do "ilícito penal" era a específica e inequívoca intenção do escravo em obter a liberdade(20); enquanto outros, segundo a mesma fonte, ocorridos entre 1835-1875, por exemplo, também mantendo a característica libertária, os motivos alegados são os maus-tratos e a legítima defesa própria, como uma das excludentes do ilícito penal.

Nessa luta pelo reencontro de sua condição humana, o sofrimento e as péssimas condições sócio-econômicas dos escravos obrigaram-nos a procurar as fazendas de gado, de atividade reduzida; assim como os ofícios urbanos, advindo maiores oportunidades inclusive para as mulheres escravas e os escravos mais idosos, levando-os a serem chamados de "artista", como ferreiro, carpinteiro, pedreiro,

sapateiro, etc.; chegando, também, desde a mineração, a fugir para os matos onde fizeram roças de subsistência(21), surgindo assim uma espécie de melhora, lenta mas progressiva no "status" social.

Noutras oportunidades os escravos foram obrigados a agir contra as tribos indígenas. Em outras, possivelmente em maior número, aliaram-se a elas, também resistindo e lutando contra o regime escravista-colonial, chegando a articular-se em quilombos, aumentando ainda mais a síndrome "do medo" entre senhores e autoridades portuguesas(20).

Vale dizer-se que as fugas deram origem a encontros dos negros com os indígenas nas próprias aldeias, ora no sul, no "Sertão da Farinha Podre"; ora no nordeste e no norte, em o vale do Paranã; em Crixás e Natividade, mais ao norte, no atual Tocantins, onde eram acolhidos, tornando-se livres dos ferozes capitães-do-mato; relações nas quais havia também sentimentos mais profundos, passando os negros a receber inclusive afagos e a casar-se com as índias; chegando, ademais, a, possivelmente, articular "planos políticos" de ataque contra o sistema, visando derrotar, "militarmente", os senhores, pondo os governos em verdadeira polvorosa. O que se expõe, é o que ocorreu, por exemplo, por volta de 1765, obrigando o governador João Manoel de Mello a organizar e armar uma bandeira para destruir uma aldeia de índios xavantes, aliados aos escravos fugidos, querendo "invadir" o território português, possivelmente

apoiados pelos jesuítas espanhóis, então acossados e na iminência de serem expulsos do Brasil por ordem expressa do Marquês de Pombal. O texto a seguir, não deixa dúvidas:

"Já dei conta a v. Ex.a., das contínuas hostilidades que o Gentio Xavante começou a fazer a esta Capitania desde o anno de 1762 quando d antes era vizinho pacífico que nunca sahira de suas aldeas a invadir o nosso território peloque suspeitarão logo todas as pessoas mais inteligentes d estes Arrayaes que só suggeridos pelos índios dos Jezuitas Hespanhoes poderião rezolver-se a intentar tão dezuzada ação; por cuja causa se ficava armando huma Bandeira composta de duzentas armas para reprimir as invazões dos bárbaros castigando-lhes a sem a razão com que nos fizeram a guerra", no final, enfatizando:

"Sucedeu nesse tempo incidente maiorque m obrigou a cuidar na sua peompta expedição, porque me constou que os ditos gentios surprehendendo huns negros de uma roça os não matrão como praticavão nas antecedentes abalroadas, e he costume inveterado de todas aquelas nações; mas levando-os às suas Aldeas lhes fizeram muitos afagos, e os cazarão com as gentias, asseveramdo-lhes que todo o preto que quizesse passar para eles acharião nas suas Aldeas o mesmo bom tratamento. Esta prejudicial maxima era o meio mais conducente para se acabarem estas minas, pois se os pretos d ellas estão fugindo continuamente para os quilombos expostos a assaltos dos Capitães do mato que incessantemente os perseguem, o que farião tendo passo franco para as Aldeas dos Gentios, onde

estavam seguros de perigo, senhores de sua liberdade, e com mulheres próprias”(23).

Informa, aliás, o historiador Luiz Palacin, destacando os maus-tratos e a impressionante presença de quilombos na Capitania goiana, que:

“Se a existência de quilombos implica maus tratos para o escravo, em Goiás constituem um testemunho impressionante, pois não há, praticamente, arraial sem a sombra de quilombos”, acrescentando:

“Somente durante o governo de D. Marcos de Noronha, há, através de sua correspondência, notícias de medidas tomadas contra os quilombos de Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás, Paracatu(ora em Minas Gerais), Três Barras, todos os caminhos do norte de Minas; na mesma capital, tanto nos morros de levante como nos do poente, se encontravam refúgios de negros fugidos, a pouco mais de um tiro de pedra; contudo, o caso mais perigoso, nestes anos, foi a conjuração dos negros de Pilar, escravos e calhambolas, para assassinar toda a população branca, aproveitando o bulício das festas de Pentecostes”(24).

Essa conjuração dos negros de Pilar - único quilombo de Goiás a merecer registro na historiografia brasileira(25) - é, possivelmente, no início da década de 1750, a comunidade quilombola que mais apreensão causou às autoridades coloniais e aos exploradores das minas, como o povoador mineiro Manoel de Moraes Navarro que se estabeleceu nas minas de Pilar onde, ao enfrentar a resistente luta

quilombola, teve um filho primogênito assassinado por um grupo de escravos, seguido de outros atentados e extremas violências. Os quilombolas se uniam aos escravos urbanos na resistência, os escravos ameaçando matar os brancos, as coisas tomando tal vulto que o próprio Capitão-General e governador da Capitania, Dom Marcos de Noronha, foi compelido a ir em pessoa ao Pilar tomar conhecimento da "perigosa situação". Foi assim que ordenou plena liberdade de ataque aos quilombos da região, mandando mesmo que se matassem "todos os quilombolas que acaso resistissem, como em Minas Gerais se praticava", restando aos assassinos trazer como prova de efetivação do ato, os muitos pares de orelhas dos negros mortos, como, aliás, se praticara no Sertão da Farinha Podre, caminho entre São Paulo e Goiás. O historiador Pedro Taques de Almeida Paes Leme, registrou com soma de detalhes os fatos referenciados, merecendo transcrição:

"José de Almeida Lara, que, resistindo por espaço de meio dia a um grosso troço de negros foragidos, a que no Brasil chamam calhambolas, sem mais forças que a de três armas de fogo, que manejavam elle e dois mulatos seus escravos, de dentro de casa, e tendo boa pontaria morreram muitos e ficaram feridos quase todos; até que, acabada a pólvora, avançaram os negros de pelotão e lhe acabaram a vida e a dos dois mulatos; e depois de morto lhe cortaram a cabeça e todos os membros, sem escapar da violência destes bárbaros as partes pudendas; de tal sorte, que ficou

aquele cadaver feito um crivo de chagas pelas muitas facadas com que o ódio dos pretos empregou a sua fúria", prosseguindo:

"Este infeliz successo aconteceu nas minas do Pilar, sítio da Papuã, da Comarca de Villa Boa de Goyases, estando o pai do morto ausente de casa, que era construída nas suas lavras mineraes ao pé da estrada chamada dos Guarinos; e recolhendo-se a ella com os escravos que o acompanhavam achou o filho morto como fica referido, tendo escapado um mulato de 10 a 12 anos, escondido no centro de uma cata profunda, e com escolta dos visinhos trouxe o cadaver para o arraial para dar-lhe sepultura, e a pedir socorro à justiça para seguir a trilha dos agressores de tão horroroso insulto, e dos roubos que fizeram na casa, levando tudo quanto puderam carregar. Porém, não achou Manoel de Moraes Navarro o menor auxílio dos ministros de justiça, que eram dois juizes ordinários, e, excitado da sua justificada dor, formou com parentes e amigos um corpo e armas, que, governado mais pelo ardor do espirito que pelas forças dos seus anons, e desfallecimento das suas lágrimas, porque o filho morto era de grandes esperanças, penetrou as veredas do sertão, pois onde se entranharam os foragidos, porém, sem effeito, por logo ao segundo dia choveu tanto que inteiramente não puderam descobrir mais a trilha para ser seguida. Porém, antes de muitos dias, em diversos sítios, experimentou outras vidas a tyrania dos taes foragidos, que puzeram em consternação aos moradores daquele continente, que deu occasião ao Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, governador e capitão-general da

capitania de Goyases em 1751, a passar em pessoa ao dito arraial, e com elle o Dr. ouvidor geral Sebastião José da Cunha Soares, que permitiram que livremente se atacassem aos quilombos, matando-se nelles os negros que se puzessem em resistênciã, como se pratica em Minas Geraes; e ainda assim não cessam os roubos, mortes e insolências; de sorte que, para se evitar um futuro levantamento dos pretos contra os brancos, se empenhou a actividade, ardor, zelo e desembaraço do coronel José Antônio Freire de Andrade(hoje conde de Bobadella), governador da capitania de Minas Geraes, a vencer a Bartolomeu Bueno do Prado, natural de São Paulo, por si e seus avós, para capitão-mor e conquistador de um quase reino de pretos foragidos, que occupavam a campanha desde o rio das Mortes até o Grande, que se atravessava na estrada de S. Paulo para Goyases. Bartolomeu Bueno desempenhou tanto o conceito que se formava do seu valor e disciplina da guerra contra esta canalha, que se recolheu victorioso, apresentando 3.900 pares de orelhas dos negros, que destruiu em quilombos, sem mais premio, que a honra de ser occupado no real serviço, como consta dos accórdãos tomados em camara de Villa Rica sobre esta expedição, e o effeito della para total segurança dos moradores daquela grande capitania"(26).

Já em uma carta de 3 de junho de 1.755, do mencionado governador Dom Marcos de Noronha ao Juiz ordinário de Pilar José dos Santos e Sylva(27), nos Anexos, nota-se que quatro anos depois ainda continua bem patente o conflito social causado pela resistente revolta dos escravos

de Pilar, auxiliados pelos quilombolas da região, forçando o governo a tomar inúmeras medidas contra os negros organizados em quilombos, exigindo o mais rigoroso controle sobre os mesmos. Simultaneamente, pela leitura da e longa e detalhada missiva, percebe-se também as estratégias e as insistentes atitudes tomadas pelos escravos urbanos e os quilombolas daquele Julgado e por outros segmentos sociais diante da pressão oficial. o governo, pelo que informa a carta, não conseguia mais distinguir o escravo quilombola do escravo de setor urbano, também revoltado e que mais das vezes auxiliava os escravos aquilombados, assim como deles recebia apoio, como ocorria, aliás, em Pilar e como faziam em outras partes da Colônia; aproveitavam-se até da festa religiosa na articulação contra o impiedoso sistema escravista da Colônia. Por isso, adquiriam pólvora e chumbo; aliavam-se os de setor rural aos de setor urbano; asassaltavam, de dia e de noite; derrubavam mastros, aumentando a "síndrome do medo" nas autoridades. O caso chegou a tal ponto de ser proibida a festa religiosa, exigindo o governo a mais viva e pronta repressão oficial, contrapondo a resistência dos escravos.

Admitindo o trabalho nas minas como dos mais desumanos, assevera o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão que as fugas de negros chegaram a tornar-se numerosas em Goiás, acrescentando:

"Os quilombos, a resultante social delas, foram frequentes ao longo de toda a região do ouro. Escravos fugidos organizavam-se em pequenas e grandes

comunidades escondidas dos brancos e não foram poucas as que conseguiram sobreviver durante vários anos”(28).

Para o controle dos escravos fugidos criaram a instituição denominada Capitão-do-mato, contratado especificamente para a captura individual ou coletiva dos negros fugidos, assim como as chamadas forças para-militares também lançadas contra os quilombos, sempre recomendadas e exigidas pelos governos, como pode ser exemplo, além do que está amplamente dissertado, o que consta de carta do governador Dom Marcos de Noronha, de 1750, dirigida a sargento-mor de Meia Ponte, atual Pirenópolis, recomendando a criação de corporação militar e formação de capitães-do-mato para agirem contra escravos fugidos e alguns de quilombo.

“Como nesse arraial continuam as desordens que tem feito os negros fugidos e alguns de quilombo. V. Mercê formará logo uma companhia de dezoito ou vinte capitães do mato, escolhendo pra cabo o que for mais capaz de trazer estagente com disciplina, sondando todas as estradas e sertões deste arraial e encontrando neles alguns negros fugidos os prenderão e trarão à cadeia”(29).

Embora pouco se saiba sobre a estrutura interna ou como realmente funcionava a economia dos quilombos em suas comunidades autônomas, é indiscutível que em cada “descoberto” aurífero, rapidamente multiplicado nos centros de garimpo, estava um grupo de escravos negros trabalhando na mineração; os que fugiam e formavam quilombos, grandes, médios, pequenos ou de reduzido número de escravos e

de pouca duração, empurrados pela violência do sistema e a brutalidade de senhores, seus representantes, transformando-se em um contínuum social, cultural, econômico e político, emergindo assim a sociedade

alternativa e a quilombagem, contrapondo-se àquele sistema durante toda a vigência escravista(30), não interessando, por isso, a análise fatural da vitória ou derrota desse ou daquele quilombo isoladamente, mas analisar a quilombagem como um contínuum de desgaste permanente às forças sociais, culturais, políticas e econômicas da escravidão e dos seus valores(31).

Do ponto de vista de estrutura de negação, podemos ver os seguintes pontos de antagonismo entre o quilombo e o sistema escravista:

<u>Quilombo</u>	<u>Sistema escravista</u>
Homem livre.....	Escravo
Terra livre confiscada.....	Latifúndio escravista
Trabalho comunal livre.....	Trabalho compulsório
Coletivismo agrário.....	Produção p/o senhor
Forças armadas de defesa.....	F.armadas repressivas
Família alternativa livre.....	F. rep. de escravos

Fonte: Moura, Clóvis. Sociologia do Quilombo: a quilombagem como expressão de protesto radical, in "Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil", livro inédito. Texto fornecido ao autor, 1997.

Com essa estratégia e filosofia quilombola, os escravos passaram a ser considerados a pior camada da população, mesmo sendo a maior parte dessa população no período da mineração(1725-1822); notando-se mesmo que a infâmia como eram tratados ia muito além do tratamento dispensado ao índio, com o qual não podia ser comparado:

"...não consentirão os Diretores daqui por diante que pessoa alguma chame "negros" aos índios, nem que eles mesmos usem entre si este nome (...) para que compreendendo eles, que não lhes compete a vileza do mesmo nome"(32).

Por isso, obviamente, é que os escravos haveriam de empreender fugas, formando quilombos, onde exerceriam as mais diversificadas atividades, tais como a de quilombolas extrativistas, predatórios, faiscaidores, caçadores, pescadores, pastoris, de serviços; os de um pouco em cada parte, os bandoleiros, que saqueavam e assaltavam; agricultores cuidando de roças e plantações: mandioca, banana, milho, feijão e outras culturas, inclusive de caráter permanente(33).

Escravos de engenho, fabricantes de açúcar e cachaça. Os assenzalados, mais acentuados na zona rural, nas fazendas de gado, onde o trabalho escravo foi menos acentuado mas não deixou de ser constante; sendo, porém, essencialmente agricultores, agentes de mudança social, tendo como unidade básica o quilombo(34).

Para o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão(35), na economia mineradora goiana só sobraram ao escravo - fora a possibilidade remota de comprar a sua liberdade e ser portanto alforriado pelo senhor - duas alternativas: a primeira levava-o, ainda como escravo, para a lavoura ou para os ofícios urbanos, sendo qualquer dessas transferências benéficas para o negro, de modo especial como artífice dos ofícios urbanos. A segunda alternativa transportava o escravo não só para fora das lavras como para fora da própria sociedade mineradora, assim surgindo as fugas e a conseqüente formação de quilombos, objeto de nossa preocupação e de que estamos de acordo; salientando, no entretanto, a título de argumentar, que a estratificação do escravo em Goiás, na mineração e na agropecuária, quase sempre justificando a rebeldia dos escravos(36), também poderia ser vista da seguinte forma:

A) - Escravos do eito ou destinados a atividades extrativas, nas mais diversas atividades, na zona rural.

B) - Escravos na mineração, na zona urbana, onde o escravo pode ser subdividido nas mais diversas categorias sociais, do que extrai o ouro ao escravo de correio.

C) - Escravos domésticos nas cidades e casas grandes em geral, dos carregadores de liteiras aos escravos cocheiros.

D) - Escravos de ganho nos centros urbanos, dos barbeiros, carregadores de pianos, prostitutas aos mendigos; havendo ainda outros tipos, tais como os escravos de conventos, os de governo, os dos cantos, os de aluguel e, inclusive, os reprodutores, consoante demonstramos em "Quilombos do Desemboque e Sertão da Farinha Podre", nesse capítulo.

Além do que está demonstrado, acreditamos que os fatores abaixo descritos podem justificar a acentuada presença de quilombos em Goiás:

Tráfico acentuado de escravos; forma açodada do povoamento inicial; rapidez dos "descobertos" auríferos; relevância do papel exercido pelos negros na exploração do ouro, mormente no seu apogeu(1.750-a-1.770), ditando a formação e duração das comunidades de escravos fugidos; grande distância com relação a províncias espanholas onde pudessem se alongar; "isolamento geográfico" com relação a outras capitanias e províncias; maior número de "descobertos" auríferos, de julgados e de arraiais na capitania até 1804(37).

Em suma, quantos quilombos poderiam ser localizados, quantificados e listados em Goiás? Como já mencionado, na realidade, não havia arraial sem a "sombra do seu quilombo", de várias dimensões e durações, muitos ainda sem o completo registro histórico de localização. Assim, até 1888, só poderíamos destacar como principais, em âmbito

demográfico, consciência social e organização política, os seguintes:

Quilombo do Ambrósio, no Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, pertencente ao território goiano até 1816, também chamado Quilombo Grande ou Tengo-Tengo, objeto de abordagem nesse capítulo.

Quilombo do arraial de Três Barras, em Vila Boa, com sessenta negros que insultavam e provocavam a morte de viajantes, tendo como mecanismo o banditismo, que causou grande temor ao governo de Dom Marcos de Noronha(38).

Quilombos próximos da capital, Vila Boa, como os do Morro do São Gonçalo onde "várias cabanas de quilombolas" atacavam fazendas vizinhas, roubavam animais e roças(39).

Quilombos localizados no arraial de Tesouras, ao norte da Comarca do Sul(Vila Boa) que, no dizer de Dom Marcos de Noronha, "faziam tantos estragos quanto o gentio caiapó na campanha"(40). Eram controlados por cativos foragidos no córrego do Quilombo, em cuja área, "lavraram por algum tempo", tendo sido surpreendidos por um capitão-do-mato, que objetivava destruí-los.

Quilombos do Vale do Paranã, nordeste e norte, congregando 200 negros, mineradores e sobretudo agricultores, envolvendo vários municípios, deixando como remanescente principal os Calunga e que causaram grande temor ao governo de João Manoel de Melo(41).

Quilombo do arraial de Jaraguá, onde os negros falcavam foragidos, desejando comprar alforria(42).

Quilombo do "Planalto Central", no atual território de Brasília, localizado em área retirada do Estado de Goiás(5.814km²), a noroeste do Distrito Federal, onde sua existência ainda continua preservada através do remanescente toponímico denominado, "Córrego do Quilombo"(43).

Quilombo do Pilar já referenciado(44). Localizado, portanto, ao norte da comarca do sul, entre os morros do Pendura e do Moleque. Não se sabe quantos escravos negros eram mantidos nesse quilombo, sabendo-se, todavia, que não eram poucos, possivelmente uns 230. Foi um dos quilombos que mais causou aborrecimentos aos representantes do rei. Indignados, pretendiam matar todos os brancos, sendo por isso, possivelmente, o único quilombo "de Goiás" a ser "notado" pela historiografia regional e nacional.

Quilombo do Muquém, também no norte da comarca do sul, é uma resistência quilombola ainda dependendo de maiores esclarecimentos históricos, embora Muquém já seja uma cidade nacionalmente conhecida por sua atrativa romaria de Nossa Senhora D Abadia e através do livro - "O Ermitão de Muquém", de Bernardo Guimarães, com primeira edição em 1.853(45).

Quilombo do Papuão, igualmente no norte da comarca do sul, na região de Muquém e Pilar. Foi encontrado pôr João Godoi Pinto Silveira em 1.741, o mesmo que

teria encontrado "as minas de Papuã", ocupadas por "negros fugidos", estabelecendo no lugar das mesmas uma povoação dedicada a Nossa Senhora do Pilar, sendo que quinze anos depois os quilombos continuaram a existir nas cercanias de Pilar, pois, segundo a historiadora Gilka V. F. de Salles, em "1.755 quilombos conspiraram com escravos uma revolta na vila a ter lugar pôr ocasião da festa do Divino", acrescentando que "os conspiradores haviam conseguido pólvora e chumbo e planejavam um ataque à igreja local", o que só não ocorreu porque as autoridades foram avisadas, suspendendo a festa e, evidentemente, o "levante"(46), fato que acreditamos ser o mesmo ocorrido no Pilar.

Quilombo do "Acaba Vida", no São José do Tocantins, atual Niquelândia, comarca do norte, localizado num vão de serras de terras férteis onde os colonos, já em 1.879, chegaram a pedir que as autoridades construíssem um presídio (forte) num local chamado "Boca da Mata", visando proteger os viajantes dos índios e "quilombolas que se instalaram nas matas do Acaba Vida", local no qual, segundo Dulce Madalena Rios Pedrosa, "há fortes evidências de cruzamento ocasional entre grupos de Avá-Canoeiros e negros em determinadas localidades do território goiano"(47).

Quilombos de Corumbá de Goiás. Os historiadores Ramir Curado, Sílvio do Rosário Curado Fleury e José Hercílio Curado Fleury(48), revelam a existência de quilombos nessa região mineradora já na terceira década do século XVIII. Daí a existência de fazendas chamadas Quilombo,

ainda existentes com essa terminologia. Dentre outros, formados por negros fugidos de senzalas, hoje em parte também no município de Calcalzinho de Goiás, listo, segundo a tradição: Fazenda Quilombo, próximo do Estreito; Fazenda Quilombo, perto de São Lourenço; Fazenda Quilombo Buriti dos Crioulos; e Fazenda Quilombo do "Cercado", cujo nome deriva de três valas profundas e largas abertas pelos escravos no intuito de impedir a invasão dos senhores.

Quilombo do Mesquita, no sul de Goiás, próximo de Santa Luzia, atual Luziânia, cuja comunidade, com remanescentes até recentemente(49)), "descende de africanos quilombolas originários da região africana de onde é hoje Gana, segundo a historiadora Mary Karasch, talvez aparentados com os fugitivos que "infestavam as estradas do arraial do Bonfim (atual Silvânia), estendendo sua façanha aos caminhos em direção às Minas Gerais, nas proximidades de Santa Luzia e Santa Cruz"(50).

Quilombo de Meia Ponte, atual Pirenópolis, referenciado em carta de Dom Marcos de Noronha, referida no texto.

Quilombo de Santa Rita do Araguaia, no extremo sudoeste, ainda no imaginário dos mais idosos e na história, geografia e toponímica: "Córrego do Quilombo", localizado no sul da cidade; exigindo, porém, estudo aprofundado.

Remanescente de Quilombo do Cedro, sudoeste goiano, atual município de Mineiros, objeto de abordagem nesse capítulo(51).

Remanescentes de Quilombos de Calunga, no Vale do Paranã, em Cavalcante, Terezinha e Monte Alegre de Goiás, objeto de abordagem nesse capítulo.

NOTAS

1 - Temos como principal remanescente de quilombos em Goiás, a comunidade negra de Calunga, no nordeste do Estado e Comunidade Negra do Cedro, no município de Mineiros, sudoeste, ambas objeto de abordagem nesse trabalho. Ver: Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Editora Barão de Itararé e Cultura Goiana, 1974;

Baiocchi, Mary. *Negros de Cedro*, São Paulo, Ática, 1983; Soares, Aldo Azevedo. *Kalunga: o direito de existir*, Goiânia, Dissertação de Mestrado em Direito Agrário pela UFG, 1993; Leal, Hermes. *Quilombo: uma aventura no Vão das Almas*, São Paulo, Ed. Mercúryo Ltda., 1995; Cordeiro, Juracy Batista. *Tutela do Patrimônio Histórico Cultural*, Goiânia, Dissertação de Mestrado em Direito Agrário pela UFG, 1996 e Revista, *Viva, Calunga!*, n. 1, Goiânia, dezembro de 1988, responsável, Nilton José dos Reis Rocha.

2 - O estigma contra a história dos escravos negros de origem africana no Brasil foi consistentemente estudado e demonstrado pelo historiador e sociólogo Clóvis Moura. Ver: *As Injustiças de Clio, O Negro na Historiografia Brasileira*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. Em *"Racismo à Brasileira: raízes históricas"*, SP, Anita Garibaldi, 3ª edição, 1995, o assunto foi por nós estudado, especialmente nos capítulos: *"Mistificação historiográfica"*, *"O racismo mentalizado do brasileiro"* e *"Uma literatura rica em racismo"*.

3 - O estigma do racismo no processo historiográfico de Goiás, foi coonestado e disfarçado em velhos conceitos e terminologias tais como: *"decadência"*, *"pobreza"*, *"atraso"*, *"ideologia do progresso"*, *"modernidade"* e outros, através dos quais se vem conseguindo omitir a participação do negro e do índio na história, negando, a bem dizer, a própria existência histórica do branco, ao tratá-lo também como atrasado. Essa concepção definidora da

historicidade "regional", introduzida especialmente por viajantes estrangeiros do século XIX, já foi posta em dúvida e negada recentemente. Ver: Chaul, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade, Goiânia, Editora UFG, 1997.

4 - A historiografia sobre o estudo da escravidão do negro em Goiás é realmente escassa e quase sempre feita de forma tangencial e esporádica. Somente a partir do início da década de 70, é que o assunto passou a ser pesquisado e estudado de forma mais consistente, sobretudo no ambiente acadêmico. Ver: "História, Escravidão e Povoamento de Goiás", capítulo - Povoamento e Ocupação.

5 - Ver: item "4" e "História, Escravidão e Povoamento de Goiás", do cap. Povoamento e Ocupação.

6 - Karasch, Mary. Op. cit. p. 234. Palacin, Século do Ouro, cit. p. 78.

7 - Matutina Meiapontense, de Meia Ponte(Pirenópolis), ns. 337, 340 e 151, de 21-03-31; Correio Oficial, Vila Boa de Goiás, de 1837 a 1873, período onde circulou de forma aleatória mas sempre publicando anúncios de fugas de escravos; Província de Goiaz, Vila Boa de Goiás, de 14-11-1870, dentre outros.

8 - Reis, José João e Silva, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

9 - Cartas de governadores, 1752, do Arquivo Histórico Ultramarino, in Inventário de Documentos Históricos Sobre o Centro-Oeste, Cuiabá, de Maria Cecília de Souza, UFMT, vol. IV, s.d., p. 36-37; correspondência do governo de Dom Marcos de Noronha, tomando várias medidas contra os quilombolas, in Arquivo Histórico de Goiás-AHG.

10 - Silva, Martiniano J. op. cit. p.46; Karasch, Mary, op. cit., edição particular fornecida pela autora.

11 - Karasch, Mary, op. cit; Silva, Martiniano J. op. cit.

12 - Palacin, Luís. O Século do Ouro em Goiás, Ed. UCG, Goiânia, 4a. edição, 1994, p. 79.

13 - Karasch, Mary. Op. cit.

14 - Mattoso, Kátia M. de Queiroz. Ser Escravo no Brasil, São Paulo, 1982. José Reis, João et alii Silva, Eduardo, op. cit. p. 17.

15 - Curado, Ramir. Op. cit. p. 20.

16 - Karasch, Mary. Op. cit.

17 - O assunto foi desenvolvido por Brandão, Carlos Rodrigues. Peões, pretos e congos, trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiânia, Ed. Oriente, 1979. Vide: Moura, Clóvis. Cultura de resistência, foi e continua sendo uma forma sutil do negro camuflar internamente os seus deuses para preservá-los da imposição da religião católica. In Dialética do Brasil Negro, São Paulo, Editora Anita Ltda., 1994, p. 181.

18 - Documentos de Cartórios e Arquivos, especialmente de Goiás, ex-Vila Boa, de Pirenópolis, antiga Meia Ponte, de Luziânia, primitiva Santa Luzia, e de Goiânia, por exemplo, mostram inúmeros "ilícitos penais" envolvendo escravos e seus donos, ainda pouco pesquisados e avaliados. A nível acadêmico, Carlos João Parada Filho estuda o assunto em "Quando a Corda Arrebenta do Lado Mais Forte", objeto de Dissertação na UFG, Goiânia, 1992. Moreira, Sérgio Paulo, focaliza o tema com maior profundidade em "O Teor Violento da Vida", livro em elaboração.

19 - O trabalho mais conhecido dessa corrente da história social "do crime" é de Thompson, E.P., *Whigs and Hunters: The Origin of the Black Act*, Nova Iorque, 1975; figurando como mais representativa dessa corrente interpretativa da criminalidade a obra clássica de Engels, F., *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Porto, 1975. Vide: Helena P.T. Machado. *Crime e Escravidão: trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas-1830-1888*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

20 - O caso mais em destaque é o do crime cometido pelos escravos Sophia e Manoel Crioulo, ocorrido em Goiás em 22 de dezembro de 1837. Ofício n. 52 de junho de 1838 - Processo de condenação de Sophia e Manoel Crioulo, ANRJ - pacto 748, in João Parada Filho, Carlos. *Op. cit.*, ps. 12-15.

21 - O tema foi abordado em algumas obras já citadas, como de Gilka V.F. de Salles e do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão.

22 - Os fatos ocorreram em 1764. Estão narrados na carta do governador João Manoel de Mello à Majestade portuguesa com data de 30 de março de 1765, in Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 84, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, p. 8-89. Quatro antes desses fatos, João Manoel de Mello enviara carta a Portugal tratando do mesmo assunto, particularmente dos quilombos do vale do Paranã (carta de 30-12-1760, op. cit. p.78-79).

23 - Carta de João Manoel de Melo, ob. cit., p. 88-89.

24 - Palacin, Luís. Século do Ouro, op. cit. p. 79.

25 - Ao que se sabe, coube a Pedro Taques de Almeida Pais Leme, em primeira mão, abordar o assunto a nível nacional através do livro: "Nobiliarquia Paulistana: história e genealogia, tomo I, São Paulo, Itatiaia-EDUSP, 5ª edição, 1977, referenciado posteriormente por Affonso de Taunay.

26 - Pais Leme, Pedro Taques. op. cit. p. 276.

27 - Arquivo Histórico do Estado de Goiás, AHE, Goiânia, Correspondência de Dom Marcos de Noronha 1755-1763, Livro 9, Pasta 1 e 2, Escravos.

28- Brandão, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade etnia em Goiás, Brasília, Editora UNB, 1975, p. 59.

29 - Serviço de Documentação do Estado de Goiás, S.D.E.G, atual Arquivo Público do Estado, ou AHEG, Goiânia, Carta do governador D. Marcos de Noronha de 1750, ms. 1129, f. 60. (Apud Palacin, 1972:93).

30 - Moura, Clóvis. Sociologia do Quilombo: a quilombagem como expressão de protesto radical, in "Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil", livro inédito. Texto concedido ao autor, 1997.

31 - Moura, Clóvis. Op. cit. Fundamento teórico em Gramsci, Antônio. Concepção Dialética da História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6a. edição, 1986.

32 - In Livro de Cartas Régias 1758-1775, p. 41, onde se inclui a correspondência de João Manoel de Mello, op. cit. Ainda AHG, Goiânia.

33 - O estudo da tipologia dos quilombos foi feito por Décio Freitas, incluindo os "de serviços" e os predatórios, também existentes em Goiás, todos tendo a agricultura como base de produção econômica através de roças situadas o mais próximo possível do quilombo, abrangendo cultura de variada classe de gêneros alimentícios. In -. O Escravismo Brasileiro, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de S.Lourenço de Brindes, 1980, p. 43.

34 - Moura, Clóvis. História do Negro Brasileiro, São Paulo, Editora Ática, 1989, p. 22 e segs.

35 - Brandão, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás, Brasília, Ed. UNB, 1977, p. 58/59.

36 - Moura, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro, São Paulo, Editora Anita Ltda., 1994, p. 42/43.

37 - Palacin, Luís. Século do Ouro, cit. p. 28, mostra que até 1804, havia uns 40 Julgados e arraiais na Capitania goiana.

38 - Correspondência de Dom Marcos de Noronha; Gilka, op. cit. p. 230.

39 - Cartas de Dom Marcos de Noronha; Palacin. Op. cit. p. 79.

40 - Correspondência de Dom Marcos de Noronha; Gilka, op. cit. p.289.

41 - Correspondência do governador João Manoel de Melo, RIHGB; Gilka, op, cit, p. 289.

42 - Notícia Geral da Capitania de Goiás, p. 65. Gilka, op. cit. p. 189. Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, cit.

43 - Bertran, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central, Brasília, Solo Editores, 1994, p. 19.

44 - O quilombo do Pilar está referenciado em vários documentos, inclusive em obras de Pedro

Taques e Affonso de Taunay. Vide: Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, cit. p. 46.

45 - Sobre Muquém, Bertran, Paulo. Memória de Niquelândia, Brasília, Fundação N. Pró-Memória, 1985, ps. 16, 89-92. "Relatório da Câmara M. de S. José do Tocantins", 20 de junho de 1846. Karaschi, op. cit.

46 - Gilka, op. cit. p. 230. Bertran, op. cit.

47 - Pedroso, Dulce Madalena Rios. Avá-Canoeiro: A História do Povo Invisível - sécs. XVIII e XIX", Dissertação em História das Sociedades Agrárias defendida em 1992 na UFG. Ainda: Gilka, op. cit. Karasch, Mary.

48 - Curado, Ramir. Corumbá de Goiás: estudos Sociais, Brasília, Editora Ser, 1996, p. 20 e carta de 10-06-1997. Hercílio Curado Fleury, José. Carta de 1-07-1997 e "Do Muquém dos Quilombos ao Muquém de Hoje", Anápolis, jornal "Voz do Sul", 1934, sem conseguirmos a data da edição.

49 - Silva, Martiniano J. da. Op. cit. p. 83; Breve Notícia Sobre os Quilombos em Goiás, Goiânia, jornal "O Popular", ed. de 29-09-1987, p. 36.

50 - Karasch, Mary, op. cit.

51 - Silva, Martiniano J. da. Op.cit. p. 89.

RESISTÊNCIA DOS "PARDOS DE VILA BOA" DE GOIÁS.

Já nas primeiras décadas do século XVIII é acentuada a presença do segmento social dos mulatos, então denominados pardos nos documentos da época, na sociedade mineradora de Goiás. O pequeno número de mulheres brancas favorecia a mestiçagem crescente entre brancos e pretos na Capitania. O fenômeno prosseguiu, crescentemente, alcançando os séculos posteriores. No censo de 1.804, por exemplo, os "mulatos" já representavam mais da metade da população "livre" de Goiás(1).

Apesar de sua importância numérica, viviam em situação ambígua, sofrendo inegável injustiça, uma

vez que, mesmo descendendo de senhores brancos, inclusive de autoridades, com paternidade reconhecida, "não conseguiam receber educação ou amparo regular nem obter meios estáveis para sobrevivência. Os mulatos eram discriminados, tanto nas relações sociais como em pretensões de ingressos em cargos públicos, sendo-lhes em geral atribuídos os serviços mais pesados e difíceis, como: apresamento de índios, participação em bandeiras, recrutamento militar e serviços em regiões longínquas"(2).

Escravos, negros e mulatos apareciam muitas vezes equiparados nas expressões correntes e mesmo nos documentos oficiais, como formando a ralé da sociedade(3), sendo necessário, portanto, muito tempo e convivência para que esta mentalidade discriminadora e repugnável fosse dando lugar à liberdade, infelizmente ainda sem a sua plenitude. Aliás, um documento do final do século XVIII(4), reafirma os estereótipos sobre "pretos, mestiços e pardos", ainda acentuados no imaginário da sociedade contemporânea.

O mulato, pardo, mestiço ou outros variantes frequentes no território goiano(5), era, portanto, fortemente estigmatizado. Ou Social e "racialmente", discriminado. No Goiás de então, era "gente liberta, sem criação, sem meios de alimentar-se, sem costumes"(6). Como os milhares da mesma condição e ainda existentes, negavam o que seria ruim em busca do melhor, assimilando-se de forte ambiguidade no seu comportamento social. Assim, fugindo de paradigma considerado pior, desde os séculos XVIII e XIX já

tentavam imitar os valores e comportamentos dos brancos, defendidos, aliás, pelo Igreja e o Estado. Por isso, mesmo constituindo-se em um bolsão crescente de pobreza e de miséria, estavam assimilados da "louca opinião de que a gente forra não deve trabalhar".

Serviço, servidão, escravidão, na própria etimologia da palavra -, nem importa sua natureza - identificavam-se com o negro. Só ele tinha que desempenhar. De tão vinculado à economia do ouro, sua atividade foi transformada em "lugar onde se exploram jazidas de ouro e diamante", característico da mineração, onde a mão-de-obra era essencialmente negra.

Mas é justamente desmistificando a anacrônica concepção de que havia escravo ou mulato conformado e até masoquista, que no início do século XIX, em atitude digna de registro, os pardos de Vila Boa de Goiás se rebelaram contra a forma pejorativa como eram tratados nos serviços considerados inferiores pela sociedade branca(7). Insurgiram-se contra o flagelo das violências. Não aceitavam mais atuar como integrantes de bandeiras lançadas contra índios; vigiar aldeamentos; não terem acesso a cargos ("ofícios"); participar de expedições longínquas; desbravar regiões inóspitas; expor-se ao desprezo, como figurantes ou meros auxiliares, recrutas, apesar de sua "inteligência, capacidade e boa instrução".

Mesmo perante a legislação real, já por si restritiva, os mulatos não viam suas raras conquistas

serem cumpridas. Por tudo isso é que, em 1804, fizeram um documento raro na historiografia do Brasil Central, realmente revelador, denominado "Petição dos Pardos de Vila Boa", dirigida ao rei de Portugal na qual está bem patente a denúncia e, inclusive, a inegável resistência intelectual e política dos pardos de Goiás. Por ser ademais, um consistente documento histórico de revolta e indignação social, justifica ser transcrito:

"Senhor. Os homens pardos nacionais e habitantes da Capitania de Vila Boa de Goiás, os mais humildes e fiéis vassallos de Vossa Alteza Real, se vêm obrigados a pôr na Real Presença de Vossa Alteza o seguinte. Que eles são os vassallos mais úteis ao Estado nesta Colônia, e que muito mais seriam se nela houvesse observância das leis de Vossa Alteza que sabiamente favorece a todos para qualquer emprego da sociedade civil.

São eles, Soberano Senhor, que nos ataques dos inimigos desta Colônia, que têm sido as Nações Caiapó e Xavante, os primeiros mandados nas bandeiras que em diversos tempos se têm despedido a conquistá-los.

São eles que por muitas vezes têm saído desta praça e destacarem-se.

Assim mesmo são os suplicantes tratados com desprezo apesar das graduações militares, em que os respectivos governadores os têm condecorados e da inteligência, capacidade e boa instrução que muitos deles têm para qualquer emprego da República; sendo para eles

repudiados, como aconteceu a Francisco José Raimundo, inteligente no encepço, querendo rematar o ofício de tabelião do Julgado de Conceição o não o queriam admitir por ser pardo, obstando a esta repulsa o desabuso do pretérito Governador. Em iguais circunstancias Antônio José Vidal para a serventia de tabelião desta vila, aconteceu o mesmo, cujo obstáculo obviou o atual Governador; desprezando-se deste modo o Alvará de dezesseis de janeiro de mil setecentos setenta e três, que sabiamente fez promulgar o Senhor Rei Dom José de saudosa memória, interpretando-o, dando-lhe diversa inteligênciã e que se fora feito para o Algarve. Alguns magistrados desabusados têm declarado a sua verdadeira inteligênciã. E que serão, Sereníssimo Senhor? E que serão os propugnadores da execução dele: O corpo da câmara desta vila, aconselhado por homens cheios de fanatismo e inimigos capitais da humanidade, os quais não é presentemente a vez primeira, que têm posto aos suplicantes de má fé na Real Presença.

Chegando recentemente o escândalo dos membros deste corpo de rejeitar para vereador ao Capitão das Ordenanças João Pedro da Cunha Filho de um dos homens mais beneméritos desta Capitania e que serviu de juiz ordinário muitas vezes. Por se ter este casado, sendo branco, com uma filha do Capitão José da Rocha Souza e de sua mulher D. Inácia Alves, neta do Capitão-Mor, que foi desta comarca Miguel Alves da Ora, irmã do Coronel Miguel Alves Rocha e do Presbítero Manoel José da Rocha, por ser morena.

Os suplicantes sempre vieram nesta Colônia inábeis e em desprezo, e só habilitados para bandeiras, recrutas, socorros, auxílios, guarnições, além da conservação desta conquista.

Nestas circunstâncias os suplicantes como bons vassallos, flagelados das violências e desprezo como que são tratados nesta Colônia, vão por meio desta representação lanar-se aos pés do trono a suplicar a real proteção de Vossas Alteza, para que atendendo a esta súplica haja por bem mandar declarar a respectiva câmara sobre este objeto tudo quanto for do Real agrado de sua Alteza"(8).

NOTAS

1- Acredita-se ter sido estatística mais correta, permitindo uma comparação entre população livre e a escrava, a que foi elaborada no governo de Francisco de Assis Mascarenha em 1804, onde os pardos, então já chamados mulatos, representavam mais de 50% da população.

2 - Palacin, Luís; Garcia, Ledonias Franco. Amado, Janaína. História de Goiás em Documentos. I. Colônia. Editora UFG, Goiânia, 1995, p. 185.

3 - Palacin, Luis; Moraes, M.a Augusta de Sant'anna. História de Goiás: Imprensa da UFG, 1975, p. 35.

4 - CARTA DO CAPITÃO-MOR, Dr. Antônio de Souza Teles e Menezes, á Rainha de Portugal, 1789, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Cod. I -

28.24.3. In História de Goiás em Documentos, autores citados, p. 188.

5 - Brandão, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás, Brasília, editora UNB, 1977, ps. 133-134, dizendo não ser muito frequente a palavra mulato; e que, recentemente em Goiás, para atribuir nomes a tipos de "cor de pele", as pessoas usam, com maior frequência, alguns nomes de cores e seus tons, havendo duas cores básicas se opondo, a branca e a negra.

6 - In História de Goiás em Documentos, cit. ps. 186-187.

7 - O documento referenciado está transcrito no texto e devidamente bibliografado no item "8", a seguir.

8 - PETIÇÃO dos pardos, 1804, Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Goiás, caixas 1 a 9. "Apud" História de Goiás em Documentos, I Colônia, autores cit. ps. 188 a 189.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE CALUNGA

Quilombo de Calunga, existe há mais de 240 anos nos Vãos da Serra Geral(1), localizada no nordeste do estado, a 600 km de Goiânia e com remanescentes até esta data. Na realidade, Calunga é um conceito ligado a uma serra e a um córrego com esse nome, conhecidos sobretudo no nordeste goiano, surgindo assim o Vão de Calunga, no vale do rio Paranã, onde a comunidade se acha "cortada" ao meio por esse rio, nos municípios de Monte Alegre de Goiás e Cavalcante. Mas é, também, antes de tudo, uma importante herança quilombola, política e cultural, fundada, inclusive, na rica diversidade de significados que vem tomando a palavra(2), de que ainda

abordaremos, até transformar-se em um remanescente de quilombo do Brasil Central.

Na fase econômica do ouro, Calunga era chamado "negro mina", trabalhando em vários "descobertos", ainda estando no imaginário calunga, a mina Boa Vista, próxima da comunidade. "Existe uma mina de ouro, ali bem perto(próximo a Calunga), nesta mina trabalhavam muitos escravos. O nome da mina é Boa Vista, fizeram um rego grande para levar água até a mina. Eram maltratados, o trabalho era por demais"... conta o calunga, Sr. Severino, narrando um pouco da história local(3).

No presente, com população provável de 1000 pessoas, é uma comunidade rural constituída de vários segmentos étnicos: negros, mulatos, cafuzos, etc., podendo tomar o gentílico ou "nação calunga", diversos significados, com raízes histórico-etimológicas nas línguas africanas Kibundo, Kibandum e Kigongo. Os etnólogos preferem a grafia com "K" adotada na África, em vez de "C", do nosso vernáculo; supondo-se terem os Calunga, em maioria, origem mais remota na região de Angola, do Congo, do Mocambique, da qual procede a maior parte dos negros desse "maciço central"; podendo também ter parte de suas raízes étnico-culturais na África do Sul.

O próprio termo "calunga", aliás, como malungo, calundu e outras palavras, através do quibundo, tem origem étnico-linguística nos povos bantos, predominantes no Brasil e na região, com sua significativa riqueza cultural, com grande destaque no aspecto religioso. Kalungangombe, por

exemplo, é um Deus angolense das profundezas do globo terrestre, provavelmente cultuado pelos escravos dessa procedência(4).

Na realidade, a origem e formação dessa comunidade ainda não está bem esclarecida. Acreditamos, todavia, que os Calunga formaram o quilombo com escravos foragidos do Nordeste, especialmente da Bahia, de onde eram trazidos em grandes comboios desde o século XVIII e mesmo no XVII(5); do trabalho pesado das minas de ouro de Goiás, de Mato Grosso e de Minas Gerais(6); procedendo também das fugas de fazendas goianas e de outros locais do país; havendo ainda a teoria dos que acham que viviam isolados até recentemente e a dos que admitem que conviviam com os índios Avá-canoeiros, com quem se miscigenaram(7).

No entanto, há uma versão historiográfica, em parte coincidente com a teoria de que se formaram com "escravos fugidos de fazendas" que, mesmo que venha causar polêmica quanto aos Calunga serem ou não remanescentes de quilombos, a nosso ver deve ser referenciada e transcrita, ajudando-nos a dignificar ainda mais a interessante origem e formação histórica dessa comunidade:

"No caso de Arraias e Cavalcante, os escravos, primeiramente, em razão das fugas e, depois, em virtude da decadência do ciclo do ouro e da Abolição da Escravatura, infiltraram-se pelo **"Sertão do Governo"**, nome que se deu a uma região situada às margens do

Rio Paranã, onde havia grandes extensões de terras que, ainda não ocupadas pelos criadores da região, eram tidas como pertencentes ao Governo", acrescentando:

"De tal ordem, uma população preponderantemente negra ficou distribuída em grande parte do **"Sertão do Governo"**, compreendendo áreas dos Municípios de Arraias, Paranã, Monte Alegre de Goiás, Cavalcante e, agora, Teresina de Goiás", por fim, arrematando:

"Em verdade, aconteceu que, enquanto a maioria desses descendentes de escravos se empregou nas propriedades já constituídas, nas últimas décadas do século XIX, como vaqueiros, agregados, trabalhadores na pequena lavoura de subsistência, tornando-se muitos deles prósperos fazendeiros, **uma parte considerável se aboletou em área mais distante e mais isolada**, à beira do Rio Paranã, circundada por serras de grande altura, onde se formaram, com o passar dos tempos, algumas povoações"(8).

Essas povoações são, naturalmente, os calunga, que, por tradição na região, eram chamados de calungueiros, por habitarem a região de calunga na qual todos os mais antigos os conhecem, por terem sido, especialmente os mais velhos, vaqueiros, agregados, trabalhadores na pequena lavoura de subsistência; como porque passaram a frequentar, não só São Domingos, Alto Paraíso(antigo Veadeiros) e terras da Bahia, mas, sobretudo, as cidades de Cavalcante, Arraias e Monte Alegre de Goiás (antigo Chapéu), para as quais, deixando

o pé da serra em lombo de burro, iam vender o Polvilho e a farinha de mandioca, "disputada pela população, em razão do asseio com que era preparada, principalmente pelos comerciantes desonestos, que aproveitavam a ocasião para lhes **"empurrar"** seus produtos com preços acrescidos"(9).

Segundo a fonte anteriormente citada, dentro da área que uma Lei estadual nº 11.409, de 21 de janeiro de 1.991, definiu como "patrimônio cultural e sítio histórico", posseado pelos Calunga, existe duas velhas fazendas, a **"Porto Real"**, situada no Município de Monte Alegre de Goiás, e **"Jataroba"**, ora integrando o Município de Teresina de Goiás, nas quais os vaqueiros, quase sempre sucedidos pelos filhos, eram todos calungueiros, "gente humilde e cuidadosa na lida com a criação"(10).

Vê-se, portanto, que a comunidade calunga - embora possa ter vivido período de normal isolamento ou encafuada em uma vida arredia, causada pela grande distância entre o local e o litoral e pela inegável carência de maior densidade demográfica regional, não pode figurar como "ovo de colombo" a ser descoberto; problema ou "achado científico" a ser transformado em objeto de pesquisa como algo que precisa ser desvendado; segundo o historiador Clóvis Moura(11), não pode ser estudada como um segmento estático e exótico, desvinculada da dinâmica social emergente e abrangente da sociedade brasileira.

Calunga, a bem dizer, revelam uma parte da história do Brasil que muito pouco se sabe, com suas formas próprias e legítimas de viver, em cada gesto, cada palavra, os passos de dança e, principalmente, a cumplicidade de olhares guardam o silêncio da resistência, da defesa, do medo, da certeza que negros foram vítimas da escravidão e o isolamento significou a vida(12).

Com as demais comunidades negras do vale do Paranã, pode ser considerado um dos maiores quilombos de Goiás, ao lado do quilombo do Pilar e o do Ambrósio, mais conhecido como de Minas Gerais mas localizado por quase 100 anos(1740-1816) no Sertão da Farinha Podre, atual triângulo Mineiro, então pertencente ao território goiano, de que abordamos em "Quilombos do Julgado do Desemboque e Sertão da Farinha Podre".

Houve período em que os Calunga, eram provavelmente, 2.000 escravos, organizados em comunidades já divididas pelo rio Paranã referido, situadas no vale daquele rio, nos Vãos denominados "do Moleque", "das Almas", além de Calunga à margem de córrego homônimo e outros mais à beira de serras de que descreveremos, espaços que ainda abrigam outras comunidades onde a maioria dos seus habitantes são também negros ou mestiços, do cruzamento com índio, principalmente(13), com destaque especial nos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás, primitiva povoação chamada "Santo Antônio do Chapéu", de onde referidas

comunidades se organizavam e se alongavam para o norte e o nordeste, alcançando outros arraiais como Alto Paraíso de Goiás, Natividade e outros municípios do atual Estado do Tocantins, região para a qual os mineradores trouxeram muitos escravos, conforme evidenciamos em "Procedência Escrava" e "Fugas e Quilombos no Tocantins".

A hipótese, aliás, é a de que, pela "rota do sertão", comunicavam-se com escravos negros do Maranhão, do Piauí, de Minas Gerais e da Bahia, território no qual, a aproximadamente 200 quilômetros da divisa com Goiás, na Serra do Ramalho, entre Correntina e Caruibe, ainda se encontra a comunidade negra denominada "Cafundó dos Crioulos"(14).

Os Calunga foram mencionados em livro, pela primeira vez, em 1974, quando, nos finais da década de 1960, fizemos "levantamento" e listamos mais de 30 possíveis remanescentes de quilombos em Goiás, através do livro - Sombra dos Quilombos(15) -; mostrando algumas características identificadas com a Mãe-África, tais como o provável dialeto de origem africana, possível "idioma das senzalas", como parte da cultura de resistência; a vida humilde e simples, tomada de profundo respeito pelo ecossistema dos cerrados, cuja região lembra uma paisagem das savanas africanas, começada nas trilhas por onde trafegam a pé ou em lombo de burro.

Vale dizer-se que a coincidência de paisagem florística, o modo de viver e de agir de Calunga, têm muito a ver com a ancestralidade africana, não havendo, aparentemente, nesse particular, nenhum choque entre a cultura daquela região e a chamada cultura ocidental, tratando-se de "coincidência" de caráter meramente ecológico-geográfica(16).

Assim, embora possam estar, de alguma forma, sofrendo influências da cultura euro-ocidental-cristã, no "espaço dos seus iguais", continuam mantendo e cultivando suas indefectíveis tradições africanas, fundados especialmente no princípio da oralidade, assim perpetuando a sua ancestralidade étnico e histórica, revivendo em quase tudo o que fazem na sua África: nos símbolos, na humildade da vida pacata e solidária; no rebuço na relação com o branco; no pendor para a música, em que se destacam os "cocos" e as "catiras"; nos rituais sagrados e nas danças guerreiras, como a sússia e o congo, por exemplo(17).

Revelam mesmo velhos documentos que em 1.760(18), os quilombolas daquela região já se organizavam através de aldeias mantendo reis e rainhas nesse extenso vale do Paranã, mantendo grande fluxo e refluxo de escravos(19), com suas roças e costumes em grande parte preservados e identidade étnica da qual ainda se orgulham(20).

Conforme aponta a pesquisadora Márcia Turcato, as casas são feitas de taipa-de-sopapo, ainda existentes:

"Uma mistura de barro com capim ou casca de arroz e as paredes são caiadas de branco como nas aldeias africanas. Elas são quase todas iguais, com duas portas e pequenos orifícios para a ventilação. Não há luz elétrica, nem qualquer tipo de encanamento. A luz nas casas sai do pavio de pequenas lanternas de querosene e a água é buscada diariamente nas minas da região, em potes de barro cozido feitos pelas mulheres. Tudo o que adquirem é de uso comum e nada do que possuem é supérfluo"; (...) ocupando-se de tarefas simples e essenciais, como pilar café e arroz, plantar, colher, preparar farinha e carne para assar, fazer fio de algodão, caçar, pescar e, principalmente, cuidar das crianças"(21).

Se alimentam essencialmente de arroz, mandioca e seus derivados; milho, carne de caça e pesca. Vítimas de analfabetismo geral, "nós queremos escola para não ficar bobo, para não ficar para trás", é o que desabafa dona Domingas, moradora do Vão da Contenda(22), reivindicando o que a comunidade negra tem plena consciência. As portas e janelas estão sempre abertas, deixando passar a conversa alta e as gargalhadas frouxas entre palavras que se misturam ao forró e à sussa, "...nossa vida é assim...nóis dança, tudo é simples e a gente preocupa para isto não acabar", é o que diz dona Procópio, em baixo tom de voz(23).

O texto a seguir transcrito, é bem o cenário do cotidiano de uma antiga organização quilombola:

"Os ranchos são divididos em cozinha, sala e quantos quartos forem necessários. Como cômodos externos os ranchos contam também com o curral e fábrica de farinha. Os móveis usados são poucos e se resumem em camas, bancos e armários de cozinha. As camas são feitas de galhos de pau-ferro que podem ser cobertos ora por um couro de vaca ora por colchão de plumas de aves. Quanto aos bancos compridos de quatro pernas, simplesmente toras de grossas madeiras colocadas no chão. Na cozinha a curiosidade fica por conta do fogão à lenha, que é construído de barro. Nas casas, uma característica marcante: a ausência de portas, mantendo assim um convite para entrar e usufruir da hospitalidade Calunga"(21).

A ausência de porta, á época dos quilombos, era estratégia, facilitadora de fuga; fogão, curral, camas, bancos, enfim, a comunidade estruturada e estabilizada, desde antigamente, causa "medos" e "perigos", podendo desgastar a hegemonia de reis e de seus representantes, como já acontecia contra o governador da Capitania goiana em 1760, Dom João Manoel de Melo, que, como Dom Marcos de Noronha um pouco antes, teve que dedicar grande parte do seu tempo, iniciado no final da década anterior, a combater e exterminar quilombos, não sendo exceção os do vale do Paranã, distinguido pelo de Calunga, localizado no sopé de serra homônima, cujos quilombolas, como seus remanescentes, também tinham seus ranchos e cultivavam suas roças, inclusive

bananais de longa duração, consoante revela texto de carta do governador, mostrando também que houve destruição e uma vigorosa resistência do quilombo, renascido:

"Eu só os pretos em que cuidado são os dos quilombos, que he huma das principais detruições d'esta capitania; agora me chega a notícia do bom sucesso que teve huma bandeira que mandei armar no Paranã a qual destruiu hum quilombo de mais de duzentos pretos foragidos, que já lá tinhamo bananaes e roças. O rei brigou valerozamente até perder a vida, a rainha foi preza com outras pretas, e já havia algumas crias"(25).

O texto mostra, também, a contínua rebeldia quilombola, o rei negro resistindo até a morte, culminando com a prisão da rainha e de muitos outros combatentes negros, cujos mortos podem passar de duzentos, embora não se possa quantificá-los somente com o dados desse documento. Revela, também, na resistência quilombola, a inegável contribuição do negro na elaboração da história social do Brasil, mesmo que construída a peso de sangue e genocídio.

Repousa sua economia, desde os anos de 1.760, quando já causavam transtornos às autoridades, na produção agrícola de subsistência e criação de gado, com pouca sobra para a prática dos pequenos negócios em conexões e relações comerciais com outros povoados(escambo ou troca). Na condição de posseiros, formam uma comunidade rural

essencialmente camponesa, ainda mantendo atividade agrícola de subsistência e economia possivelmente independente, como a da República de Palmares.

Segundo o jurista Juracy Batista Cordeiro, filho da região, "cultivam pequena plantação de arroz, milho, cana, feijão, mandioca e batata-doce", acrescentando, todavia, que:

"...os kalungueiros vivem essencialmente da pesca, da caça e da abundância de frutas que a natureza lhes oferece, tais como cocos de várias espécies (palmeira, xodó, licuri, piaçaba, cabeçudo, buriti, etc.), pequi, mangaba, araçá, murici de ema e murici do cerrado, caaita, caju, bacupari, puçá, pitomba, mutamba, cajá, cabo-de-machado, marmelada de bezerro, marmelada de cachorro, sangue de cristo, ramela de galinha, Maria velha, bruto verdadeiro, bruto cagão, ingá, cabelo de negro, angélica, baru e muitas outras"(26).

São, portanto, posseiros de terras sem delimitação, possivelmente por mais de 200 anos, onde trabalham coletivamente, sempre mantendo contatos com outras comunidades negras que também mantêm sua identidade étnica própria de que ainda mencionaremos; estando, recentemente, ameaçados de perdê-las, embora, teoricamente, já estejam protegidos, em primeiro lugar, pelo instituto da longa posse aquisitiva, geratriz do domínio pelo direito privado em caso da área pertencer a particulares; em segundo lugar, pelo

próprio direito político-constitucional recente, garantindo o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que:

"...aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a sua propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos", sabendo-se que o Estado, apesar da demora, está reconhecendo e legalizando a área em favor dos Calunga.

Por isso, em janeiro de 1991, o governo de Goiás, diante de alguns estudos e da pressão social, transformou em lei um projeto que define como "patrimônio cultural e sítio de valor histórico a área situada no vão do rio Paranã", elegendo como beneficiários os habitantes do sítio histórico, nascidos na área e descendentes dos africanos que criaram o quilombo que ali se formou no século 18".

Graças a esse trabalho, a "terra calunga" recebeu tombamento de âmbito constitucional, sob o fundamento de ser sítio detentor de reminiscência histórica de antigo quilombo, pelo menos teoricamente beneficiando as pessoas que lá nasceram, podendo, portanto, sem os riscos da atração turística e museológica, preservar os seus valores, conforme, aliás, diz a Lei estadual nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991, que estabeleceu os limites da área, chegando a proibir, inclusive, a construção

"...de obras que causem a devastação, a erosão e a poluição do meio ambiente, ameacem ou danifiquem o patrimônio cultural, a flora, a fauna, a vida e a saúde das pessoas", evitando, assim, a implantação e instalação, na área, de uma hidrelétrica que iria prejudicar enormemente as terras dos calungueiros.

Deles expõe a antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, em estudo recente:

"Trabalham a terra em grupos, plantando e colhendo o arroz, o feijão e a mandioca entre outros. Da mandioca fazem "excelente farinha que vendem nas fazendas, povoados e garimpos das redondezas, e, que junto ao arroz e feijão corresponde a todo seu comércio. Do produto compram "sal", querosene, alguma roupa", sendo que os agrupamentos circundantes a Calunga, da direita e da esquerda do rio Paranã, segundo a autora antes mencionada, denominam-se:

"Contenda, Barra, Riachão, Sucuriú, Curral da Taboca, Saco Grande, Tinguizal, Boa Sorte, Bom Jardim, Areia, São Pedro, Faina e Olho D'água; estando à esquerda, entre o rio das Almas e o rio dos Bois; Vão de Almas, Caiçara, Jataroba, Tarumã, Paranã, Saco, C. Mochila, Boa Vista, Lagoa, Volta do Canto, Córrego Terra Vermelha, Redenção, Congonhas, Altamira, Varge da Capela, Vargem, Ribeirão, Fazendinha, Taboca, Fazendinha, Maiadinha, Morro,

Buriti Comprido, Córrego fundo, Vargem Grande, Boa Sorte e Guarió"(27).

Em Goiás, dentre outros, ainda podem ser listados como possíveis remanescentes de quilombos: Arraial do Mesquita, em Luziânia; Arraial Negro de Santa Cruz de Goiás; de São Domingos e de Galheiros; "Morro Velho", de Morrinhos; Vão do rio Oção ao Canabravas, cabeceiras do Tocantinzinho; Brumado, entre Itaberaí e Goiás; Goianinha, de Palmeiras; "Água Limpa", em Faina, nas proximidades de Goiás, com negros plantadores de feijão; "Extrema", de Iaciara; comunidade do "Forte", em São João da Aliança; possível quilombo de Flores de Goiás; comunidades negras localizadas nas fazendas Olho D'água e Três Rios, em Posse, com maior densidade no povoado de Baco-pari; comunidade de Lavrinha de São Sebastião, em Jaraguá; e "Cerradão", Grunga e "Buracão, em Portelândia, no sudoeste(28); estando, todos, no coração da História do seu tempo.

NOTAS

1 - A presença de quilombos no vale do Paranã, além de outras informações, se acha referenciada em carta do governador João Manoel de Mello à sua Majestade Portuguesa, datada de 30 de dezembro de 1760. In Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, Tomo 84, Rio de Janeiro, Direção Dr.B.F. Ramiz Galvão, Imprensa Nacional, 1918, p. 79, conseguida através do historiador Paulo Bertran.

2 - Além de um córrego e uma serra onde se localizam e o que tentamos demonstrar no texto, o termo Calunga, Kalunga através da língua banta Quimbundo, apresenta sentido diversificado. Dentre outros: seres espirituais ou conjunto de Falange que vibram na Linha de Yemanjá(água) e cujo chefe é a entidade-guia Calunguinha; "religião de quilombo"; boneco ou boneca, em Pernambuco; "lugar de negro" ou "indivíduo preto", em Goiás e Santa Catarina; planta da família das Rutáceas(Simba ferrugínea) em Minas Gerais, Goiás e sertão da Bahia; ou no cerrado e na caatinga; Mar, Oceano, um rio afluente de Capororo e título de fidalguia na Jinga na África ocidental portuguesa; ratinho doméstico e ratoneiro ou camundongo em sentido figurado, na Bahia; calungueiro; cf. Rohan, Beaurepaire. Dicionário de Vocábulo Brasileiro, Salvador-Ba., 2ª edição, Liv. Progresso Editora, 1956, p. 62; Gudolle Cacciatore, Olga. Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros, Rio, 2ª edição, Forense Universitária, 1977, p. 76.

3 - Baiocchi, Mari Nazaré de. Calunga-Kalumba: universo cultural, Goiânia, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 11, janeiro de 1986, p. 82.

4 - Cacciatore, Olga Gudolle. Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros, Rio de Janeiro, 2ª edição, Forense Universitária, p. 156.

5 - Revista - Viva, Calunga! n. 1, Goiânia, dezembro de 1988, p. 5, jornalista responsável José

dos Reis, Nilton, Projeto experimental de alunos do Departamento de Comunicação Social Campus II-UFG, oferta do prof. Joãomar C de Brito Neto. Ver ainda: "Fugas, Quilombos e Comunidades Negras no Tocantins", cap. Resistência ao Escravismo.

6 - Assim como em Minas Gerais e em Mato Grosso, a fuga de escravos no nordeste e norte da capitania goiana, é um fato histórico habitual. Ver: "Fugas, Quilombos e Comunidades Negras no Tocantins", referenciado.

7 - A versão de que os Calunga viveram isolados e de que foram descobertos e identificados em 1981, constantemente divulgada na imprensa, é objeto de abordagem no texto. Quanto a mistura com os Avá-canoeiros, ver: Revista citada, p. 5; carta de João Manoel de Melo, citada; e Pedroso, Dulce Madalena Rios. Avá-Canoeiro; A História do povo invisível - Séculos XVIII e XIX", Goiânia, Dissertação em História das Sociedades Agrárias defendida na UFG em 23-03-1993.

8 - Cordeiro, Juracy Batista. Tutela do Patrimônio Histórico Cultural, Goiânia, Dissertação de mestrado em Direito Agrário, defendida na UFG em 1966, p. 73.

9 - Cordeiro, Juracy Batista. Op. cit. p. 71.

10 - Cordeiro, Juracy Batista. Op. ct. p.71.

11 - O autor referenciado ao prefaciara Racismo à Brasileira: raízes históricas, de Silva,

Martiniano J. da. em 3ª. edição, São Paulo, Editora Anita Ltda., 1995, p. 13.

12 - Leal, Ivana. Nos Costumes, uma parte da África. in Revista Viva, Calunga!, cit. p. 9. Ivana é membro do Movimento Negro Unificado(MNU), secção de Goiás.

13 - Baiocchi, Mari. Op. cit. p. 78.

14 - Informação obtida do professor e arqueólogo, Altair Sales Barbosa, da UCC. Ver ainda: Karasch, Mary. Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás, SP, Cia. das Letras, 1996, p. 240, org. João J. Reis e Flávio dos Santos Gomes; Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Ed. Cultura Goiana e Barão de Itararé, 1974.

15 - O assunto foi referenciado na página 78, do livro citado no texto. O jornalista Joãoimar Carvalho, divulgou o assunto pela primeira vez a nível nacional através de reportagem intitulada: "Serra goiana tem quilombo de 150 anos", publicada no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, edição de 23-08-1987. "Dos quilombos fez-se kalunga", em Goianidade, edição especial, Goiânia, dezembro de 1992, documentários 12-13. "No Vão (...)A solitária liberdade de uma comunidade negra", reportagem do jornalista José Sebastião Pinheiro, publicada no jornal "O Popular", Goiânia, 31-10-1993.

16 - É possível que os Calunga, termo que é também uma língua dos povos bantos, procedam de terras que correspondem hoje aos países de Angola, Moçambique e parte

da África do Sul. Ver: o texto e "Procedência Étnico-cultural na África", cap. Procedência Escrava.

17 - Revista Viva, Calunga! n. 1, citada, ps. 5 e seguintes, textos de: Léo Pereira, Karina Maria Serpa, Ivana Leal, Lúcia Fonseca, Márcia Almeida, Elisamara Soukef, Carla de Simone, Ernilandes Dias(Milão), Vânia Safioli, Paulo César, Patrícia Medalith, Márcia Almeida e Nilton José.

18 - Ver: Carta do governador João Manoel de Mello, citada, com parte do texto transcrito nesse trabalho.

19 - Cordeiro, Juracy Batista. Op. cit. p. 71 e seguintes.

20 - O amor dos Calunga devotado ao lugar, pode ser traduzido no que diz "seu" Elias, expressando o posicionamento da comunidade contra a Barragem de Furnas que, se instalada no local, poderia enterrar centenas de negros, causando um verdadeiro genocídio: "A gente vai tudo morrer nos últimos picos da serra". Ver ainda: Leal, Ivana. op. cit. p. 9-10; Fonseca, Lúcia. "Harmonia do Povo", Revista Viva, Calunga!, cit. p. 12-13; e Pereira, Léo. A Barragem de Furnas poderá enterrar 5 mil negros, um genocídio, Rev. cit. p. 7.

21 - Turcato, Márcia. A Nação Solitária, Revista os Caminhos da Terra, SP, abi 4, nº 3, edição 35, março de 1995, p. 13.

22 - Medalith, Patrícia. A serra reclama do analfabetismo geral, Goiânia, in Revista, Viva, Calunga!, cit. p. 28

23 - Leal, Ivana, op. cit. p. 10.

24 - Simone, Carla de. De portas e janelas abertas, Goiânia, Revista - Viva, Calunga!, op. cit. p. 24.

25 - Carta do governador João M. de Melto, de 1960, citada.

26 - Cordeiro, Juracy Batista. Op. cit. p. 71.

27 - Baiocchi, Mari. Op. cit. p. 82.

28 - Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Cultura Goiana-Barão de Itararé, 1974; Vieira, Emílio. Intersecção Goiás-Bahia, Goiânia, ed. Dec. 1971, ps. 29 e segs.

REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO CEDRO

O topônimo Cedro, que constitui a comunidade de um povo de origem africana do Município de Mineiros, sudoeste de Goiás, aparece na história como uma homenagem ao córrego que toma esse nome, às margens do qual havia uma mata ciliar de exuberante vegetação, formada, evidentemente, por árvores de grande porte, tais como: peroba, guariroba, jatobá e especialmente Cedro, da família das meliáceas (*Cedrela fissilis*), raiz da qual se origina o nome do córrego e daquele incomum povoado, justificando o gentílico **cedrino**, povo que ali chegou e passou a morar nos finais do século XIX(1), tornando-se natural de lá. Portanto, terra afetiva e profundamente entranhada de valores indelévels dessa comunidade que, até esta data, foi alvo de pouca atenção dos estudos de historiografia regional(2), e menos atenção ainda, dos estudos de resistência sócio-política dos escravos.

Nas raízes ancestrais, os cedrinos têm origem étnico-linguística e histórica, em maioria, provavelmente banto, cultura ainda presente na região através

das festas afro-brasileiras, destacadas pelas congadas e os moçambiques, comuns nos arraiais sudoestinos(3).

Descendem de escravos procedentes de Minas Gerais, com mais realce do antigo "Sertão da Farinha Podre", atual Triângulo Mineiro(4), de onde foram trazidos pelas famílias que ocuparam e povoaram o sudoeste de Goiás, principalmente as de Jataí e as que justificaram e ajudaram a fundar o Município de Mineiros, consoante, aliás, afirmávamos em 1974:

"Destaque-se que os negros escravos chegaram no Sudoeste de Goiás com os bandeirantes pioneiros do nascer do século dezenove, ainda sujeitos a muitos tipos de subordinação. Nessa condição, os últimos a chegar foram os cedrinhos, que vieram com os Carrijo de Rezende e os Teodoro de Oliveira de Minas Gerais. Pois sim, chegaram com os "Irmãos Carrijo", Joaquim Carrijo de Rezende, líder do grupo e posteriormente coronel da Guarda Nacional, Elias Carrijo de Rezende, que conseguiu ser major, e os mais novos, Caetano Carrijo de Rezende, José Carrijo de Rezende, Francisco Carrijo de Rezende, entreverados das mulheres (irmãs dos mesmos), Flávia, Zita, Maria Luiza e Carolina", acrescentando:

"Os cativos ajudavam na condução de uma guaiaca, balas de espingarda, um cinturão com bolsos de guardar dinheiro, um engenho de serra e alguns outros apetrechos. Vieram do chamado "Sertão da Farinha Podre", região que pertencera a Goiás, hoje Triângulo Mineiro.

Figuravam como cedrinos, Jerônimo Urso, Antônio Felício, Caetano dos Santos, Geraldo Silva, Zé Sabino e outros, que eram arrieiros da tropa e candeeiros de um velho carro de bois”(5).

Nos nomes de escravos, não consta o de Francisco Antônio de Moraes, apelidado “Chico Moleque” que, com os cedrinos e outros escravos ainda acentuados nas fazendas da região nos finais do século XIX(6), segundo seus descendentes(7), foi quem fundou e comandou o quilombo do Cedro, com remanescentes ainda existentes.

Note-se, aliás, que por volta de 1873, as terras de várias fazendas posteriormente formadoras do Município de Mineiros, adquiridas dos Vilelas de Jataí, já estavam escrituradas em nome das famílias Carrijo e Rezende, acima mencionadas(8), o que demonstra que os referidos fazendeiros já se encontravam na região, obviamente acompanhados por seus escravos, dentre eles os que ajudaram a fundar e organizar a comunidade do Cedro, próximo das nascentes e à margem esquerda do rio Verdinho, afluente do Paranaíba, onde, consoante informam velhos descendentes de escravos da região(9), o escravo Francisco Antônio de Moraes, o “Chico Moleque”, originário de Bonsucesso, em Minas Gerais, foi a mais resistente e firme liderança daquela comunidade. Contam também, que por sua garra e destemida coragem, trabalhando nas fazendas, conseguiu comprar a própria liberdade, a da mulher Rufina e a da filha, Benedita, que veio

a ser uma experiente parteira na região, onde a memória de Chico Moleque, continua viva no imaginário de seus descendentes; na remanescência de um esteio de bica e de um pé de café; na consistência de um mangueiral e na resistência centenária de palanques de aroeira, furados com verruma, ainda existentes na comunidade cedrina.

Pode se somar também como escravos, da mesma época (início de 1873), além de Chico Moleque, Caetano Francisco dos Santos, Geraldo Francisco dos Santos, Silvestre Francisco dos Santos, Jerônimo "Urso", José Sabino, Antônio Felício, incluindo-se, ademais, o pai do ex-escravo Luiz Pereira Sinfrônio, cognominado "Luiz Piuna", cujo nome não conseguimos detectar.

A bem dizer, os negros mineienses, onde os cedrinos são a maior referência, no contexto da História do Brasil, procedem realmente de Minas Gerais em sua maior parte; São Paulo, Nordeste, especialmente a Bahia e de Mato Grosso. Encontraram na região os "negros da terra", representados pelos ameríndios primeiros, os modernos e os contemporâneos, ainda existentes na consistente remanescência de sua cultura(10).

Segundo ainda os descendentes de "Chico Moleque"(11), foi ele, com a mulher Rufina, arrolado e descrito em inventário do qual saiu como herança para João Pantaleão de Moraes e Virgínia, fato no entanto a ser melhor esclarecido nos cartórios específicos de Rio Verde, Jataí e

Caiapônia. Tinha seis filhos: Geraldo, Rita, Benedita, Silvestre, Caetano e Jerônimo.

Os antecedentes dos cedrinos foram trazidos como escravos, "a pé", tangendo tropas ou conduzindo carro-de-boi, principais meios de transporte da época, que transportavam guaiacas, balas de espingarda, engenho de serra, a "traia de cozinha" e muitos outros apetrechos(12). Eram escravos dos Moraes, dos Mendonça, dos Silveira Leão, Quintiliano Silva, Vilela, Barros, Carvalho, Costa Lima, Franco, Gouveia, Goulart, Carrijo, Rezende, Oliveira e de outras famílias povoadoras da região a partir de 1820(13); assinalando-se que, apesar dos constantes protestos dos negros, prosseguiram comprando e mantendo escravos até as últimas décadas daquele século, comprando-os demercadores de escravos residentes na própria região(14).

A rebeldia escrava no sudoeste goiano, onde o Cedro se distingue, pode ter começado pela fuga no caminho entre essa região, com quase 80 mil km²(15), e o Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro. Pode, porém, ser demonstrada a partir de Rio Verde, onde, além do âmbito individual, suicidando, por exemplo(16), os escravos reagiram de outras formas, como a coletiva, fugindo e se organizando em uma comunidade, inicialmente chamada "Lugar de Negro" e, depois, com o desenvolvimento demográfico do Arraial, "Rua do Cerrado"(17), no norte da cidade, ainda no imaginário dos mais velhos; em segundo lugar, tendo a religião como elemento

catalisador. Por exemplo, para fugir do terrível "complexo de inferioridade", além do Juda dos moleques de rua, forja o Judas dos negros e dos mulatos escuros de que fala Roger Bastide(18), passando a representar Judas como um ser humano torturado por um Diabo negro, assimilado da cultura branca, livrando-se, todavia, da agressividade racial, por extremo que pareça. Outro meio, as festas coletivas: de Nossa Senhora do Rosário, da Abadia, dos congos e moçambiques, são a forma sutil de camuflar os seus valores, como os deuses, mesmo cultuando-as com enorme ruído, como aconteceu aos negros saberem da notícia da "abolição" da escravatura de 1888(19).

Em Jataí, território ainda mais conhecido de Chico Moleque, a hipótese de resistência dos escravos está evidenciada nas últimas décadas do século XIX, também de forma sutil e contínua, no espetáculo das tradicionais festas de outubro: Nossa Senhora do Rosário, congos e moçambiques, através das quais, os escravos evocavam seus deuses, reis e rainhas, assim enfatizadas pelo escritor Basileu Toledo França:

"7 de outubro. Um grupo de negros descalços, metidos em roupas coloridas em que predominavam o azul e o vermelho, cantava à porta do sobrado de Serafim de Barros, na festa de N.S. do Rosário. Na frente, o rei e a rainha dançavam alegres com requebros inigualáveis da raça, dentro de fantasias berrantes que brilhavam sob o sol da tarde. E na retaguarda viam-se os moçambiques em tecidos de

várias cores, trazendo guizos em volta dos tornozelos, que chocalhavam marcando o compasso da música, enquanto os congos a executavam monotonamente em sanfonas, violas, caixas e ganzás", acrescentando:

"Viva o rei

viva a rainha,

via a coroa de nosso rei"(20).

Em Santa Rita do Araguaia, também território sudoestino de Chico Moleque, anexado a Mineiros, a rebeldia escrava ainda pode ser notada na história, na geografia e na toponímica: "Córrego do Quilombo", no sul da cidade, local de um provável quilombo(21).

Em Rio Bonito, atual Caiapônia, onde o escravo encontrado bêbado ou jogando, era preso e entregue ao seu senhor(22), a pressão social emancipacionista fez com que por volta de 1880 já existisse, inclusive, a Sociedade emancipadora de escravos, com o apoio de vários cidadãos(23), que se cotizavam, ajudando a pagar, por "assinatura", a liberdade dos escravos, conquistada mais das vezes pelo esforço pessoal.

A comunidade do Cedro, com mais de 113 anos de existência, a nosso ver, não pode ser estudada, interpretada e compreendida fora dessa abrangência; não podendo, portanto, desvincular-se da dinâmica social emergente da sociedade regional e nacional; nem da memória e dos

atavismos culturais de sua longínqua África, comprováveis através de alguns fatores, tais como: a secular resistência de sua cultura, como a medicina popular, fundada em recursos farmacopeicos naturais e no princípio politeísta e mágico de suas crenças divinas(24); na forma sutil de camuflar internamente os seus deuses para preservá-los da imposição da religião católica e de outras de caráter oficial(25); na forma mais profunda de tratar, compreender e amar o seu burgo(26); não tendo o seu lugar de nascimento(Cedro) como algo isolado ou um mero sistema de acidentes geográficos, montanhas, rio, solo, etc., mas como um todo social-geográfico, a bem dizer, holístico, onde tudo o que existe e o que faz, constituem um único e mesmo todo, ali residindo sua mais consistente e coerente resistência, de que enfatiza Roger Bastide:

“O africano não separa o mundo material, como nós o fazemos, do conjunto dos valores que ocupam cada qual posição ecológica nesse mundo; ele não vê a colina como uma colina, mas como a morada deste ou daquele espírito, ou como o centro tradicional desta ou daquela cerimônia”(27).

A comunidade do Cedro, portanto, não pode ser compreendida apenas como um “bairro rural de negros” em Goiás, no “espaço dos seus iguais”, com as características mais recentes. É também, como ficou demonstrado, uma inequívoca resistência quilombola que se insurgiu contra a ordem hegemônica escravista imperial nos finais do século XIX,

pelo menos até que Chico Moleque adquirisse as terras ali localizadas em 1885; quando, também, segundo já mencionamos e afirmam seus próprios descendentes(28), conseguiu comprar sua própria liberdade, a da mulher Rufina e da filha, Benedita; havendo ainda, possivelmente, como estava muito em voga, a aquisição da liberdade de outros escravos das terras do lugar.

Cedro pode ser compreendido, pois, como um remanescente de um obstinado quilombo comandado por "Chico Moleque" até a aquisição da liberdade dos escravos e das terras. Configura, assim, mais uma resistência dos escravos no território do Brasil Central, forjada no contexto histórico da economia agropecuária e povoamento do Sudoeste de Goiás, iniciado por Itumbiara e chegado a Mineiros por volta de 1873, região onde os proprietários de terras e de escravos, já resistiam às notícias veiculadas pelos tropeiros de que a abolição dos escravos não demoraria(29), trazendo a imediata preocupação com a falta de trabalhador nas fazendas.

Chega assim o momento da "síndrome do medo" e da revolta dos fazendeiros contra a luta dos escravos e a sua iminente "liberdade", também defendida pelos abolicionistas da Província, como Antônio Félix de Bulhões, por exemplo, já referenciado em "História, Escravidão e Povoamento de Goiás", do capítulo Ocupação e Povoamento.

A revolta dos fazendeiros prendia-se a dois pontos básicos: falta de mão-de-obra escrava nos serviços das fazendas, causando prejuízos aos seus

proprietários; e a suposição de que os "libertos", sem a residência habitual e o serviço honesto, tornar-se-iam vadios e vagabundos, exigindo, inclusive, a construção de prisões para prendê-los. Esse sentimento de revolta, mais, ou menos acentuado, não é tão difícil de ser constatado, mesmo após a abolição de 1888. José Manoel Vilela, um dos principais fundadores de Jataí, revoltado com a iminente falta de trabalhadores, ao saber da abolição dos escravos, segundo o escritor Basileu Toledo França(30), teria proposto o envenenamento dos seus, sugerindo o fato ao amigo, também fundador de Jataí, José de Carvalho Bastos que, por sua vez, teria se negado. Embora tratado como assunto de "pé de página" e ainda possa depender de maiores esclarecimentos, o fato foi narrado pelo escritor e historiador anteriormente citado, da seguinte forma:

"Contou-me alguém que José Manuel Vilela, revoltado com a Lei Áurea mandou preparar um banquete envenenado e ofereceu aos ex-cativos, como presente de grego. Carvalho Bastos ao receber o convite para levar os seus, ordenou-lhes que nada tomassem ou comessem. Iriam por mera cortesia à casa de Vilela. Contudo, certo negro conhecido por Chico Librina, não se sabe porque, teria bebido um gole de cachaça e saiu com a mão no estômago, para cair morto na escada de tapiocanga, no largo da igreja. Com isto os companheiros se salvaram", acrescentando:

"A informação, pela sua gravidade e incoerência com as atitudes elevadas do fundador, exige comprovação".

Em edição anterior da obra citada, já narrando o contato de brancos com os negros da região, Toledo França(31), ainda em "pé de página", narra um caso de crime cometido por um negro chamado Pedro, ex-cativo, ocorrido nos finais do século XIX, contra mulher branca na fazenda Perobas, em Jataí, no qual Pedro, após ser preso e amarrado pelo pai da vítima na casa do "munjolo", recebeu a solidariedade de mulheres negras que, à noite, como diz o texto, "...soltaram o ex-cativo assassino", tendo sido capturado posteriormente por jagunço. Pedro era apaixonado por sua vítima que, mesmo através de gracejo, oferecia-lhe o corpo bonito em casamento.

Segundo princípio eclesiástico, no mundo tudo tem o seu tempo. A paixão, na sua insondável relação com a existência humana, também tem um tempo certo, e limitado; e às vezes trágico que, mesmo assim, não tira o direito de quem ama, de ser recompensado pelo amor da pessoa amada. Como mostra o texto abaixo transcrito, Pedro insurgiu-se e resistiu contra o desdém e a zombaria que ainda se faz contra os considerados abobalhados, em geral negros:

"Nem sempre o contacto de branco e negro redizia-se à iniciação sexual das molecas por sinhôs libidinosos. Acontecia também que os escravos mais afoitos ensinavam às brancas os segredos do amor ou por elas se

apaixonavam desastrosamente. A nossa crônica registra este fato doloroso: na fazenda Perobas de Tônico Vilela, existiam um crioulo abobalhado de nome Pedro, originário de Cuiabá, com quem Leocádia - filha do fazendeiro - prometia por gracejo se casar, em troca dos menores serviços. "Faça isto que eu me caso com você." "Pedro, vai buscar lenha que eu me caso com você." Durou anos a brincadeira. Quando Leocádia ficou noiva, o escravo sentiu-se revoltado e passou vários dias amolando uma faca velha, à espera de oportunidade para vingar-se. Certa vez, após esquentar o café para algumas visitas, a moça lhe deu a bandeja para lavar e Pedro, apanhando-a com a mão esquerda, esfaqueou a jovem no baixo-ventre, tentando fugir. Tônico Vilela correu, com os gritos da filha, e ajudado pelo velho Ovídio Baiano, deu-lhe pauladas nos rins e amarrou-o na casa do munjolo. À noite, tia Tomásia e outras negras soltaram o ex-cativo assassino, que só mais tarde foi capturado pelo jagunço Pequita e condenado a 30 anos de reclusão na capital de Goiás. Era 1901".

A comunidade cedrina, localizada a 5 quilômetros do centro-urbano de Mineiros, sempre manteve contínuas interações com os demais negros da região, especialmente de Jataí, constituindo contexto no qual também resistia ao regime servil, resistência, aliás, que ainda continua viva nos sentimentos e nas aflições das prováveis 300 pessoas do Cedro, na sua grande maioria descendentes de Chico Moleque, representando mais ou menos 2% da população do

Município que, segundo dados do IBGE, numa projeção mais recente, é de 34.248 habitantes, num espaço de 9.096,4 km², correspondendo a 3.77,2 habitantes por quilômetro quadrado.

A comunidade é dotada de característica especial. Representa uma situação diferenciada, talvez inédita no Brasil Central, possivelmente no Brasil e nas Américas. É que os cedrinos, como já foi mencionado, conseguiram fixar-se e residir em suas próprias terras, adquiridas por "escritura pública de venda e compra" através da ousadia e determinação de "Chico Moleque" ainda no século XIX, cujo documento transcrevemos:

"...uma escritura pública de venda e compra lavrada nas notas do escrivão de paz Antônio da Cunha Vasconcelos, da Vila de Jataí, termo e Comarca de Rio Verde, Província de Goiaz, de data de 28 de abril de 1885, em que Galdino de Moraes e sua mulher D. Izabel Cândida da Silva venderam a Francisco Antônio de Moraes (Chico Moleque) uma parte de terras da Fazenda Flores do Rio Verde, provinda de herança que tiveram de Vitória Maria da Conceição"(32).

Em finais do século XIX, mais precisamente em 1889, a Fazenda anteriormente citada, foi objeto de divisão judicialmente julgada, da qual saiu o quinhão pertencente aos cedrinos, então em nome de Francisco Antônio de Moraes, "Chico Moleque", assim descrito:

"...a partir da cabeceira do córrego Cedro, em rumo ao sopé do Córrego Coqueiros; daí a abaixo, no

veio d'água e em rumo ao lado oposto do rio Verde (carinhosamente chamado "Verdinho"), no lugar Capão; águas vertentes até a barra do córrego Pinguela e respectiva barra do Rio Verde, daí, indo pelo espigão mestre, em limites com o Córrego Cedro, ponto de partida"(33).

Assim, o **status** econômico dos cedrinos foi sempre diferenciado, sobretudo numa região onde ser proprietário de "terras rurais" implica (implicava) ser tratado com distinção, pelo menos até a expansão e efetivação do capitalismo industrial-desenvolvimentista no ecossistema dos cerrados em 1970, quando se começam a empobrecer, inclusive, os fazendeiros da região.

Não se sabe, porém, em detalhes, o tamanho da área primitiva pertencente aos cedrinos. Sabe-se, entretanto, que era bem maior. Alcançava o córrego Cambaúva e o hoje setor urbano de Mineiros, a partir de onde referidas terras foram separadas e bastante reduzidas, sabendo-se que delas restaram áreas para o Município, a Igreja e alguns particulares, havendo a suposição de que uma parte teria sido "grilada" ou, no mínimo, vendida de acordo com a velha esperteza comercial denominada negócio feito "na bacia das almas".

As casas de pau-a-pique, ou "taipa de sopapo" barreadas, são bem fixadas, rijas e sólidas. Contém sala, cozinha, quarto e o invariável terreiro de onde, em geral, se iniciam trilhas comunicantes com outros casebres e

as estradas de rodagem. Quase todas mantêm um "puxado", sem paredes, onde a mulher cedrina - que na tradição afro, é a própria mãe do Universo, cuida do vasilhame e diligencia outras atividades domésticas.

São provavelmente, 50 casas. Várias ainda mostram características do velho mucambo do Nordeste, ou da antiga choça, também chamada "casa de palha" ou choupana, mais uma possível característica da resistência dos povos negros(34).

É daquele velho mocambo de chão seco, duro e escarpado; de mobiliário humilde: cama de vara ou "isidoro de taboca", rede, mesa, banco de madeira, cadeira, acolchoados de palha, panelas, pratos, etc., que o cedrino se distingue, basicamente como mini-proprietário de terras, criador de mini-cabeças de gado, assim como dedicado e responsável trabalhador nas atividades agro-pastoris, particular no qual se iguala aos demais segmentos negros da região. Vaqueiro, arrendatário, parceiro, agregado e outras categorias clássicas de trabalhador rural, enquanto a criação extensiva do gado era a base econômica da região.

Quer dizer: mesmo como mini-proprietário de terras, o cedrino continua como fornecedor de mão-de-obra na cidade e no campo, dependendo essencialmente de fazendeiros, agropecuaristas e empresas rurais que dominam, controlam, movimentam e distribuem a terra e o que nela se produz.

Assim como ocorre com outros segmentos pobres e até com a "classe média", é visível o processo de empobrecimento econômico e sócio-cultural do cedrino. Suas terras são reduzidas cada dia mais, podendo se depauperar, erradicando assim os valores mais caros do povoado(35).

Por fim, continua a discriminação racial contra os cedrinos, como se não bastasse a social, a econômica, a política e a cultural. A primeira, possivelmente a pior, pode ser detectada de várias formas e através dos mais estranhos estereótipos. Nas pesquisas feitas desde a década de 1960(36), percebe-se ser muito comum, por exemplo, o segmento social dominante, de origem evidentemente branca, identificar e usar o cedrino como gradiente punitivo na educação dos filhos. Se o filho briga, ele lembra o cedrino criança, admoestando: "Quem briga é menino do Cedro". Se não toma banho, adverte: "Quem fica sujo é criança do Cedro".

Enfim, costuma associar o "que não reza", o "feioso", o "preguiçoso", o "malcheiroso", etc., ao menino do Cedro. Aliás, a expressão, "tá parecendo negro do Cedro", usada pelos adultos como ofensa a alguém em diálogos ou discussões - comum entre casais, entre pais e filhos e entre outros segmentos sociais - mostra que o cedrino ainda é visto como uma espécie de ingrediente maldito ou uma representação simbólica, nociva e até trágica do demônio.

NOTAS

1 - Até que se prove o contrário, a origem das terras dos cedrinos, é a escritura pública de venda e compra lavrada nas notas do escrivão de paz Antônio da Cunha Vasconcelos, da Vila de Jataí, termo e Comarca de Rio Verde, Província de Goiás, data de 28-04-1885, em que Galdino Gouveia de Moraes e sua mulher da. Izabel Cândida da Silva venderam a Francisco Antônio de Moraes, Chico Moleque, uma parte de terras da fazenda Flores do Rio Verde, provinda de herança que tiveram de Vitória Maria da Conceição, cf. fls. 6 e 73 dos Autos de Ação de Divisão da fazenda mencionada, requerida em 26-09-1895, do Cartório do 2º Ofício de Mineiros.

2 - Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Editora Cultura Goiana e Barão de Itararé, 1974, primeiro livro, a abordar e focalizar o Cedro e outras comunidades remanescentes de quilombos em Goiás. Ainda: Baiocchi, Mary. Negros de Cedro, São Paulo, Ática, 1983, onde

a comunidade é vista como objeto de estudo antropológico de tese acadêmica representando um "Bairro Rural de Negros em Goiás", sem o caráter de resistência sócio-política ao sistema, nem o de remanescente de quilombos.

3 - O Sudoeste goiano é rico de manifestações afro-brasileiras, embora pouco estudadas, tendo destaque especial as festas de N.S. do Rosário, da Abadia, Santo Reis, onde se inserem as congadas e moçambiques, com origem banto, ainda frequentes em Jataí, Rio Verde, Caiapônia e outros municípios.

4 - Silva, Martiniano J. da. Op. cit. p. 89-91. ainda: França, Basileu. Pioneiros, Goiânia, DEC, 1972. O sul e sudoeste de Goiás, foram povoados a partir do século XIX essencialmente por fazendeiros mineiros que traziam escravos.

5 - Silva, Martiniano J. da. Op. cit. p. 89-91. Idem, Traços da História de Mineiros, Goiânia, Gráfica O Popular, 1984, p. 35. Informações obtidas especialmente de Salatiel Alves Rodrigues, entrevista com data de 20-11-1968. Salatiel, pertencia a família Carrijo e Rezende. Tinha memória privilegiada e idade superior a 70 anos ao ser entrevistado.

6 - Segundo mapa da população escrava de 13 municípios da Província de Goiás de 1885, Rio Verde tinha 758 escravos, 367 masculinos e 401 do sexo feminino, com 663 matriculados; Caiapônia(Rio Bonito), 315, 114 masculinos e 101 femininos, 254 matriculados. Cf. Arquivo Histórico de

Goiás, AHG, Goiânia, Pasta 1, Escravos. Jataí e Mineiros não aparecem. Em Jataí, porém, segundo Basileu T. França, op. cit. p. 218, na "abolição" de 1888, o fazendeiro José Manoel Vilela ainda mantinha 10 escravos; Serafim de Barros, 25 escravos; e José de Carvalho Bastos, 25 escravos.

7 - Leopoldino Antônio de Moraes, Belmiro Antônio de Moraes, José Umbelino Pio, João Antônio Simão, o "João Raposa", Maria Caetano, José Caetano, Gabriel Caetano, José Caetano, "Mantena", Romana, descendentes de "Chico Moleque", entrevistas feitas em 3, 4, 8 e 10 de março de 1968, no Cedro, quando elaborava o livro Sombra dos Quilombos.

8 - Livro 3, fls. 74, do Cartório do Primeiro Tabelionato, de Jataí, 1873.

9 - Entrevistas com os descendentes de Chico Moleque, citados.

10 - Ver: "Ameríndios Primeiros", do capítulo Ocupação e Povoamento, mostrando a existência humana de 11 mil anos na região; Silva, Martiniano J. da. et ali, Dias da Costa, Josias. Mineiros: Terra e Povo, Mineiros, inédito, capítulo, "As Tribos Indígenas", p. 5.

11 - Ver: Descendentes de Chico Moleque, citados. Informação prestada especialmente por Leopoldino Antônio de Moraes, Belmiro Antônio de Moraes e "Mantena".

12 - A informação foi prestada por Salatiel Alves Rodrigues, citado; Eudóxia Francisca Rezende

Cunha, neta de Joaquim Carrijo de Rezende, um dos fundadores de Mineiros. Entrevista de 23 de março de 1975. Lembra que vários escravos que acompanhavam os Carrijo de Rezende eram designados "ventre livre", dentre outros: Ambrósia, Cristino e Luiz Piuna, ainda criança.

13 - Campos, Onaldo. Rio Verde Histórico. São Paulo, Edigraf, 1971, . p. 81/82; França, Basileu. op. cit; Silva, Martiniano. Op. citadas.

14 - A compra de escravos pelas famílias referenciadas era frequente e comum. Está evidenciada nos documentos constantes dos livros 2 e 3, do Cartório do Primeiro Tabelionato de Notas, de Jataí, ano de 1873 e seguintes.

15 - França, Basileu Toledo. Sudoeste: Tentativa de Interpretação, Goiânia, Tip. O Popular, 1959, p. 13.

16 - Brandão, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás, Brasília, Ed. UNB, 1977, p. 60; O suicídio é uma forma de resistência à cultura do branco, e é a forma mais apreciada pelos fracos; foge-se ao contato opressor refugiando-se na morte". Ver: Bastide, Roger. As Religiões Africanas no Brasil, SP, Trad. Maria Eloísa Capellato e Olívia KRAHENBUHL, 3ª edição, Liv. Pioneira Editora, 1973, p. 119.

17 - Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, cit., p. 79.

18 - Bastide, Roger. Op. cit. ps. 117/118.

19 - Campos, Onaldo. Op. cit. ps. 81/82. Segundo esse autor, a notícia da abolição chegou a Rio Verde somente em junho. E "os escravos só vieram a saber do acontecimento quando um dia os libertos passeavam na cidade e lhes foi dado a nova. Os negros fizeram festas e alvoraçaram muito. Festejaram com o maior ruído".

20 - França, Basileu Toledo. Op. cit. p. 192/193. Segundo esse autor, as festas dos negros eram tão bem organizadas e divertidas, que muitos brancos pediam-lhes permissão afim de tomarem parte nelas. Vide: 1ª edição, op. cit. p.197.

21 - O quilombo de Santa Rita do Araguaia continua no imaginário dos mais idosos e no Topônimo: "Córrego do Quilombo". Osvaldo de Melo, advogado, filho do Município, lembra-se do velho povoado. Segundo o pesquisador Binômio da Costa Lima, "Meco", os remanescentes desse quilombo permaneceram no local até a década de 1940, quando foram afugentados para as margens do rio Babilônia, afluente do Araguaia.

22 - Artigo 8º do Código de Posturas de Rio Bonito(Caiapônia), cf, Resolução n. 135, de 2 de agosto de 1875. Dados obtidos do advogado e escritor, Eurico de Souza.

23 - Código de Posturas de Rio Bonito, citado. Membros do "Ferro do Rio Bonito" que

participaram da Sociedade Emancipadora: Antônio Fco. Mendes Machado, João Sustério Ribeiro, João J. Medeiros, João Domingos de Medeiros, José de A. Pimenta, Adauto Félix M. Maia, José do Carmo G. de Andrade, Manoel Ignácio de Andrade, Joaquim de P. e Silva, Manoel Antônio Rezende de Sá, Manoel C. S. Sobrinho, Francisco M. de Andrade, Francisco G. Veado, Antônio José Vilela, João José Faria, Eliziário J. de Faria, José Vilela Junqueira e Carlos Gomes da Fonseca.

24 - O uso da medicina popular no Cedro, baseada nas plantas locais, é tradição africana, passada de pai para filho e assim sucessivamente. Lucely Moraes Pio, neta de Maria Caetano de Moraes e João Simão, tataraneta de Francisco Antônio de Moraes, o Chico Moleque, aprendeu tudo com os seus antecedentes. É agente de saúde e a principal coordenadora do Projeto "Centro Comunitário de Plantas Mediciniais" - Comunidade do Cedro em parceria com a Fimes, Fundação Emas, PPP e Comunidade do Cedro, ora sendo implantado.

25 - Moura, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro, São Paulo, Editora Anita Ltda., 1994. p. 181. São comuns as danças afro-brasileiras na região.

26 - Burgo, no Cedro, a nosso ver, toma o sentido de: Patrimônio histórico-cultural de valores indelévels.

27 - Bastide, Roger, op. cit. p. 120.

28 - Descendentes de escravos já citados, ressaltando-se as informações de dona Romana e de

Maria Bárbara de Moraes, neta de Chico moleque. Entrevista datada de 25-03-1968, no Cedro.

29 - Ver: Goulart, José Alípio. Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil, Rio de Janeiro, Conquista, 1961. França, Basileu, op. cit. p. 216 e segs.

30 - França, Basileu Toledo. Pioneiros. S.J. do Rio Preto, São Paulo, Tipografia "Irmãos Giovinazzo", 1954, p. 220-221. Com relação à preocupação com a cadeia e prisão dos escravos, ver: op. cit. em 2ª edição, Goiânia, DEC, 1972, p. 216/218.

31 - França, Basileu Toledo. Op. cit. p. 199/200.

32 - Escritura de venda e compra das terras do Cedro, citada no item "1".

33 - Cf. Processo divisório da Fazenda Flores do Rio Verde, fls. 264, no arquivo do Cartório do 2º Cível e Anexos, de Mineiros. Note-se que os negros do Buracão, Grunga e Cerradão, no Município de Portelândia e de Mineiros, como os Botelho de Rezende, por exemplo, também adquiriram terras na região.

34 - O termo "mocambo", pode tomar vários sentidos: "esconder", "buscar a liberdade", inclusive para as danças religiosas dos escravos. Ver: "Origens e Significados da Palavra Quilombo", do 1º capítulo.

35 - O processo de empobrecimento do cedrino, passa também pela questão da mão-de-obra que, além de atingida pela especialização técnica, sobre a concorrência do

aumento da pobreza que tem como causa essencial a distribuição injusta da terra e de suas riquezas. Assim, a expansão do capital nos campos do Brasil Central piorou a vida dos pobres, inclusive dos pequenos e médios proprietários. O Sudoeste goiano, pedaço desse maciço central, também é polo irradiador dessa síndrome.

36 - Dados obtidos quando escrevíamos "Sombra dos Quilombos", década de 1960. Nesse particular, entrevistamos em 28 abril de 1969, no Cedro, Maria Caetano, José Umbelino Pio e dona Romana. No centro urbano, em 23-04-1970, Salatiel Alves Rodrigues e Antônio Getúlio da Silva, "Tonico Corredeira. Em 2-06-1973, Ismael Alves de Brito e Pedro Advíncula da Cunha. Em 21-07-1973, Otalécio Alves Irineu.

FUGAS, QUILOMBOS E COMUNIDADES NEGRAS DO TOCANTINS

Na parte sul e sudeste da Comarca do Norte da Capitania de Goiás, território recentemente transformado em Estado do Tocantins(1), sempre discriminado pela "história de sul" e "de litoral" e com a área provável de 286.706 km², o escravismo contra o negro de origem africana está presente já nos finais do século XVII, figurando a criação de gado como sua primeira e principal atividade no ciclo histórico da economia tocantina(2), que se prolonga nos séculos seguintes como atividade econômica básica na qual a presença do escravo negro não tem as mesmas proporções da que se verifica algumas décadas depois na economia do ouro. Os sertões do Sul do Tocantins, desde aquela época, estavam ocupados com fazendas de gado vindo do Nordeste, pela picada da Bahia e o Vale do São Francisco do qual pequena área já se inseria no território goiano(3).

A atividade pastoril, assim como a roça de subsistência, chegam a coexistir com o ciclo

mineratório iniciado na terceira década do século XVIII(1734), notando-se que já em 1783, existiam, nas margens do Paranã, 160 fazendas de criação, que produziam, anualmente, 15.000 cabeças de gado vacum e 800 cavalares, "ocupam-se no benefício e costeação delas mais ou menos 280 escravos além dos vaqueiros e assalariados"(4).

Isso mostra que na lida do gado, além dos escravos, havia outras categorias sociais evidenciando a divisão de classes e o conflito entre os senhores e os agregados, que nada possuíam de seu, em geral ex-escravos, vivendo precariamente nos terrenos alheios(5); os senhores e os camaradas, quase sempre de cor parda, espécie de trabalhadores livres mas aparentemente submissos ao senhor que os contratou; e o senhor e o trabalhador livre propriamente dito, o vaqueiro, a quem era entregue o rebanho através do sistema de quarta, vendo-se assim que empregava-se tanto o trabalhador escravo como o livre(6).

Não se tem dúvida que bandeirantes do sul também palmilharam aqueles sertões desde o século XVII em busca de índios para prear, transformando ditos sertões em mais uma grande rota de passagens de aventureiros e dos que ajudavam a garantir o território português e a descobrir minas de ouro, praticamente em nada contribuindo para a colonização do antigo Norte de Goiás.

É, pois, o criador de gado e seu curral dos finais do século XVII que começam a fincar

sentimentos telúricos tocantinos no médio e baixo rio Paranã, fenômeno que também acontece no atual norte e nordeste de Goiás onde, de tão forte a lida do gado, às vezes reduzida a pequeno número de cabeças bovinas e alguns cavalos, chega a transformar Formosa da Imperatriz em "Arraial dos Couros", tendo como principais trabalhadores o escravo negro e o mulato de diversas procedências, predominando, provavelmente, os que passavam pela célebre "picada da Bahia" e o vale do São Francisco, para lida do gado ou do ouro, deles observando Luiz dos Santos Vilhena o seguinte:

"É evidente que por esta picada da Bahia muitos foram os que passaram: alguns negros, escravos fugidos, vieram ter ao Vão do Paranã e talvez por terem achado ouro, ali estabeleceram-se em um povoado, sob a invocação de Santo Antônio"(7), futura povoação de Couros, hoje, cidade de Formosa.

Assim, não se pode aceitar como absoluta verdade a tese de Nelson Werneck Sodré, seguida por A.P. Guimarães, segundo a qual a fazenda de gado dispensou o trabalho escravo em virtude de fatores como a ausência do proprietário, a impossibilidade de vigilância contínua e direta, o número reduzido de braços necessários, enfim, o próprio sistema de produção(8). Isso não ocorreu no Brasil Central; nem na sua área tocantina de fase colonial e imperial. O insofismável, segundo Jacob Gorende:

"é que, por toda parte, embora em grau variável no tempo e no espaço, as fontes históricas demonstram incidência de características escravistas na pecuária brasileira"(9).

Portanto, simultânea à precária lida do gado, é que surge no centro-sul tocantino, na terceira década do século XVIII de que falamos(1734), o ciclo econômico da mineração do ouro, trazendo um grande impacto social, econômico e político ao se efetivar a segunda forma peculiar de escravidão na região, a modalidade "urbano-aurífera", forjada em nova sociedade e dotada de organização social ainda mais rígida e regime de trabalho indiscutivelmente pior, tendo como trabalhador principal o escravo negro. É assim que se inicia o povoamento urbano mais antigo de toda a margem direita do Rio Tocantins onde surge a maioria das cidades decorrentes da economia do ouro no século XVIII: Almas, Arraias, Natividade, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Porto Nacional(antigo Porto Real e Porto Imperial) e Monte do Carmo onde, de tamanha a ostentação de luxo e riqueza no período mineratório, mesmo os padres as praticavam e delas faziam bom uso, informando a crônica histórica que chegavam a se assentar em liteiras suntuosas carregadas por escravos, como ocorreu, por exemplo, com o padre Luiz da Gama Mendonça:

"Nos domingos e festas, paramentava-se em casa, enquanto do arraial chegavam numerosos, cavaleiros, amigos e adutores. O padre tomava assento numa

liteira suntuosa carregada pôr cativos. E assim escoltado, dirigia-se para o templo", acrescentando dita crônica que:

"...ao appear do adro, puxava uma vasta tabaqueira e oferecia aos acompanhantes do brilhante cortejo uma pitada, não de tabaco, mas...de pó de ouro"(10).

Esse sinal de opulência, como também ocorre na parte sul da Capitania de Goiás, não aparece com frequência na mineração tocantina, caracterizada pela predominante mineração de cascalho, que extraia ouro de aluvião; não sendo também frequente a "mineração de morro", onde os escravos perfuravam montanhas através de galerias ou cortavam-nas perpendicularmente, só se encontrando referências desse tipo de mineração em Cocal e Natividade(11), onde os escravos, diante do peso do serviço e do mau tratamento, morriam afogados, soterrados, asfixiados pelos gases de "ambientes" subterrâneos, consoante demonstramos em "Dureza do Trabalho e Violência contra os Escravos", só tendo como opção a morte ou a fuga, às vezes desordenada, pessoal ou coletiva, fato revelador de sua constante rebeldia naqueles recuados sertões onde esse povo, escravo ou não, predominou na atividade mineratória no mínimo por sessenta anos.

A distribuição do escravo acompanhava obviamente o descoberto aurífero. Quase três mil deles(2.933), em 1.733 já estavam distribuídos ao longo dos núcleos mineradores do norte, alguns ora em território goiano e sua

maioria no Tocantins: São José do Tocantins, São Félix, Traíras, Natividade e pequenas povoações de arredores; havendo naquela Intendência do Norte em 1.737, 5.960 escravos; diminuindo-se em 1.738, para 5.128 escravos; em 1.740, estão em São José do Tocantins 2.666 escravos; 4.321 em São Félix e ainda mais em Arraias: 3.619 escravos, parte vinda pelas fronteiras do Norte. Em 1.742, São 3.817, no Tocantins, 1.165 em São Félix, 1.010 em Natividade e 970 em Arraias(12).

Novos dados só aparecem em 1.748, mostrando 2.936 escravos em Tocantins; 1.721, em São Félix e 223 em arraias. Em 1749, estão 3.191 em Tocantins, 1.017 em São Félix, 1820 em Natividade e 229 em Arraias. Segundo a fonte de que nos valem, uma análise mais circunstanciada da distribuição de escravos somente será possível a partir da década de oitenta, com o ouro já em declínio(13).

Cidades como São Félix, Natividade, Carmo e Arraias, onde os quilombos mais davam trabalho aos portugueses, ainda em 1780, por exemplo(14), tinham população superior a 70% constituída de negros, numa região em que a presença desse povo nos demais arraiais auríferos nunca esteve abaixo de 45% da população, estando os brancos quase sempre em minoria, além do mais, muito distantes das forças coloniais militares, sediadas no litoral, assim facilitando as sublevações dos escravos. Aliás, no particular da Comarca do Norte (1.809), todas as cidades derivadas da economia do ouro, mantiveram no século XVIII, no XIX e até o presente, um índice

populacional predominantemente negro(15). Note-se que a mais recuada descrição topográfica e demográfica de Porto Real, atual Porto Nacional, que chegou a cabeça de Julgado, incluindo em sua enorme jurisdição os Arraiais de Pontal, Carmo e a Vila de São João das duas Barras, até 1819, mantinha uma população preponderantemente negra, assim representada pelo cientista Johan Emanuel Pohl:

Branços casados.....	18
Branças casadas.....	19
Branços solteiros.....	52
Branças solteiras.....	12
Negros livres casados.....	25
Negras livres casadas.....	30
Negros livres solteiros...	170
Negras livres solteiras...	204
Mulatos casados.....	50
Mulatas casadas.....	26
Mulatos solteiros.....	128
Mulatas solteiras.....	225
Escravos.....	625
Total.....	1.857(16).

Nessas categorias preponderantemente negras, devem ser somados uns dez soldados da guarnição,

alguns remadores do porto do rio Tocantins, o padre, eventualmente, vendo-se que os escravos expulsos da mineração em decadência ainda são 635. A atividade econômica básica já é a cultura de algodão de boa qualidade nas férteis margens do rio Maranhão, além de fumo e mandioca, cultivando-se também a cana de açúcar, para o fabrico de rapadura e cachaça, a criação de pequeno rebanho, tudo feito pelo braço escravo, negro e mulato, que nunca deixaram de se rebelar contra o "cativeiro" e contra o sistema que os mantinha, solapando em silêncio os recursos do patrão, através do trabalho lento, dos roubos e fugas para os quilombos(17).

Essa predominância de rebeldia escrava e de população negra no centro sul Tocantino começa, aliás, no atual nordeste e norte de Goiás, no alto vale do Paranã onde também se fixa uma das regiões de maior incidência de população negra, de refúgio, de fugas de escravos e de formação de quilombos do Brasil Central, ainda presente, inclusive, nos remanescentes de quilombos existentes no Vão das Almas, Vão dos Moleques, de Contenda e de Calunga, com cerca de 2 mil negros(18); assim como as montanhas vizinhas, como a serra do Mocambo e por intermédio de grande maioria do povo de Flores de Goiás(19), Niquelândia (São José do Tocantins), Teresina de Goiás, da peregrina Muquém e de Monte Alegre de Goiás(antigo Chapéu)em Goiás; de onde se alonga para o norte, ora sul tocantino, através de Cavalcante, São

Domingos, Arraias, Paranã, natividade, etc., ainda mantendo expressiva presença da cultura afro-brasileira.

Nesse contexto, as alternativas dos escravos resistindo ao escravismo haveriam de ser diversas(20), dentre outras, a resistência do dia-a-dia: furtos, roubos, abortos, sabotagens, chamadas resistências provocativas, no âmbito criminal; o trabalho em hora-extra, na mineração; as formas extremas pelo assassinato, suicídio, revoltas, a fuga em canoa ou congêneres, para o Pará e outras regiões; a fuga para os matos onde se organiza em quilombos; a fuga para os matos onde faz roça de subsistência; a fuga para os ofícios urbanos, onde consegue diversas ocupações(21), etc., etc.

A fuga, característica inerente à escravidão, era apenas o primeiro estágio da consciência rebelde do escravo que, obstinado, naquele momento já expressava e refletia um protesto contra a situação em que estava submerso. O segundo estágio, já era a socialização desse sentimento, restando como consequência, a sua organização com outros negros fugidos e os demais segmentos sociais oprimidos, surgindo assim no Tocantins, como já se verificava pela Colônia afora, o quilombo como sociedade alternativa ou paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial que, segundo Clóvis Moura(21), constituía a sociedade maior e institucionalizada.

Diante da dureza do trabalho e das constantes forças de repressão praticadas por bandeirantes caçadores de quilombolas, agentes de governos da Capitania, como o capitão-do-mato, que recebia ordenado a ouro para capturar negros fugidos e até da repressão dos indígenas Xavante e os Caiapó por certa época(23), os escravos - assim como nas demais áreas do Brasil Central - só tinham mesmo duas opções: permanecer "escravo" ou ser "negro fujão", odiado mas livre. A fuga de canoa ou jangada, por exemplo, era facilitada pelo grande rio Tocantins a norte, ligado a inúmeros afluentes, através do qual muitos escravos fugiram para o Pará, Amazonas e provavelmente as Guianas, dizendo uma fonte história que:

"Os primeiros não-índios a navegar todo o curso do Tocantins" foram três negros fugidos das minas de Goiás. em 1723"(24).

Esse foi apenas o começo de um longo período de fugas de escravos, acentuada na mineração, formando quilombos no solo tocantino; ou fora desse território onde já contactou com escravos de Grão-Pará, por exemplo, região da qual, partindo especialmente de fazendas, o escravo também fugiu tomando diferentes direções: sertão do meio norte, as florestas paraenses e o planalto central onde teve como primeiro local de refúgio as terras tocantinas, assim como as goianas e mato-grossenses nas quais, além de ligações pelos rios Araguaia, Tocantins e o Guaporé, também houve um razoável

comércio de escravos com o Maranhão e o Pará, segundo dissertamos em "Procedência Histórica: fluxos de escravos".

Assim, qualquer ajuntamento de negro era suspeito, exigindo a imediata repressão oficial onde tinham destaque as corporações especiais que regiam os capitães-do-mato existentes em Goiás desde o início do século XVIII, com jurisdição evidentemente no Tocantins de acentuada população escrava. No Grão-Pará, uma dessas corporações foi criada em 3 de julho de 1841, consoante a Lei n. 99, da mesma data, governando a Província o vice-governador, Sr. Bernardo de Souza Franco. De tão frequentes as ligações de escravos de Mato Grosso e Goiás com o Pará, as canoas que iam dessa região tiveram que ser inspecionadas, estabelecendo o artigo 4º da lei citada o seguinte:

"Os capitães-do-mato em seus distritos ficam obrigados a inspecionar as canoas de Goiás, e Mato Grosso, que tiverem de regressar desta província para aquelas, e poderão reter os escravos, que jamais levarem as mesma canoas `vista da relação das pessoas vinda, salvo o caso de haver títulos de compra, ou troca"(24).

Fica claro que, além das "fugas internas", formando quilombos, o espírito associativo do escravo negro tocantino ia bem além do seu vasto território onde as fugas e ligações com outros escravos, índios e demais excluídos, também eram frequentes.

A liberdade do escravo e a busca do reencontro de sua condição humana e dos seus descendentes, foram também perseguidos, inclusive através da prática de pequenos roubos acumulados e pelo trabalho em horas-extras na mineração, conforme já demonstramos em "História, Escravidão e Povoamento de Goiás" e no capítulo "Resistência ao Escravismo". Foi assim que o escravo conseguiu ouro como preço de sua liberdade, às vezes pela estratégia da "quartação", justificando cartas de alforria, testamentos e outros documentos muito comuns nos cartórios e arquivos históricos da região e outras áreas do Brasil Central, quase sempre, porém, analisados e interpretados como se não fossem conquistas dos escravos. Aliás, a própria historiografia regional comprova que os pequenos "roubos" acumulados e as horas-extras fundamentaram conquistas dos escravos:

"Contudo, a vida dos escravos nas minas, embora tão desolada, encerrava uma esperança maior do que as das outras regiões: a de conseguir para si, ou para seus descendentes, a liberdade. Mediante pequenos roubos acumulados, ou trabalhando horas extras em benefício próprio, eram bastantes numerosos os escravos que conseguiam reunir em ouro o preço de sua liberdade. Para as escravas, eram igualmente mais fácil(?), nas minas, conseguir para si e seus filhos, fruto da união com seus donos, a carta de alforria. Os 120 alforriados e mulatos registrados na capitação de 1.741

tinham crescido em 1.804 até 23.577, deles 7.992 negros livres e 15.582 mulatos”(26).

Como no Brasil Central afora, a formação de quilombos no Tocantins tinha como causas essenciais os maus-tratos e as agruras do trabalho excessivo e desgastante nos arraiais mineradores onde as punições injustas eram frequentes. Além disso, ainda admitimos como fatores favorecendo em larga vantagem a articulação e a formação de quilombos na região: os esconderijos naturais, como os do vale do rio Paranã; suas montanhas vizinhas, como a serra do Mocambo; o “isolamento geográfico” mantendo pouca população branca; as longas distâncias e o reduzido número de feitores e capitães-do-mato.

Contudo, a geografia dos quilombos ainda não foi bem definida e quantificada na terra em que se vivia “à sombra deles”!... Identificá-los, portanto, sobretudo os de menor densidade demográfica, é o desafio dos pesquisadores, que, no Tocantins, só têm como melhor rota o vale do rio Paranã de que já falamos.

Seguindo essa rota e o que dizem os documentos mais antigos(27), no Tocantins os quilombos do século XVIII, alguns com prolongamento ao século XIX, floresceram especialmente nos arraiais mineradores de São Félix, Natividade, Arraias e Cavalcante de onde se embrenhavam sertão a dentro.

O quilombo mais ao norte, que possivelmente tinha laços com os fugitivos das vilas mineiras da região do Tocantins, estava localizado em Pederneiras, ao norte de Alcobaça e da atual cidade de Marabá(28), no Maranhão, constando que os negros fugidos eram comandados por uma mulher.

Quilombo na região do "Bico do Papagaio", localizado entre os rios Araguaia e o Tocantins onde os negros se escondiam nas densas matas da região e que, ao longo do rio do Sono, chegou a ganhar o nome de Mumbuca, designativo indígena de uma espécie de Abelha(Melipona capitata). Essa comunidade quilombola, com remanescentes ainda existentes, já começa a sofrer as primeiras influências da expansão capitalista regional. Karasch diz a seu respeito o seguinte:

"A comunidade negra de São Sebastião no Bico do Papagaio "talvez foi" um quilombo, segundo tradição oral por nós colhida no Estado do Tocantins em julho de 1994"(29).

O Quilombo de São Félix, onde houve até Casa de Fundição, ainda não tem existência claramente identificada. Mas segundo Palacin, na mineração da Capitania goiana, onde a do norte foi das mais ricas, "...não há, praticamente, arraial sem sombra de seu quilombo"(30). Além disso, a chamada "chapada dos Negros", ficava justamente a leste de São Félix e sul do Duro, perto da atual cidade de

Arraias, onde ainda estão os últimos vestígios de "um grande povoado" e a "informação oral" de "uma revolta entre brancos e pretos"; bem como a de um quilombo existente em 1761, combatido por índios, possivelmente forçados, emprestados pelos padres jesuítas a "certo homem"(31).

Quilombos do Paranã, também chamados do vale de rio homônimo. Realmente são vários e com eles muito se preocuparam os governos, especialmente Dom João Manoel de Melo por volta de 1760(32). Eram quilombolas agricultores e estavam situados em terras férteis, propícias à agricultura nas quais plantavam inclusive bananais. Parte desses quilombos se localizavam em terras hoje pertencentes a Goiás onde pelo menos um deles, com mais de 200 negros fugidos, foi destruído por uma bandeira enviada por Dom João Manoel de Melo. Nele havia um rei, que "lutou valorosamente até perder a vida"; e uma rainha", que foi presa com "outras pretas", mães de algumas crias lá existentes. Seus prováveis remanescentes são comunidades de que ainda falaremos.

Quilombos de Natividade, arraial que chegou a cabeça de Julgado e no qual ainda estão seus prováveis remanescentes. Como os demais, também causaram grandes transtornos aos governos, especialmente a Dom Marcos de Noronha e João Manoel de Mello(33). Neles também entram índios escravizados, segundo Karasch(34), o segundo maior grupo de fugitivos em Goiás como escravos de guerra, ora combatendo os escravos fugidos e aquilombados, ora aliando-se

a àqueles, aumentando ainda mais o medo dos governos coloniais segundo os quais os quilombolas poderiam assaltar os comboios de ouro ou interromper "sua produção com assaltos a tropeiros e mineiros".

Quilombo de Arraias. As fontes documentais, especialmente correspondências oficiais(35), ora referem-se a um grande quilombo, ora a vários deles no arraial de Arraias, de importância variada. Na realidade, os quilombolas do século XVIII, de todos os arraiais auríferos tocantinos, em geral eram escravos em fuga que formavam grandes e pequenas comunidades. Ambas procuravam esconder-se em locais de difícil acesso; porém as de número reduzido de escravos, mais frágeis às forças repressivas do que os maiores quilombos, sempre aglutinavam-se em malocas, nos pés dos morros ou dentro de matas mais fechadas(36), sendo as terras arraianas propícias a estas estratégias. Referindo-se ao caso, diz a historiadora Juciene Ricarte Apolinário:

"Na busca de outra alternativa de vida longe do caiveiro, lá iam os escravos negros de Arraias embrenhando-se nas matas, tentando ultrapassar as barreiras que os separavam da liberdade", acrescentando:

"Vistos como causadores de insubordinações, os quilombos nos arredores do arraial de Arraias interferiam no dia-a-dia das pessoas que lá residiam. A sociedade escravista arraiana vivia em estado de alerta"(37).

Assim, quilombo da Chapada dos Veadeiros, também chamada "Chapada dos Negros", mais "serra do Mocambo", "serra dos Negros", na toponímica arraiana, são apenas testemunhos do imaginário regional nos mostrando que nessa Chapada e "serra dos Negros" não havia um único quilombo mas várias comunidades quilombolas que se rebelaram contra os maus-tratos e a todo tipo de infortúnio, revoltando-se contra os brancos, tendo como imperativo a sobrevivência física, serem livres, chegando ao ponto de formarem "um grande povoado", forçando os brancos a se mudarem para um outro local, que se tornou o arraial de Arraias(1739-1740), de que fala Rosalina Batista de Abreu Cordeiro(38).

A fala do governador D. Marcos de Noronha reafirma o fato, em correspondência ao Coronel Félix de Araújo, em 20 de dezembro de 1749:

"Por várias cartas que recebi presentemente do arraial de Arraias, tive a notícia que junto a ele havia um grande quilombo de negros fugidos, que com suas grandes desordens e roubos tinham posto os moradores na maior consternação, e de tal forma que para ir aos córregos para buscar água ou lavar a sua roupa, se lhe seria preciso mandar escoltar os negros e negras, por quem mandavam fazer esta diligencia, porque não o fazendo assim, se lhes furtavam estes escravos"(39).

Portanto, fugas, roubos, desordens, etc., são apenas alguns dos mecanismos encontrados pelos

escravos contra a repressão e o sistema escravistas da Colônia, configurando uma das formas extremas de sua autodefesa, que é o **banditismo**. Como afirma, aliás, Carlos Magno Guimarães:

“...o banditismo, praticado pelos quilombolas, em suas várias formas de manifestação constituía uma parte do preço pago pela sociedade por se fundar em relações de produção escravistas”(40).

A sociedade escravista tocantina, sobretudo a arraiana, vivia mesmo em constante estado de alerta diante dos roubos, das “desordens”, das fugas e formações de quilombos, sempre exigindo mais repressão. Não conseguimos prova documental referente a destruição e a captura dos escravos dos arredores de Arraias, por exemplo, mas é certo que houve, inclusive, recomendação do governador da Capitania Dom Marcos de Noronha, aconselhando a nomeação de capitães-do-mato para a eliminação dos quilombos de negros fugidos:

“Esta matéria necessita de pronta providência que pode ter é nomearem-se capitães-do-mato e fazer-se lhe ajuntar toda aquela gente que fez bastante, para prender a estes negros, que devem ser castigados conforme determinam as ordens de sua majestade (...) Como sou informado do número de gente que tem este quilombo(não conseguimos obtê-lo), não sei dizer ao certo quantos hão de me ser as pessoas que acompanhem os capitães-do-mato (...) Dizem-me que os

moradores costumam contribuir, quando há semelhante diligência, dando cada um quatro vinténs por escravo para se fazerem as despesas necessárias nos preparos destas bandeiras”(41).

Além do que se define por quilombo, ainda existe nas terras tocantinas os seus prováveis remanescentes, inclusive no município de Arraias, como o povoado de “Lagoa da Pedra”, assim descrito pela historiadora Juciene Ricarte Apolinário:

“Nos dias atuais, existe um reduto de pessoas negras nos arredores do município de Arraias(TO), conhecido como Lagoa da Pedra. Tudo leva a crer que esse povoado é remanescente de um quilombo. Lagoa da Pedra fica localizado em uma área de difícil acesso. Recentemente uma equipe de pesquisadores do projeto Conhecer para preservar, desenvolvido pela coordenação do Patrimônio Histórico do Tocantins, na pessoa de Joana Elda B. dos Santos, esteve no local realizando pesquisa oral com alguns dos membros desse povoado. Dentre eles, Dona Maria Inácia. Revisitando a memória histórica do seu povo, Dona Maria assim comenta: “Nesse local, os negros vindos de Arraias viviam por conta própria. Eles plantavam, eram livres, eles tinham medo de serem castigados. Tinham aqueles senhores que os batiam, eles viviam isolados, porém livres. Somos um quilombo. Somos livres nesse local e esse local é nosso e não abrimos mão...” Lagoa da Pedra - Município de Arraias - Tocantins. 1966”(42).

Até recentemente, essas comunidades ainda praticavam uma economia policultura, simultaneamente distributiva e comunitária, pouco saindo da área do povoado, parecida com a do tempo dos quilombos, característica, portanto, da subsistência. Continuam à margem do poder político e econômico da região. Prossegue a listagem.

Comunidade denominada Mocambo, no município do Paranã, é mais um provável remanescente de quilombos, localizada a 50 quilômetros da cidade no acidentado vale dos ribeirões Custódio e Traíras. São, possivelmente, 150 pessoas, quase todas constituídas por negros ou seus descendentes. Estão ocupando terras que, segundo o escritor Francisco de Brito(43), se dividem com os municípios de Minaçu e Cavalcante. A área está dividida entre os mesmas, em glebas de 20 a 40 alqueires para cada família, onde plantam arroz, milho, mandioca, cana, embora predomine a banana, vendida em alta escala.

Estão na área há mais de 200 anos e conforme o autor citado, Ary Valadão, quando governava Goiás, legalizou as terras para os negros, evitando assim uma iminente grilagem. Em uma reserva de matas, plantam também café, área onde também cultivam abacateiros e ainda criam gado e outros animais. Somente de uns 15 anos a esta data, começou um processo de integração biológica e cultural com outros segmentos étnicos na comunidade.

Comunidade "São Salvador", também no município do Paranã. Localiza-se à margem do rio Maranhão, um dos principais formadores do Tocantins. Nesse provável remanescente de quilombos, pelo menos 80% da população é negra. Plantam e cultivam, sobretudo, mandioca, milho e arroz.

Comunidade denominada "Retiro", ainda localizada no município do Paranã, é mais um provável remanescente de quilombos, também localizada à margem do rio Maranhão. É constituída de umas 150 pessoas, quase todas negras, que têm como atividade econômica básica a agricultura de subsistência.

Comunidade do "Miradouro", ou de negros "miradouros", no município de Peixe. Situa-se no local também chamado Mangueiral, onde foi muito freqüente a dança do tambor, já quase desaparecida. É mais um possível remanescente de quilombos.

Comunidade de Novo Acordo, localizada em área do antigo Porto Nacional, na "Fazenda Aroeira". São possivelmente 50 pessoas negras, até recentemente sem integração biológica e sócio-cultural com outras etnias.

Comunidade de "Barra da Aroeira", no município de Santa Tereza, próximo de Palma. São umas 160 pessoas, também possivelmente descendentes de quilombos. A atividade econômica básica é a agricultura de subsistência.

Comunidade Negra de Santa Rosa, no município de Natividade, é mais um provável remanescente de

quilombos, talvez por isso ainda chamada "Quilombo dos Manganos". Várias das pessoas dessa comunidade, por sofrerem, provavelmente, de hipertrofia da glândula tireóide, são chamadas "negros papudos".

NOTAS

1 - Tocantins, tribo de índios do sul do Pará, de onde se deriva o rio homônimo, fonte histórico-etimológica da qual também se origina o nome do Estado do

Tocantins, criado pelo art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988. Tocantins ou "Norte de Goiás", foi o denotativo inicialmente atribuído a uma região das "Minas dos Goyazes", que era, em princípio, só o aspecto geográfico. A partir do declínio da mineração, a historiografia comprometida com o colonialismo, assim como o fez com relação a Goiás e mesmo Mato Grosso, passou a tratá-la, equivocadamente, como sinônimo de atraso econômico e interpretá-la sob três versões: de "norte de Goiás"; de "Minas mais ricas"; e de "região atrasada" (Ver: Gomes Parente, Temis. Resistência em um Universo de Pobreza: Norte de Goiás - 1749-1800. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996).

2 - ABREU, Capistrano de. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Capítulos da História Colonial (1500-1800). Brasília, Ed. UNB, 1963; Silva, Otávio Barros da. Breve História do Tocantins e de sua Gente: uma luta secular, Brasília, Solo Editores, 1996, p. 25-26.

3 - Pierson, Donald. O Homem do Vale do São Francisco, Rio de Janeiro, Ministério do Interior, Superintendência do Vale do São Francisco, Tomo I, 1972, p. 53.

4 - Biblioteca Nacional (BN). Notícia Geral da Capitania de Goiás - 1783-Cód. 16,3,2.

5 - Saint-Hilaire, Auguste de. "Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao

Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. In: MESQUITA, Emide - O Papel do agregado na Região de Itu 1780-1830. Coleção do Museu Paulista, Série de História. Volume 6. usp. 1977, p. 41.

6 - Funes, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850: Um Período de Transição da Mineração À Agropecuária, Goiânia, Editora da UFG, 1986, ps. 130 e segs.

7 - Vilhena, Luiz dos Santos. Recompilação e Notícias Soteropolitanas e brasileiras. In Silva, Otávio Barros da. Op. cit. p. 47.

8 - Sodré, N. W. Formação Histórica do Brasil, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1962, p. 123 e 125; Guimarães, A. Passos. Quatro Séculos de Latifúndio, São Paulo, Ed. Fulgor, 1964, p. 64-66.

9 - Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial, op. cit. p. 422.

10 - Godinho, Durval C. História de Porto Nacional, Porto Nacional, edição do autor, 1988, p. 53-54.

11 - Palacin, Luís. Trabalho escravo: produção e produtividade das minas de Goiás - in "Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História" - São Paulo - 1973, p. 435.

12 - Todas as informações coletadas estão em: Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e

Escravidão na Capitania de Goiás. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, P. 231-234.

13 - Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Op. cit. p. 233.

14 - "Ofício de Luiz da Cunha Meneses a Martinho de Mello e Castro, remetendo mapa da capitania de Goiás, com distinção de classes", Vila Boa, 8 de julho de 1780, fls. 246, referindo-se à população de 1779.

15 - Sobre a estatística demográfica, arraial por arraial, Pohl, Johan Emanuel. Viagem no Interior do Brasil, Belo Horizonte, Ed. da USP-livraria Itatiaia Ltda., 1976, tradução, Milton Amado e Eugênio Amado, ps. 169 e segs.

16 - Pohl, J.E. Op. cit. p. 229.

17 - Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira. Op. cit. p. 227.

18 - Silva, Martiniano J. da. Resistência dos Quilombos no Brasil Central, Goiânia, in jornal "O Popular" edições de: 28-11-95, 3-12-95 e 11-12-95. Karasch, Mary. Os Quilombos do Ouro na Capitania de Goiás. Texto oferecido ao autor em Goiânia, em 1996, então aguardando publicação.

19 - A história oral, referindo-se a Flores de Goiás, a origem quilombola da sua população e a formação do vale do rio Paranã, é taxativa:

"Este local foi fundado por escravos fugitivos da Bahia", acrescentando:

"Essa gente aqui é descendente de quilombos fugitivos da Bahia. Assim parece mesmo, porque aqui é uma ilha. Quer dizer, o Rio Paranã joga água lá no corrente e desce o Tocantins. O Macacos cai no Paranã, o Paranã no Corrente e o Corrente no Tocantins. O Praitim e o Cana-Brava caem no Paranã. É um lugar bem isolado". De entrevistas feitas por Heloísa Selma Fernandes Capel de Ataídes, in "Flores de Goiás: Tradição e Transformação", Dissertação de Mestrado pela UFG, Goiânia, 1990, p. 19.

20 - Reis, João José. Silva, Eduardo. "Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista", São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 62.

21 - Brandão, Carlos Rodrigues. "Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás", Brasília, Ed. UNB, p. 58/59.

22 - Moura, Clóvis. "Sociologia do Quilombo: a quilombagem como expressão de Protesto radical", cap. do livro: "Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil", coordenado pelo mesmo, a ser editado pela Editora BDA, de Salvador, Bahia.

23 - Karasch, Mary. Op. cit. p. 225, merecendo frisar-se que o estado de guerra negro-indígena só durou até a década de 1760, quando os Xavante "embarcaram em nova estratégia de encorajar os negros fugidos a se juntarem a

eles e a casarem com mulheres xavantes", cf. Ofício de João Manoel de Mello a Francisco Xavier de Mendonça Furtado", Vila Boa, 30 de março de 1765, fls. 144.

24 - Curt Nimuendajú, *The Apinayé*, trad. Robert H Lowie e ed. por Robert H Lowie e John M. Coop, Nova Iork, Humanities Press, 1967, p. 2. Apud. Karasch, op. cit. p. 224.

25 - Sales, Vicente. *O Negro no Pará: sob o regime da escravidão*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Convênio com a UFPA, 1971, p. 204-213.

26 - Palacin, Luís. *O Século do Ouro em Goiás*. Goiânia, UCG-Editora, 4ª edição, 1994, p. 81.

27 - Documentos Interessantes, nº 14, Arquivo do Conselho Ultramarino, "consultas do Rio de Janeiro" vol. de 1.718-a-1.720, fls. 232. In Separata do volume XLI da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, SP, 1.943, p. 215. Carta de D. Luís de Mascarenhas a Sebastião Mendes de Carvalho, de 23-02-1740, L.E. n. 3, p. 6; de D. Marcos de Noronha ao Coronel Félix Caetano de Araújo, de 20-12-1749, L.E. n. 3, p. 49; ao Intendente do Tocantins, 1749, L.E. n. 3, Doc. 48; ao Intendente de Arraias, 1751, L.E. n. 3, Doc. 375, p. 169; a Domingos Pires, Guarda-Mor das Minas de Cavalcante, 1755, L.E. n. 9, p. 3. In AHG, Goiânia; Palacin, Luis, Op. cit. p. 79; Ricarte Apolinário, Juciene. "Ouro, Escravidão e Resistência: vivências escravistas no arraial de Arraias (1.739-1.800)", Recife, Dissertação de Mestrado em

História pela UFPE, 1996, p. 133-34. Karasch, Mary. Op. cit., p. 249.

28 - Nimuendajú, Apinayé, p. 3. Sobre ataques a escravos fugidos por "gentios" do rio Tocantins e pedido de "um destacamento" do Rio "as Pederneiras", ver AHU, n. 995, caixa 17, Goiás, 1756(1779).Apud. Karasch, Mary. Op. cit. ps. 246, 247-260.

29 - Karasch, Mary. Op. cit. p. 260. Ainda: Ricarte Apolinário, Juciena. Historiadora, professora na UNITINS, nos forneceu informações coincidentes com a do texto.

30 - Palacin, Luís. Op. cit., p. 79.

31 - Karasch, Mary. Op. cit. p. 247. Ainda: Batista de Abreu Cordeiro, Rosalinda. Arraias: suas raízes e sua gente, Goiânia, s. ed., 1991, refere-se aos quilombos da "chapada dos Negros".

32 - Carta do governador D. João Manoel de Mello ao Conde de Oeiras, de Villa Boa de Goyaz aos 30 de dezembro de 1760, in Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, imprensa Nacional, 1920, p. 79.

33 - Correspondência. Goiânia, S.D.E.G. Cod. 1129; R.l.H.G.B., 84. op. cit. p. 40. Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira, op. cit., p. 289.

34 - Karasch, Mary. Op. cit. p. 246.

35 - São várias as cartas de Dom Marcos de Noronha, por exemplo, demonstrando receio e grande apreensão com a ação dos quilombos de Arraias. Dentre outras, a de 20 de dezembro de 1749, para o Coronel Félix Caetano de Araújo, Goiânia, Arquivo Histórico de Goiás, livro Especial n. 3, p. 48-49.

36 - Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira. Op. cit. p. 289.

37 - Apolinário, Juciene Ricarte. Op. cit. p. 125.

38 - Cordeiro, Rosalina Batista de Abreu. Arraias: suas raízes e sua gente, Goiânia, edição da autora(1991).

39 - Carta de D. Marcos de Noronha para o Coronel Caetano de Araújo (1749), Goiânia, AHEG. Livro Especial n. 3, p. 48-49. Ver ainda: Ricarte Apolinário, Juciene, op. citada.

40 - Guimarães, Carlos Magno. Os Quilombos do Século do Ouro. in Revista do Departamento de História nº 6. Número Especial, junho de 1988, FAFICH/UFMG, P. 33.

41 - Carta de D. Marcos de Noronha ao Coronel Félix de Araújo, op. cit. p. 49.

42 - Apolinário, Juciene Ricarte. Op. cit. p. 129.

43 - Brito, Francisco de. Jornalista e escritor, filho do nordeste goiano. Ver Carta enviada ao autor, datada de 4 de janeiro de 1996.

**QUILOMBOS DE DESEMBOQUE E O SERTÃO DA
FARINHA PODRE (TRIÂNGULO MINEIRO)**

O Julgado de Desemboque, posteriormente chamado Sertão da Farinha Podre e Triângulo Mineiro, até 1816 pertencente à Superintendência e Capitania de Goiás, teve por nome primitivo o de Descoberto das Cabeceiras do Rio das Velhas. Ali surgiu, pois, entre 1732-a-1740, a mina de ouro que deu origem a esse famoso Descoberto e futuro arraial do Desemboque, fundado à margem esquerda do rio das Velhas por aventureiros catadores de ouro. Remonta a

edificação de sua matriz, "toda de boa pedra" e levantada por escravos, ao ano de 1743. Embora não se ache termo de posse, foi elevado à condição de julgado em 1766, à de vila, em 1850, suprimida em 1862, tendo como primeiro Juiz Ordinário, segundo documento de 7 de julho de 1766(1), o Sr. Manoel Coelho do Vale, tendo sido ainda chamado, por certa época, Sertão do Novo Sul da Farinha Podre, pertencente à Comarca do Sul de Goiás.

O Julgado do Rio das Velhas, atual Desemboque, em Minas Gerais, cujas ruínas ainda subsistem, compreendia um território não muito extenso do Rio das Velhas, região onde também surgiria o Julgado Goiano de Araxá aumentando a área, a partir do qual os mineiros ocupariam o Triângulo, para depois adentrarem-se, com grande massa demográfica, pelos sertões desabitados do Sudeste e Sudoeste Goianos, século XIX adentro(2).

Foi no Julgado do Desemboque (Nossa Senhora do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas, ainda: Arraial das Abelhas ou do "Taboleiro"), que se desenvolveu a extração do ouro na região. Lá, mesmo pelos processos ordinários e rudimentares, os escravos negros extraíram muitas arrobas de ouro no trabalho duro e extenuante que os empurrava para os quilombos. No restante da região, com área provável de 90 quilômetros quadrados, a mineralogia era pouco conhecida e menos explorada, tanto no século XVIII como nas cinco primeiras décadas do XIX. A extração de diamantes, por

exemplo, só surge a partir de 1850, em Bagagem e Água Suja, bem como em Uberaba, Conceição das Alagoas e Sacramento, tomando grande incremento, principalmente, na Bagagem, onde apareceu o célebre diamante "Estrela do Sul", fazendo-se dali exportação considerável dessas pedras preciosas(3).

Segundo documento do Juiz Ordinário João Cardoso Teixeira, datado de 20 de maio de 1783 e fundado em informações dos homens mais antigos desse Julgado:

"os primeiros sucavadores que entraram nas Cabeceiras deste Rio das Velhas, onde de presente se acha estabelecido o Julgado foram os ditos Sucavadores o Capitão Pedro Franco Quaresma e o coronel José Velho Barreto, estes enviados por portaria do Ilmo. Exmo. Sr. D. Marcos, Governador e Capitão-General que então era desta Capitania de Goyaz, e estes, sob agores (sic) desampararam este Continente, retirando-se"; acrescentando, por oportuno, o seguinte:

"E depois de passados alguns anos vieram de Minas Gerais Manoel Alves Gondim, e Luis Alves Ribeiro e José Rolim, João Fernandes Prado e outros mais e meteram águas neste Arraial, abriram lavras e entraram a tirar ouro, e ficou este continente povoado até o dia de hoje"(4).

Em 1783, os moradores de Desemboque, constituídos por brancos, negros "livres", pardos forros, escravos, mais o padre José Corrêa com seus três escravos, não passavam de 600 pessoas, habitando no Arraial e nas regiões do Taboleiro, Rio Grande abaixo, Rio Grande acima, Lapa e Fundão,

só havendo no Arraial uma loja e duas tabernas. Segundo estimativa do historiador Paulo Bertran(5), 80% da população era escrava, perfazendo, portanto, 480 escravos, quase todos trabalhando nas únicas quatro lavras auríferas existentes no Arraial de onde muitos fugiam e poucos se dedicavam aos serviços de roças, de engenhos e engenhocas da região na qual nenhum negro era casado e somente 7 senhores eram proprietários de mais de 80 escravos.

Por essa época (1783), já se iniciara o processo de decadência da mineração, justificando a concessão de sesmarias de terras para criação de gado vacum e cavalariagem e agricultura, processo que foi acentuado no século seguinte. Eschwege, que esteve na região em 1816(6), diz que Desemboque ainda contava apenas com 65 casas mas já havia 181 fazendas em todo o julgado, cuja população era calculada em 3.945 habitantes espalhados numa área de aproximadamente 500 léguas; sabendo-se que a região do Arraial de Uberaba, nascida e desenvolvida na economia agropecuária em 1819, segundo Saint-Hilaire(7), teria trinta casas, distando do Áraxá 22 léguas, do Desemboque 18, da Aldeia de Santana 15, da vila da Franca(SP) 18, de Paracatu 60, de São Paulo 90.

Mas a estratégia de ocupação tinha ainda como objetivos o povoamento e a proteção "dos perigos do gentio e negros fugidos", que chegaram a dominar os sertões dos araxás, formando quilombos que passaram a saquear viajantes e as propriedades agrícolas da região, realizando,

inclusive, a tática do banditismo. Note-se que num período superior a 200 anos, aqueles sertões do Desemboque e da "Farinha Podre" foram o principal ponto de passagem das entradas de bandeiras para o Brasil Central, com permanente e elevado fluxo de pessoas, quase sempre enfrentando a resistência de quilombolas e dos índios caiapós e araxás, frisando-se mesmo que é nesses vastos campos e serras que separavam "Minas" dos "goiases" que se situavam vários quilombos, inclusive o primeiro e maior deles, desde 1746 assinalado em terras goianas, próximo ao rio das Mortes(8), provavelmente o que se define como Quilombo do Ambrósio de que ainda falaremos, não se tendo dúvida que entre os vários grupos, africanos ou seus descendentes que chegaram àqueles sertões, predominou na primeira metade do século XVIII a nação denominada mina, parece-nos uma característica da economia do ouro, tendo porém supremacia, a partir de então, o grupo étnico dos Bantos, a respeito asseverando Arthur Ramos o seguinte:

"No período da exploração das minas, foram angolas e congos a quase totalidade dos negros que inundaram o vale do Rio Verde e do Rio das Mortes, em Minas Gerais"(9).

Havia animais na região como o "porco de Angola" e até o Quilombo do Morro de Angola, no qual foram presos 25 negros, algumas crias, quase todos da nação

Angola(10), o que é digno de registro essa predominância da mesma nacionalidade.

Isso, aliás, vem de longa data na região. O jornalista e pesquisador Gastão Batinga, assevera:

"A existência do homem africano e de seus descendentes no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, vem de longa data. Na colonização branca na rota do bandeirante, do emboaba, do conquistador de terras e de riquezas outras, a presença do negro foi constante e dinâmica", ainda esclarecendo com relação à procedência:

"O negro escravo chegou ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, inicialmente, pelo norte de Minas e Vale do São Francisco. Depois, Paracatu, Paraopeba, Oliveira; pelos velhos caminhos e veredas dos primeiros colonizadores, dos bandeirantes e sertanistas. Veio para lavrar a terra e catar o diamante, seu destino inicial"(11).

A bem dizer, os escravos chegaram à região forçados por duas circunstâncias inexoráveis: primeira, segregados por bandeirantes e seus algozes; segunda, foragidos da crueldade do trabalho escravo de minas, de cadeias, de capitães-do-mato e de outros mecanismos e pressões que os constrangia a fazer saques, a assaltar nas estradas, a roubar e assassinar no norte de Minas, Paracatu e no próprio Sertão da Farinha Podre, onde articulou-se e passou a pertencer a quilombos dos mais predatórios da Colônia e do Império, como o do Ambrósio, por exemplo.

É assim que surgem as forças da repressão: forças militares, capitães-do-mato e outras tantas ameaças existentes no próprio ecossistema dos cerrados contra os escravos fugidos: cobras venenosas, onças, a "infinidade de insetos", tais como abelhas pretas, borrachudos, carrapatos, pernilongos e bichos-de-pé, todos atormentando os quilombolas frequentadores dos rios, matas e cerrados goianos de que se refere a historiadora Karasch(12).

Mas os representantes do Rei continuavam tendo certa facilidade em dominar as terras pelo sistema de sesmaria, tanto que Bartolomeu Bueno do Prado, parente de Anhanguera e temido destruidor de quilombos, logo ao fazê-lo contra os da região (1757), conseguiu uma grande sesmaria, numa paragem que conhecera em suas andanças, pelo sertão do Campo Grande, confrontante ao nascente com o rio Lambari, ao poente com a Serra da Esperança, ao norte com o Pouso Alegre, e ao sul com o Rio Grande, na extensão de três léguas de comprimento e uma légua de largura ou três de largura e uma de comprimento(13).

Esse processo de aquisição de terras prosseguiu século XVIII afora, tendo, porém, maior evidência, como já exposto, a partir do século dezenove quando os veios auríferos se esgotavam. É assim que o governo da Capitania goiana, Luiz da Cunha Menezes, em 27 de outubro de 1782, obviamente preocupado em ocupar e dominar a área, concede a André Carvalho de Matos, Francisco Gonçalves Pacheco e outros,

a sesmaria do Barreiro, a ser estabelecida nos sertões dos Araxás. Já em 22 de janeiro de 1785, o governo concede uma outra sesmaria de três léguas de terras ao alferes Manoel Barreto da Costa, localizada justamente na região do "descoberto do Desemboque", na paragem denominada "Sepulturas", provavelmente de escravos fugidos e organizados em quilombos, ali assassinados e enterrados em valas. O novo nome, "O Quilombo do Quendum", dado ao local pelo alferes Manoel Barreto, parece confirmar a hipótese(14).

Foi desse povoado que, em 1807, partiram com seus escravos, Januário Luís da Silva, Pedro Gonçalves da Silva, José Gonçalves Eleno, Manoel Francisco, Manoel Bernardes Ferreira, e outros e penetraram no sertão onde descobriram lindas campinas e excelentes matas, tendo apossado algumas fazendas, regressando, porém, por falta de alimentos e o surpreendente terror que lhes inspirava o gentio caiapó, do qual eram visíveis os vestígios em diversos lugares(15), existindo, também, naqueles sertões, os valentes "índios mestiços do Paranaíba", antigamente chamados de caribocas, quase todos, no dizer de Saint-Hilaire(16), frutos de uma mistura da raça americana com a dos negros, fato que revela que nem sempre os índios "rangiam os dentes" contra os escravos de origem africana.

Era costume dos "entrantes", denominados "bandeirantes", quando iam penetrar em lugares incultos, fazerem depósito de alguns dos víveres que

conduziam, em pontos que assinalavam: regularmente eram as grandes árvores que lhes serviam de "despensa", acrescentando a fonte de que nos valemos:

"No grande ribeirão então desconhecido, mas hoje atravessado pela via férrea Mojiana nas proximidades da Estação Engenheiro Lisboa, Município de Sacramento, deixaram os "entrantes" alguma provisão de víveres, que lhes devia servir de conforto no regresso para o Desemboque. Encontraram, porém, ao voltarem, alguns deles avariados, entre os quais a "farinha de milho" apodrecida"(17).

É assim que um ribeirão passa a ser denominado - Da Farinha Podre -, nome que conservou, encarregando-se a semântica histórica de ampliar e aplicar o conceito ao vasto território compreendido entre os dois rios - Grande e Paranaíba -, consolidando o velho "Sertão da Farinha Podre" que, no entanto, por força de alvará real de 4 de abril de 1816, foi anexado à Capitania de Minas Gerais, deixando de pertencer, civil e administrativamente, à Comarca de Paracatu do Príncipe, da antiga Província e Bispado de Goiás.

Em razão desse sertão apresentar a figura geométrica de um triângulo enfeixado pelos rios: Grande, das Velhas e Paranaíba, passou a chamar-se, posteriormente, Triângulo Mineiro(18), atual 17ª zona divisória do Estado de Minas Gerais, localizada a oeste do seu território, dividindo-se ao norte com o Estado de Goiás, a

oeste com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e ao sul, com o Estado de São Paulo(19).

Como já demonstrado, somente a partir de 1816, com os amores de dona Beija ou não, é que as terras do Sertão da Farinha Podre passaram ao domínio da antiga Capitania das Minas Gerais, anexadas à Ouvidoria de Paracatu do Príncipe. É lícito, portanto, incluir quase 100 anos de história do Movimento quilombista dos escravos desses sertões, dentro da história da escravidão do negro em Goiás, período (1722-a-1816) no qual, à guisa de ilustrar, era também ativa a resistência dos índios caiapós às investidas (desde 1740) de bandeirantes que os caçavam ou por ali passavam em busca de ouro e outros minerais em Goiás e Mato Grosso, às vezes aliados aos escravos de origem africana, também perseguidos e que chegavam a "infestar" a estrada de São Paulo à Capitania de Goiás, tornando a passagem cada vez mais difícil diante da reação de índios e negros, furtando, depredando, sabotando, etc., exigindo, por isso, rápida ação dos representantes da coroa portuguesa(20).

Realmente, muitos caiapós se aliaram a escravos negros foragidos, como os índios "mestiços de Paranaíba", já descritos por Saint-Hilaire; outros foram presos e transformados em escravos; outros, fugiram de canoa a remo ou outras embarcações, pelos rios já referenciados(21); outros, sem alternativa, afugentaram-se em Goiás e Mato

Grosso, deixando na historiografia oficial a equivocada concepção de que teriam "abandonado o lar"(22).

Certamente que essa situação, numa região com área superior a 90 km² e de reduzida população branca, não conseguiu afugentar todos os índios locais, muito menos os escravos de origem africana que, mesmo tendo a fuga como unidade básica de resistência ao escravismo e estando constantemente perseguidos, lá se organizavam e mantinham suas comunidades quilombolas desde as primeiras décadas do século XVIII(23).

O sargente-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, ao ser nomeado comandante e regente das terras do Sertão da Farinha Podre(24), passou a inspecioná-las. Assim conheceu de perto a reação dos índios caiapós ao longo da "estrada Anhanguera", onde os escravos foragidos também prosseguiram demonstrando a sua "ânsia de liberdade", através de diferentes formas de resistência ao escravismo, preocupando especialmente os governos de São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

Essa luta, porém, tem sido vista num contexto historiográfico no qual o que se tem de testemunho até esta data, representa quase sempre a versão do invasor: o que fala de suas façanhas, dos seus heroísmos e de suas vitórias, através de documentos oficiais, copiosíssimos, como as cartas de alforria, por exemplo, nas quais os segmentos sociais referenciados ainda não relataram o que realmente

sucedeu aos negros no ermo daqueles sertões. Assim, a não ser os relatos de viajantes e alguns testemunhos da historiografia regional(25), o que se conhece da escravidão, da resistência e das estratégias quilombolas no Sertão da Farinha Podre, retrata a versão " heróica " deixada pelos bandeirantes que por ali passaram, a partir do século XVII, preando índios e conduzindo escravos(26).

A luta dos escravos foi diferente. Seja pelas formas explícitas de resistência física, como as fugas, quilombos e revoltas, passando pela chamada resistência do dia-a-dia - roubos, sarcasmos, sabotagens, suicídios, abortos, assassinatos -, até as fugas reivindicatórias por melhores condições de trabalho e vida(27), os escravos da região reagiam também no cotidiano de suas vidas onde a prioridade eram a sobrevivência alcançada através da feitura de roça, trocas, saques, comércio clandestino à margem de estradas e a defesa pessoal contra os brancos(28).

Outras vezes os escravos do Sertão da Farinha Podre tiveram que usar o critério da compra como forma de obter a sua liberdade. Aliás, como pelo Brasil afora, boa parte das "cartas de liberdade" da região, comuns em cartórios e velhos arquivos(29), eram compradas pelo próprio escravo, que pagava o preço dentro de um prazo fixado pelo seu dono, realizando trabalhos remunerados a terceiros, mediante a assinatura de contratos de "locação de serviços". Curiosamente, este foi o caso usado, inclusive, para os

escravos denominados **reprodutores**, na região de Araxá, por exemplo, onde as escravas Francisca Benguela e Anna Crioula tiveram de produzir, respectivamente, 10 e 15 filhos, obtendo em troca a própria liberdade(30).

Vale dizer: as "cartas de liberdade", muitas das quais deixadas em testamento, eram na maioria das vezes concedidas sob condições estipuladas pelos proprietários, condições estas que previam entre outras coisas a permanência dos escravos a serviço de seu dono até a morte deste, depois ainda a serviço de algum dos herdeiros indicados por tempo, variando de 3, 5 e até 10 anos, e ainda a incomum especificidade do escravo reprodutor, na condição estabelecida de "produzir" um número de filhos para os seus donos. Então, sobretudo a partir de 1850, o escravo, de sexo masculino ou feminino, como hoje se arrenda trator ou boi reprodutor, podia ser até arrendado na relação comercial de um fazendeiro com outro, aumentando assim os escassos trabalhadores.

Transcrevo aqui, a título de ilustrar, o impressionante depoimento do negro João Antônio Guaraciaba, que alcançou 122 anos e foi "reprodutor", deixando muitos filhos. Eis o texto, revelando mais uma infamante afronta do sistema escravista:

"Sinhá correu a senzala e apartou as escrava que tava no vício, na quadra da lua. Quando a quadra da lua tá certa, a cria é garantida. Era um rebanho de umas dez, no ponto pra tirar raça. Não era qualquer fazenda que

tinha um reprodutor nagô-mina, como eu. No rebanho tinha uma chamada Duca, de lombo bem feito, de tetas que ia dar um bom ubre, de umbigo bem curado, uns quarto que dava gosto. Andei no meio delas, negaciando, mas só via a Duca. Mas ela arrepiou, medrosa. Correu se esconder. Mas reprodutor é bicho paciencioso. Eu sabia que tinha um mês para repassar todas. De longe eu ouvia o choro dela, baixinho pra ninguém ouvir. Se Sinhá ouvisse, o bacalhau comia no lombo. Fui chegando de mansinho, com fala macia, agrando. Eu era reprodutor que sabia tratar suas fêmea. O choro virou cochicho e, no fim da tarde, a Duca, negrinha de 15 pra 16 anos, já tava prenha. (...) Reprodutor era bem tratado. Se não tivesse sido bem alimentado já tinha morrido há muito tempo. Ainda não estou aqui com 122 anos no lombo? Eu tinha carne, leite, arroz - comia o que o patrão comia. Eu repartia com elas. Para as negras, era até bom ter um reprodutor como eu. Dava carinho e comida. Tirava da boca para elas. (...) Se mulher tá na ocasião, fica fogosa, pisando em brasa. Mulher é como porca, vaca, égua. Na ocasião dela, entrega mesmo. Feio ou velho, qualquer macho serve. (...) Ninguém tinha mulher. Era tudo do fazendeiro. Já viu touro ter vaca sua? Ou cavalo? Era meu trabalho. Quando não tinha escrava para enxertar na fazenda do barão, ele me alugava ou emprestava para outra fazenda. Mas eu acho que era alugado. (...) Eu ia para a fazenda de quem me pagava. Quando chegava lá, já tava apartado dez, vinte escrava para enxertar. Ficava dois meses, depois voltava para a fazenda do barão. Só na Cachoeirinha andei deixando uns 14 filhos, mais ou menos. E

na Água Limpa, Iguapira, Santa Catarina, Samambaia, tanta fazenda que tive? Sei que naquela época eu fiz pra mais de cem filhos. Os fazendeiros ria à toa quando nascia um macho (e se a evolução genética estivesse como hoje?). Mas macho ou fêmea, ia tudo parar na feira (...) As escravas que não pegava filho, eles punha com outro reprodutor. Tinha muitos, não era só eu, não. Se a escrava não pegava barriga, era vendida. Quem fica com vaca que não dá cria?"(31).

Naqueles sertões, um outro mecanismo de autodefesa dos escravos, por extremo que seja, foi o crime, detectado em Uberaba no século XIX, período de 1837-a-1890(32). No século passado, os escravos daquela região e dos arraiais de Uberabinha(Uberlândia), Frutal, Dores do Campo Formoso, "Aterrado" e Fazenda da Rocinha(Freguesia do Carmo do Frutal), responderam à superexploração dos seus senhores através de diversas espécies de crimes e em circunstâncias às vezes curiosas no polo ativo ou passivo da justiça criminal(33). Assim, assassinatos e tentativas de homicídios de senhores e capatazes, desvios de produtos agrícolas, furto de gado, de cavalo e de sal; fuga seguida de suicídio com tiro e suicídio por motivos frívolos; roubo de ouro e de animal para fugir; resistência à prisão e fugas de cadeias, antes de serem interpretados e capitulados como crimes na frieza legal de leis convenientes, simbolizam resistências emergentes dos confrontos constantes entre senhores e escravos na "ânsia de

liberdade" destes últimos, revelada, aliás, até na solidariedade aos desertores da Guerra do Paraguai.

Em Uberaba, no ano de 1866, o escravo Miguel, pertencente a João Evangelista Vieira, furtou uma besta do capitão Francisco de Oliveira e "a cedeu a Honório de Paula Nery, quando este desertava do Exército e precisava de um animal para fugir"(34).

Honório de Paula foi também processado e condenado à prisão. "Entretanto, o capitão Francisco, sabendo tratar-se de um desertor, perdoou-lhe o crime, para que pudesse ser incorporado ao Exército que defendia o Brasil na Guerra do Paraguai"(35).

Nessa luta através do crime, o escravo chega a sofrer uma espécie de violência "paralela", constantemente determinada na sentença. A pena comum e em geral mais "leve", era a de açoites, nunca inferior a 100, nem superior a 800, no período estudado na região de Uberaba. Em alguns casos o escravo recebia 25, e em outros, até 50 açoitadas por dia.

Além de açoitado, em geral o escravo era mutilado ao ser condenado a andar preso por instrumentos de castigo, em geral de ferro, evidenciando a violência "paralela". O escravo Belizário, pertencente ao alferes Antônio Eloy Cassimiro de Araújo, além de castigado por atraso no serviço com duas violentas "ciposadas" e condenado a 800 açoites por homicídio, foi condenado "a carregar por 2 anos um

ferro no pescoço, de duas libras de peso”(36). O escravo Izaias, pertencente a José Antônio dos Santos, foi condenado a 100 açoites, 25 diários, por furto de dinheiro, e a “andar com um ferro no pé, seis meses”(37). O escravo Vicente, foi condenado a se submeter a 100 açoites por roubar cavalos e a andar com “ferro na perna por um ano”(38);

Para os loucos não falta lugar na cadeia. A escrava Maria, pertencente a Maria Rosa Vasconcelos, foi presa a pedido da proprietária por estar louca. Maria morreu na cela(39). A escrava crioula, “Maria”, presa, acusada de ter assassinado sua senhora, em Patrocínio, foi roubada da cadeia publica de Uberaba e vendida como escrava nos sertões de Goiás(40). O escravo Sabino, pertencente a Francisco Pereira dos Santos, foi condenado por tentativa de estupro. Foi preso, açoitado e amarrado no tronco, onde “suicidou-se”(41).

Assim, o escravo, no ciclo mineratório ou pecuário, não tinha como não ser rebelde. Nem que se tornasse um “rebelde solitário”, nos ermos daqueles sertões, sabia que estava escapando do cativo; nem que morresse no caminho, sonhando ser livre. Quando fugia, assassinava, suicidava no tronco ou morria louco numa cela fétida, como a escrava Maria, não passava de um “ser Humano” recompondo-se de maneira extrema. Como, aliás, assevera Jean Paul Sarte:

"A violência do oprimido não é uma tempestade absurda. Nem ressurreição de instintos selvagens... é o próprio homem que se recompõe"(42).

Socializar esse estágio ou sentimento, é sair do individual para o coletivo. É a organização com outros negros fugidos em uma comunidade estável ou precária, gerando a passagem, no nível de consciência, do negro fugido para o de quilombola, dando ao seu protesto solitário um sentido social mais abrangente, em atos de interação coletivos(43), emergindo assim uma luta quilombola regional das mais ricas, em pleno Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro), "que é muito adiante de Bambuí, na Capitania de Goiás"(44), onde o mais célebre foi o Quilombo do Ambrósio, também chamado Tengo-Tengo e "Quilombo Grande", após ter sido parcialmente destruído por Gomes Freire de Andrada em 1746, dispersando-se em pequenos núcleos "federados".

Os escravos desse quilombo eram, essencialmente, mineradores, agricultores, criadores, caçadores, excursionistas, fabricantes, bandoleiros e predatórios. Estavam estruturados e "urbanizados" em "malocas"(casas de barro cobertas de folhas de palmeiras, arredondadas á semelhança de casas usadas nas aldeias africanas).

O mais famoso dos quilombos do território goiano, posteriormente de Minas Gerais, o do Ambrósio, existente já em 1740(45), localizava-se naqueles

sertões, na Serra da Marcela, hoje Serra da Saudade, nas cercanias de Ibiá e Araxá, ora fazendas: "Quilombo", "Buriti" e "Macauba", junto às quais existe um morro solitário, denominado "morro do espia", onde um bem montado sistema de vigilância e alarme operava dia e noite para a segurança da "federação", contra os constantes ataques dos colonizadores e dos índios caiapó. Além das ofensivas contra o "inimigo" que passava, causava verdadeiro pânico aos arraiais de: Olhos D'Água(Ibiá), Boa Vista do Pé do Morro(Dores do Indaiá), Minas da Marmelada(Abaeté), Quartel Geral do Indaiá, Pratinha, São Domingos dos Araxás e outros(46).

Foi um modelo de organização, de disciplina, de trabalho comunitário, dizendo a respeito o historiador Waldemar de Almeida Barbosa que:

"Os negros, cerca de mil, eram divididos em grupos ou setores, trabalhando todos de acordo com a sua especialidade. Havia os excursionistas ou exploradores, que saíam em grupos de trinta, mais ou menos, assaltavam fazendas ou caravanas de viajantes; havia os campeiros ou criadores que cuidavam do gado; havia os caçadores ou magarefes; os que tratavam dos engenhos, fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha etc. Todos trabalhavam nas suas funções. "Tudo era de todos, não havia nem meu nem teu". As colheitas eram conduzidas aos paióis da comunidade. A obediência era cega e o chefe, Ambrósio, é descrito como tipo de líder, pela sua inteligência

organizadora, sua bravura, homem dotado de "todas as qualidades de um general". Havia uma hierarquia administrativa, espécie de Estado Maior, constituído de elementos da confiança de Ambrósio"(47).

Segundo o pesquisador Nelson Sarmiento(48), os maiores e mais famosos quilombos da região do Triângulo Mineiro, com longa duração nos séculos XVIII e XIX, são:

Ibiá.....Quilombo do Ambrósio,
Tengo-Tengo ou Quilombo Grande.

Uberaba.....Quilombo da Farinha
Podre.

Uberlândia....Quilombo da
Grunga(atual distrito de Cruzeiro dos Peixotos);

Serra Negra(Patrocínio)...Quilombo da
Serra Negra.

Acrescentaria à listagem, além dos de menor porte e sem registro histórico, os quilombos do Zandu, do Careca e do Cala-Boca, cada qual com seu rei, oficiais e ministros, nas terras de Araxá(49).

Quilombo do "Quendum", no arraial de Desemboque, referenciado no documento de sesmaria do alferes Manoel Barreto da Costa.

Quilombo da Chapada de Candonga, região de Caçu, à margem da atual BR-050, município de

Uberaba, onde os escravos fugitivos eram acolhidos, escondidos e bem recebidos quando ali chegavam(50).

Quilombo do Morro de Angola, de que já falamos no texto.

Quilombos do Paranaíba, também referenciados no texto, exigindo maior pesquisa.

Quilombos vizinhos de Paracatu, já referenciados, exigindo estudos aprofundados.

Esses quilombos, como já demonstrado, teriam sido destruídos em 1757 pela expedição chefiada pelo capitão-mor Bartolomeu Bueno do Prado, neto de Anhanguera. Na verdade, aqueles negros quilombolas nunca foram totalmente vencidos. Chegaram a reforçar ainda mais as suas estratégias, notando-se que os mistérios e reminescentes culturais e políticos de suas incessantes lutas só mais recentemente estão sendo desvendados e cientificamente esclarecidos, sobretudo pelo método de pesquisa fundada no "...entrelaçamento de dados...", denominado "Arqueologia do Quilombo", adotado pela Universidade Federal de Minas Gerais, através do antropólogo Carlos Magno Guimarães e sua equipe de trabalho(51), estudando particularmente o Quilombo do Ambrósio. Fundado em três fontes essenciais, quais sejam: a Lenda de Carmo Gama, escrita nos finais do século XIX; a pesquisa documental e a "escavação sistemática" da região central do quilombo, a constatação é de que:

"A lenda esclarece fatos interessantes sobre o Quilombo do Ambrósio, como ser inverídica a fundação do mesmo pelos padres jesuítas; os escravos negros " se juntaram a outros quilombolas, para furtos, depredações, correrias e outros fatos reprovados pelas leis ambrosianas; as relações amistosas de índios, portugueses e outros segmentos étnicos com os quilombolas, havendo até indígenas entre os generais e o pessoal de confiança do rei Ambrósio";

"...a comunidade era vista como uma ameaça objetiva à ordem social e escravista. Revela, também, detalhes da organização da expedição repressiva contra os vários quilombos existentes na época no Campo Grande";

"...a reconstituição do regime alimentar dos quilombolas - nome com que os arqueólogos designam os membros dos quilombos - a descoberta das técnicas de construção de moradia e as filiações culturais, o formato e as dimensões nas construções; a distribuição dessas construções, bem como a divisão espacial do trabalho; a identificação dos elementos da flora utilizados como alimentos; e a reconstituição histórica da dinâmica interna do quilombo além das dimensões da população que ali viveu " e outras revelações preciosas.

Fica assim demonstrado, também no Triângulo Mineiro, a inegável articulação política dos escravos quilombolas, ameaçando e desgastando, objetivamente,

a ordem social escravista, que os via e tratava como "verdadeiras pragas", contrariando o regime.

1 - Sampaio, Borges. Uberaba: História, Fatos e Homens, Uberaba-MG, edição Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município de Uberaba, 1971, ps. 122-125. Bertran, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás, Goiânia-Brasília, Eds. UFG-UCG e Solos Editores, vol I, p. 210.

2 - Nabut, Jorge Alberto. Desemboque, Documentário Histórico e Cultural, 1986. Ainda: Bertran, Paulo. Op. cit. p. 209.

3 - Sampaio, Borges. Op. cit. p. 127.

4 - Bertran, Paulo. Op. cit. ps. 209-210.

5 - Bertran, Paulo. Op. cit., vol. II, ps. 98, 99, 103-104.

6 - Eschwege, W.L. von. Pluto Brasiliensis, Belo Horizonte, Editoras Edusp-Itatiaia, 1 vol. 1979. Vide ainda: Saint-Hilaire, Auguste. Op. cit. p. 127.

7 - Saint-Hilaire, Auguste de. Viagem à Província de Goiás, Belo Horizonte, Eds. EDUSP-Itatiaia, tradução Regina Junqueira, 1975, p. 127.

8 - Salles, Gilka Vasconcelos Ferreira. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia, Centro Editorial e Gráfico-UFG, 1992, ps. 288-289. O Capitão-general Gomes Freire de Andrade fez organizar uma

expedição, que custou aos arraiais de Minas Gerais a importância de 3.500 oitavas, uma verdadeira expedição de guerra, em que 620 armas eram por conta D El Rei, cf. Coelho, José João Teixeira, obra citada por Gilka.

9 - Ramos, Arthur. Antropologia do Planalto Central; notas e perspectivas. In -. Goiás, uma nova fronteira humana, IBGE, 1969; O Negro Brasileiro, Recife, Ed. Massangana, 1988.

10 - Barbosa,, Waldemar Almeida. Negros e Quilombos em Minas Gerais, Belo Horizonte, edição do autor, 1972. p. 51.

11 - Batinga, Gastão. Aspectos da Presença do Negro no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Uberlândia, edição do autor, 1994, p. 30-31.

12 - Karasch, Mary. Op. cit., p. 253.

13 - Barbosa, Waldemar Almeida. Negros e Quilombos em Minas Gerais, Belo Horizonte, edição do autor, 1972, p. 53.

14 - Luiz Menezes, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Governador e Capitão da Capitania de Goiás e Minas de sua repartição. "Faço saber aos que a presente minha carta de sesmaria virem, que tendo consideração ame representarem por sua petição André Carvalho de Mato, Francisco Gonçalves Pacheco, Antônio Pereira Dias, Joaquim Ferreira e Matinho Monteiro Ribeiro..."que elles supes tinham principiado a estabelecerem no Sertão dos Araxas abaixo da Serra do mesmo nome na paragem chamada Barreiro..."uma fazenda

para criação de gado..." Villa Boa de Goiaz, 27-10-1782. S.E.D.G. Silva, Edma José. Dissertação de Mestrado defendida junto a UFG em seu Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias em 1996.

15 - Sampaio, Borges. Op. cit. p. 122.

16 - Saint-Hilaire, Auguste de. Op. cit. p. 129.

17 - Sampaio, Borges. Op. cit. p. 122.

18 - A área mais antiga do Triângulo Mineiro, que pertencia a Goiás, tinha cerca de 93.300 quilômetros quadrados, com limites na Serra da Canastra desde o Ribeirão Grande, na margem direita do Rio Grande e Mata da Corda, até a margem esquerda do Rio Paranaíba, tendo se passado por São João Batista do Retiro e São Francisco das Chagas de Campo Grande, conforme: Sampaio, Borges. Op. cit. p. 121. Teixeira, Tito. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: história da criação do Município de Uberlândia, Uberlândia, Uberlândia Gráfica Ltda. Editora, vol. I, p. 7.

19 - Recentemente, a área do Triângulo Mineiro não passa de 55 mil quilômetros quadrados, onde estão, segundo o IBGE, 1.172.836 habitantes, havendo quem defina, especificamente como território do Triângulo Mineiro, somente as terras compreendidas dentro do triângulo formado entre as cidades de Uberaba e Uberlândia e a cachoeira de

Marimbondo, no rio Grande. Vide: Enciclopédia Delta Universal, Rio de Janeiro, Editora Delta S.A., vol. 14, p. 7.722.

20 - Em razão da fama, Antônio Pires de Campos foi nomeado para agir contra os caiapós que "infestavam" os caminhos daqueles sertões. Assim é que edificou algumas aldeias na região, dirigidas por padres jesuítas: a do rio das Pedras(1741), do rio das Velhas, Santana ou "aldeia dos índios", e o Lanhoso, a 12 léguas do rio das Velhas, próxima de Uberaba de hoje, onde se abrigariam os chamados "índios mansos", como os bororós segregados por Pires de Campos na região de Cuiabá visando "desinfestar" a estrada São Paulo- Goiás.

21 - Barbosa, Waldemar Almeida de. op. cit., p. 48. Bastos, A.C. Tavares. Um Elemento de Fraqueza Militar, in Antologia do Negro Brasileiro. Carneiro, Edison. Ed. Globo, P. Alegre, 1950, p. 29. A fuga por água não foi uma característica de províncias como Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, limitadas por países circunvizinhos. Foi também uma característica de regiões mais centralizadas, como o Triângulo Mineiro, onde as fugas ocorreram também pelos rios: Grande, das Velhas, Paranaíba, etc.

22 - Assegura, a respeito, o historiador Tito Teixeira, op. cit. p. 8: "Em 1807, divulgada a notícia de que os índios caiapós havia abandonado a região em demanda a Goiás e Mato Grosso, os locais organizaram uma bandeira chefiada pelo sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva

e Oliveira, com o objetivo de desvendar este mesopotâmia, de cuja expedição tomaram parte Januário Luiz da Silva, Pedro Gonçalves da Silva, José Gonçalves Heleno, Manoel Francisco Ferreira e outros. Partiram do Desemboque em julho de 1810, atravessaram as campanhas dos rios da Prata, Tijuco e Passa Três, atingindo o rio Paranaíba nas imediações do local que mais tarde passou a denominar-se "Porto de Santa Rita dos Impossíveis", depois Santa Rita do Paranaíba e hoje, Itumbiara".

23 - Palacin, Luís. Op. cit., p. 79.

Almeida B. de, Waldemar. Op. cit. p. 31. Batinga, Gastão. Op. de caráter específico, sem estudar, porém, o Quilombo do Ambrósio, provavelmente o maior, mais temido e mais antigo da região(1746).

24 - Teixeira, Tito. Op. cit. p. 5.

25 - Creio que "Aspectos da Presença do Negro no Triângulo Mineiro", do jornalista Gastão Batinga(1994), deva ser o primeiro livro a ser escrito e a se preocupar com essa temática, especificamente, na região. A bibliografia historiográfica "regional", embora bastante rica de informações, a não ser de forma esporádica e tangencial, não trata do assunto, fenômeno, aliás, comum pelo país afora.

26 - Entre os muitos "entrantes" ou bandeirantes que passaram ou estiveram nas terras do Triângulo Mineiros, destaque, dentre outros: Antônio Pedrosa Alvarenga, Luiz Castanho de Almeida, Antônio Soares de Paes, Lourenço Castanho Taques, Bartolomeu Bueno da Silva, o "velho", Antônio

Pires de Campos, o temível "Pai-Pirá", e Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera II que, como Superintendente e guarda-mor das minas dos goiases, a partir de 1722, ali esteve algumas vezes, inclusive no local que se denominou Uberaba, chegando mesmo a estabelecer-se no Porto do Registro, "por ele instalado", na aldeia de Santana dos rio das Velhas, hoje Indianópolis, região, sob as vistas do lendário padre Caturra, foi instalado nas primeiras décadas do século XVIII, um dos mais famosos quilombos da Capitania de Goiás, de que ainda falarei.

27 - Reis, João José. Silva, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p.62-63.

28 - Campolina, Alda Maria Palhares et lli. Escravidão em Minas Gerais, Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público Mineiro/COPASA MG, 1988. Vide: "O Trem da História", maio-junho-julho/1991, n. 1, ano 1. Araxá-MG. Boletim Informativo do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto, de Araxá, obtido através da historiadora Glaura Teixeira Nogueira Lima.

29 - Arquivos Cartoriais do 1 e 2 Ofício e Arquivos da Fundação Cultural Calmon Barreto, de Araxá. In "Nos Tempos da Senzala", Boletim Informativo do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Calmon Barreto(FCB), Ano 2, n. 8, Jan/Fev/Mar/93. Araxá-MG, obtida pela historiadora Glaura Teixeira Nogueira Lima.

30 - Arquivos citados. Docs. obtidos através da historiadora Glaura Teixeira Nogueira Lima, Araxá. Ainda: Avelar, Sena Marina de. Cartas de Liberdade, Belo Horizonte, Promoção-da-Família Editora, 1975.

31 - Trata-se de depoimento recolhido pelo jornalista Jorge Andrade e objeto de publicação no livro, O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão, Moura, Clóvis. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1978, p. 80.

32 - Cartório Criminal e Arquivo Público de Uberaba(APU). Pesquisa feita com a ajuda da historiadora Maria Aparecida Rodrigues Manzan, Diretora. São 70 crimes cometidos no período, envolvendo escravos, inclusive como vítimas. Provavelmente, o documento mais antigo referente à presença do negro em Uberaba, faz parte do Registro de Batizados da Igreja Matriz. É um assentamento de 1816: "Aos doze de março de mil oitocentos e dezesseis, o Padre Furtunato José de Miranda batizou e pôs os santos óleos a Estevão inocente, filho legítimo de Manoel e Maria, escravos de Antônio da Silveira". Dos Reis Coutinho, Pedro. A Presença do Negro na Civilização de Uberaba, Acervo Cultural, Uberaba, do APU, ano 1, n. 8, 1990, p. 3.

33 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 132, Código Jcr/020.

34 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 070, Cód. Jcr/021,12-12-1.866. Dentre outros historiadores que admitem o crime como estratégia de auto defesa dos escravos: Moura, Clóvis - Rebeliões da Senzala-1988; José Reis, João.

Negociação e Conflito: a resistência no Brasil escravista, 1989; Machado, Maria Helena P. T. Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888.

35 - Cartórios Criminais, APU, Ficha e Código citados no n. 34.

36 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 037, Cód. JCr/Es 019, 15-01-1856.

37 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 104, Cód. JCr/Es 023, 21-05-1875.

38 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 093, Cod'JCr/Es 022, 13-07-1872.

39 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 134, Cód. Jcr/024, 02-04-1886.

40 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 089, Cód. JCr/Es 022, 11-02-1871.

41 - Cartórios Criminais, APU, Ficha 026, Cód. JCr/Es 019, 27-11-1851.

42 - Sartre, Jean Paul. Critique de la raison dialectique(Crítica da Razão Dialética), NRF, Paris, 1960, ps. 202 e 235-36. Ver ainda: Vasquez, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis, SP, 3ª edição, Trad. Luiz Fernando Cardoso, Paz e Terra, 1986, p. 392.

43 - Moura, Clóvis. Sociologia do Quilombo. A Quilombagem como expressão de Protesto Radical. Cap. do Livro: Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil, inédito, conseguido com o autor, 1997.

44 - Documentos Avulsos, Arquivo Publico Mineiro. Barbosa, Waldemar de Almeida. Op. p. 34-35. Na campanha movida pelas autoridades contra o famoso garimpeiro Capitão Isidoro, houve uma devassa aberta pelas autoridades de São João del-Rei; e o preso Domingos Jâcome Gonçalves, depondo em 1.798, declarou que foi achar o Cap. Isidoro no Quilombo do Ambrósio, "que é muito adiante de Bambuí, na Capitania de Goiás".

45 - Barbosa, Waldemar Almeida. Op. cit. p. 45.

46 - Sarmiento, Nelson. Abrósio: o Quilombo do Campo Grande. Texto obtido no Arquivo Público de araxá, 1997.

47 - Barbosa, Waldemar de Almeida. Op. cit. p. 31.

48 - Sarmiento, Nelson. Origem Africana dos negros de Minas Gerais. Betim, MG, jornal /Revista Axé, set. de 1990, p. 13. "Extremamente belicosos e rebeldes, por causa de sua origem nômade(árabe) não se sujeitaram ao cativo, e dispersaram-se pelos sertões do Norte de Minas, onde praticaram assaltos a caravanas oriundas da Corte. Daí migraram também para os sertões do Paracatu e da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro", região para a qual, além dos cafres e beduínos, vieram também os negros de origem nagô ou iurubanos do Alto Níger, além dos Mandê ou Mandingas e os Bantos, originários do Sul da África, países hoje

denominados, Congo, Camarões, Zaire, Angola Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, etc. Cf. autor e obra, citados.

49 - S. Montandon, Leonilda. Vamos Conhecer Araxá, Belo horizonte, Artigráfica Ltda., 1965, p. 13-14.

50 - Pedroso, Carlos. O Novo Cemitério da Chapada da Candonga, Uberaba, Jornal de Uberaba, edição 28-07-96, p. A-4. Segundo a língua africana Bundo: "ca"= pequeno + "ndung"= benzinho. Candonga, no tempo da escravatura, era a pessoa querida, acariciada, mimada ou protegida(nos quilombos, por exemplo,)por amor ou por amizade. Candonga era e é também hoje todo favorecimento a um desprotegido qualquer. Cf. autor e obra, citados.

51 - Gama, Carmo. Quilombolas: lenda mineira inédita. Rev. do Arquivo Público Mineiro(RAPM), 9(I-II), Belo Horizonte, 1904, p. 827-866. Guimarães, C. Magno. Moreira Santos, Ana Flávia, Diniz Gonçalves, Betânia, Mendonça Porto, Liliana. "O Quilombo do Ambrósio: Lenda, Documentos e Arqueologia. Belo Horizonte, 1996. Em Busca da Verdade do Quilombo, Ibiá, setembro de 1992. Os textos foram obtidos de Carlos M. Guimarães.

CONCLUSÃO

"Chamam-se verdades primeiras as que são descobertas depois de todas as demais".

CAMU (1913-1960), A Queda.

É possível que os argumentos até aqui expostos, possam causar mais indagações do que conclusões. Tentamos percorrer um roteiro realmente sinuoso e longo, atulhado de polêmicas e vetustos paradigmas ideológicos onde a História tem sido uma das maiores vítimas, quase sempre omitindo, coonestando ou dissimulando a ação dos seus mais lídimos sujeitos, exigindo, portanto, a descoberta das "verdades primeiras" de que se refere o escritor Camu.

Apesar da temeridade conclusiva, temos a sensação de ter concluído um trabalho de difícil e penosa pesquisa, mostrando a predominância de quilombos em três regiões principais do Brasil Central; pelo menos no sentido de tornar mais reconhecível e definida a rebeldia quilombola em algo do que não foi dito na região; pela primeira vez estudada e analisada de modo contextualizado, na tentativa de rever e acrescentar sob ótica diferente o que já se escreveu a respeito.

Evidentemente, que nada está terminado. A história é uma forma de conhecimento da realidade, sempre se constituindo. Contudo, imaginamos ter pesquisado e feito um estudo que deva ser útil aos demais, oxalá, à humanidade. Pensamos, por isso, ter escrito algo a ser levado em conta pelos estudiosos das ciências humanas, especialmente do tema abordado.

Temos consciência da necessidade em aprofundar os muitos pontos que ficaram em suspenso nessa experiência que já consideramos positiva mas que só um maior tempo nos permitirá ir ao encalço de novas idéias e de novas pesquisas, continuando a estudar e a escrever o que achamos ser verdade.

Finalmente, resta ainda a sensação de termos fornecido elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas, procedendo de maneira a que outros continuem a pesquisar e a questioná-las, confirmando-as ou não, acreditando ser esse o método definitivo de pensar e produzir a história.

ANEXOSAnexo 01.

"Aos oito dias do mês de abril de mil setecentos e dezenove, neste arraial de Cuiabá', fez junta o Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral com os seus companheiros e lhes requereu a eles este termo de certidão para a notícia do descobrimento novo que achamos no Ribeirão Coxipó, invocação de Nossa Senhora da Penha de França, depois que foi o nosso enviado, o Capitão Antônio Antunes, com as amostras que levou do ouro ao senhor General com a petição do dito Capitão-mor, fez a primeira entrada onde assistiu um dia e achou pinta de um vintém, de dois e de quatro vinténs e meia pataca e a mesma pinta fez na segunda entrada, em que assistiu sete dias e todos os seus companheiros as suas custas, com grandes perdas riscos, em serviço de sua Real Majestade, e como de feito tem perdido oito homens brancos, **fora negros**, e para que a todo tempo vá isto a notícia de sua Real Majestade e seus governos para não perderem seus direitos e por assim ser verdade nós assinamos neste termo, o qual eu passei bem e fielmente a fé do meu ofício como escrivão deste arraial. Pascoal Moreira Cabral - Simão Rodrigues Moreira - Manoel dos Santos Coimbra - Manoel Garcia Velho - Baltazar Ribeiro Navarro - Manoel Pedroso Louzano - João de Anhaia de Lemos - Francisco de Siqueira - Ascenso Fernandes - Diogo Domingos - Manoel Ferreira - Antônio Ribeiro - Alberto Velho Moreira - João Moreira - Manoel Ferreira de Mendonça - Antônio Garcia Velho -

Pedro de Goies - José Fernandes - Antônio Moreira - Ignacio Pedroso - Manoel Rodrigues Moreira - José da Silva Paes”.

Fonte: Póvoas, Lenine C. História de Mato Grosso, Cuiabá.

Anexo 02

“Por despacho do Cons.º ultramarino de 25 de março de 1729, foi Vossa Majestade servido mandar que na criação deste lugar V. mercê(sic) do Regimento dado aos ouvidores toda cidade de São Paulo e estes que guardem o regimento do ouvidor do Rio de Janeiro por resolução de Vossa Majestade de 20 de setembro de 1723 em consulta do Conselheiro ultramarino de 19 de janeiro do mesmo ano, para que o ouvidor de São Paulo com o governador e Juiz de fora de Santos sentenciem os crimes em junta até pena de morte nas pessoas que no Rio de Janeiro se sentenciem em junta, pela distância da qual ao da Vila ao Rio, e freqüência dos delitos em pessoas plebes das quais se compõem estas minas do Cuiabá com dificultoso recurso, que não há mais que uma monção cada ano para povoado, ficando as sentenças, crimes que se apelam por parte da Junta sem execução porque na ilação se impossibilita e os reos livrarem dos com cartas de seguro se auzentam, e estando presos fogem por ser a cadea coberta de **colmo**(1), ou prada, e as paredes de pao a pique e barro não sendo capaz para segurar delinquentes por crimes graves, e quando por esta

cousa se remetam para povoado na distância da viagem vara dos servos por terra das canoas e cachoeiras que se passam se transfugão ficando toda a diligência frustrada e delictos atrozes impunidos. Estes delinquentes **unidos aos quilombos** fazendo maiores insultos e assaltando os viandantes e outros fugindo para o gentio fazendo de companhia aos seus ritos e gentilidades ensinando lhe a guerra com que tem destruído muitas canoas e feito tantos roubos, e mortes como tendo dado conta a Vossa Majestade”.

“Todos estes inconvenientes estão nos muitos delitos se evitem tendo os ouvidores neste sertão com a Camara Guarda mor Regente em junta e na falta de Governador e juiz de fora letrado, alçada para punir os crimes sem a pena(sic) nem agravo até pena de morte fazendo levantar força para as pessoas que a ela sentenciam em junta os Ouvidores do Rio de Janeiro e cidade de São Paulo.

Vossa Majestade mandaram o que for servido.

Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 25 de fevereiro de 1731.

Ouvidor Geral da Minas de Cuiabá

Jorge de Burgo Villas Boas”.

1 **Colmo**. Palha longa extraída de várias plantas, empregada para cobrir cabanas, atar feixes, etc. (fonte: Dic. Aurélio)

Fonte: NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da UFMT.

Anexo 03.

"A carta a V. mercê de 12 de maio, me foi entregue no 1º de junho, e agora que se oferece este portador que há de chegar com toda brevidade, vou responder ao que nela se contém",

"Vejo a notícia de V. mercê me participa de que os negros desse arraial, determinavam sublevar-se, contra os moradores dele, pela festa do Espírito Santos, dando-lhe assalto, ou dentro da Igreja, ou de noite, em qualquer hora que mais comodamente pudessem tirar a sua vingança, para a qual concorria também, o serem auxiliados os sobreditos negros de alguns calhambolas, que andam nesse distrito, fazendo dos seus desaforos, tendo uns, e outros negros comprado grande quantidade de pólvora e chumbo, debaixo do pretexto, de que a queriam para as suas selvas e acampamentos.

Este justo receio, de que rompessem em semelhante destino, e os clamores dos povos, com razão obrigou a Vossa mercê, a mandar proibir a festa, que os negros determinaram fazer fora da Igreja, e também a que nenhum deles andasse sem bilhete de seu senhor, rubricado com o sinete costumado, sem que por este trabalho levasse V. mercê, estipêndio algum conformando-se nesta parte com o que determina os capítulos de correição. Além disto determinou

Vossa mercê, mais que os mercadores, ou outra qualquer pessoa, que tivesse loja aberta, não pudesse vender pólvora, e chumbo, (v2) negro ou pessoa alguma de suspeita, sem escrito de seu senhor, ou administrador.

Destas determinações, resultou o escandalizarem-se os negros e tomarem o atrevimento; de noite arrancaram o mastro, que haviam levantado, para a mesma festa, a qual esperam que eu lhe permita, se transfira para outro dia em que a façam com seus aplausos costumados.

É certo que até agora os negros se não tem requerido cousa alguma, e ainda que requeiram-lhe não permitissem semelhante licença, atenta as notícias que Vossa mercê, participa e as perniciosas consequências, que se poderiam seguir se lhe consentisse mais algum outro festejo, do que aquele fizesse dentro da Igreja.

Para obviar todos os danos que resultam de andarem os negros, armados confundindo-se desta maneira, os que são calhambolas, com aqueles que o não são; deve Vossa mercê, mandar lavrar editais, que se publiquem por todos os distritos do seu Julgado, em que declare, que nenhum senhor de escravo, poderá consentir que este ande com arma de fogo, nem que a tenha dentro de suas senzalas, e que só quando forem em companhia de seus senhores, e quando suceda que estes os mandem a alguma diligência sua, como sejam a levarem algumas cartas, papéis de importância, ouro ou coisa semelhante que necessitem de irem armados para sua defesa ou não puderem fazer, sem expressa ordem de seu senhor por

escrito, na qual declaram os mesmos senhores, a qualidade das armas, com que os expediram, e todo aquele escravo, que o contrário fazer, sendo achado com arma de fogo, será logo preso e levado no pelourinho, ou grades da cadeia, cinquenta açoites, sem que seja necessário mais prova, do que a notoriedade do fato, e as armas se lhe houverem por perdida e o senhor do sobredito será também castigado, constando que não por todas as cautelas e precauções necessárias para que o sobredito escravo não pudesse dar uso as armas de fogo. Advirto a Vossa mercê, que depois de publicados os sobreditos editais, sem distinção de pessoa se deve fazer observar o que nele se determinar, porque de outra maneira será dificultoso conseguir-se o fim a que eles se dirigem nem também fazer-se o exemplo preciso e necessário para sossego de seus moradores.

Além destes editais, deve Vossa mercê, logo assim que receber esta carta, fazer notificar a todos os mercadores e mais pessoas que vendem pólvora e chumbo, para que cada um deles, lhe dê uma relação exata da quantidade com que se acha nas suas lojas; e serão notificados os mesmos mercadores, e mais pessoas, que não possam vender, nenhum deste gêneros, a negro ou mulato, sem que apresente escrito de seu senhor o qual escrito será o mesmo mercador obrigado a guardar para por ele e fazer conta a pólvora que tem vendido, e a com que se acha em ser e vir-se no conhecimento, se observam ou não, o que nesta parte se lhe determina, e havendo algum mercador que faça o contrário, seja

quem quer que for, será logo preso, e sem que passem trinta dias, pela primeira vez, não poderá sair da cadeia.

Para maiores averiguações deste negócio, será Vossa mercê, obrigado depois de ter as relações da pólvora com que se acharam os mercadores, ir no fim de cada mês dar uma busca nas lojas, conferindo a que se acha em ser, com os bilhetes da que tiver vendido, porque desta sorte, se virá logo no conhecimento do que eles tem observado, para se lhe imporem ou não as penas que merecem.

Como Vossa mercê, avisa que os calhambolas, anda fazendo desatinos, devo lembrar-lhe, que o único remédio de atalhá-los é buscarem-se capitães-do-mato, que vão sem seguimento deles, e quando não hajam todos os que fazem precisos, bastará que se descubram alguns. e que em companhia destes, vão algumas pessoas do povo, e como a causa é comum e em benefício de todos, não me persuado que ninguém, se resista a semelhante diligência, para a qual Vossa mercê, dará as ordens que lhe parecerem convenientes. É o que se me parece dizer a Vossa mercê, que Deus Guarde muitos anos. Vila Boa de Goiás, 3 de junho de 1.755. Conde Dom Marques de Noronha".

Fonte: Arquivo Histórico de Goiás-AHG, Goiânia, Livro 9, de correspondências de D. Marcos de Noronha, 1755-1763, Pasta 1, Escravos e n. 2.

Anexo 04.

Carta de Dom Marcos de Noronha ao Coronel Felix Caetano de Araújo.

20 de dezembro de 1749.

Por várias cartas que recebi presentemente do arraial de Arraias, tive a notícia que junto a ele havia um grande quilombo de negros fugidos, que com suas randes desordens e roubos tinham posto os moradores na maior consternação, e de tal forma que mandartem aos corregos para buscar água ou lavar roupa, se lhe seria preciso mandar escoltar os negros ou negras por quem mandavam fazer esta diligência, porque não o fazendo assim, se lhes furtavam estes escravos ou vinham espancados para casa.

Esta matéria necessita de pronta providência, o que pode ter é nomearem-se capitães-do mato e fazer-se-lhe ajuntar toda aquela genter que fez bastante, para poder prender a estes negros, que devem ser castigados conforme determinam as ordens de Sua Majestade os quais remeto para que V. M. se regule pelo que nela se dispõe. Como eu reconheço a grande capacidade de V. M, tenho acertado que convém muito deixar à sua disposição o bom sucesso desta diligência, e para que ela tenha como eu desejo, e fiquem esses povos livres da opressão em que se acham, poderá V. M. por esta vez nomear dois ou mais capitães-do mato, aqueles que julgar lhe são precisos. Destes o que for mais capaz nomeará

V. M. por cabo desta expedição e todos os serão obrigados a obedecer-lhe em tudo o que fizer respeito a ela.

Como sou informado do número de gente que tem este quilombo, não posso dizer ao certo quantos hão de me ser as pessoas que acompanhem os capitães-do-mato, porém este número V. M. regulará conforme a possibilidade desses arraiais. Dizem-me que os moradores costumam contribuir quando há semelhantes diligências, dando cada um quatro vinténs por escravo, para se fazerem as despesas necessárias nos preparos destas bandeiras. Procurará V. M. com grande cuidado que eles não tenham dúvida em concorrer na ocasião presente com este ouro, já que o fizeram em outras ocasiões em que se viram com menos aperto do que se acham no presente. Nomeados que sejam os capitães-do-mato, e juntoo número de gente que os deve seguir, fará V. M. sair a correr aquelas partes suspeitosas adonde existir este quilombo (...). Com os negros que vierem presos obrará V. M. o que dispõem as ordens que remeto. Não poderá nenhum ser solto ou entregue a seus senhores sem que primeiro este pague a tomadia, a qual se deve repartir pelos soldados e capitães-do-mato que forem fazer as prisões.

Havendo entre estes negros algum que seja acusado de haver feito mortes ou roubos na estrada ou algum outro crime pelo qual se deva devar dele, e mereça maior castigo do que aquele que dispõe as ordens de Sua Majestade que remeto, e como me dizem que Vossa Mercê presentemente é Juiz Ordinário, procederá contra estes

conformedetermina a Lei, remetendo-os a cadeia e dando apelação e agravos a quem pertencer.

Todos os negros que vierem dos tais quilombos, pela notoriedade do fato e sem estrépito de juízo, deve Vossa Mercê mandar logo açoitar na parte mais pública do arraial, com distinção porém que esta pena se executará em todos aqueles que voluntariamente foram buscar o quilombo, e não os moleques ou negras que fossem levadas violentamente para ele, por que a coação que lhe fizeram os alivia deste castigo.

Tudo o mais pertencente a esta matéria, deixo a disposição de Vossa Mercê, e espero da sua grande atividade que com todo o zelo dê calor a que se faça esta expedição quanto mais brevemente poder ser para aliviar a esses moradores do cuidado em que estão, e de tudo o que Vossa Mercê determinar me dará nesta cobrança. Recomendo a Vossa Mercê me remeta quanto mais brevemente poder as respostas das cartas que foram para os arraiais da sua vizinhança. Deus guarde a Vossa Mercê. Vila Boa, 20 de dezembro de 1949.

Fonte: Arquivo Histórico de Goiás-AHG, Goiânia, Livro Especial -3, p. 49.

Anexo 05.

"Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos índios o

abatimento ponderado, he sem dúvida hum deles a injusta, e escandalosa introdução de lhe chamarem negros; querendo talvez com a infâmia, e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinham destinados para escravos dos brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África. e porque, além de ser prejudicialíssimo à civilidade dos mesmos índios este abominável abuso, seria indecoroso às Reaes Leys de Sua Magestade chamar Negros a huns homens, que o mesmo senhor o foi servido nobilitar, e declarae por isentos de todas, e qualquer infâmia, ahbilitando-os para todo o emprego honorifico: Não consentirão os Directores daqui por diante, que pessoa alguma chame Negros aos índios, nem que elles mesmos usem entre si deste nome como até praticavaão; para que comprehendendo elles, que lhes não compete a vileza do mesmo nome, possa conceber aquellas nobres idéias, que, naturalmente infundem nos homens a estimação, e a honra".

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, TOMO 84, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional - 1920.

ABREVIATURAS:

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

BN - Biblioteca Nacional

DI - Documentos interessantes

EM MATO GROSSO

APMT - Arquivo Público de Mato Grosso.

MF - Microficha

NDIHR - FUFMT -Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da UFMT.

RAPMT - Revista do Arquivo Público de Mato Grosso.

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso.

EM MATO GROSSO DO SUL

ASML - Academia Sul-Matogrosense de Letras.

IHGMS - Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul.

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

EM GOIÁS

AHE -Arquivo Histórico do Estado (Goiânia)

AMB - Arquivo do Museu das Bandeiras(cidade de Goiás).

IPBC-BC - Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Goiânia.

SDEG - Serviço de Documentação do Estado de Goiás(Goiânia).

Revista do Inst. Hist. e Geog. de Goiás - Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

UFG - Universidade Federal de Goiás.

UCG - Universidade Católica de Goiás.

EM BRASÍLIA

FCP - Fundação Cultural Palmares

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico de Brasília

UNB - Universidade Nacional de Brasília.

NO TOCANTINS

ATL - Academia Tocantinense de Letras.

CCETO - Conselho de Cultura do Estado do Tocantins.

UNITINS - Universidade do Tocantins.

NO TRIÂNGULO MINEIRO

APM - Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

APU - Arquivo Público de Uberaba,
Uberaba.

CCI - Casa da Cultura , Ibiá.

FCCB - Fundação Cultural Calmon
Barreto, Araxá.

RAPM - Revista do Arquivo Público
Mineiro.

UFU - Universidade Federal de
Uberlândia.

JORNAIS

O Liberal, Cuiabá, 28-08-1874, ano
III; 15-05-1874, ano III, n. 134.

A Província de Mato Grosso, Cuiabá,
de 21-08-1877, 21-09-1879 e 25-04-1880.

A Matutina Meiapontense, de Meia
Ponte, Pirenópolis, Goiás, de 1830, ns. 153 e 331; 23-12-1830;
21-03-1831, n. 151; 16-06-1831, n. 190; 20-02-1832, n. 455;
22-04-1832, n. 117; 22-12-1832, n. 427; 20-01-1834, n. 437;
1834, ns. 302, 340 e 455.

Correio Oficial, Goiás, 1837, ns. 9,
34; 22-02-1840; 25-07-1840; 7-04-1852; 21-04-1852; 19-04-1873;
11-06-1873; 5-07-1873; 22-08-1873; 30-08-1873; 3-09-1873; 7-
09-1873; 13-09-1873; 4-10-1873;

Província de Goyaz, Goiás, de 14-11-
1870, 28-11-1870, 30-04-1883.

Tribuna Livre. Goiás, de 7-02-1879,
n. 68; 31-10-1884;

Goyaz, de Goiás, de 11-11-1887, n.
87.

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO

Funes, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-
1850: Um período de Transição da Mineração à Agropecuária.
Coleção Teses Universitárias n. 40, Editora UFG, Goiânia,
1986.

Gomes Parente, Temis. Resistência em
um Universo de Pobreza - Norte de Goiás - 1749 - 1800, Recife,
UFPE, 1996.

João Parada Filho, Carlos. Quando a
Corda Arrebenta do Lado Mais Forte (Senhores e Escravos em
Goiás no Séc. XIX), Goiânia, UFG, 1992.

Paz, Maristela Porfírio da. Os
Troveiros na História de Goiás: Séculos XVIII e XIX, UFG,
1991.

Pedroso, Dulce Madalena Rios. Avá-
Canoeiro: A História do povo invisível - Séculos XVIII e XIX,
Goiânia, UFG, 1992.

Ricarte Apolinário, Juciene. Ouro, Escravidão e Resistência: vivências escravistas no arraial de Arraias (1739 - 18000), Recife, UFPE, 1996.

Siqueira, Edna Lima. O Trabalhador Livre em Goiás (1830-150) Goiânia, UFG, 1982.

ENTREVISTAS:

Em 28 04-1968, com Maria Bárbara de Moraes, neta de Francisco Antônio de Moraes, o "Chico Moleque", no Cedro, em Mineiros.

- Em 25-05-1968, com José Umbelino Pio e Maria Caetano, descendentes de "Chico Moleque", no Cedro, em Mineiros.

- Em 30-05-1969, 2-06-1969 e 5-07-1969, com Josias Cândido de Moraes, Antônio Miguel de Moraes(Mantena), Belmiro Cristóvão de Moraes, Deoclides Cistóvão de Moraes, Leopoldino Ludugero de Moraes e Lucinda Ana Damasceno de Moraes, descendentes de "Chico Moleque", exceção a Deoclides, todos com idade superior a 60 anos, em Mineiros.

- Em 5-09-1969, com João Antônio Simão, "João Raposa" e dona Romana, também parentes de "Chico Moleque", no Cedro, em Mineiros.

- Em 10-012-1969, com Gabriel Caetano, José Caetano e Maria Caetano de Moraes, descendentes de "Chico Moleque", no Cedro, em Mineiros.

- Em 20-11-1970, Salatiel Alves Rodrigues; 2-04-1973, Ismael Alves de Brito; 21-07-1973, Otalécio Alves Irineu; 9-03-1974, Pedro Advíncula da Cunha; 23-05- 1975, Eudóxia Francisca Rezende Cunha, em Mineiros.

- Em 17-01-1996, Ananias Norberto de Lima, com 100 anos, e Jerônimo Simão dos Santos, com 95 anos, em Jataí, tendo a ajuda de Binômimo da Costa Lima, "Meco". Ananias e Jerônimo são descendentes de negros tropeiros das últimas décadas do século XIX, abridores de roteiros entre o sudoeste goiano e Barretos, em São Paulo.

Bibliografia Geral

- Aleixo, Lúcia Helena Gaeta. Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre (1850-1888). Brasília, Ministério da Fazenda, Departamento de Administração, Divisão de Documentação, 1984. (Tese de Mestrado em História/PUC/SP/1980.

- Alencastro, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás - 1863, Brasília, Ed. Gráfica Ipiranga, Convênio SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

Antonil, André João (João Antônio Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas, São Paulo, 2ª edição, Cia. Ed. Nacional, 1967.

- Artiaga, Zoroastro. História de Goiás, São Paulo, Rev. dos Tribunais, 1959, cap. "História da Extinção da Escravatura".

Assis, Edivaldo de. Contribuição para o Estudo do Negro em Mato Grosso, Cuiabá, Editora UF/Mato Grosso, 1988.

Azevedo, Célia Marinho de. Onda Negra Medo Branco, São Paulo, Paz e Terra, 1987.

Azevedo, Thales de. Cultura e Situação Racial no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

Baiocchi, Mari de Nazaré. Negros de Cedro, São Paulo, Ática, 1983.

- Bandeira, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço Branco - estudo antropológico de Vila Bela, Editora Brasiliense/CNPQ, SP, 1988.

Barbosa, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos em Minas Gerais, Belo Horizonte, edição particular, 1972.

Bastide, Roger. As Américas Negras, Trad. Eduardo de Oliveira, São Paulo, DIFEL/EDUSP, 1974.

_____. As Religiões Africanas no Brasil, 3ª edição, São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1989.

- Batinga, Gastão. Aspectos da Presença do Negro no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Kalunga, Uberlândia, edição do autor, 1994.

Bertran, Paulo. História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal Do Indígena ao colonizador, Brasília, Solo Editores, 1994.

- Bonfim, Manoel. América Latina: Males de Origem, Rio de Janeiro, 2ª edição, Topbooks Editora e Distribuidora, 1993.

- Brandão, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás, Brasília, Ed. UNB, 1977.

_____. Identidade e Etnia, São Paulo, Brasiliense, 1968.

Brasil, Americano do. Súmula da História da Goiás, Goiânia, DEC, 2ª edição, 1961.

- Campestrini, Hildebrando et ali Guimarães Vaz, Acyr. História de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, edição histórica, do autor, 1991.

- Buarque de Holanda, Sérgio. Raízes do Brasil, 5ª edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1969.

Cardoso, Ciro Flamarion S. Agricultura, Escravidão e Capitalismo, Petrópolis, Rio, Vozes, 1979.

Cardoso, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional, o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

Carneiro, Edson. Ladinos e Crioulos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

_____. O Quilombo dos Palmares, São Paulo, Ed. Nacional, 1968.

Chiavenato, Júlio José. O Negro no Brasil. Da Senzala à Guerra do Paraguai, São Paulo, Brasiliense, 1980.

Conrad, Robert. Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888, Trad. Fernando Costa Ferro, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975.

- Corrêa Filho, Virgílio. História de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Instituto Nacional, do Livro/MEC/Cultrix, 1969.

_____. "O abolicionismo em Mato Grosso", Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 5/05/1935.

_____. Fazendas de Gado no Pantanal Mato-Grossense, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola 1925.

Costa, Emília Vioti da. Da Senzala à Colônia, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

Carneiro, Maria Luíza Tucci. Preconceito Racial no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. O Racismo na História do Brasil, São Paulo, Ática, 1994.

- Doles, Dalísia E. Martins. Fontes Primárias Relativas À Escravidão em Pirenópolis, Comunicação apresentada na 1ª Sessão de Estudos, equipe D, em Simpósio de professores de História, em 18-07-1977.

Faoro, Raymundo. Os dono do Poder: formação do patronato político brasileiro, 2 vols 3ª Ed. Porto Alegre, Ed. Globo, 1976.

Fernandes, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

_____. A Integração do Negro na Sociedade de Classes, 2 vols., São Paulo, Ática 1978.

_____. Significado do Protesto Negro, São Paulo, Editora Cortez, 1989.

- Dornas Filho, João. A Escravidão no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1939.

- Eschwege, W. L.von. Pluto Brasiliensis, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 2 vols., Trad. Domício de Figueiredo Murta, 1979.

Filho, Luiz Viana. O Negro na Bahia, Brasília, Martins/MEC, 1976.

Filho, Aires da Mata Machado. O Negro e o Garimpo em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.

Freitas, Décio. Palmares: a Guerra dos Escravos, Porto Alegre, Editora Movimento, 1973.

Genovese, Eugene. A Economia Política da Escravidão, Rio de Janeiro, Palas S/A, Editora e Distribuidora, 1976.

_____. Da Rebelião à Revolução, Tradução: Carlos Eugênio M. Moura, São Paulo, 1983.

- Freyre, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 17. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

Gerson, Brasil. A Escravidão no Império, Rio de Janeiro, Palas S/A., Editora e Distribuidora, 1975.

Gorender, Jacob. O Escravismo Colonial, São Paulo, Ática, 1978.

- Gramsci, Antônio. *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 6ª edição, Trad. Carlos N. Coutinho, 1986.

- Guimarães, Carlos M. *Uma Negação da Ordem Escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*, Belo Horizonte, 1983, p. 145-7, ex. mimeo.

Goulart, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos*, Rio de Janeiro, Conquista, 1971.

_____. *Da Palmatória ao Patíbulo: castigo de escravos no Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista 1971.

Goulart, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975.

- Hobsbawm, Eric W. F. *Rebeldes Primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, 2ª edição, Zahar Editores, Trad. Waltensir Dutra, 1978.

Ianni, Octavio. *Raças e Classes no Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

- Klein, Herbert S. *A Escravidão Africana: América Latina e Caribe*, SP, Ed. Brasiliense, Trad. José Eduardo de Mendonça, 1987.

- Le Goff, Jacques. A História Nova, São Paulo, trad. Eduardo Brandão, editora Martins Fontes, 1990

Lima, Lana Lage da Gama. Rebelia Negra & Abolicionismo, Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

Machado, Maria Helena P. Toledo, Crime e Escravidão: trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas, 1830-1888, SP, Ed. Brasiliense, 1987.

Malheiros, A.M. Perdigão. A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social, Petrópolis, Rio, Vozes/INL, 2 vols. 1976.

- Marx, Karl. O Capital, São Paulo, Ed. e Publicações Brasil Editora, Trad. equipe da Editora, 4ª edição, 1960.

- Mendonça, Rubens de. História de Mato Grosso, Cuiabá, e.a., 1967.

- M. Ligjtfoot, Claude. O Poder Negro em Revolta, Rio de Janeiro, Trad. Nathanael C. Caixeiro, Ed. Paz e Terra, 1969.

- Matos, Raymundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Goiás, RIHGB, parte 1ª, 1874.

Melo e Souza, Laura de. Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII, Edições Graal, 2ª edição, 1986, Rio de Janeiro.

Mira, João Manoel Lima. A evangelização do Negro no Período Colonial Brasileiro, São Paulo, Edições Loyola, 1983.

- Morsbach, Mabel. O Negro na Vida Americana, Rio de Janeiro, Trad. Laura Lúcia da Costa Braga, G. Record Editora, 1969.

- Moraes, Maria Augusta de Santana. O Abolicionismo em Goiás, Anais do VI Simpósio Nacional dos professores de História, V. I, São Paulo, 1973.

Moura, Clóvis. Rebeliões da Senzala, 4ª edição, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

_____. Brasil: as Raízes do Protesto Negro, São Paulo, Global Editora, 1984.

_____. O Negro: De Bom Escravo a Mau Cidadão, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1977.

_____. Sociologia do Negro Brasileiro, São Paulo, Ática, 1988.

_____. Quilombos: resistência ao escravismo, São Paulo, Ática, 1987.

_____. As Injustiças de Clio: O Negro na Historiografia Brasileira, Belo Horizonte, Editora Oficina de Livros, 1990.

_____. Dialética Radical do Brasil Negro, São Paulo, Ática, 1994.

Nabuco, Joaquim. O Abolicionismo, Petrópolis, Rio, Vozes, 1977.

- Nascimento, Elisa Larkin. Pan-Africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra, SP, Ed. Vozes, 1981.

- Nascimento, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1978.

_____. O Quilombismo, Petrópolis, Rio, Vozes, 1980.

_____. O Negro Revoltado, Rio de Janeiro, GDR, 1968.

Nogueira, Oracy. Tanto Preto Quanto Branco, São Paulo, T.A. Queiroz, Editor, 1985.

- Pohl, J. E. Viagem no Interior do Brasil, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, Trad. Milton Amado e Eugênio Amado, 1976.

Pádua, Ciro T. O Negro no Planalto (Do Século XVI ao Século XIX), separata do vol. XLI, da Rev. do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, Imprensa Oficial, 1943.

- Palacin, Luís. Goiás 1722 - 1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas, Goiânia, 2ª edição, Oriente, 1976.

_____. O Século do Ouro em Goiás, Goiânia, 4ª edição, Ed. UCG, 1994.

_____. Sociedade Colonial: 1549 - 1599, Goiânia, Ed. UFG, 1981.

_____. "Trabalho Escravo: Produção e Produtividade nas Minas de Goiás", Comunicação apresentada na 5ª sessão de estudos, Equipe A, no Simpósio de professores de História, SP, em 9-09-1971.

- Perrot, Michelle. Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros, 2ª edição, SP, Trad. Denise Bottmann, Paz e Terra, 1992.

- Prado Júnior, Caio. História Econômica do Brasil, SP, 34ª edição, Ed. Brasiliense, 1986.

_____. A Revolução Brasileira, idem, 2ª edição, 1966.

- Póvoas, Lenine C. História de Mato Grosso, Cuiabá, Ed. Resenha Tributária Ltda. 1985

Ramos, Arthur. Antropologia do Planalto Central, notas e perspectivas. In __ Goiás, uma nova fronteira humana, IBGE, 1969.

_____. O Negro na Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Liv. e Editora Casa do Estudante, 1971.

_____. As Culturas Negras no Novo Mundo, 4ª edição, Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1979.

_____. As Culturas Negras: introdução à Antropologia Brasileira, Rio de Janeiro, Casa do Estudante, s.d.

- Reis, João José. Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês(1835), SP, Brasiliense, 1986.

_____ e Silva, Eduardo. Negociação e Conflito, SP, Companhia das Letras, 1989.

_____. O Negro Brasileiro, Recife, Editora Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

Rodrigues, Nina. Os Africanos no Brasil, 4ª edição, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.

Salles, Gilka V. Ferra. Economia e Escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia, Editora UFG, 1992.

_____. O Trabalhador Escravo em Goiás: nos séculos XVIII e XIX. Separata do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Goiânia, UFG-1971.

- Saint-Hilaire, Auguste de. Viagem à Província de Goiás, Belo Horizonte Ed. ITATIAIA, Trad. Regina Regis Junqueira, 1975.

Sales, Vicente. O Negro no Pará, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Convênio/UFGPA, 1971.

- Sampaio, Borges. Uberaba: História, Fatos e Homens, Uberaba, edição Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Bolsa de Publicações do Município, 1971.

- Silva Bruno, Ernani. História do Brasil, SP, geral e regional, Grande Oeste, Edipe, s.d.

- Silva, Otávio Barros da. Breve História do Tocantins e de sua Gente(Uma Luta Secular), Araguaína/Brasília, Solo Editores, 1996.

Silva, Martiniano J. da. Sombra dos Quilombos, Goiânia, Eds. Barão de Itararé e Cultura Goiana, 1974.

_____. Racismo à Brasileira: raízes históricas, 3ª edição, São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 1995.

_____. Racismo à brasileira: das raízes à marginalização do negro, Petrópolis-RJ, Revista Cultura Vozes n. 1, ano 82, janeiro/julho de 1988, p. 14.

_____. Parque das Emas: última pátria do cerrado(bioma ameaçado), Goiânia, Ed. Três Poderes, Goiânia, 1991.

- Silva, Colemar Natal e. História de Goiás, 2 vols, Goiânia, Gráfica Editora Líder, 1979.

Silva, Jovam Vilela da. Mistura de Cores(Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso - Século XVIII), Cuiabá, Ed. UFMT, 1995.

Silva e Souza, Luiz Antônio da.
Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas
mais notáveis da Capitania de Goiás. Goiânia, Ed. Oriente,
1978.

- Sodré, Nelson Werneck. Oeste, Rio
de Janeiro, Liv. José Olympio Editora, 1941.

Souza, Neuza Santos. Tornar-se Negro,
Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

Souza, Maria Cecília Guerreiro de.
Inventário de Documentos Sobre o Centro-Oeste, 4 vols,
Cuiabá(Docs. Ibéricos), Fundação UFMT, s.d.

- Spix e Martius. Viagem Pelo Brasil,
Belo Horizonte, Ed. Itatiaia Ltda, Trad. Lúcia Furquim
Lahmeyer, em 3 vols, 1981.

Skidmore, Thomas E. Preto no Branco,
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

- Taunay, Affonso de. História das
Bandeiras Paulistas, SP, Edições Melhoramentos, Tomos I, II
e III, 1951.

- Vansina, Jan. Oral Tradition as
History, Madison, Wisconsin, 1985, p. 199, in Burke, Peter,
"A Escrita da História: Novas Perspectivas", 2ª edição, SP,
trad. Magda Lopes, editora UNESP., 1992, P. 163-165.

Valente, Ana Lúcia, E.F. Ser Negro no
Brasil, São Paulo, Editora Moderna, 1990

Volpato, Luíza Rios Ricci. Cativos do
Sertão: vida cotidiana da escravidão em Cuiabá, Cuiabá,
Editora da UFMT, 1993.